

*CADERNO
DE
TEXTOS*

*64º CONAD
do
ANDES-Sindicato Nacional*

TEMA CENTRAL: Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas.

Brasília (DF), 11 a 14 de julho de 2019

**ANDES
SINDICATO
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Gestão 2018/2020

Presidente: Antonio Gonçalves Filho

Secretária-Geral: Eblin Joseph Farage

1ª Tesoureira: Raquel Dias Araújo

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Cláudio Anselmo de Souza Mendonça

home page: <http://www.andes.org.br>

e-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	8
Proposta de Pauta e Cronograma do 64° CONAD do ANDES-Sindicato Nacional	9
MAPA UnB	10
Proposta de Regimento do 64° CONAD	11
Formulário para Apresentação de Moção	21
TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 38° CONGRESSO	
Texto 1 – Movimento Docente e Conjuntura – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	23
Texto 2 – A luta é agora: Organizar a Greve Geral de 14 de junho em defesa das aposentadorias e contra o governo Bolsonaro – <i>Eudes Baima (SINDUECE), Celi Taffarel (APUB), Everaldo Andrade (ADUSP), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Flavio Dantas (ADUFERPE), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Erika Suruagy (AUFERPE), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Cláudio Félix (ADUSB), Fernando Cunha (ADUFPB), Giselle Moreira (APES), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Silvina Liliana Carrizo (APES), Lisleandra Machado (SINDIFSULDEMINAS), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Cláudio Félix (ADUSB), Fernando Cunha (ADUFPB), Joaquim Feitosa (ADUFPB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), José Arlen Beltrão (APUR), Carolina Nozella (ADUFAL), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), David Romão (APUR), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Marize Souza Carvalho (APUB), Antônio Eduardo Alves de Oliveira (APUR), Lenúcia Moura (SINDUECE), Pedro Silva (SINDUECE), Frederico Costa (SINDUECE), Paulo Riela (ADUFES), Humberto Clímaco (ADUFG), Juanito Vieira (APES), Luís Antônio Pasquetti (ADUnB), Cássia Hack (SINDUFAP), Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA), Eunice Léa de Moraes (ADUFPA), Eduardo Jorge (ADUFERPE), Ailton Prates (ADUFAL), Rita Machado (SIND-UEA), Eunice Léa de Moraes (ADUFPA), Giovane Mota (ADUFPA), Eduardo Forneck (SSind do ANDES-SN na UFRGS), Cláudio Lira (APUB), Agostinho Beghelli Filho (APES), Hélcio Batista (ADUFERPE), Gilberto Brito (ADUFU), Eliene Novaes (ADUnB), Clarice A. Santos (ADUnB), Jair Reck (ADUnB), Glória Magalhães (ADUnB), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Ricardo T. Neder (ADUnB), Luiz Rojo (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Neuma Lopes (SINDUECE), Lia Matos (SINDUECE), Marly Miranda (SINDUECE), Francine Iegeslki (ADUFF), Nelson Simões (SINDUECE), Laura R. S. C. Maurício da Fonseca (SEDUFISM).</i>	34
Texto 3 – Fora Bolsonaro e Todos os Golpistas!– <i>Antônio Vicente Seraphim Pietroforte (ADUSP); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI); Silvina Liliana Carrizo, Giselle Moraes Moreira, Lisleandra Machado (APESJF); Antonio Eduardo Alves de Oliveira (APUR); Fabio Venturini (ADUNIFESP); Ariuska Karla Barbosa Amorim, Daniela Favaro Garrossini, Maria Auxiliadora Cesar, Patricia Cristina da Silva Pinheiro, Maria Lúcia Pinto Leal, Cristiano Guedes de Souza (ADUNB); Adroaldo Oliveira dos Santos, Anselmo de Lima Chaves (ADUFS-BA); Eunice Léa de Moraes, Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan (ADUFES); Eduardo Forneck (APROFURG).</i>	38
Texto 4 – Avançar na reorganização da classe trabalhadora para construir o poder popular, rumo ao socialismo: Um novo ciclo de lutas com a juventude e as/os trabalhadoras/es nas ruas – <i>André Martins (Sindoif-SSind), Fábio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Correa Prado (Sesunila), Kate Lane (Adufrj-SSind), Luis Acosta (Adufrj-SSind), Márcia</i>	40

<i>Lemos (Adusb-SSind), Mário Mariano (ADUFVJM-SSind), Milton Pinheiro (Aduneb), Rodrigo Castelo (Adunirio), Walcyr Barros (Adufrj-SSind).</i>	
Texto 5 – Caiu o mito da classe derrotada, é preciso que caiam outros: Unificar a luta, greve geral para barrar a contrarreforma da previdência e os cortes na educação – <i>Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Adriana Gomes Santos (SESDUF/RR), Adriana Zeca (SESDUFSM), Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Andréa Monteiro Dalton (ADUFES), Antônio Rodrigues Belon (ADLeste), Aritana Dutra (SINDIFPI), Cláudia Durans (APRUMA), Daniel Solon (ADCESP), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Douglas Moraes (ADUFPI), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Elen Marçal Carvalho (ADUFPA), Fernando Sergio Damasceno (ADUFG), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gelta Xavier (ADUFF), Gihad Mohamad (SEDUFSM), Graziela lucci de Angelo (SEDUFSM), Helvio Mariano (ADUNICENTRO), Hugo Brito (SINDUEPA), João Carlos Gilli Martins (SEDUFSM), José Vitorio Zago (ADUNICAMP), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA), Luis Silva (SINDIFPI), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Mauro Farias (ADUFPA), Maristela da Silva Souza (SEDUFSM), Milton Mauad de Carvalho Câmera Filho (ADUNEMAT), Marco Escher (APES), Patricia Andrade (SINDIFPI), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Raimundo Sérgio de Farias (SINDUEPA), Rosenverck Santos (APRUMA), Sandra Moreira (ADUFPA), Sergio Darwich (SINDUEPA), Solange Pereira (ADUFPA), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADLeste), Wagner Damasceno (Seção Sindical do Andes na UFSC), Waldir Bertúlio (ADUFMAT).</i>	46
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DO(A)S TRABALHADORE(A)S	
Texto 6 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política sindical – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	52
Texto 7 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política educacional – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	60
Texto 8 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política agrária, urbana e ambiental – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	74
Texto 9 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de classe, etnias, gênero e diversidade sexual – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	80
Texto 10 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de seguridade social e assuntos de aposentadoria – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	84
Texto 11 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de ciência e tecnologia – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	94
Texto 12 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de comunicação e arte – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	96
Texto 13 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política para a carreira docente e verbas – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	98
Texto 14 – Política de Formação Sindical – Balanço da CSP-CONLUTAS para o IV Congresso da Central – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	103
Texto 15 – CSP-CONLUTAS: Fim de um ciclo – <i>Alcides Pontes Remijo (ADUFG-Seção Sindical), Elizabeth Sara Lewis (Adunirio), Fábio Bezerra (SINDCEFET-MG), Luis Acosta (ADUFRJ-SSind), Márcia Lemos (ADUSB), Tito Flávio Bellini (ADUFMAT),</i>	112

<i>Walcyr Barros (ADUFRJ-SSind).</i>	
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
Texto 16 – Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IEES/IMES – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	119
Texto 17 – Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IFES – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	126
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 18 – Proposições para alteração no funcionamento dos CONGRESSOS e CONAD do ANDES-SN – <i>Contribuição da Comissão para reformulação do Congresso e do Conselho do ANDES-SN, constituída no 38º Congresso do ANDES-SN em Belém/2019. Representantes da Base – Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA-SSind), Marcia Borges Umpierre (APROFURG), Marina Barbosa Pinto (APESJF). Representantes da Diretoria – Antônio Gonçalves Filho (Presidente), Mariana Trotta Dallalana Quintans (1ª Vice-Presidente Regional RJ) e Roberto Camargos Malcher Kanitz (3º Secretário)</i>	137
Texto 19 – Prestação de contas do exercício de 2018 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	147
Texto 20 – Previsão orçamentária para 2020 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	181
Texto 21 – Prestação de contas do 38º Congresso do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	183
Texto 22 – Sede do 65º CONAD – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	185
Texto 23 – Viabilização de ampla defesa em contextos de perseguição a docentes – <i>Andréia Moassab (Direção da SESUNILA), Senilde Guanaes (Direção SESUNILA), Patrícia Mechi (Direção da SESUNILA), Neila Nunes de Souza (SESDUFT) e Carla Rodrigues (SESUNIPAMPA).</i>	185
Texto 24 – Por uma perspectiva feminista dos espaços deliberativos do ANDES/SN – <i>Andréia Moassab (Direção SESUNILA) e Francieli Rebelatto (SESUNILA).</i>	188
Siglas	190
Legislação, Proposições Legislativas e Institutos Constitucionais Citados nos Textos da Diretoria do ANDES-SN	195

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 3 - Fora Bolsonaro e Todos os Golpistas!	40
TR 5 - Caiu o mito da classe derrotada, é preciso que caíam outros: Unificar a luta, greve geral para barrar a contrarreforma da previdência e os cortes na educação	50
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DA(O)S TRABALHADORA(E)S	
TR 6 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política sindical	59
TR 7 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política educacional	71
TR 8 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política agrária, urbana e ambiental	79
TR 9 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de classe, etnias, gênero e diversidade sexual	83
TR 10 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de seguridade social e assuntos de aposentadoria	93
TR 11 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de ciência e tecnologia	96
TR 12 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política de comunicação e arte	98
TR 13 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política para a carreira docente e verbas	102
TR 14 - Política de Formação Sindical – Balanço da CSP-CONLUTAS para o IV Congresso da Central	111
TR 15 - CSP-CONLUTAS: Fim de um ciclo	117
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 16 – Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IEES/IMES	125
TR 17 – Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IFES	135
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 18 – Proposições para alteração no funcionamento dos CONGRESSOS e CONAD do ANDES-SN	145

TR 19 – Prestação de contas do exercício de 2018	147
TR 20 – Previsão orçamentária para 2020	181
TR 21 – Prestação de contas do 38º Congresso do ANDES-SN	183
TR 22 – Sede do 65º CONAD	185
TR 23 – Viabilização de ampla defesa em contextos de perseguição a docentes	187
TR 24 – Por uma perspectiva feminista dos espaços deliberativos do ANDES/SN	189

Apresentação

O 64º CONAD do ANDES-SN será realizado na cidade de Brasília (DF), sob a organização da diretoria do ANDES-SN e da ADUNB Seção Sindical, no período de 11 a 14 de julho de 2019, e seu tema central é: “Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas”. Em uma conjuntura de retrocessos e ataques à classe trabalhadora, com ênfase nos ataques à educação e ao funcionalismo público, a classe trabalhadora e a juventude, são convocadas a reagir para resistir!

É nesse contexto, de eleição de um governo federal de extrema-direita, e de governos estaduais também de extrema-direita e/ou de centro direita, que os ataques sobre as políticas públicas e os direitos sociais têm se intensificando, já se fazendo sentir, em aspectos recessivos na vida cotidiana do(a)s trabalhadore(a)s. Na educação, os cortes de verbas, o não cumprimento de acordos nos estados e a flexibilização dos direitos tem se ampliado, levando, em alguns casos, ao sufocamento das instituições de ensino. Aliado aos ataques estruturais e financeiros, ao que foi exemplo a MP 873 que trata do recolhimento da mensalidade sindical, se ampliaram os ataques na tentativa de criminalizar os movimentos sociais e a liberdade de ensinar e apreender do(a)s professore(a)s.

Já se fazem sentir, também, os efeitos da política de austeridade, em particular a partir da EC 95, que com maior intensidade atinge as Instituições de Ensino Superior no país. Os cortes violentos nos orçamentos das IES têm gerado demissões em larga escala de terceirizado(a)s, cortes de bolsas estudantis e de projetos relacionados com a pesquisa e extensão. Assim como os cortes na área de Ciência e Tecnologia já impactam as pesquisas nas instituições de ensino. Além disso, a proposta de “uma nova previdência” acaba com o caráter público da previdência social e, na prática, inviabiliza a aposentadoria de grandes parcelas da população, em especial a partir da flexibilização das leis trabalhistas que precarizaram ainda mais as relações no mundo do trabalho.

A preparação do 64º CONAD acontece sob o calor das fortes mobilizações protagonizadas pela educação em 15 e 30 de maio, que ampliaram as expectativas para a construção da necessária GREVE GERAL de 14 de junho de 2019. Os debates e resoluções suscitadas, a partir dos textos de apoio e textos resoluções da diretoria e da base presentes nesse caderno, além de atualizar as deliberações do último CONGRESSO do ANDES-SN, constituir-se-ão em uma importante ferramenta de luta da categoria docente para continuar enfrentando a difícil quadra histórica que se apresenta, reforçando o caráter combativo e democrático de nosso sindicato, marca maior de uma entidade que pode se orgulhar de sua trajetória de lutas, coerência e autonomia.

Até breve, até Brasília!

Diretoria do ANDES-SN

PROPOSTA DE PAUTA E CRONOGRAMA DO 64º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Brasília/DF, 11 a 14 de julho de 2019

Tema Central: Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas.

5ª feira (11/7)	6ª feira (12/7)	Sábado (13/7)	Domingo (14/7)
8h às 18h Confirmação de Credenciamento 9h às 11h Plenária de Abertura 11h às 13h Plenária de Instalação	9h às 12h Grupo Misto - Tema II	10h às 13h Grupo Misto - Tema IV	9h às 12h Plenária do Tema IV
8h às 18h Confirmação de Credenciamento 15h30 às 18h30 Plenária do Tema I	14h às 17h Grupo Misto - Tema III	15h às 18h Plenária do Tema II	15h às 17h Plenária de Encerramento
		19h30 às 22h30 Plenária do Tema III	

TEMÁRIO:

Tema I – Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 38º CONGRESSO.

Tema II – Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização do(a)s trabalhadore(a)s.

Tema III – Avaliação e atualização do plano de lutas: setores.

Tema IV – Questões organizativas e financeiras.

MAPA UnB



1. ADUnB.
2. Auditório
3. Aposfub.
4. FE 5 - faculdade de Educação.

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 64º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I

Do 64º CONAD

Art. 1º O 64º CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 11 a 14 de julho 2019, em Brasília (DF), organizado pela ADUnB Seção Sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 64º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 15 de julho de 2019.

Art. 2º O 64º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 64º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 64º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 38º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 38º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 38º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 64º CONAD:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadore(a)s de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizado(a)s via secretaria regional, com direito a voz;

VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz;

VIII - o(a)s convidado(a)s pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciado(a)s como tal, com direito a voz.

§ 1º O(A)s sindicalizado(a)s do ANDES-SN não poderão participar como convidado(a)s, salvo na condição de pesquisadore(a)s, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 64º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) o(a)s suplentes de delegado(a)s, indicado(a)s para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais do(a)s sindicalizado(a)s via secretaria regional, devem estar credenciado(a)s como observadore(a)s;

c) a substituição de delegado(a) por observador(a) suplente será condicionada à apresentação dos crachás do(a) delegado(a) que se ausenta e de seu(sua) suplente na secretaria. Caso os dois crachás não sejam apresentados, a substituição desse(a) delegado(a) pelo(a) observador(a) deverá ser submetida à plenária;

d) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizado(a)s via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º O(A) presidente do ANDES-SN preside o 64º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 8º A confirmação do credenciamento de delegado(a)s, observadore(a)s e convidado(a)s do 64º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 17h (dezesete) horas do dia 11 de julho de 2019, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento dia 11 de julho de 2019, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 2º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 24h do dia 4 de julho de 2019, para secretaria@andes.org.br.

§ 3º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind., justificando a situação. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 24h do dia 4 de julho de 2019, para secretaria@andes.org.br.

§ 4º Para credenciamento de observadore(a)s de sindicalizado(a)s, via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que o(a)s escolheu. A documentação deverá ser enviada previamente para secretaria@andes.org.br.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 7º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam o(a)s demais delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 8º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 64º CONAD:

I - Comissão Organizadora;

II - Comissão Diretora;

III - Grupos Mistos;

IV - Plenárias;

V - Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

§ 1º A Comissão Organizadora será criada a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 64º CONAD.

§ 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 64º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 10. A Comissão Organizadora do 64º CONAD é constituída por 4 (quatro) representantes da ADUnB Seção Sindical e por 4 (quatro) diretores do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 64º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura;

III - providenciar a reprodução, para o conjunto do(a)s participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;

V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento do(a)s participantes.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 12. A Comissão Diretora do 64º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento do(a)s participantes;

II - efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III - elaborar a prestação de contas para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção IV

Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

I - delegado(a)s de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto;

II - observador(a)s de S.Sind. (AD-S.Sind.), sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz;

III - diretores do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - convidado(s), devidamente credenciado(s), com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegado(s), sendo este também o número máximo de observador(s).

§ 2º Só poderá haver no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma S.Sind. ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) do(s) sindicalizado(s) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observador(s) seja superior ao número de grupos mistos.

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(a)s delegado(s) componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa de cada grupo será eleito(a) entre o(a)s delegado(s).

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observador(s) credenciado(s).

§ 4º A qualquer momento, o(a)s delegado(s) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 64º CONAD deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos, que será apresentado por um membro da diretoria do ANDES-SN em cada grupo misto, para o conjunto dos grupos mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um grupo misto do CONAD.

Art. 17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 21 deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 64º CONAD, observado o *quórum* mínimo de mais da metade do(a)s delegado(s) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o *quórum* mínimo será de 30% (trinta por cento) do(a)s delegado(s) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegado(s) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade do(a)s delegado(s) inscritos em cada grupo de trabalho.

Art. 20. O(A)s relator(s) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião, para sistematizar o relatório do grupo (via SIGRC - Sistema de Gerenciamento de Relatórios Consolidados) e entregar à comissão diretora o envelope com os

materiais do seu grupo, sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Art. 21. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, será solicitado auxílio do(a)s relatore(a)s dos grupos mistos.

Art. 22. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 64º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, com o auxílio do(a)s relatore(a)s.

Art. 23. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 64º CONAD.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não venha a interferir no funcionamento do 64º CONAD.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As plenárias são compostas por:

I – delegado(a)s de S.Sind (de AD-S.Sind.), sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto;

II - observadore(a)s de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz;

III - membros das comissões diretora e organizadora do 64º CONAD, com direito a voz;

IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 25. As plenárias do 64º CONAD serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, o(a)s componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete à(o) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a):

I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 64º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao 1º (à 1ª) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registro de cada sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 64º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do tema I: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 64º CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 64º CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e nas deliberações do 64º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 64º CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. A verificação do *quórum*, no início das plenárias do 64º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.Sind. ou AD-SSind. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de *quórum*, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegado(a)s, por meio do cartão de voto.

Seção VI

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 32. A Comissão será formada na plenária de instalação sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros indicados pela Diretoria da Seção Sindical, organizadora do evento, devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 de pessoas do gênero feminino.

Art. 33. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 64º CONAD;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 64º CONAD;

III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões.

Art. 34. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. 35. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representando(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão.

Parágrafo único. O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente.

Art. 36. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a);

II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de sanções na forma do inciso VIII do artigo 4º deste Regimento;

III – Após a plenária de encerramento a comissão enviará para a diretoria do ANDES- SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos;

Parágrafo único. Caso o(a) representando(a) não seja sindicalizado(a), a comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 37. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 38. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão.

Art. 39. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelo(a)s delegado(a)s, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e do(a)s inscrito(a)s.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s, em pelo menos um grupo misto;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com o(a)s relatore(a)s, nos termos do art. 22 deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 40. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, para estas será garantido o tempo de 2 (dois) minutos) improrrogáveis para cada solicitação, sendo essas apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 41. As deliberações são adotadas por maioria simples do(a)s delegado(a)s presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto.

“Art. 28. O quorum mínimo para funcionamento das plenárias do CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s, e as deliberações serão tomadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes a cada sessão.” (Estatuto do ANDES-SN).

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 42. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 64º CONAD (secretaria@andes.org.br), até às 14 (quatorze) horas do dia 13 de julho de 2019, endereçadas à comissão diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 64º CONAD; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 6º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 64º CONAD o teor das moções propostas, até às 9 (nove) horas do dia 14 de julho de 2019.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços completos (devidamente digitados) e o título não serão recebidas para apreciação do 64º CONAD.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 64º CONAD e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD.

Art. 43. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 44. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegado(a)s que se absterem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 45. A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 64º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 46. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 47. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 64º CONAD.

Brasília(DF), 11 de julho de 2019.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponentes:

Seção Sindical:

Destinatário(a)s:

Endereço do(a)s destinatário(a)s:

Cidade:

CEP:

E-mail:

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE

A(O)s delegada(o)s ao 64º CONAD do ANDES-SN, realizado em Brasília/DF, no período de 11 a 14 de julho de 2019, manifestam

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente às
ações estabelecidas no 38º Congresso**

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

Conjuntura Internacional

Mais de dez anos depois da crise econômica de 2007/2008, pode-se reafirmar o diagnóstico de que se trata da mais grave crise do capitalismo desde a Grande Depressão de 1929. Desde então, o capital e seus representantes responderam apenas com medidas que ampliaram a destruição do meio ambiente, colocaram a desigualdade social em níveis históricos recordes, que resultaram em uma conjuntura social e econômica profundamente instável. A Europa está se transformando rapidamente num campo de batalhas. A persistente luta, de seis meses de duração, dos Coletes Amarelos na França, a revolta do(a)s trabalhadore(a)s na Hungria contra a “Lei da escravidão” introduzida pelo regime fascista de Orban, as revoltas em massa e as manifestações na Sérvia, na Albânia, na Romênia e nos Bálcãs são o prelúdio de uma nova onda de confrontos sociais e convulsões políticas no continente europeu.

A crise capitalista tem intensificado a luta de classes internacional, como demonstram os levantes na Argélia, no Sudão e no Haiti. Mais de uma década depois de sua erupção, ela permanece sem solução e ingressa em uma nova fase. Todas as medidas extraordinárias usadas no período recente (pacotes de estímulo, flexibilização monetária, etc.) estão esgotadas e produziram bolhas especulativas maiores do que aquelas que estouraram em 2007-2008 (por exemplo, o mercado global de derivativos tem um valor nominal de US\$1,2 quadrilhão). O FMI advertiu que a economia mundial está enfrentando, em 2019-2020, uma “desaceleração global sincronizada”. Como centro do capitalismo mundial, os EUA, admite o impasse de seu sistema e o medo do surgimento de alternativas. Em seu discurso sobre o Estado da União de 2019, em janeiro passado, o presidente dos Estados Unidos Donald Trump achou necessário alertar para o “perigo do socialismo” surgindo, pela primeira vez, “de dentro da América”, não mais da União Soviética.

Por enquanto, as respostas da classe dominante em âmbito mundial apenas pioraram a situação. As políticas de austeridade aplicadas para salvar banqueiros pela liquidação de direitos sociais ou pela intensificação da exploração da classe trabalhadora resultou em uma situação catastrófica. A crescente concentração de riqueza atingiu níveis assustadores. Apenas entre 2017 e 2018 a riqueza dos bilionários cresceu US\$ 2,5 bilhões por dia, enquanto os 3,8 bilhões mais pobres do mundo empobreceram 11%. Isso significa que metade da população mundial vive com menos de US\$ 5,50 por dia. Assim, a crise internacional do capitalismo gerou novas expressões do pauperismo da classe trabalhadora. E se expressa, por exemplo, na situação de milhões de refugiado(a)s e imigrantes no mundo – atingindo Europa, EUA e, até mesmo, o Brasil.

Não há qualquer cenário que indique uma saída duradoura da crise econômica. Ainda que tenha existido recuperação em algumas partes da economia mundial (que se expressou, por exemplo, no tão propalado por Trump, crescimento do PIB dos EUA em 2018), há sinais explícitos de que isso não é duradouro. O Fundo Monetário Internacional (FMI) afirmou que 70% da economia mundial experimentará recessão este ano. A China já reduziu sua previsão de crescimento para 3%, o Banco Central Europeu anunciou que pode reiniciar até o fim de 2019 sua política de *quantitative easing* (política de “afrouxamento monetário”) para evitar nova recessão econômica. A previsão de

crescimento para a economia estadunidense em 2019 foi reduzida, segundo o Federal Reserve, para 2,1%, por isso, apesar de toda a retórica de que a “economia nunca esteve tão bem”, Trump elevou a taxa de juros, apresentou medidas de desoneração do capital que são acompanhadas pela liquidação de direitos sociais e reiniciou uma guerra comercial contra a China, enquanto realiza guerras “por procuração” ou diretas com a Rússia.

A guerra comercial entre EUA e China reduziu, em boa medida, o motor da economia mundial depois da crise asiática, anunciando uma nova rodada de crises financeiras e quedas das bolsas de valores. O choque estratégico entre os EUA e a China possui a capacidade potencial de deflagrar uma guerra econômica internacional de enormes proporções. Os planos chineses apontam para a quebra do monopólio norte-americano na produção de semicondutores e na inteligência artificial. Na Europa, por sua vez, se mantém e se agravam a crise bancária e a dívida europeia, a crise da zona euro, o caos pós-BREXIT, a bomba-relógio italiana, a não integração dos Balcãs Ocidentais, os crescentes desequilíbrios e rupturas entre Norte e Sul, Europa Central/Oriental e Ocidental, e de todo o projeto de integração capitalista na Europa.

A intensificação dos conflitos inter-imperialistas também vai para além da Europa e dos conflitos entre EUA e China. As tensões indo-paquistanesas também estão crescendo, assim como as entre a Rússia, o EUA e a União Europeia (EU). Os conflitos militares no Oriente Médio e no norte da África – como os conflitos na Síria, no Irã, no Iêmen, na Líbia e em outros países – são expressões da face brutal da intensidade e da explosividade dos conflitos em curso na conjuntura atual.

Em uma conjuntura de piora das condições de vida dos 99% da população mundial, de perda da credibilidade das instituições tradicionais da democracia burguesa e de dificuldade das organizações da classe trabalhadora apresentarem uma saída para a crise, as saídas de extrema-direita têm se configurado como alternativas reais em diversas partes do globo.

No 38º Congresso, nosso documento de conjuntura já apresentou nossa análise de como, historicamente, as experiências fascistas estão associadas com as crises do capitalismo. Isso vem se confirmando com a força recente que organizações e representantes de extrema-direita ganharam em diferentes partes do globo. Na ausência de alternativas de esquerda em uma situação de polarização social, de desgaste das instituições jurídico-políticas da democracia burguesa, governos autoritários, de extrema-direita, com traços bonapartistas, têm ocupado espaço político significativo em diferentes países, incluindo Brasil, EUA, Turquia, Filipinas, Rússia, Hungria e Polônia. Em outros países, houve avanços significativos de partidos que apresentam um perfil claramente de extrema-direita: Espanha, Itália, Alemanha, Áustria, Grécia, Suíça, Dinamarca e Noruega. A eleição de Trump e a consolidação de seu controle sobre o Partido Republicano por meio de uma política claramente xenófoba e autoritária mostram que há uma base de massas real que o apoia.

Na América Latina, os avanços da direita ganharam contornos dramáticos pela incapacidade de seus regimes políticos precedentes (o que inclui as experiências de conciliação de classe) romperem com o círculo de ferro da reprimarização da economia, do extrativismo e da dependência financeira. Entre 2014 e 2017, os preços mundiais da soja despencaram 37%, enquanto os do petróleo e derivados caíram 60%. A era das superexportações e das superarrecadações fiscais acabou. Para o grande capital internacional, a crise econômica abriu uma fresta para reforçar a hegemonia no Brasil e na América Latina. A fração da “burguesia nacional”, nesses países, que cresceu à sombra de falcatruas, propinas e licitações fraudulentas foi atingida pelo petrolão e por prisões mediante denúncias premiadas.

Possivelmente, a crise internacional do capital e a incapacidade de se produzir mudanças significativas e de longo prazo em favor da classe trabalhadora sem uma ruptura com o sistema na América Latina têm se mostrado de forma mais dramática na Venezuela. A atual crise na Venezuela, independentemente do balanço que se faça dos erros e dos limites da experiência chavista e do

governo de Maduro, é uma explícita demonstração do projeto imperialista dos Estados Unidos para a América Latina.

O imperialismo estadunidense tentou impor Guaidó demonstrando seu profundo desrespeito à soberania do povo venezuelano, provocando bloqueio econômico e levando a população a uma situação marcada por profunda insegurança, piora das condições de vida (falta de alimentos, combustíveis, energia, aumento de preços, etc.) e imensa instabilidade política. Maduro não conseguiu acabar de vez com a sedição de Guaidó organizada por Trump.

A iniciativa golpista de Trump e sua política de bloqueio contra a Venezuela e o anúncio de um bloqueio reforçado contra Cuba não são acontecimentos isolados, mas operam no contexto de um confronto de âmbito internacional, que é um dos aspectos da crise do capital internacional.

Uma saída para a crise na Venezuela a partir de uma intervenção política e/ou militar do imperialismo significa uma derrota para todos os povos do mundo. A defesa da soberania do povo venezuelano é a tarefa prioritária de todas as organizações da classe trabalhadora internacional. Por isso, nosso sindicato deve se posicionar contra toda e qualquer intervenção imperialista no país, assim como contra qualquer envolvimento do Brasil nas investidas golpistas. Acima de tudo, devemos prestar nossa solidariedade ao povo venezuelano, o que inclui nossas lutas em favor dos direitos do(a)s imigrantes.

Ao mesmo tempo em que vemos uma situação em que há avanços da extrema-direita e piora das condições de vida da classe trabalhadora após décadas de hegemonia neoliberal, não podemos subestimar as importantes lutas que a classe trabalhadora vem realizando internacionalmente.

Mesmo os avanços da extrema-direita se dão em situações contraditórias e voláteis. Nesse sentido, o processo eleitoral espanhol é ilustrativo. Enquanto uma direita conservadora, representada pelo VOX, que reivindica ideias tradicionalistas como família, pátria, ordem e cristandade obteve avanços significativos, a direita tradicional, representada pelo PP, foi derrotada, enquanto o PSOE cresceu, junto com forças da esquerda (especialmente o Podemos).

Esse processo mostra que a conjuntura atual é marcada por profunda polarização social, instabilidade e volatilidade. Sendo assim, as lutas da classe trabalhadora se expressam de forma concomitante em todo o globo. Desde as enormes e importantíssimas greves de professor(a)s nos EUA até as lutas das massas no Sudão e na Argélia contra regimes ditatoriais, passando pela intensa luta dos Coletes Amarelos na França mostram o quão rapidamente eventos explosivos podem ocorrer em vários países, ainda que as lutas sociais sejam marcadas por profunda confusão na consciência das massas.

Todos os movimentos de massa contra a dramática degradação das condições de vida, embora partindo de um problema social particular ou de uma demanda econômica parcial (por exemplo, ações contra o aumento do preço do pão no Sudão que resultaram na derrubada da ditadura de mais de três décadas de Omar al-Bashir, contra o imposto sobre os combustíveis na França ou em favor do direito do aborto na Argentina e na Irlanda), assumem rapidamente um caráter diretamente político que se insurge contra as tendências gerais dominantes do capitalismo global como um sistema historicamente em crise estrutural e universal. A população em luta é composta por estratos populares de classes subalternas. A classe trabalhadora, desempregada ou em empregos precários é uma parte importante dos movimentos de massa, que podem, com base em uma análise superficial, ser classificados como pequeno-burgueses, “populistas” e, até mesmo, reacionários ou fascistas, como no caso dos *Gilets Jaunes* (Coletes Amarelos). A classe trabalhadora não está ausente em absoluto nesses movimentos, porém suas organizações não conseguem ser a direção política dos citados movimentos.

Os movimentos em torno da exploração e da opressão das mulheres e dos grupos LGBTTT têm sido um eixo fundamental das lutas no mundo. Por meio das lutas feministas pela legalização do

aborto na Argentina e na Irlanda que ocorreram em 2018 até as massivas mobilizações organizadas no último 8 de março ficou explícito que há um movimento global de mulheres que, cada vez mais, tem sido sensível às bandeiras da classe trabalhadora e compreendido que é impossível destruir o patriarcalismo sem superar o capitalismo. Isso se dá de tal maneira que o movimento de mulheres foi, após o desenvolvimento do movimento *#MeToo*, o motor fundamental de lutas como a Greve Internacional de Trabalhadoras do Google ou a greve do McDonald's nos EUA contra o assédio sexual.

Da mesma forma, os movimentos das juventudes na Europa contra a mudança climática também têm ganhado um caráter cada vez mais classista ao expressarem uma consciência maior da necessidade de se pensar uma alternativa global à produção destrutiva imposta pelo capitalismo.

Tudo isso reafirma aquilo que destacamos em nosso último documento de conjuntura: a classe trabalhadora tem se movimentado em âmbito mundial. Mas é importante reconhecer que estamos em um patamar defensivo em que as suas lutas não têm sido suficientes para alterar a correlação de forças desfavorável ou para apresentar uma alternativa global que supere a crise do capitalismo mundial e toda a barbárie produzida por ela. Daí nossa necessidade de impulsionar as lutas, as mobilizações da classe trabalhadora, contribuindo para a construção da unidade em torno de um projeto estratégico para a classe.

Conjuntura Nacional

Da conciliação de classes à extrema-direita

No Brasil, o aprofundamento da crise internacional do capital, o avanço da direita em várias partes do mundo, o papel político da mídia hegemônica, o legado do projeto de conciliação de classe e a crise das esquerdas permitiram a vitória nas urnas do projeto de extrema-direita encabeçado pelo presidente Jair Bolsonaro, o qual tem aprofundado, de forma qualitativa, os ataques e a liquidação dos direitos da classe trabalhadora. Essas afrontas são expressas pelo conjunto de regressões em curso no campo político, econômico, social, cultural e ideológico, por medidas provisórias, decretos, projetos de leis e Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) que retiram direitos e destroem as políticas sociais.

A eleição do governo federal de extrema-direita foi antecedida pelos limites da política de conciliação de classes em um cenário de crise econômica, pela instrumentalização do judiciário e seus dispositivos (como a Operação Lava-Jato) pela burguesia e seus representantes com a finalidade de empossar Temer e, assim, acelerar a agenda de políticas de austeridade que operam para fazer a classe trabalhadora pagar pela crise criada por empresários e patrões.

Há vários ataques implementados por Michel Temer que foram antecipados ou defendidos pelos governos anteriores. A contrarreforma trabalhista aprovada por Temer foi precedida por ataques que remontam aos governos de FHC e que, também, foram realizados durante os governos de Lula e Dilma. Da mesma forma, Dilma também pretendia implementar uma contrarreforma da Previdência e implementou cortes sociais na educação, na saúde e na seguridade social. O papel de Michel Temer foi acelerar e intensificar ataques. Dentre eles, destacam-se a contrarreforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95/2016.

Ataques contra direitos sociais, descrédito das instituições da democracia burguesa, erros da esquerda e uma campanha com base em *Fake News*, em um cenário de profunda crise econômica, facilitaram a vitória da extrema-direita, a qual se tornou atrativa por sua capacidade de se apresentar como uma alternativa radical em situação de deterioração social, pela postura de aparente oposição

ao governo, pelo discurso que reforça processos dominantes na formação sócio histórica brasileira (nacionalismo, homofobia, moral cristã conservadora, machismo, racismo, etc.), por um anticomunismo militante paranoico e pelo uso de figuras e de líderes carismáticos e/ou religiosos.

O governo Bolsonaro como ameaça à nossa existência

Apesar das promessas de “mudar tudo o que está aí”, o cenário econômico do Brasil não melhorou após a posse do presidente Jair Bolsonaro. Em primeiro lugar, não reduziu a instabilidade da situação política. A disputa entre as diferentes frações que o apoiaram durante o processo eleitoral demonstra que, apesar da unidade programática em torno de políticas privatizantes, subservientes ao imperialismo e de austeridade, há contradições inerentes ao governo Bolsonaro. Em segundo lugar, os primeiros dias do governo ficaram marcados por diversos escândalos e indícios explícitos em crimes de corrupção. A proximidade do clã Bolsonaro com milícias e o verdadeiro laranjal de lavagem de dinheiro em que está mergulhado o PSL e seus aliados mostram que o atual governo representa o que há de pior na política brasileira.

A continuidade da “velha política” fica patente na mudança da estrutura da administração direta por meio da MP 870 pelo governo federal e pela nomeação para os ministérios representantes da aliança política que dá sustentação ao atual presidente Jair Bolsonaro – militares, fundamentalistas religiosos, representantes do agronegócio, do rentismo e de outras frações da burguesia.

Essa aliança é instável e tem se expressado por escaramuças públicas, zigue-zagues políticos e incapacidade de o governo aprovar medidas pelo legislativo. As disputas internas têm resultado em um governo federal de extrema-direita que atua prioritariamente por decretos e Medidas Provisórias e em lutas públicas entre lideranças do legislativo, do executivo e do judiciário, apesar da unidade programática de todos os setores que apoiam a retirada de direitos da classe trabalhadora, especialmente a contrarreforma da Previdência. Por isso, os ataques que se desenrolam em diversas frentes favorecem diferentes frações da burguesia.

Nesse sentido, o presidente Jair Bolsonaro transferiu, por exemplo, para o Ministério da Agricultura a responsabilidade pela política de Reforma Agrária e de titulação de terras indígenas e quilombolas, nomeando uma representante do agronegócio como ministra, um membro da União Democrática Ruralista (UDR) para a importante secretaria da pasta e militarizando a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a nomeação de militar reformado para a presidência da autarquia e de diversas superintendências. Essa configuração tem como objetivo aprofundar a contrarreforma agrária e impossibilitar a demarcação de novas terras indígenas e quilombolas. Atendendo aos interesses do agronegócio, aumentou a liberação do uso de agrotóxicos (apenas este ano foram quase duas centenas). Muitas dessas substâncias liberadas estão associadas ao desenvolvimento do câncer e ligadas a processos bilionários nos EUA.

O governo federal de extrema-direita também criou o Ministério da Economia (que incorporou as pastas do trabalho, previdência, planejamento e orçamento numa demonstração explícita de tentativa de enfraquecer esses eixos) nomeando como ministro Paulo Guedes, representante do capital financeiro, que, com a agenda ultraliberal, tem implementado políticas de austeridade, propondo a privatização de empresas públicas e uma “nova previdência social” para o Brasil, com a apresentação ao Congresso Nacional da PEC 06/2019.

A proposta de contrarreforma da Previdência, apresentada pelo governo federal como forma de combate aos privilégios, representa o fim da Previdência Social Pública, pois acaba com o princípio da solidariedade e institui a capitalização. A proposta também promove a desconstitucionalização da Previdência e modifica as regras da assistência social retirando direitos do(a)s trabalhadore(a)s mais pauperizado(a)s. Dessa forma, diferentemente do discurso do governo federal, a PEC atende aos interesses do capital financeiro e impacta diretamente o(a)s

trabalhadore(a)s mais pobres do país. Opta por destruir a seguridade social do país ao invés de promover a taxação de grandes fortunas, dividendos ou isenções e auditoria da dívida pública, visto que é o pagamento desses juros, amortizações e serviços, que representam quase metade do orçamento da União.

Nessa conjuntura de retirada de direitos, procurou enfraquecer a atuação dos sindicatos, com a edição da MP 873, em 1º de março de 2019, que ferindo a autonomia e a liberdade sindical, alterou a forma de arrecadação da mensalidade sindical proibindo os descontos por consignação em folha e exigindo a autorização expressa e individual do(a) professor(a) para o desconto por boleto bancário.

Com isso, Sérgio Moro, Ministro da Justiça e da Segurança Pública, propôs um pacote “anticrime” ao Congresso Nacional, composto por vários projetos de lei, que, dentre outros aspectos, aprofunda a criminalização dos movimentos sociais. A medida propõe ainda a ampliação das excludentes de ilicitude do Código Penal, concedendo uma licença aos policiais para matar, aumentando o genocídio do(a)s trabalhadore(a)s negro(a)s mais pauperizado(a)s, já em curso no país, tal como foi expresso em episódios recentes: a execução sumária de um músico com mais de 87 tiros pelo exército, a chacina de jovens negros promovida pela polícia militar na favela Falet e o assassinato de Clautenis, de 32 anos, pela polícia de Aracajú. As propostas de Moro, somadas à flexibilização do porte de armas (Decreto nº 9.685, de 15 de janeiro de 2019), além de agravarem esse cenário, impactarão ainda na vida das mulheres, aumentando os já alarmantes números de feminicídios no Brasil.

As políticas ultraliberais do governo federal de extrema-direita, que atacam os direitos do(a)s trabalhadore(a)s em geral, são articuladas com políticas ultraconservadoras marcadas pelo machismo, racismo, LGBTTfobia e capacitismo defendidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de Damares. O revanchismo contra mulheres e populações LGBTT que emanam, especialmente, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, abriram espaço para ataques políticos e violentos contra mulheres e populações LGBTT, resultado direto do espaço conquistado pelo fundamentalismo cristão no interior do governo Bolsonaro. São políticas que atacam os direitos específicos de populações LGBTT, mulheres, pessoas com deficiências, negros e negras, povos originários, quilombolas dentre outros. Esses assédios estão estreitamente associados com o aumento gigantesco no número de feminicídios, nos ataques contra os povos indígenas, no aumento no número de mortes por conflitos no campo, etc.

Nessa conjuntura nacional desfavorável, os governos estaduais também incrementaram seus ataques. Em diversos estados (GO, MG, RN, RS) servidore(a)s público(a)s não receberam seus salários ou estão recebendo em parcelas distribuídas ao longo do ano. Na Bahia, Rui Costa (PT) implementou uma Reforma da Previdência tão draconiana quanto aquela proposta pelo presidente Jair Bolsonaro e está respondendo ao movimento grevista das universidades estaduais da Bahia com corte de salário e sem estabelecer qualquer diálogo. O governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel (PSC) e partidos coligados, como o PSL, vêm promovendo políticas que ameaçam o processo de democratização das universidades estaduais com o ataque às políticas de cotas raciais, bem como defendido uma política de genocídio à população negra e moradora de favelas.

O cenário econômico do Brasil não melhorou. O crescimento do PIB tem se mantido em números pífios: 0,98% em 2017, 1,1% em 2018 e previsão, pelo Banco Central, de 1,6% para 2019, enquanto economistas preveem um cenário de depressão. Da mesma forma, a balança comercial ainda apresenta valores positivos, mas a tendência de redução permanece: entre 2016 e 2017, o saldo da balança comercial foi de US\$ 67,5 bilhões; entre 2017 e 2018 foi de US\$ 56 bilhões; e o saldo do primeiro trimestre de 2019 foi 11,1% menor do que o existente no mesmo período de 2018, ficando na casa de US\$ 10,8 bilhões.

A situação econômica está caracterizada pela piora das condições de vida da classe trabalhadora. Os primeiros efeitos da EC 95/2016 e da contrarreforma trabalhista, junto ao aumento

geral do custo de vida (preço do gás, do combustível, dos alimentos, da energia, etc.) têm gerado uma situação terrível para a classe trabalhadora. Por exemplo, tal como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, um quinto das famílias brasileiras tem substituído o gás de cozinha por lenha ou carvão. No Pará e no Maranhão, mais da metade das famílias estão usando carvão ou lenha para preparar alimentos.

Os efeitos da contrarreforma trabalhista, cuja aprovação foi facilitada pelo recuo das grandes centrais sindicais diante da possibilidade concreta de realização da segunda greve geral em 2017, estão se mostrando de forma intensa. O exemplo mais ilustrativo é a violenta chantagem que a General Motors (GM) apresentou para o(a)s trabalhadore(a)s do Brasil: abrir mão de direitos ou enfrentar o desemprego. A contrarreforma trabalhista também foi um componente perverso que amplificou a tragédia de Brumadinho (MG), que matou mais de 300 trabalhadore(a)s, pois reduziu o valor das indenizações às famílias das vítimas. A resposta do presidente Jair Bolsonaro foi realizar um acordo com a Vale, ao invés de tomar medidas concretas para proteger as populações que sofrem com as barragens e a destruição predatória da natureza ou para reparar as famílias das vítimas.

Pesquisa realizada e divulgada pelo IBGE mostra que o desemprego, nos primeiros três meses, aumentou em 12,7%. São mais de 13,4 milhões desempregado(a)s, destes 5,2 milhões procuram emprego há mais de um ano. Importante ressaltar que esta é uma demonstração que a contrarreforma trabalhista em nada ajudou a reverter a preocupante situação do país. Em realidade, contribuiu para a piora, já que aumentou o número de trabalhadore(a)s subcontratado(a)s e desalentado(a)s.

Uma situação social em que a piora das condições de vida ocorre ao mesmo tempo em que o governo de extrema-direita Jair Bolsonaro apresenta uma série de medidas que apenas agrava os problemas vividos cotidianamente pela classe trabalhadora, sendo o pano de fundo da corrosão de sua popularidade. Depois de rebaixar o salário-mínimo, de revogar inúmeros direitos para mulheres, para grupos LGBTT e perdoar dívidas do capital privado, o presidente Jair Bolsonaro e o novo Ministro da Educação anunciaram cortes nos investimentos sociais, dentre os quais ganharam destaques os da educação.

Por isso, em apenas quatro meses, o presidente Jair Bolsonaro já apresenta uma perda de 36,2% de popularidade. Certamente, esse insucesso pode ser explicado pelo fato de o governo de extrema-direita atacar frontalmente a nossa existência.

Os Ataques à Educação

Ataques em múltiplas frentes

Desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro, os ataques contra a educação brasileira, seus(suas) trabalhadore(a)s, instituições e estudantes se intensificaram, embora não tenham surgido de agora. A política de austeridade limitou investimentos nas políticas sociais, por meio da EC 95/2016 que agravou significativamente os cortes no orçamento da educação, os quais já eram feitos durante os governos de conciliação de classe.

Por meio de um discurso do enxugamento da máquina e da economia em nome da crise, o governo federal de extrema-direita optou por cortar diretamente verbas orçamentárias das políticas públicas sociais como a educação. Ao mesmo tempo, há a facilitação para a terceirização da educação pública, os convênios com os grandes grupos empresariais privados que atuam no Brasil e no mundo.

Dessa maneira, é fundamental tratar, de forma conjunta, as contrarreformas da educação (reforma do ensino médio, BNCC, etc.) e as medidas de austeridade econômica (contrarreforma trabalhista e EC 95/2016) adotadas pelo governo Temer, e os recentes ataques proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro.

O Movimento Escola sem Partido, além de instituir a naturalização do binarismo de gênero, LGBTTfobia e o racismo, cria as condições para a criminalização de professor(a)s que assumem posicionamentos críticos ao considerar doutrinação toda forma de manifestação, de informação e de discussão que questione a sociabilidade derivada desse modo de produção.

Sob a aparente capa da neutralidade, os defensores da Escola sem Partido argumentam que para viver nessa sociedade é necessário, segundo sua proposta, incorporar e adaptar-se a sociabilidade geradora das desigualdades sociais, seja no trabalho, seja na convivência social mais ampla. Todo e qualquer questionamento é compreendido como promoção de doutrinação ideológica.

Essas medidas ganham força após a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Após a consolidação da bancada evangélica, aparece no Congresso Nacional, Projeto de Lei de Educação Domiciliar (PL 2401/2019), em conjunto com outras propostas anteriores (PLS 490/2017 e 28/2018) para criar uma “plataforma virtual” em que os pais ou responsáveis poderão matricular seus(suas) filho(a)s em um sistema a ser hospedado no Ministério da Educação. São projetos que usam o apelo à “segurança do(a)s filho(a)s” para ocultar a rejeição às instituições de ensino.

Os principais defensores dessa ideia, como a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), defendem romper com as instituições de ensino, a sociabilidade e o compartilhamento de experiências e de conteúdo, assim como desregular a educação pública como direito universal e dever do Estado. Por meio do discurso falacioso de combate ao socialismo, à ideologia de gênero e à doutrinação marxista, buscam criar um “inimigo interno” – o(a) professor(a) – ao mesmo tempo em que avançam no desmonte das políticas públicas fundamentais para o povo brasileiro.

Somado a isso, há a militarização das escolas que se aprofunda a partir da criação de uma subsecretaria na estrutura do Ministério da Educação (Decreto nº 9.465/2019). Tal medida significa o recrudescimento da Escola sem Partido, na medida em que viola os princípios de liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar o pensamento, a arte e o saber.

As escolas militarizadas estabelecem um padrão estético que viola o direito da criança e do(a) adolescente sobre o próprio corpo, uma vez que impõem um tipo específico de corte de cabelo, proíbem o uso de brincos, *piercing*, óculos escuros, cavanhaque, etc. A compreensão da diversidade e da individualidade são restritas. As pessoas transexuais, as mulheres lésbicas, os homens gays, o(a)s negro(a)s terão que se submeter ao padrão estético, de identidade de gênero binário e heteronormativo. Essa imposição sociocultural, com grave impacto na vida escolar, determinará a exclusão do(a)s diferentes, violando a diversidade e o pluralismo de ideias. Acima de tudo, a militarização é um passo adiante no projeto de privatização das escolas públicas. As “contribuições voluntárias” cobradas pelas escolas militarizadas e a venda dos uniformes são fontes de dividendos vultuosos. Em Goiás, 60 escolas rendem, pelo menos, R\$ 4,5 milhões mensais.

Inscrevem-se, nesse contexto, os ataques contra a autonomia das universidades públicas. Se no processo eleitoral a censura se deu por meio da interdição da livre expressão e do pensamento crítico, com a consolidação dos resultados das urnas, o que se viu foi um conjunto de ataques contra a autonomia universitária que, no último período, encontrou sua expressão maior no Decreto nº 9.794/2019 que retira das universidades a possibilidade de escolher pró-reitor(a)s, diretor(a)s, decano(a)s e outro(a)s dirigentes nessas instituições.

De Vélez a Weintraub

Desde a indicação de Vélez Rodríguez, instaurou-se uma disputa entre olavistas e militares que resultou em uma verdadeira caça às bruxas. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), responsável pela elaboração e aplicação do ENEM, sofreu com a demissão de 15 funcionário(a)s, por perseguição ideológica.

Assim, utilizando mídias sociais, o governo federal de extrema-direita defendeu a implementação da “lava a jato da educação” já que, supostamente, o ministro Vélez teria constatado indícios de corrupção no MEC em governos anteriores. Logo após o anúncio do presidente Jair Bolsonaro, as ações de empresas de educação ficaram entre as maiores baixas do IBOVESPA.

O ultraconservadorismo do ex-ministro ficou evidente quando se posicionou sobre a universalização do ensino superior. Para ele, esse ensino deve ficar restrito à “elite intelectual”. O conservadorismo também se expressou pelo correio eletrônico enviado às escolas do país um pedido para que professor(a)s e aluno(a)s cantassem o Hino Nacional diariamente, registrando em vídeo, que posteriormente deveria ser enviado ao Ministério, sem autorização de imagem, expondo as crianças e o(a)s professor(a)s, em uma explícita tentativa de controle do fazer profissional do(a)s docentes.

As tentativas de controle ideológico se expressaram na postura do governo em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Pela primeira vez foi constituída uma comissão própria para elaboração do exame, em detrimento da utilização do banco que está carregado com aproximadamente 10 mil questões.

As disputas entre a base aliada do presidente Jair Bolsonaro em torno dos rumos do Ministério da Educação fez com que em poucos meses fosse realizada a troca de Vélez por Abraham Weintraub. O novo ministro, advindo do mercado financeiro, mais apto a dar consecução às políticas de mercantilização e privatização da educação brasileira, tem obsessão pelo “marxismo cultural”, e desqualifica aquele(a)s que pensam diferente dele, incitando a população, por meio das redes sociais, contra a universidade pública e defendendo a não oferta ou extinção dos cursos de sociologia e de filosofia. Nessa mesma direção, ele anunciou o corte de 30% no orçamento de custeio das universidades, cuja justificativa inicial era a de acabar com a “balbúrdia”. Também atacou a autonomia das universidades com a edição do Decreto nº 9.794/2019 que poderá vetar ou aprovar as indicações às reitorias de instituições de ensino superior.

O modelo privatista e mercantil adotado pelo atual governo se utiliza de mecanismos lentos e graduais, mas substancialmente efetivos, visto se materializar de forma despercebida por grande parte da população. Subscritos pelo discurso de superação da crise econômica impõe o corte às universidades, como “tática” para aprovação da “nova previdência”. A pressão feita às universidades (setor que mais tem obstaculizado a Reforma da Previdência) faz parte de pressão política e social para aprovação da reforma (“nova previdência”). Embora o discurso seja de economizar preventivamente, o que se verificará é a paralisação e/ou suspensão dos pagamentos a terceiros, além de comprometer o pagamento de contas como água, energia elétrica, serviços de limpeza e aquisição de materiais.

As respostas da classe trabalhadora

A classe trabalhadora não tem assistido passivamente aos ataques aos seus direitos. Desde 2018, vimos a luta das mulheres ter um papel cada vez mais importante na nossa conjuntura. Desde o combate à descriminalização do aborto, com especial protagonismo da mobilização na Argentina,

que se tornou referência na América Latina, inspirando diretamente os movimentos de mulheres no Brasil.

Depois dos grandes atos pelo #Elenão em 2018, as movimentações de rua das mulheres no dia 8 de março de 2019 foram as mais importantes ações de oposição ao nome de Bolsonaro. As lutas do 8M foram o primeiro grande repúdio ao governo federal de extrema-direita e sua contrarreforma da Previdência que ataca, especialmente, as mulheres trabalhadoras em sua maioria negras, contribuindo para a construção da unidade na luta.

Sindicatos, movimentos sociais e oposições têm jogado força nas lutas gerais da classe em defesa dos direitos democráticos e contra a agenda regressiva em seu conjunto, ao mesmo tempo em que promove lutas específicas em defesa dos interesses do(a)s trabalhadore(a)s.

Em São Paulo, o(a)s servidore(a)s municipais realizaram uma importante greve contra a contrarreforma da Previdência (SAMPAPREV) de Dória e de Covas (PSDB). O funcionalismo público estadual de Goiás e do Rio Grande do Norte lutou para receber seus salários que não foram pagos pelos governos do momento. Da mesma forma, as greves no Piauí e na Bahia mostram a disposição de luta de universidades estaduais contra políticas de austeridade implementadas em nível estadual.

Em fevereiro de 2019, antes de o governo federal completar 50 dias, em uma semana ocorreram importantes atividades. Em 17 de fevereiro de 2019, foi realizado o Seminário Aberto do Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (FONASEFE), que reuniu mais de 320 dirigentes sindicais de todo o país para definir a pauta unificada do(a)s servidore(a)s público(a)s federais. O encontro definiu como prioridades as lutas contra a Reforma da Previdência, o combate à Emenda Constitucional nº 95/2016, a contrarreforma trabalhista e a lei das terceirizações, assim como a defesa das liberdades democráticas, do direito de organização da classe trabalhadora, o combate às privatizações e a luta em defesa dos serviços públicos.

Em 19 de fevereiro de 2019, ocorreu na sede da APEOESP, em São Paulo, o lançamento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas que contou com a participação de representantes de mais de cinquenta diferentes movimentos populares, sindicatos, entidades estudantis e centrais sindicais combativas que querem construir um campo para enfrentar a extrema-direita e não repetir os erros da política de conciliação de classes.

Finalmente, em 20 de fevereiro, a Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora convocada por oito centrais sindicais também foi uma iniciativa importante. Apesar dos limites da pauta aprovada, a atividade indicou um dia nacional de lutas contra a Reforma da Previdência e foi o primeiro passo para a construção de um calendário unificado que culminou na marcação do dia 14 de junho como dia da Greve Geral para derrotar a Reforma da Previdência do presidente Jair Bolsonaro.

Desde então houve um calendário intenso de lutas em níveis local, regional e nacional. O dia 14 de março foi marcado por atividades pedindo justiça por Marielle Franco e Anderson Gomes e de luta contra a criminalização dos movimentos sociais. Nos dias 22 de março, 24 de abril e 1º de maio também foram construídos atos unitários contra a contrarreforma da Previdência nas principais capitais do país. Esses atos, apesar de expressivos, não foram de massa como a conjuntura exigia. Os efeitos do apassivamento da classe promovidos pelos governos de conciliação de classe, somados aos receios com as medidas repressivas e regressivas do governo federal de extrema-direita fizeram com que, ao longo dos primeiros meses do ano, apesar de todos os ataques, não houvesse a reação necessária pela classe trabalhadora, mesmo com todos os esforços das entidades da esquerda classista que já apontavam a necessidade da construção de uma grande greve geral no Brasil como forma de derrotar a contrarreforma da Previdência.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE) convocou para o dia 15 de maio a Greve Nacional da Educação. A data foi incorporada ao calendário de lutas do III

Encontro Nacional de Educação (ENE) por proposta do ANDES-SN. Da carta do III ENE até o dia 15 de maio, houve uma importante mobilização na base de nosso sindicato – mais de 70 seções sindicais realizaram assembleias deliberando por greve – enquanto a diretoria do Sindicato Nacional atuava para fortalecer o setor das entidades da educação. Dessa forma, entidades sindicais e estudantis, como ANDES-SN, CNTE, FASUBRA, SINASEFE, UNE, UBES, ANPG, FENET passaram a convocar e construir o dia 15 de maio como um grande dia de greve nacional da educação contra a contrarreforma da Previdência, como momento importante para o acúmulo de forças na direção da construção da grande Greve Geral pelas centrais sindicais no dia 14 de junho.

Diferente dos dias de luta anteriores, o 15 M se caracterizou como um dia de greve da educação pública e privada com grandes atos e atividades da educação na praça em todas as capitais do país e em diversas cidades, que ganharam a manchete da grande mídia corporativa. Os anúncios do governo federal de contingenciamento dos recursos das IFES e a qualificação das universidades como espaços de “balbúrdia”, foram uma fagulha na conjuntura, contribuindo para o aumento da indignação e, dessa forma, para a ampliação da adesão à greve e à massificação dos atos pelo(a)s docentes, técnico(a)s administrativo(a)s, estudantes, responsáveis de estudantes e trabalhadore(a)s em geral.

As respostas do presidente Jair Bolsonaro às manifestações, chamando o(a)s estudantes de “idiotas úteis” colocou mais lenha no fogo. A UNE ainda no dia 15 de maio fez uma nova convocação para a construção do 30 de maio (30M) como um dia nacional de lutas com paralisação e mobilização. O ANDES-SN se incorporou, assim como outras entidades da educação, e convocou o(a)s docentes a se somarem na construção do 30M, assim como a se empenharem na construção da Greve Geral dos Trabalhadores no dia 14 de junho. Ainda que tenha sido em proporção menor, o 30M foi ainda uma manifestação massiva ocorrendo em diferentes cidades do país – logo após as manifestações de apoio a governo federal no dia 26 de maio terem se mostrado as menores desde a vitória eleitoral da extrema-direita em 2018. A realização da Greve Geral no 14 de junho não era um fato dado. Algumas das grandes centrais sindicais manifestavam disposição em negociar com o governo federal a contrarreforma da Previdência. Por esse motivo, o ANDES-SN se empenhou com outras entidades, movimentos sociais nas construções necessárias para a efetiva realização da GREVE GERAL.

O nível de organização dessas lutas ainda é fragmentado e disperso, e precisa avançar. Assim, devemos continuar os esforços de construção de unidade de ação nas diversas lutas da classe trabalhadora, reafirmando posição contrária ao projeto neoliberal e à política de conciliação de classes. Apesar da insatisfação popular com os efeitos do projeto do capital no cotidiano de suas vidas, essa percepção não se expressa em organização coletiva de enfrentamento à ordem, por isso é necessário potencializar as insatisfações e buscar mobilizar os setores que se encontram desmobilizados.

As respostas dadas por nosso sindicato têm sido corretas. No 38º Congresso do ANDES-SN, pouco tempo depois da posse do presidente Jair Bolsonaro, aprovamos, pela primeira vez em muitos anos, uma centralidade da luta unitária. Tal exemplo ilustra a compreensão que temos sobre a gravidade do atual momento histórico e a nossa disposição em construir a unidade na luta, intensificando o trabalho de base e a organização das mobilizações, para derrotar a extrema-direita e seus ataques.

TEXTO 2

Contribuição do(a)s professore(a)s Eudes Baima (SINDUECE), Celi Taffarel (APUB), Everaldo Andrade (ADUSP), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Flavio Dantas (ADUFERPE), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Erika Suruagy (AUFERPE), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Cláudio Félix (ADUSB), Fernando Cunha (ADUFPB), Giselle Moreira (APES), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Silvina Liliana Carrizo (APES), Lisleandra Machado (SINDIFSULDEMINAS), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Cláudio Félix (ADUSB), Fernando Cunha (ADUFPB), Joaquim Feitosa (ADUFPB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), José Arlen Beltrão (APUR), Carolina Nozella (ADUFAL), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), David Romão (APUR), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Marize Souza Carvalho (APUB), Antônio Eduardo Alves de Oliveira (APUR), Lenúcia Moura (SINDUECE), Pedro Silva (SINDUECE), Frederico Costa (SINDUECE), Paulo Riela (ADUFES), Humberto Climaco (ADUFG), Juanito Vieira (APES), Luís Antônio Pasquetti (ADUnB), Cássia Hack (SINDUFAP), Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA), Eunice Léa de Moraes (ADUFPA), Eduardo Jorge (ADUFERPE), Ailton Prates (ADUFAL), Rita Machado (SIND-UEA), Eunice Léa de Moraes (ADUFPA), Giovane Mota (ADUFPA), Eduardo Forneck (SSind do ANDES-SN na UFRGS), Cláudio Lira (APUB), Agostinho Beghelli Filho (APES), Hércio Batista (ADUFERPE), Gilberto Brito (ADUFU), Eliene Novaes (ADUnB), Clarice A. Santos (ADUnB), Jair Reck (ADUnB), Glória Magalhães (ADUnB), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Ricardo T. Neder (ADUnB), Luiz Rojo (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Neuma Lopes (SINDUECE), Lia Matos (SINDUECE), Marly Miranda (SINDUECE), Francine Iegeslki (ADUFF), Nelson Simões (SINDUECE), Laura R. S. C. Maurício da Fonseca (SEDUFMS).

A LUTA É AGORA: ORGANIZAR A GREVE GERAL DE 14 DE JUNHO EM DEFESA DAS APOSENTADORIAS E CONTRA O GOVERNO BOLSONARO

Introdução

Nós, professores aderentes ao Fórum Renova ANDES-SN, sabemos que este texto referente ao Tema 1 do CONAD, deveria estar adaptado ao fato de que o evento se realiza na primeira quinzena de julho e que, assim, deveríamos redigi-lo de forma mais abrangente e abordando as questões de forma mais duradoura.

Contudo, optamos por utilizar o espaço do Caderno de Textos para abrir um debate imediato com os docentes, levantando as tarefas urgentes, para os meses de maio e junho, do movimento sindical e de nosso sindicato, o ANDES-SN: a luta para derrotar a contrarreforma da previdência, para reverter os cortes nos orçamentos das instituições de ensino superior e na educação básica, lutas que passam por derrotar o Governo Bolsonaro na greve geral de 14 de junho próximo.

Inscrevemos esta contribuição ao Caderno de Textos há 10 dias da segunda rodada de luta em defesa da educação, em 30 de maio, conforme chamamento original da UNE, UBES e ANPG, e a 24 dias da greve geral de 14 de junho. Assim, não devem haver considerações de nenhum tipo que nos impeça de colocar no centro da preparação do CONAD a greve geral. Esta é a questão das questões no momento.

Repassando alguns fatos

Fruto do processo golpista de 2016, criação da tutela militar e judiciária que se instaurou a partir de então, construído com a contribuição da grande maioria dos órgãos de imprensa, Bolsonaro assumiu como cartada obrigada, mas, ao mesmo tempo, a mais alta e perigosa, dada pelas classes dominantes

para recompor o terreno perdido em quase 20 anos. Inclui-se aí a retomada plena do domínio do imperialismo, especialmente o estadunidense, sobre o País e a América Latina.

Bolsonaro tomou posse prometendo se jogar na liquidação do que restou de direitos na CLT, na mira o 13º e o adicional de férias, ao mesmo tempo em que Moro prometia iniciar uma guerra contra o movimento sindical, que depois se consubstanciou na MP 873/2019. De cara, o novo presidente não sancionou o salário mínimo de R\$ 1.006, rebaixando o valor para R\$ 998. Bolsonaro repetindo o mantra do “gigantismo do Estado”, indicando mais quebra de direitos sociais e aplicação impiedosa da EC 95. Mas a pedra de toque do governo da extrema-direita, seu laço mais importante com o grande capital era realizar a contrarreforma da previdência que os trabalhadores barraram durante o governo golpista de Temer.

De fato, em março, Bolsonaro editou a PEC 06/2019 com um conjunto imenso de ataques destrutivos aos direitos previdenciários e à seguridade social no seu conjunto, indo da desconstitucionalização das normas previdenciárias, passando pelo arrocho aos atuais segurados constante nas regras de transição e pela liquidação da assistência aos setores mais excluídos dos sistema produtivo, e chegando à destruição pura e simples das aposentadorias das futuras gerações por meio da adoção do modelo de capitalização. O peso que a contrarreforma da previdência tem na sobrevivência política deste governo é tamanha (com a “potência fiscal” de R\$ 1 trilhão, em 10 anos) que se pode dizer que sua aprovação é uma questão de vida ou de morte para Bolsonaro. Abreviar este governo passa justamente por derrotá-lo na questão das aposentadorias.

Daí os 5 meses de crise ininterrupta, com inédita perda de popularidade para tão curto tempo de gestão, que é a marca do Governo até agora. Encurralado, entretanto, ele se torna mais violento e tende a ampliar os ataques aos direitos e à democracia.

Em declaração pelo Twitter, já no começo do mês de abril, Bolsonaro afirmou que o Ministério da Educação estava estudando “descentralizar” os investimentos feitos em cursos da área de humanas. O objetivo, tuitou o presidente na sexta-feira, 26/4, seria “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como Veterinária, Engenharia e Medicina”. A decisão já teria sido, então, encaminhada ao Ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Na mesma mensagem, o presidente afirmava que “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”. Numa só mensagem, o governo da extrema-direita atacava o financiamento do ensino superior, ameaçando matar as áreas de humanas e sociais à míngua, mas também afirmava o credo deste governo de que aos trabalhadores e a seus filhos cabem apenas o ensino dos rudimentos da leitura, da escrita e das operações fundamentais.

A medida, se de fato fosse posta em prática, atacaria a própria existência da universidade, cujo nome mesmo indica a universalidade do conhecimento científico e filosófico, ampliaria a subordinação dos cursos universitários aos ditames do mercado e poria em risco áreas da ciência tão importantes como a formação de professores, os estudos da sociedade, a pesquisa filosófica, entre outras, e rebaixa ao mínimo a responsabilidade do Estado com o ensino para todos.

O episódio deixava a nu a obstinação desse governo em atacar as universidades públicas e a categoria docente. Ao que parece, o projeto de “desconstruir”, afirmado por Bolsonaro, tem em seus alvos essas instituições, patrimônios do povo e responsáveis pelo ensino de qualidade, profissionalização, produção de quase toda a pesquisa no Brasil, tecnologia e por oferecer à sociedade extensão de serviços como hospitais, assistências diversas, lazer, museus, projetos de preservação do patrimônio histórico, ambiental e cultural, dentre outros. O governo ameaçava ainda a liberdade de cátedra e o direito à escolha democrática dos dirigentes das universidades, ataca frontalmente a autonomia universitária e pública inverdades sobre as mesmas.

Além disso, o twitter do presidente rebaixava a função da educação básica, afirmando sem pejos que este deve estar unicamente focado na escrita, leitura e na tabuada. Depois disso, segundo o presidente, os jovens devem ser enviados o mais breve à busca de um emprego subalterno.

Maior: ataques, resposta nas ruas e aprofundamento da crise do governo

Em nota de 27 de abril, o Fórum Renova ANDES-SN alertava: “o ataque às ciências humanas e sociais é uma senha para um ataque de conjunto à universidade pública, ao seu financiamento e aos seus meios de funcionamento, como mostram a enxurrada de medidas administrativas com as quais o MEC tenta paralisar o dia-a-dia das Instituições de Ensino Superior”.

Com efeito, poucos dias depois, Bolsonaro bloqueou linearmente, sem aviso prévio, 30% do orçamento previsto para o custeio do Ensino Superior da esfera federal: 25,38% das universidades, 35% dos IFs, 13% dos HUs. Quando se observa o corte por instituição, encontraremos cortes de 100%, como no HU da UFPI e outros que giram em torno de 40% em várias universidades. No que diz respeito aos IFs, um exemplo é o IFSUDESTEMG, onde o corte chega a 36,6%.

Os cortes não pouparam a educação básica que amargou a perda de 40% no orçamento federal previsto para 2019. Lembre-se que os orçamentos originalmente previstos já eram vítimas do rebaixamento imposto pela EC 95/2016, de Temer.

Esta gravíssima política de terra arrasada do governo da extrema-direita, aplicada em nome dos interesses do imperialismo, se dava na hora em que tínhamos que enfrentar sua tentativa de destruir a previdência social, para impor um modelo de capitalização.

A resposta veio de imediato. Nos atos deste 1º de maio, as centrais sindicais, unificadas, convocaram uma greve geral no dia 14 de junho. Um mês depois da greve nacional da educação, em 15 de maio (15M), que tinha sido originalmente convocada pela CNTE. A greve dos professores em defesa da aposentadoria, se tornava agora também a greve para reverter os cortes no orçamento e deter a destruição da educação pública no Brasil. E com isso, punha em movimento um potente movimento de estudantes que sacudiria o país no já memorável 15 de maio de 2019.

O 15M, contudo, começou bem antes dessa data, num movimento em ondas que arrastou milhares de professores, estudantes, servidores técnico-administrativos (TAEs) e pais tão logo os cortes foram anunciados! Milhares de alunos, professores, TAEs e pais do Colégio Pedro II, duramente golpeado pelo bloqueio de verbas, se reuniram num ato na porta do Colégio Militar do RJ, por ocasião da visita de Bolsonaro, em 6 de maio. Pelo país todo, os IFs começam a paralisar suas atividades, como já ocorreu no IFPB e no IFPR, enquanto nas universidades a mobilização começa em alta, como ilustra a enorme manifestação na UFBA, neste mesmo 6 de maio. Esta maré se ampliou e desaguou na greve e manifestações multitudinárias de 15M.

Se alguém ainda tinha dúvida sobre a necessidade vital da unidade, os cortes de Bolsonaro desfizeram. Eles atingem a educação no seu conjunto, e mesmo que haja reivindicações específicas, os ataques nos atingem a todos. O 15M foi um momento de ampla unidade das organizações dos trabalhadores e da juventude, a partir do chamamento da CNTE e da resposta positiva que ele recebeu. Além disso, várias reitorias chegaram a convocar assembleias gerais universitárias para tratar dos cortes. Sobre esta base, é necessário ampliar a ação comum inclusive com as administrações que queiram resistir.

O êxito da greve nacional da educação em defesa da aposentadoria e contra os cortes foi uma poderosa alavanca na construção da Greve Geral de 14 de junho. É a luta da classe trabalhadora, com suas organizações unidas e atraindo todos os setores populares, que pode frear a tentativa do governo de destruir a Previdência.

Essa batalha é mãe de todas as batalhas para evitar que Bolsonaro, os escroques que o cercam, e as instituições que lhe servem de pilares, sigam em frente no desastre nacional que almejam, cujo cerne está na entrega de 1 trilhão de reais, como alardeia Paulo Guedes, à especulação financeira, às custas dos direitos. Por isso, a contrarreforma precisa ser derrotada em bloco. Não cabem negociações em torno da PEC 06 de Bolsonaro.

A tarefa do momento: garantir o 30 de maio rumo à greve geral de 14 de junho!

Como vimos, convocado em torno da luta central contra a destruição das aposentadorias, o 15M ganhou outra dimensão, atraindo amplos setores, amplas camadas da população que, em defesa da Educação, saíram às ruas para demonstrar a insatisfação com a situação a que o desgoverno de Bolsonaro conduz o país.

As mobilizações de 15M foram catalizadoras da resistência aos cortes na Educação que começou com os secundaristas do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e depois se propagou como um rastilho de pólvora em todo Brasil. As entidades estudantis entraram com tudo, ao lado dos professores. Os partidos de esquerda se engajaram. Outras categorias de trabalhadores também, como foi o caso dos petroleiros.

E o que se viu no dia 15, em todos o país, capitais e interior, foi, além da paralisação na Educação, manifestações massivas de repúdio aos ataques à Educação desferidos por um governo vende-pátria, destruidor de direitos e obscurantista.

As manifestações de trabalhadores e jovens articularam a luta contra os cortes à batalha decisiva em defesa da previdência. Os trabalhadores e jovens perceberam claramente também que é a democracia e o direito à organização e expressão que estão em jogo e, por isso, incorporam à palavras de ordem, faixas, cartazes e pirulitos a consigna Lula Livre.

Mas não podemos nos enganar, enquanto Bolsonaro e seus escroques oferecem espetáculos deprimentes à nação, os militares e o judiciário seguem lhe dando sustentação, malgrado a imensa crise no Congresso Nacional, onde o governo até aqui não conseguiu compor uma maioria estável. De nosso lado, os trabalhadores e os estudantes, com suas organizações, se reagrupam, atraindo amplos setores, para fazer frente aos ataques desferidos e vindouros. No plano governista o alvo central segue sendo a destruição da Previdência, porque assim ordenou o capital financeiro.

Não nos enganemos, o governo não vai recuar, não pode recuar, sob pena de ser descartado como bagaço pelos detentores do poder econômico. Prova disso foi o Decreto Presidencial 9.794/2019, que centraliza no Executivo a nomeação de pró-reitores e de outros cargos de gestão das universidades, inclusive utilizando a ABIN para investigar a vida pregressa dos professores e funcionários indicados para tais funções, um ataque em profundidade à já combalida autonomia universitária.

Bolsonaro terá que ser emparedado. Tarefa que só a classe trabalhadora, atraindo a juventude e as camadas oprimidas, pode cumprir e que tem, na atual conjuntura, a greve geral como seu instrumento mais importante.

A Greve Nacional da Educação liberou energias. **Nas próximas quatro semanas tudo deve convergir para o 14 de junho.** O movimento docente, o ANDES-SN à frente, deve organizar de imediato as assembleias de adesão à greve geral, voltadas para organiza-la em cada instituição. O ANDES-SN e suas seções devem se engajar também na organização de bancas de coleta de assinaturas ao abaixo-assinado pelo “Voto Não à destruição da Previdência. Da mesma forma, é preciso fortalecer as iniciativas de assembleias gerais universitárias, inclusive aquelas convocadas pelas administrações contra os cortes.

A meio caminho da greve geral, temos o dia 30 de maio chamado pela UNE, UBES e ANPG, como o 2º dia em defesa da Educação. É a oportunidade de reeditar e ampliar o dia 15 de maio. Tudo

estando conectado com a preparação da greve geral para derrotar o governo e preservar os di-reitos conquistados com a Previdência Pública e Solidária.

Em 15 de maio a prova foi feita. Há menos de seis meses da posse o governo foi rechaçado de forma contundente. Não tem pirotecnia, para açular seus fanáticos, que suplante a manifesta disposição de defesa dos direitos, da nação e da democracia, demonstrada pela multidão que ocupou as ruas do país. Uma disposição que tem onde se apoiar. Em que pese a difícil situação aberta no país que culminou na trama da eleição de Bolsonaro, os trabalhadores se utilizam de suas organizações, como o ANDES-SN, para se defender.

Depois do 15 de maio, nesta etapa, a preparação do CONAD precisa colocar no centro a tarefa de reunir as condições para que em 14 de junho a maior greve geral já realizada no Brasil barre o desmonte da Previdência, integrando a defesa da Educação e dos direitos, bem como a entrega da nação ao imperialismo, além da defesa da democracia que não se esgota, mas tem sua simbologia principal, no momento, na defesa da liberdade de Lula.

TEXTO 3

Contribuição do(a)s professore(a)s Antônio Vicente Seraphim Pietroforte (ADUSP); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI); Silvina Liliana Carrizo, Giselle Moraes Moreira, Lisleandra Machado (APESJF); Antonio Eduardo Alves de Oliveira (APUR); Fabio Venturini (ADUNIFESP); Ariuska Karla Barbosa Amorim, Daniela Favaro Garrossini, Maria Auxiliadora Cesar, Patricia Cristina da Silva Pinheiro, Maria Lúcia Pinto Leal, Cristiano Guedes de Souza (ADUNB); Adroaldo Oliveira dos Santos, Anselmo de Lima Chaves (ADUFS-BA); Eunice Léa de Moraes, Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan (ADUFES); Eduardo Forneck (APROFURG).

FORA BOLSONARO E TODOS OS GOLPISTAS!

As gigantescas mobilizações do último dia 15, que levaram mais de um milhão de pessoas às ruas em mais de 300 cidades do País, integradas por uma maioria de jovens e trabalhadores da Educação, intensificaram a crise do governo ilegítimo de Jair Bolsonaro e mostraram, claramente, o único caminho para que os explorados e suas organizações saiam vitoriosos contra o regime golpista e os pesados ataques às condições de vida e trabalho da imensa maioria do povo brasileiro.

A palavra de ordem “Fora Bolsonaro” resume a tarefa central da esquerda e do movimento popular na etapa atual. Não é um governo legítimo, pois que foi eleito por meio da maior fraude eleitoral da história do País, não tem apoio da maioria da população e chegou ao poder devido a um golpe de Estado. Portanto, deve cair. Da mesma forma que, historicamente, o povo sempre clamou a derrubada de governos opressores, ditatoriais, antipopulares e exploradores, o povo deve (e já está fazendo) exigir o “Fora Bolsonaro”.

O governo golpista encontra-se agora em uma crise. A direita golpista, todavia, procura manipular o descontentamento popular a Bolsonaro a favor de seus interesses, buscando dar uma saída por cima, substituindo Bolsonaro por outros golpistas. Não podemos permitir isso.

Nesse sentido, é preciso que a classe trabalhadora, as organizações e movimentos populares intervenham na crise política do golpe e aponte uma perspectiva à esquerda. É preciso vincular a luta pela queda de Bolsonaro à luta pela liberdade de Lula e à exigência de novas eleições gerais.

A consequência direta e imediata da política de conciliação da “esquerda” acaba por traduzir-se em um “Fica Bolsonaro” que induz a um erro político colossal. Dirigentes políticos e dos movimentos de luta dos trabalhadores, que objetivam desmistificar qualquer possibilidade de conciliar os interesses dos trabalhadores com os do atual governo, precisam deixar claro que não dá para *misturar as coisas*, ou seja, propôr uma mobilização a cada momento do golpe com reivindicações imediatas e isoladas, sob o pretexto de que isso pode servir para “unificar” e fortalecer a luta. Isso, na verdade, enfraquece o poder de fogo das reivindicações das classes trabalhadoras.

Foi assim que os/as trabalhadores/as foram derrotados/as em todas as lutas parciais e na luta de conjunto contra o golpe de Estado. Perdemos na luta contra o congelamento dos gastos públicos (PEC 95), perdemos na luta contra a reforma trabalhista, perdemos na luta contra a reforma do ensino médio, perdemos na prisão de Lula, perdemos nas eleições e continuaremos perdendo se não fizermos a luta mais ampla e sem conciliações.

A sensação de que a cada minuto uma bomba explode aos nossos pés, não é um acaso e só é compreensível a partir da análise de que há um programa fascista em andamento no país que colide diretamente com os interesses dos trabalhadores.

A política dos setores da esquerda que busca “ensinar Bolsonaro a governar”, “colocar o governo na linha” ou “fazer pequenas mudanças” no governo, como trocar o ministro fascista da Educação, acaba por reafirmar, mesmo que de forma indireta, um “fica Bolsonaro”.

Só a mobilização pelo “fora Bolsonaro” é consequente com a crescente rejeição de um governo que foi eleito com o voto minoritário do eleitorado (pouco mais de 30%).

Apostar no jogo institucional fazendo “oposição propositiva” na esperança de derrubar o governo através das instituições (como se fosse possível uma versão Bolsonaro 2.0, tipo Mourão), na prática, só ajuda o processo de saqueamento dos trabalhadores organizado por Bolsonaro. Desta forma, mais uma vez, é algo que se coloca contra as aspirações da população.

O dia 15 de maio mostrou o caminho das ruas e da luta política, de conjunto, contra o regime golpista capaz de unificar as lutas parciais com a luta geral em torno de questões claras e decisivas. Só assim pode-se construir um caminho capaz de derrotar, de forma geral, os golpistas e abrir caminho para vitórias reais e duradouras dos explorados. Isto fica claro, principalmente, em torno das reivindicações centrais das manifestações apresentadas nas suas palavras-de-ordem mais apoiadas: “fora Bolsonaro” e “Lula livre”.

Devido à grande polarização política a radicalização popular está aumentando. Existe uma tendência cada vez maior pela derrubada de Bolsonaro e dos golpistas. É preciso que os movimentos de luta contra o golpe, como os partidos de esquerda, as organizações sindicais como a CUT, o ANDES e de outros setores populares como o MST, organizem essa tendência pelo “fora Bolsonaro”, fazendo uma ampla campanha com essa palavra de ordem nos locais de trabalho, estudo e moradia, para que os atos, como o do dia 15, se radicalizem ainda mais e se transformem em um movimento de enormes proporções que seja capaz de derrubar definitivamente Bolsonaro e o golpe em seu conjunto, colocando em seu lugar um governo dos trabalhadores e das classes populares.

TR – 3

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Por uma política que organize a classe trabalhadora contra todos os ataques a seus direitos, através da unidade com os movimentos sociais, partidos de esquerda e sindicatos, em manifestações, atos e outras formas de resistência em consonância com a defesa desses direitos.
2. Adotar a consigna "Fora Bolsonaro, seu vice Mourão e todos os golpistas. Eleições gerais já!"

TEXTO 4

Contribuição do(a)s professore (a)s André Martins (Sindoif-SSind), Fábio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Correa Prado (Sesunila), Kate Lane (Aduff-SSind), Luis Acosta (Adufrj-SSind), Márcia Lemos (Adusb-SSind), Mário Mariano (ADUFVJM-SSind), Milton Pinheiro (Aduneb), Rodrigo Castelo (Adunirio), Walcyr Barros (Adufrj-SSind).

AVANÇAR NA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA PARA CONSTRUIR O PODER POPULAR, RUMO AO SOCIALISMO: UM NOVO CICLO DE LUTAS COM A JUVENTUDE E AS/OS TRABALHADORAS/ES NAS RUAS

As disputas interimperialistas e o avanço das políticas reacionárias e ultra neoliberais como desdobramento da crise global do capital

Os primeiros meses de 2019 têm sido marcados pela continuidade e aprofundamento das políticas ultra neoliberais, conservadoras e reacionárias, como fruto da crise global do capitalismo, gerando mais precarização das condições de vida e trabalho em todo o mundo. O imperialismo avança com força sobre os países dependentes, ora disfarçado de ajuda humanitária e salvação democrática, ora evidenciado no armamento de exércitos e bloqueios econômicos.

Entretanto, há atritos importantes entre as diversas potências mundiais. A modo de exemplo, lembremos a intervenção da Rússia na Síria, que contrariou os desígnios dos EUA e de países da OTAN e da UE de balcanizar este país e, a partir dessa base territorial, lançar a agressão final contra o Irã. Neste ano, e como consequência das posições do governo Trump, está acontecendo uma batalha entre os EUA e a China, na forma de “Guerra Comercial”. São projetos de globalização ou mundialização do capital que estão em disputa. A China com as propostas da “Nova rota da seda”, do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o Banco do BRICS, e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) disputa a liderança e orientação da globalização do capital. A globalização unipolar dos EUA e países da UE, se confronta com o interesse por uma globalização multipolar da China e da Rússia. Os investimentos chineses na Ásia, África, América Latina, e até em países europeus são muito relevantes, questionando a política unipolar dos EUA pós crise terminal do socialismo real e da arquitetura do capital desenhada nos acordos de Bretton Woods no

final da Segunda Guerra Mundial. Estas disputas se fazem presente entre nós no próprio governo e no empresariado que fica tensionado entre a adesão incondicional aos EUA na defesa dos “valores ocidentais judaico-cristã” e os interesses econômicos especialmente do agronegócio que têm na China um cliente privilegiado. Obviamente, não se trata, para nós, trabalhadoras/es, de escolher qual globalização do capital é melhor, mas sim de avaliar os cenários de disputas e até de guerras que estão em curso, para definir nossas políticas, sem cair no niilismo político de determinadas forças políticas que traduzem disputas interimperialistas entre projetos geopolíticos de globalização em ofensiva da classe trabalhadora, apoiando irresponsavelmente a globalização unipolar patrocinada pelo imperialismo dos EUA.

No cenário latino-americano, o caso da Venezuela tem sido o mais emblemático até o momento. Em 30 de abril, o governo, constitucional e legitimamente eleito, de Nicolás Maduro sofreu uma tentativa de golpe, por parte que Juan Guaidó, que se autoproclamou presidente interino do país, e o militante de ultra direita, Leopoldo López. O golpe teve apoio declarado dos EUA, que, sob a falsa prerrogativa de defesa da democracia, tenta se apropriar das reservas de petróleo venezuelanas. Nesse sentido, a luta contra a tentativa de golpe na Venezuela é dimensão decisiva para os destino de toda América Latina contra o avanço da dominação estadunidense pelas mãos de Trump.

Lopez e Guaidó, assim como Macri, na Argentina, e Bolsonaro, no Brasil, representam os grupos econômicos que lucram com a crise e desempenham o papel de capacho do imperialismo estadunidense, ameaçando a soberania nacional, bem como às liberdades democráticas, em seus países, e entregando de bandeja as riquezas nacionais ao capital estrangeiro, gerando mais desigualdade. Aliás, Macri, enfrentará eleições nacionais, ainda neste ano, no mês de outubro, com possibilidade de derrota nas mãos do velho populismo peronista. Mesmo que este resultado não seja uma virada de 180 graus da política neste irmão país, vai ter um valor simbólico importante, já que enfraquece as forças mais direitistas e pró-imperialistas na região.

No Brasil, os primeiros cem primeiros dias do governo Bolsonaro não decepcionaram aqueles que caracterizavam este governo como fascista e ultra liberal. Implementando, com celeridade, a agenda imperialista, Bolsonaro acelerou as medidas de ajuste fiscal, avançando nas privatizações, na entrega das nossas riquezas naturais e na alienação do nosso patrimônio público, ao mesmo tempo em que ataca fortemente direitos políticos e sociais historicamente conquistados.

Logo nas primeiras horas após a posse, publicou a Medida Provisória 870, que esvaziou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), passando toda a responsabilidade de identificação, delimitação e demarcação das Terras Indígenas para o Ministério da Agricultura, controlado pela ala mais radical da bancada ruralista, que, não só é contrária aos direitos indígenas, como é responsável pelo assassinato sistemático desses povos ao longo da história desse país.

Logo no segundo mês de mandato, o projeto de lei anticrime e a flexibilização do porte de armas, anunciado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro – cuja nomeação evidencia o caráter político da lava-jato e as relações espúrias entre legislativo, executivo e judiciário – busca legalizar a “licença para matar”, já praticada pelas forças militares em diversas favelas, comunidades e periferias do país.

Do início do ano até aqui, não faltam exemplos da política de genocídio, em especial, do povo preto e pobre, adotadas por esse (des)governo. Em abril, uma família teve seu carro metralhado com 80 tiros por soldados do Exército, que na tentativa de justificar mais esse assassinato de um trabalhador negro, produziram a versão, reforçada pela conglomerado midiáticos que os soldados teriam “confundido” o carro com o de “bandidos”. Os militares efetuaram mais de 200 disparos de fuzil. O pai, que dirigia o carro, Evaldo Rosa, morreu na hora, sem sequer haver tempo para socorro. Em outra desastrosa ação, o Exército assassinou um jovem de 19 anos que tentou passar por uma blitz.

Pelo projeto de lei anticrime de Moro, ações de execução sumária como estas seriam justificáveis. As execuções aconteceram, respectivamente, no subúrbio carioca e na baixada fluminense, áreas cuja população é majoritariamente negra e pobre.

O projeto em tela e outras medidas em relação ao porte e uso de armas de fogo, têm como finalidade agradar à base eleitoral “milicianista” e do agronegócio em defesa da propriedade privada e contra as “invasões” de terras, além de possibilitar a ampliação dos lucros das empresas de armas que ditam seus interesses no parlamento através da chamada “bancada da bala”. Não pode ser negligenciado este caráter “milicianista” do governo, já que estes são verdadeiros grupos paramilitares, alguns dos quais estão envolvidos em crimes políticos como no caso da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Assim como há Estados nacionais controlados pelo narcotráfico, entre nós temos em curso uma experiência de um Estado controlado pelas milícias paramilitares. Nesse momento, há uma investigação da justiça no Rio de Janeiro, que a cada dia se aproxima, de um dos filhos de Bolsonaro. Trata-se do caso do hoje senador Flávio Bolsonaro e do seu ex-assessor Fabrício Queiroz, que, segundo o Ministério Público, movimentaram grandes somas de dinheiro, em operações de fachada de compra de imóveis para encobrir financiamento ilícito de campanha eleitoral própria e de pagamento por serviços de funcionários do gabinete ligados às milícias no Rio de Janeiro. A possível ação criminosa ainda envolveu cheques de Queiroz para Michele Bolsonaro. Não por acaso há uma mobilização pelas redes sociais controladas pelos “bolsonaristas” atacando o Poder Judiciário, o Congresso Nacional e as “corporações”, e até chamando para uma mobilização para o dia 26 de maio em apoio ao presidente Bolsonaro, ao pacote anticrime do Moro, a reforma administrativa que coloca o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) sobre administração do ministro “Moro” e o projeto de Emenda Constitucional de destruição da previdência pública. Esta mobilização do dia 26 de maio, caso se materialize, é também uma resposta ao ato vitorioso de mobilização do dia 15 de maio, protagonizado pela juventude estudantil e as/os trabalhadoras/es da educação e a convocatória para a greve geral do dia 14 de junho.

O grande alvo do governo Bolsonaro é a contrarreforma da previdência.

Isto é o que o “mercado” e os “investidores” querem: o controle direto da poupança previdenciária das/os trabalhadoras/es ou dito de outra forma: a subsunção real do trabalho ao capital. Evidentemente, o controle indireto, formal, por parte do capital da poupança previdenciária já existe, mesmo no regime de previdência pública solidária. Agora trata-se de controle direto, real, pelo capital, através das suas próprias instituições financeiras desta significativa poupança para ser utilizada como investimento de capital. A utilização da poupança previdenciária como investimento de capital diretamente pelos agentes financeiros, significa que este dinheiro, vai ser aplicado como capital na exploração da força de trabalho, para gerar como resultado o lucro que vai financiar as futuras aposentadorias. É dinheiro do trabalhador explorando força de trabalho do trabalhador para obter mais dinheiro, ou seja, subsunção real do trabalho ao capital. Sabemos que a previdência social vem sendo sistematicamente desmontada, pelo menos, desde o governo de FHC, que desvinculou as receitas da União, passando pelos governos petistas, que estabeleceram o teto das aposentadorias e abriram o espaço para previdência privada. Entretanto, o que se apresenta agora é, na prática, a extinção da previdência social pública para dar lugar a uma nova etapa da financeirização, a partir da capitalização, como forma de responder à crise global do capital.

As medidas propostas pela reforma de Bolsonaro irão atingir diretamente a população pobre, precarizada e negra, que compõe a maioria dos trabalhadores, assim como da massa de desempregados e, conseqüentemente, do crescente número de trabalhadores empurrados para a informalidade. Assim como às mulheres, que não conseguirão contribuir ininterruptamente por quarenta anos já que, ao serem responsabilizadas quase que integralmente pelo cuidado com a casa e os filhos, dentro dessa cultura machista e patriarcal inerente ao capitalismo, precisam se retirar do mercado de trabalho, não alcançando, assim, a aposentadoria integral. Além disso, a diminuição do

BPC (benefício de prestação continuada) para os vergonhosos quatrocentos reais para pessoas em condições de miserabilidade se constitui em uma verdadeira política de extermínio da população idosa mais pauperizada.

Ou seja, sob o pretexto de que a população está envelhecendo demais e de que é preciso alavancar a economia, a reforma da previdência de Bolsonaro, na verdade, prejudica a classe trabalhadora e causará mais desaceleração econômica, uma vez que o que gera receita para a previdência são pessoas empregadas; a cada dia que se passa percebemos o aumento do desemprego, hoje com mais de 12 milhões de pessoas nessa condição. Essa é uma medida puramente para responder à queda de acumulação dos capitalistas e aumentar o lucro dos banqueiros, que já não é pequeno. Somente em 2018, os Bancos do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander lucraram, juntos, 69 bilhões de reais e tiveram um aumento de 20% nos seus lucros.

Para agravar ainda mais este cenário, em maio deste ano, o novo Ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou suas ameaças contra as universidades, IFs e CEFETs e a educação pública em geral. Em uma perversa combinação de políticas de austeridade e perseguição ideológica, o governo anunciou restrições orçamentárias para área de humanas, justificando que estas seriam mais “improdutivas”, corroborou com o golpe nas eleições para a reitoria da UniRio, ameaçou cortar mais de 7 mil bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação, além de cortes no orçamento, inicialmente, da UnB, UFBA e UFF, acusadas de fazer “balbúrdia” (as três universidades sediaram eventos críticos ao governo, em especial da União Nacional dos Estudantes, e por isso seriam punidas), e posteriormente, para todas a educação federal, em 30% do orçamento.

No setor das universidades estaduais destacamos no Estado de Piauí, na Uespi, a greve dos docentes deflagrada no dia 18 de março que se alongou durante quatro semanas. O movimento docente reclamava uma reunião urgente com o governador Wellington Dias (PT) para tratar da grave situação orçamentária da universidade. Após audiência de conciliação no Tribunal de Justiça decidiram suspender a greve e manter as mobilizações para garantir o cumprimento do acordo firmado com o governo estadual.

No Estado da Bahia, foi deflagrada no dia 9 de abril, uma greve unificada nas universidades do Estado da Bahia (Uneb), Estadual de Feira de Santana (Uefs), Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) e na Estadual de Santa Cruz (Uesc), esta última a partir do dia 15 de abril, todas organizadas no Fórum das ADs. O motivo da greve é a inflexibilidade do governo Rui Costa (PT) para o diálogo. Também, sua crescente ofensiva contra as universidades do Estado da Bahia, a defesa do Estatuto do Magistério Superior, da carreira docente e pela reposição das perdas salariais dos últimos anos. Um greve com ampla participação docente e apoio popular que protagonizou mobilizações de rua muito destacadas como foi no caso do dia 25 de abril. Mesmo com o anúncio do corte de salários, as assembleias decidiram pela manutenção da greve.

Apesar das universidades públicas no Brasil apresentarem indicadores de excelência, segundo dados internacionais e do próprio MEC, sendo as principais produtoras de pesquisa, ciência e tecnologia no país, além dos cortes orçamentários, o governo Bolsonaro destila seu ódio ao conhecimento e ao pensamento crítico, tentando disseminar a ideia de que a Universidade não teria nenhum valor, servindo somente à “vagabundos” e “baderneiros”. No caso dos governos estaduais há situações diversas, porém a regra é de ataques à autonomia universitária, à liberdade de cátedra, cortes no orçamento e contrarreformas nos regimes previdenciários dos funcionários públicos. O que levou às manifestações massivas de rua nos dias 8 de março e 15 de maio.

A criação do Fórum sindical, popular e de juventudes, a realização do III ENE e as mobilizações do 8M e do 15M foram passos muito importantes na reorganização da classe trabalhadora para derrotar Bolsonaro e suas políticas nefastas

Três fatos políticos merecem nosso destaque neste primeiro semestre: a constituição do *Fórum sindical, popular e de juventudes de luta por direitos e liberdades democráticas*, a realização

do III ENE e a grande mobilização do dia 15 de maio precedida pela mobilização feminista do dia 8 de março.

No dia 19 de fevereiro de 2019, num ato realizado na sede do sindicato APOESP, na cidade de São Paulo, foi lançado o manifesto constitutivo do fórum com a adesão de um conjunto muito importante de entidades sindicais, sociais e políticas. Destacamos a participação da UNE e das duas intersindicais. Infelizmente também há ausências como no caso do MST e especialmente do MTST. A CSP-Conlutas está também participando. Na corrente majoritária da central ainda há uma ideia, equivocada a nosso ver, que a construção de uma ampla frente é contraditória com a construção de uma Frente única classista. Consideramos que são tarefas complementares, não excludentes, pelo contrário se reforçam mutuamente e se fortalecidas nesse momento crucial das lutas de classes no Brasil, podem servir de caminho sólido para colocar a classe trabalhadora num patamar ainda mais combativo

Entendemos que este Fórum, com suas limitações, que precisam ser superadas, é hoje o principal caminho de enfrentamento das políticas do governo e do patronato, de reorganização da classe e para a realização de um Enclat. Sem dúvida este Fórum constitui um grande avanço na direção certa, resultado de uma ação política correta da direção do Andes-SN que tem todo nosso apoio e que precisa ser ampliada e melhorada a cada dia.

Finalmente nos dias 13 e 14 de abril foi realizado o III ENE organizado pela Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDep). O Encontro foi precedido por um Seminário Internacional “*Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises*” nos dias 10 e 11. Participaram em torno de 1200 militantes de todo o país. Como diz o documento aprovado no final da jornada “*foi um encontro marcado pelo reconhecimento de uma dupla tarefa para lutadoras e lutadores que atuam em defesa da educação pública e gratuita: avançar no debate de um projeto classista e democrático de educação e, ao mesmo tempo, resistir contra o programa da extrema-direita a serviço do capital*”. Foi um evento importante que analisou os eixos de debates e aprovou um calendário de mobilizações que incluiu a data do dia 15 de maio. Entendemos este evento como parte dos esforços para reorganizar as lutas da classe trabalhadora que devem ter continuidade no fortalecimento e ampliação da CONEDep e na realização de um próximo IV ENE. Evidentemente, o CONEDep não pode ser apenas uma instância organizadora de eventos, e precisa avançar para dar conta das lutas em defesa da educação pública, junto com as entidades que estão mobilizadas nesta quadra histórica e particularmente, a entidade, deve se qualificar na luta programática por um projeto de Universidade Popular.

O dia 8 de março, Dia Internacional de luta das mulheres, levou milhares de pessoas às ruas de todo o país em defesa dos direitos das mulheres, por nenhum direito a menos, #EleNão e por Marielle, sintetizada na consigna: “*Pela vida das mulheres, somos todas Marielle*”. Entendemos que a perspectiva internacional dessa luta, bem como as ações diretas e greves desencadeadas pelas mulheres tem significado um recado claro para toda a classe da potência da forma e do conteúdo político que podemos alcançar.

No dia 15 de maio - 15M - data apontada pela CNTE e reafirmada pelo III ENE e pelo Fórum Sindical Popular e de Juventudes de Lutas - outras milhares de pessoas voltaram às ruas contra os cortes de verba para educação. O vitorioso ato mostrou que somente a construção da mais ampla unidade na luta, articulada por Sindicatos, entidades estudantis, organizações políticas e sociais, com mobilização nos locais de trabalho, estudo e moradia, podem culminar em manifestações massivas de rua, cada vez mais necessárias para continuar enfrentando os ataques dos governos e do capital. Trabalhadores e estudantes da educação básica e do ensino superior escolheram as ruas como sala de aula e receberam da população apoio importante, enchendo as redes sociais de fotos, vídeos e mensagens evidenciando a magnitude do ato e a potência que acumulamos para a construção da Greve Geral no dia 14 de junho.

Estas manifestações deram início a um processo que pode vir a representar uma mudança significativa na correlação de forças. Os atos massivos, na rua, contribuíram para ampliar a insatisfação com o governo federal - um dos mais impopulares desde a redemocratização - e diminuíram ainda mais sua base de sustentação no seio do povo e nas instituições.

Como já foi dito anteriormente, há uma movimentação nas redes sociais, estimulada pelo próprio governo, que endossou uma carta na qual sustenta, entre outras questões, que o Brasil é “ingovernável” por causa da pressão das corporações, para a realização de um ato, neste próximo domingo 26 de maio, em apoio ao governo. O governo aguarda que este ato vire um “tsunami” contra o Poder Judiciário (que como já analisamos está cercado ao governo com denúncias sobre um dos filhos do presidente, o Senador Flávio Bolsonaro), e o Congresso Nacional que resiste em aprovar todas as medidas encaminhadas pelo governo pela falta e até recusa na realização de acordos com os partidos políticos. Por trás desta mobilização estão os Procuradores da República que defendem o Ministro Moro e o controle da COAF nas mãos deste ministro, e fundamentalmente os setores “ideológicos” do governo, seguidores do astrólogo autointitulado guru de Bolsonaro que vive nos EUA, que tem uma visão conspirativa da globalização como sendo uma obra de destruição da cultura ocidental judaico-cristã por parte da Rússia, da China e dos “marxistas”.

Entretanto, e como desdobramento da importância do 15M, as entidades representativas do movimento estudantil e dos trabalhadores da educação convocaram uma nova jornada de lutas e mobilizações para o dia 30 de maio, como forma de manter a pressão sobre o governo e continuar avançando na preparação da Greve Geral de 14 de junho, convocada pelas centrais sindicais e pelo movimento popular.

O momento é de reforçar as lutas contra o projeto de destruição da previdência pública, em favor da saúde e da educação pública, mobilizando toda a população contra todas as medidas adotadas pelo governo de Bolsonaro que representam retrocessos políticos e sociais e retiradas de direitos. A hora é de ampliar, nos estados, a organização do Fórum Sindical, Popular e de Juventude de luta por Direitos e Liberdades Democráticas, como um importante espaço para reorganizar a classe trabalhadora para preparar, não só a resistência, mas a ofensiva contra os ataques do capital, na defesa de nossos direitos e na construção de um Enclat, na perspectiva do poder pelas mãos dos/das trabalhadores/as.

Não podemos depositar esperanças que o governo fascista de Bolsonaro decline apenas por suas próprias confusões, por sua crescente impopularidade, fragilidade política ou pela ação dos setores hegemônicos, pois sabemos que estes setores operam sempre em favor próprio e nunca em favor da classe trabalhadora. É fundamental que, em se aproveitando dessa insustentabilidade e das contradições intra-burguesas, reorganizemos os/as trabalhadores/as para fortalecer a luta contra esse governo neofascista e ultra liberal.

Um novo ciclo de lutas vêm se abrindo, ainda que de forma embrionária, onde é preciso que a classe trabalhadora, sem qualquer ilusão de conciliação com os interesses da burguesia, volte a influir nos rumos do país. O que só poderá ser feito com trabalho de base, organização, mobilização, luta, unidade e independência de classe. É preciso apontar que temos soluções para as demandas da maioria do povo, e que estas não passam por deixar os pobres ainda mais pobres ou criminalizá-los. Mas, sim, por acusar os verdadeiros responsáveis pela situação que vive a maioria do povo, oprimido e explorado, cada vez mais sem direitos e sendo exterminado. Somos aqueles que sofrem, mas somos também aqueles que historicamente lutam e carregam o projeto de emancipação de toda humanidade.

Assim, para alavancar a economia é preciso, entre outras medidas urgentes: taxar o 1% mais rico que expropria a riqueza gerada pelas mãos dos trabalhadores, fazer auditoria da dívida pública, acabar com a sonegação de impostos das grandes empresas; a saída para a violência não é matar o povo preto e pobre, mas sim criar uma política preventiva de segurança pública, que passa pela recusa ao punitivismo como política do Estado, ao mesmo tempo em que se ampliam educação e

emprego; para fortalecer a soberania nacional não basta dizer “Brasil acima de tudo” e se colocar como capacho de Trump e dos EUA, mas, sim, adotar uma política externa independente e anti-imperialista, que tenha na solidariedade e na cooperação entre os povos um caminho para a paz. É necessário enfrentar os grandes monopólios midiáticos, restabelecer o poder do povo sobre suas riquezas naturais, bem como fortalecer os processos de vínculos com os outros povos latino-americanos, e também os oprimidos e explorados de todo o mundo. Ou seja, é preciso dizer - mais do que nunca - que a solução dos problemas do povo no Brasil, e no mundo, não passa pelo aprofundamento do capitalismo, mas sim pela construção do Poder Popular, rumo ao Socialismo.

Vamos aprofundar a luta contra a reforma da previdência!

Em defesa da educação, da saúde e dos serviços públicos, por direitos e liberdades democráticas!

Pela construção do poder popular e pelo socialismo!

TEXTO 5

Contribuição do(a)s professore(a)s Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Adriana Gomes Santos (SESDUF/RR), Adriana Zeca (SESDUFMS), Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Andréa Monteiro Dalton (ADUFES), Antônio Rodrigues Belon (ADLeste), Aritana Dutra (SINDIFPI), Cláudia Durans (APRUMA), Daniel Solon (ADCESP), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Douglas Moraes (ADUFPI), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Elen Marçal Carvalho (ADUFPA), Fernando Sergio Damasceno (ADUFG), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gelta Xavier (ADUFF), Gihad Mohamad (SEDFUFMS), Graziela lucci de Angelo (SEDFUFMS), Helvio Mariano (ADUNICENTRO), Hugo Brito (SINDUEPA), João Carlos Gilli Martins (SEDFUFMS), José Vitorio Zago (ADUNICAMP), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA), Luis Silva (SINDIFPI), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Mauro Farias (ADUFPA), Maristela da Silva Souza (SEDFUFMS), Milton Mauad de Carvalho Câmera Filho (ADUNEMAT), Marco Escher (APES), Patricia Andrade (SINDIFPI), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Raimundo Sérgio de Fárias (SINDUEPA), Rosenverck Santos (APRUMA), Sandra Moreira (ADUFPA), Sergio Darwich (SINDUEPA), Solange Pereira (ADUFPA), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADLeste), Wagner Damasceno (Seção Sindical do Andes na UFSC), Waldir Bertúlio (ADUFMAT).

CAIU O MITO DA CLASSE DERROTADA, É PRECISO QUE CAIAM OUTROS: UNIFICAR A LUTA, GREVE GERAL PARA BARRAR A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA E OS CORTES NA EDUCAÇÃO

Um breve balanço da história recente

Com a eleição de Bolsonaro, ganhou corpo no movimento em geral e no Andes, em particular, uma série de formulações impressionistas e derrotistas. Basicamente, o país viveria uma “situação reacionária”, sob a ação de uma “onda conservadora”, aberta pelo “golpe de 2016” e que impôs um “regime neo-fascista” e levou Bolsonaro ao poder como coroação desse processo. Frente a essa

situação reacionária, a tarefa proposta seria construir a mais ampla frente possível para retornar, pela via eleitoral, a Frente Popular ao poder, abandonando na prática qualquer balanço mais crítico que se tenha ao período dos governos de conciliação (“para não dividir a base”). Felizmente, essas teses NUNCA FORAM APROVADAS NOS FÓRUMS DO ANDES, embora expressem o pensamento de grande parte de sua diretoria atual.

Nós do CAEL sempre apontamos que a situação era mais complexa e contraditória (a realidade sempre o é) e que era necessário ultrapassar esse raciocínio formal e olhar mais dialeticamente para a realidade. Vimos apontando reiteradamente que a crise política nacional é resultado da crise econômica mundial aberta em 2008 e que chegou com força ao Brasil a partir de 2013. Não havendo mais sobra de caixa para medidas compensatórias, o governo Dilma, como todo governo burguês, buscou amenizar a crise do capital atacando a classe trabalhadora. Essa piora nas condições de vida levou à explosão de junho de 2013, que marcou a ruptura da classe trabalhadora com sua direção histórica, o PT. Sempre indicamos essa ruptura como um fenômeno progressivo, pois a Frente Popular representava um grande dique de contenção para as lutas, desviando-as sempre para o caminho das eleições. Mesmo assim, com muitas reservas, a maioria da classe trabalhadora ainda votou em Dilma para um segundo mandato. Assim que eleita, Dilma, que havia prometido “não tirar direitos nem que a vaca tussisse”, lançou as MPs 664 e 665, que alteraram as regras dos benefícios de pensão por morte, auxílio-doença, do abono salarial e o seguro-desemprego. A classe trabalhadora percebeu o estelionato eleitoral e rompeu definitivamente com o governo. Na medida em que novos ataques foram anunciados (congelamento de gastos, reforma da previdência, etc) e no cenário de uma grave crise econômica, denúncias de corrupção desestabilizaram completamente o governo. A burguesia, que havia majoritariamente apoiado a reeleição de Dilma, passou a desacreditar da sua capacidade de realizar as contrarreformas para “tirar o país da crise” e passou a defender sua saída. As mobilizações pelo Fora Dilma alcançaram peso significativo. Embora a maioria dos que participaram das (expressivas) manifestações pró-impeachment pertencesse às camadas médias da sociedade, o conjunto da classe trabalhadora não era majoritariamente contrário à queda de Dilma e não se mobilizou em defesa do seu governo. A maioria da esquerda (PT, PCdoB, PSOL e PCB) saiu em defesa do governo Dilma, alegando a existência de um “golpe” no país. Alguns setores chegaram a dizer que a situação era mais grave que a de 1964. Nós do CAEL, ao contrário, defendíamos que o que estava ocorrendo era uma manobra suja entre burgueses, uma disputa interna. Que não cabia à nossa classe defender um setor burguês contra outro. Que deveríamos levantar o “Fora Todos Eles”. Ao não se posicionar na linha de frente da luta contra o terrível governo de Dilma Rousseff, advogando a sua derrubada e a de seu vice, bem como de todos os corruptos, e apontar um programa dos trabalhadores para a crise, a maioria da esquerda entregou a bandeira da luta contra a corrupção e contra um governo odiado nas mãos da direita. Como em política não existe vácuo, em meio a esse processo cresceram movimentos de direita como MBL e outros.

Porém, ao contrário do que a burguesia desejava, o governo Temer não trouxe estabilidade ao capital. A classe não estava derrotada e fez grande atos, dentre os quais, a maior Greve Geral da história do país, um gigantesco Ocupa Brasília! Essas ações impediram que Temer aprovasse a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista somente foi sancionada porque as cúpulas das grandes centrais desmarcaram uma nova Greve Geral. Com essa trégua, Temer teve condição de chegar ao fim do seu governo, quando esteve a um fio de cair.

Ao apostar no caminho da institucionalidade burguesa e em esterilizar as lutas, PT e companhia seguiram por um beco sem saída e caíram na armadilha que ajudaram a criar. Um STF em grande parte indicado pelos governos petistas não se opôs à Operação Lava Jato, nem à prisão de Lula.

Mais uma vez, a maior parte da esquerda considerou necessário sair em defesa de Lula e de sua participação nas eleições, como se esse fosse o caminho adequado para derrotar o programa da burguesia. Buscaram religar a classe trabalhadora ao PT. Ao invés de contribuir para a superação da crise de direção, esses setores a amplificaram. Todo esse processo de decepção com o PT, somada à negligência na construção de uma alternativa pela esquerda, levou a que a maior parte da classe trabalhadora votasse em um candidato absolutamente odioso, que nem era o preferido da burguesia, mas conseguiu (no marco dessa enorme crise política) colar em si uma imagem de anti-establishment e capitalizar o sentimento anti-PT e anti-esquerda habilmente canalizado por uma estratégia de uso das novas tecnologias de comunicação, para disseminar uma avalanche de fake news.

A eleição de Bolsonaro, sem dúvida, mudou a conjuntura nacional, pois em meio a um cenário de crise, temos um governo de ultra-direita, amplamente apoiado nas Forças Armadas, para implementar as contrarreformas que a burguesia exige. No entanto, não podemos ser formalistas. Esse governo já produziu enormes contradições no que seria a sua base e, em menos de 5 meses assistiu sua popularidade despencar e as ruas serem tomadas por mais de um milhão de estudantes e trabalhadores no 15M, contra a Reforma da Previdência e os cortes na Educação. Setores da burguesia já falam abertamente em impeachment e as próprias FFAA não demonstram grande interesse em defender Bolsonaro.

O governo está acuado pela crise econômica, pelas denúncias de corrupção que atingem em cheio a família Bolsonaro e pela absoluta descoordenação em um corpo ministerial que apresenta características de hospício.

Ora, se a classe trabalhadora havia sofrido uma derrota histórica e estávamos em uma situação reacionária, essa virada em 5 meses de governo não tem explicação. Se, ao contrário, a classe operária não está derrotada, se a situação de luta e polarização que se abriu em 2013 segue aberta (e se agudizando), passando apenas por diferentes conjunturas que não provocaram graves mudanças, então podemos compreender melhor o processo em curso e formular a política mais correta para a situação.

As tarefas que se impõem

Infelizmente estamos fechando esse texto com enorme antecedência em relação ao CONAD. Até lá muitos processos se desenrolarão e, sem dúvida, teremos outro cenário. Escrevemos agora para o momento presente e lá atualizaremos nossa leitura, à luz do desenrolar da conjuntura.

Após o 15M vitorioso, a principal tarefa é a construção da Greve Geral de 14 de junho, para derrotar a contrarreforma da Previdência. É necessário seguir a mobilização pela base, aprovando em cada categoria a adesão ao movimento, explicando pacientemente para o conjunto da população o que significa esse brutal ataque, panfletando, colhendo assinaturas para o abaixo-assinado das centrais... Ao mesmo tempo, é preciso continuar pressionando as cúpulas das grandes centrais sindicais que, na prática, não querem construir a Greve Geral, mas negociar a contrarreforma no Congresso, em troca de mudanças na questão do imposto sindical.

Devemos apoiar outras manifestações que surjam no período, como o 30M. Queremos que este seja ainda maior do que o 15M. No entanto, esses atos têm que servir para fortalecer a Greve Geral, pois sem interromper a produção, pelo tempo que for necessário, não será possível derrotar a contrarreforma.

A reorganização da classe trabalhadora

Em primeiro lugar, queremos precisar uma posição: nós do CAEL consideramos negativo que existam dezenas de centrais sindicais no Brasil. Achamos que foi uma derrota quando, no Conclat de 1981, não surgiu de fato uma Central Única da classe trabalhadora. No entanto, dentro do marco dessa derrota, foi importantíssimo fundar a CUT, para organizar a luta naquele momento. Quando a CUT abriu mão de ser um instrumento para a luta e passou a apoiar os ataques do governo Lula, isso configurou uma derrota para os trabalhadores. No entanto, a classe tem necessidade de organizar suas lutas e, devido a essa necessidade, foi correto fundar a CSP-Conlutas. Embora ainda pequena, temos certeza que nossa Central Sindical e Popular tem cumprido um papel importante na conjuntura. Reiteramos que gostaríamos que só houvesse uma única central sindical em nosso país. Precisamos ter acesso às gigantescas bases operárias hoje dirigidas pela Força Sindical, UGT, CUT, etc... Esse deve ser um objetivo estratégico que todos devemos ter em mente, mas temos que ser realistas e o que o momento nos coloca é (no máximo e com muita dificuldade) construir unidade de ação com as outras centrais. Hoje, e por hoje, o que temos é a CSP-Conlutas. Não foi fácil chegar até aqui e não devemos desconsiderar o que significa na atual conjuntura, o papel que a CSP-Conlutas cumpriu e tem cumprido, pressionando pela realização da Greve Geral, construindo a luta unitária contra os ataques de todos os governos e denunciando as traições das burocracias... Se fosse fácil construir unidades estruturais, o Andes se reuniria com o Proifex e sairíamos da reunião com um único sindicato. Infelizmente não é assim.

Setores do nosso sindicato, inclusive da diretoria, dizem que as posições da CSP-Conlutas estão fora da realidade, distantes da base da classe trabalhadora. Deveriam então estender a crítica ao Andes-SN, pois a política aprovada nos seus fóruns é essencialmente a mesma aprovada nos fóruns da Central. Ou o Andes aprovou lutar contra o impeachment de Dilma? Ou o Andes aprovou alguma resolução dizendo que o impeachment foi Golpe? Ou o Andes aprovou construir comitês Lula Livre na sua base? Não. Categoricamente, não. Embora a diretoria do Andes tenha buscado esticar a corda nas Coordenações da CSP-Conlutas, encabeçando uma oposição bastante heterogênea ao setor majoritário e se negado sistematicamente a assinar resoluções consensuais, a realidade é que as resoluções da CSP-Conlutas refletem as resoluções da base do Andes-SN. Quem tem tido posicionamentos divergentes da base é a direção do nosso sindicato. Independência de classe é a marca do ANDES, CSP-Conlutas é a nossa Alternativa sindical e Popular!

Nós do CAEL somos a favor de todas as iniciativas de unidade de ação. Para lutar contra os ataques, e mesmo que tenhamos um único ponto de acordo, insistimos que nos unamos para defender este ponto, desde que garantida a liberdade democrática de que todas as organizações possam expor livremente suas posições. Uma Frente Política, por outro lado, envolve acordos programáticos, estratégias comuns para a luta de classes em um espectro bem mais amplo. Não consideramos possível construir Frentes Políticas que não partam de uma compreensão de como os governos de Frente Popular foram ruins para a nossa classe. Uma Frente Política precisa ter acordo com um programa socialista e revolucionário. Entender que a institucionalidade burguesa é um caminho que só leva a nossa classe a derrotas e que é preciso construir nas ruas, nas lutas, nos piquetes, nas greves e ocupações, a alternativa socialista que nosso país precisa: um governo dos trabalhadores, com democracia operária, baseado em conselhos populares.

TR – 5

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

Pela mais ampla unidade de ação da classe trabalhadora na luta contra os ataques de Bolsonaro, em especial a contrarreforma da previdência. Construir a Greve Geral do dia 14 de Junho e tantas outras quantas forem necessárias. Reforçar o Congresso da CSP-Conlutas como momento estratégico do processo de luta e reorganização da classe trabalhadora.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização do(a)s trabalhadore(a)s

TEXTO 6

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

1 POLARIZAÇÃO SOCIAL E ATAQUES DA EXTREMA-DIREITA

A crise estrutural do capitalismo, com as organizações da classe trabalhadora fracassando na construção de uma alternativa sistêmica e viável, tem produzido somente barbárie no mundo e no Brasil. O agravamento da crise social no Brasil está se expressando pela intensificação da polarização social na luta de classes no país. A extrema-direita, fortalecida a partir de uma instável e oportunista aliança entre capital financeiro, latifúndio, militares e fundamentalistas, está disputando, nas ruas e nas urnas, os rumos da sociedade brasileira.

O fracasso da política de conciliação de classes abriu espaço para o “mal maior”. Partindo das concessões e contrarreformas produzidas durante o período da conciliação de classes, o grande capital, hoje, instrumentaliza a extrema-direita para aprofundar ataques contra a classe trabalhadora nas mais diversas frentes.

A Reforma da Previdência, PEC 06/2019, é um exemplo significativo. Trata-se de um projeto que não ataca apenas os setores da classe trabalhadora que ainda têm alguns direitos sociais (especialmente o(a)s servidore(a)s público(a)s), mas retira direitos até mesmo dos setores mais pauperizados. Ao propor a desconstitucionalização e a capitalização da previdência pública, a citada PEC rompe com o pacto de solidariedade da seguridade social, assegurado pela Constituição Federal, que foi conquistado após duras e intensas lutas no período que sucedeu a Ditadura Empresarial-Militar. Ao mesmo tempo, o regime de capitalização concede ao capital financeiro uma enorme fonte de ativos que serão utilizados no cassino financeiro – colocando nas supostas “mãos invisíveis” do mercado o destino da aposentadoria de milhões de trabalhadore(a)s.

A profunda crise da democracia liberal burguesa e suas instituições jurídico-políticas permanecem. As primeiras denúncias de corrupção em torno do “clã” do presidente Jair Bolsonaro e seu partido já apareceram: esquemas de corrupção envolvendo candidaturas laranja; Gustavo Bebian, ex-liderança do PSL e braço direito do novo presidente, foi catapultado da liderança política após inúmeras denúncias de corrupção; a devassa nas contas do senador Flávio Bolsonaro (RJ) vêm revelando um complexo esquema de corrupção voltado para o enriquecimento privado do “zero um” e apresenta indícios de relações do político com milícias.

O discurso do ódio já produziu centenas de vítimas antes mesmo de chegarmos à metade do ano. Há um crescimento no número de vítimas de violência entre mulheres, populações LGBT, indígenas, camponese(a)s, etc. O ódio também se dirige contra o pensamento intelectual e contra a educação pública e gratuita que se manifestou nos inúmeros casos de perseguição e criminalização de professore(a)s nos últimos anos, assim como na invasão de universidades, institutos federais e CEFET na etapa final da campanha eleitoral de 2018. Violações de liberdades democráticas, ataques contra a autonomia universitária e, até mesmo, a perseguição ou a prisão de educadore(a)s e lutadore(a)s da educação (como nos casos dos professores Pedro Mara, dirigente do SEPE e da

professora Camila Marques, dirigente do SINASEFE) são problemas cada vez mais presentes em nosso cotidiano.

Os ataques do governo de extrema-direita não desarticulam os desferidos por governos anteriores, mas expressam um salto de qualidade em ataques contra a educação pública e a classe trabalhadora. A aprovação definitiva da terceirização irrestrita (Lei nº 13.429/2017), da Contrarreforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e da Emenda Constitucional nº 95/2016 são ataques aprovados pelo governo ilegítimo de Michel Temer, que facilitaram os avanços da extrema-direita.

Todavia, mesmo que se reconheça elementos de continuidade entre ataques anteriores com as ações do governo de extrema-direita, é necessário enfatizar que a eleição do presidente Jair Bolsonaro é expressão particular que evidencia a ofensiva de ataques do capital contra a classe trabalhadora. A eleição dele colocou militares em setores estratégicos da sociedade brasileira – algo que não se via desde os anos mais duros da Ditadura Empresarial-Militar. Por isso, é preciso afirmar em alto e bom som: a posse do presidente Jair Bolsonaro criou um clima profundamente desfavorável para as lutas da classe trabalhadora em defesa dos direitos sociais e das liberdades democráticas.

Não se pode subestimar o significado político da conivência do governo de extrema-direita com o fuzilamento, com mais de 80 tiros, contra um músico ou da presença do governador do Rio de Janeiro em um helicóptero que sobrevoou uma favela e disparou tiros contra trabalhadore(a)s, em sua maioria negro(a)s. Agressões, mortes e censura política são elementos que serão cotidianos em nossas lutas sociais enquanto esse governo perdurar.

2 A ORGANIZAÇÃO DO(A)S TRABALHADORE(A)S E AS LUTAS CONTRA A EXTREMA-DIREITA

Neste contexto, o ANDES-SN deve reconhecer a necessidade da unidade na luta contra os ataques da extrema-direita. A partir de 2019, não são apenas os direitos de mulheres, populações LGBTT, negro(a)s, indígenas, lutadore(a)s da classe trabalhadora que estão ameaçados por militares, fundamentalistas e representantes do grande capital que atuam nos governos do momento. A aliança antes mencionada atua ameaçando a nossa própria existência.

É por isso que além de realizar ações de apoio e solidariedade às vítimas das ações de criminalização e perseguição de professoras e professores em todo o país, o ANDES-SN tem pautado sua atuação pela conformação de frentes, fóruns e movimentos unitários que são capazes de denunciar e combater situações de arbitrariedade, de perseguição e de violência política, assim como revogar ou impossibilitar a aprovação de ataques contra nossos direitos sociais como a EC 95/2016, a PEC 06/2019 e os cortes na educação, seja em âmbito federal, seja em âmbito dos estados, como o governo de Rui Costa (PT) da Bahia, que cortou 110 milhões das universidades estaduais em 2017 e 2018.

Hoje, uma frente de batalha importante é a defesa das liberdades democráticas. Em apenas cinco meses, o presidente Jair Bolsonaro foi responsável por medidas que violam nossas liberdades democráticas. Por exemplo, a MP 873/2019, a qual ataca o direito de livre organização da classe trabalhadora ao restringir e regulamentar as formas de contribuição financeira do(a) trabalhador(a) ao seu sindicato – sintomaticamente essa medida foi lançada pouco tempo antes do anúncio da Contrarreforma da Previdência. É importante notar que os impactos provocados pela MP 873/2019 obrigaram o ANDES-SN a adiar diversos eventos e atividades para o segundo semestre de 2019.

A segunda medida foi o Decreto nº 9.794, o qual transferiu para o governo federal, a Casa Civil e o Ministério da Educação a nomeação, após escrutínio pela ABIN, de pró-reitor(a)s, decano(a)s e diretor(a)s em universidades, institutos federais e CEFET. Tal decreto foi a cereja de bolo que complementou o conjunto de violações à autonomia universitária que já tinha ocorrido

antes de abril: intervenção na nomeação do Diretor-Geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos, o desrespeito à decisão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, ataques contra a educação superior e a Universidade Federal de Sergipe e, finalmente, o ataque contra todas as instituições de ensino que promoverem “balbúrdia” (leia-se: resistência contra os ataques do governo federal). Essas violações pelo governo de extrema-direita incentivaram arbitrariedades por todo o país, como se viu no caso de perseguição contra a reitoria da UFAL e a nomeação profundamente antidemocrática do reitor da UNIRIO.

Ao mesmo tempo, a luta pelos direitos sociais é uma frente prioritária em um momento em que devemos evitar a fragilização e a fragmentação das lutas sociais. Daí a importância da campanha salarial unificada aprovada pelo FONASEFE, a nossa atuação em conjunto com os setores mais combativos da classe trabalhadora organizados na CSP-CONLUTAS e a aglutinação de diferentes entidades do campo classista no Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas.

Outra importante ação do ANDES-SN na construção da resistência e do dimensionamento dos desafios para a luta foi a realização do Seminário Internacional intitulado Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises, que aconteceu nos dias 10 e 11 de abril, antecedendo o III ENE, em Brasília, e contou com a participação de palestrantes da Itália, de Portugal, da França e da Argentina, além do(a)s palestrantes nacionais. O seminário foi um importante momento para analisar as condições da educação pública superior e da ciência e tecnologia no Brasil, em várias partes do mundo, explicitando como o projeto do capital anda de forma veloz na desestruturação do sentido público da produção do conhecimento. Desse evento, saíram como proposta a realização de um encontro latino-americano da educação superior e a construção de um material que explicita a atual fase da contrarreforma do ensino superior na América Latina e em alguns países da Europa.

a) CNESF E FONASEFE

Como aprovado no 38º Congresso do ANDES-SN, atuamos no sentido de continuar o processo de reorganização da CNESF. Entretanto, dada a conjuntura nacional de acirramento dos ataques sobre a educação, não houve reunião neste primeiro semestre.

Quanto à transferência de sua estrutura material, seu funcionário e seus registros históricos, conforme deliberado no 38º Congresso, em 27 de fevereiro, em reunião do FONASEFE, tudo foi encaminhado.

Em relação ao FONASEFE, o Fórum tem se constituído como espaço importante na construção de ações unitárias do(a)s servidore(a)s público(a)s, sendo que no primeiro semestre fora realizado o Seminário Aberto do Fórum Nacional dos Servidores Federais. O evento reuniu mais de 350 dirigentes sindicais de todo o país para definir a pauta unificada do(a)s servidore(a)s público(a)s federais. Entre as deliberações da pauta unificada figuraram: a definição da luta contra a Reforma da Previdência como prioridade central; a decisão por priorizar a luta pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016, da Contrarreforma Trabalhista e da lei das terceirizações, assim como a defesa das liberdades democráticas, do direito de organização da classe trabalhadora, o combate às privatizações e a defesa dos serviços públicos.

Além da definição dos eixos prioritários, o seminário aprovou a pauta da campanha salarial de 2019, apresentada a seguir:

1. Correção salarial com aplicação de índice até janeiro de 2020 (Índice do Dieese e Sinal, próximo de 33%).
2. Extensão do índice da Lei nº 13.464-2017 para todos os servidores federais.
3. Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da UNIÃO para a manutenção de plano de saúde dos servidores.

4. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias.
5. Data-base no dia Primeiro de Maio.
6. Pela garantia do direito à data-base em primeiro de maio. Exigir do STF o julgamento favorável do Recurso 565089.
7. Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT.
8. Pela revogação da Lei nº 156/2016.
9. Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas.
10. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes.
11. Incorporação de todas as gratificações produtivistas.
12. Pela manutenção da estabilidade dos servidores públicos. Arquivamento imediato do PL 248/95 e PLS 116, e de todos projetos que atacam a estabilidade. Exigir julgamento favorável da ADI 3238 que tramita no STF e das PEC 407/2018 (estabelece o princípio da confiança legítima em matéria previdenciária) e 442/2018 (veda a edição de medidas provisórias em matéria de Direito Trabalhista e Direito Previdenciário) no Congresso Nacional.
13. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o Estado, sem prejuízo das promoções e das progressões na carreira e nos demais direitos trabalhistas. Pela revogação do Ofício MPOG 605/16 e garantia da manutenção do servidor na folha de pagamento.
14. Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF.
15. Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria.
16. Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS).
17. Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos.
18. Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário.
19. Garantir acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público.
20. Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público.
21. Pelo cumprimento dos Termos de Acordo nº 01, 03, 04, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23/2015 e 10/16 (CONDSEF e ASMETRO-SN), nº 02/15 (CNTSS e FENASPS), nº 05/15 (FASUBRA), nº 20/15 (ASFOC-SN), nº 28/15 (ASSIBGE), nº 25/15 (UNACON-Sindical), nº 29/15 (SINPECPF), nº 31/15 (SINAL e SINTBACEN) nº 02/16 (SINDFISCO-Nacional), nº 03/16 (SINDRECEITA), nº 04/16 (SINAIT), nº 05/16 (FENAPRF), nº 06/16 (ANFFA-Sindical) e Lei nº 13.464/17 assinados com o governo federal.
22. Garantia plena da licença capacitação e qualificação do servidor público.

b) SETOR DE EDUCAÇÃO E FÓRUM SINDICAL, POPULAR E DE JUVENTUDES POR DIREITOS E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Como fruto dos acúmulos do ANDES-SN em seus últimos Congressos, CONAD e seminários (especialmente o Seminário Interno Reorganização da Classe Trabalhadora Diante dos Desafios do Período), o ANDES-SN promoveu todas as articulações necessárias que culminaram na criação do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes Por Direitos e Liberdades Democráticas.

O Fórum foi lançado no dia 19 de fevereiro, na sede da APEOESP/SP. A atividade de lançamento contou com a participação de representantes de diversos movimentos sociais da cidade e

do campo, e entidades sindicais e estudantis que queriam construir um campo voltado ao enfrentamento à extrema-direita, indo além das atuais divisões que perpassam as lutas sindicais e populares.

Desde a fundação, o Fórum realizou diversas reuniões – até mesmo durante o III Encontro Nacional de Educação. Sua atuação se pautou na busca por contribuir para a realização e o fortalecimento das ações do calendário de lutas unificado das entidades sindicais e populares. Da mesma forma, o Fórum começou a acompanhar as reuniões das centrais sindicais para incrementar as pressões pela construção da Greve Geral. Esperamos que o Fórum se configure como um espaço que contribuirá para unificar todos os setores combativos que serão os mais consequentes na resistência aos ataques do presidente Jair Bolsonaro e das burguesias nacional e internacional. Hoje o Fórum está implementado em Porto Alegre (RS), Palmas (TO), Cuiabá (MT), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Teresina (PI), Fortaleza (CE) e Manaus (AM). Nesse sentido, é importante que o ANDES-SN e nossas seções sindicais aprofundem a construção e o enraizamento do Fórum em níveis estadual e municipal.

Uma outra iniciativa foi a retomada das reuniões das entidades da educação. Desde 2018, ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE começaram a realizar atividades conjuntas como coletivas de imprensa, discussões bilaterais e outras atividades. Com o processo de preparação da Greve Nacional da Educação e de outras lutas – como o dia nacional de lutas de 30/05 e a greve geral de 14/06 – as reuniões do setor de educação, impulsionadas por nosso sindicato, começaram a ser compostas por outras entidades da educação. Criou-se, assim, um espaço para efetivar articulações do setor de educação. Estão participando cotidianamente desta iniciativa, além do próprio ANDES-SN: CNTE, FASUBRA, SINASEFE, ANPG, UBES e UNE. Há a possibilidade de que, no próximo período, outras entidades engrossem esse setor.

A Greve Nacional da Educação de 15 de maio foi fortalecida por inúmeros fatores, o que inclui, especialmente, o anúncio dos cortes na educação. Acima de tudo, a unidade de diferentes entidades e de movimentos em múltiplas categorias foi componente central do movimento massivo que ocorreu em mais de 200 cidades no Brasil, e que foi, certamente, um dia vitorioso para as forças que resistem contra a extrema-direita.

O ANDES-SN atuou no processo de construção da unidade e na indicação do dia 15 de maio como um dia de greve geral da educação. Em primeiro lugar, a nossa atuação impulsionando um fórum de diálogo entre entidades da educação foi fundamental. Em segundo, foi a militância de nosso sindicato que, durante o III ENE, apontou o dia 15 de maio como um indicativo de greve geral ou, no caso de isso não ser possível, uma paralisação da educação. Nossas ações buscaram pressionar, mobilizar e dialogar a fim de construir um dia nacional de lutas em um momento no qual ainda não havia sido definido um indicativo para a construção da greve geral.

c) MOBILIZAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA E GREVE GERAL

Os ataques da extrema-direita não estão passando sem respostas pela classe trabalhadora. No dia 20 de fevereiro, ocorreu a Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, convocada por oito centrais sindicais, e, apesar dos limites da pauta aprovada, a indicação de um dia nacional de lutas contra a Reforma da Previdência foi o primeiro passo para a construção de um calendário unificado de lutas que culminou na marcação da Greve Geral de 14 de junho.

Depois desse dia, ocorreram várias ações unitárias: 8 de março construído como um dia de Greve Internacional das Mulheres; 14 de março como dia de Luta em Memória do Assassinato de Anderson Gomes e Marielle Franco e foi mobilizado pelo nosso sindicato e nossa central sindical como Dia Nacional de Luta contra a Criminalização dos Movimentos e das Lutadoras e Lutadores Sociais; 22 de março como Dia de Mobilização Nacional contra a Reforma da Previdência; 12 a 14

de abril foi realizado o III Encontro Nacional de Educação; a semana de 22 a 26 abril como Semana Nacional de Mobilizações da Educação; 1º de maio unificado em todo o país; e, finalmente, o dia 15 de maio como a Greve Nacional da Educação, que foi um verdadeiro movimento de massas em defesa da Previdência Social e da educação pública e gratuita. Na próxima etapa, a ação unitária das entidades sindicais e estudantis, assim como dos movimentos populares serão cruciais à construção de uma vitoriosa Greve Geral em 14 de junho. Nesse sentido, as ações do dia 30 maio devem ser consideradas como momentos fundamentais na preparação de uma Greve Geral construída pela base.

A Greve Geral para derrotar a Reforma da Previdência (PEC 06/2019) é parte fundamental da luta contra o conjunto de ataques da extrema-direita. Não podemos subestimar a importância da data. Infelizmente, pelos vacilos e recuos de outras centrais sindicais (sendo que algumas delas querem apenas negociar “uma outra Reforma da Previdência”), o dia 14 de junho foi definido muito tardiamente. Nosso sindicato foi pioneiro ao indicar e oficializar, ainda em abril, com um conjunto de entidades e movimentos, por meio do III ENE, um indicativo para a Greve Geral.

É importante destacar o papel da CSP-CONLUTAS na construção do calendário unificado de lutas. Foi a única central participando do Fórum das Centrais que, desde o início, enfatizou a centralidade da construção da Greve Geral. Assim, a central foi fundamental para que o dia 14 de junho fosse marcado como data da Greve Geral. O papel da central na construção das próximas lutas pode ser de importância crucial no próximo período, e o 4º Congresso da entidade será um dos elementos que contribuirá para definir se a central pode ampliar sua capacidade de intervenção sobre as lutas em curso. Por isso, dedicaremos um documento específico sobre a nossa central e seu congresso.

Sendo coerentes com a centralidade da luta aprovada em nosso último congresso, todos os nossos esforços estão dedicados à organização e à mobilização da luta necessária para derrotar a PEC 06/2019 e a extrema-direita. A indicação de uma nova greve geral de 24 horas, desde a importantíssima greve de 2017, foi importante, mas sabemos que apenas ela não será necessária para derrotar a agenda de ataques e contrarreformas. Desde já, o nosso Sindicato Nacional, por meio de suas seções sindicais, regionais e diretoria nacional, deve construir, pela base, um calendário unificado de mobilizações nacionais – o que pode incluir a marcação de uma nova greve geral a partir do balanço das lutas de 14 de junho.

I - POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Que o ANDES-SN repasse para o FONASEFE, a partir de fevereiro de 2019, a atual estrutura administrativa da CNESF (funcionário, sede, telefones, etc.).*
- 2. Que o ANDES-SN priorize a rearticulação da CNESF, buscando outras entidades para fortalecer a coordenação.*
- 3. Que o ANDES-SN disponibilize sua estrutura física e administrativa para a reorganização da CNESF.*
- 4. Que o ANDES-SN continue participando do FONASEFE como espaço de fórum que busca ações unitárias mais amplas.*
- 5. Que o GTPFS contribua para a organização de palestras/debates/oficinas, com a participação de diretores(a)s, realizada nas sessões sindicais, a partir das demandas indicadas pelas mesmas.*
 - 5.1. As seções sindicais com até duzentos filiados(a)s que demandarem a realização das palestras na sua base, terão as despesas de passagem e hospedagem do palestrante custeadas pelo caixa nacional.*
- 6. Que o GTPFS elabore uma proposta de curso de formação descentralizada por região ou estado, com o tema “Da ANDES ao ANDES-SN: o movimento do movimento docente, contradições e desafios”.*
- 7. Que o Curso Nacional de Formação de 2019 seja com o tema “Reorganização da classe trabalhadora e os desafios para o movimento docente”, realizado em três etapas, sendo a primeira o Seminário Nacional do GTHMD, intitulado*

"Histórias do movimento docente: lutas por autonomia e liberdade, ontem e hoje", que será realizado no primeiro semestre de 2019, em conjunto com GTHMD, GTPFS e GTPE.

8. *Que o GTPFS, em articulação com o GTHMD, construa uma cartilha com a história do ANDES-SN incluindo a estrutura do sindicato e uma breve apresentação dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN, para ser disponibilizada em formato digital, realizando levantamento junto às seções sindicais para definir a quantidade do material a ser impresso.*

9. *Apresentar no 64º CONAD a sistematização dos debates e as resoluções aprovados no ANDES-SN sobre muticampia e indicar as políticas e as ações que contribuirão para a organização sindical.*

10. *Que o ANDES-SN dê continuidade à participação do fórum sindical, popular e de juventudes por direitos e pelas liberdades democráticas, iniciado em 2018, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora, buscando construir esse espaço de unidade de ação capaz de fazer frente aos retrocessos em curso e para defender os direitos sociais, econômicos e políticos.*

11. *Intensificar a luta pela Lei nº 12.990/2014 (lei de cotas no serviço público), defendendo a sua aplicação sobre o total de vagas dos editais lançados pela universidade, garantindo assim sua efetivação, e a mudança no perfil étnico-racial docente das instituições de ensino, no âmbito das lutas pela democratização e diminuição das desigualdades sócio-raciais.*

11.1. *Que o GTPFS, em articulação com o GTPCEGDS, realize estudo sobre as experiências de implementação nas IES da Lei nº 12.990/2014 e produza material de divulgação sobre o tema.*

12. *Participação do GTPFS no II Seminário Integrado do GTPCEGDS, que tratará também dos quinze anos das políticas de reparação e das ações afirmativas nas IES, CEFET, IF e Colégios de Aplicação.*

13. *Realização de Seminário Internacional, aprovado no 36º Congresso, a ser realizado nos dias 10 e 11 de abril, antecedendo o III ENE, em Brasília, com o tema "Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises".*

14. *Que o ANDES-SN se prepare para o IV Congresso Nacional da CSP-Conlutas, realizando avaliação da central e da participação do sindicato, elaborando teses e resoluções a serem deliberadas no 64º CONAD, para serem enviadas para o congresso da central.*

15. *Que o ANDES-SN participe da plenária nacional das centrais sindicais contra a reforma da Previdência, convocada para o dia 20 de fevereiro de 2019 em São Paulo, pautando a necessidade da greve geral.*

16. *Que o ANDES-SN, via secretarias regionais e seções sindicais, construa as plenárias estaduais em preparação para a plenária nacional das centrais sindicais contra a reforma da previdência.*

17. *Que o ANDES-SN se mobilize para articular sindicatos de docentes e entidades de defesa da democracia e direitos humanos em âmbito internacional, sobretudo com países da América Latina.*

18. *Que o ANDES-SN amplie a mobilização contra a criminalização do movimento sindical, dos movimentos sociais, contra as prisões arbitrárias dos militantes, em defesa dos perseguidos políticos e pela libertação de todos os presos políticos, além de indicar a suas seções sindicais a participação em comitês pelas liberdades democráticas e pelos direitos, incluindo os que tenham como consigna "Lula Livre" e que explicitem pautas defendidas pelo sindicato.*

19. *Que o ANDES-SN participe na construção da Greve Internacional de Mulheres e o 8M, submetendo às assembleias de base a paralisação do(a)s docentes da categoria no dia 08 de março de 2019.*

20. *Que o ANDES-SN inicie o debate sobre cotas para a população trans em concursos públicos.*

21. *Lutar, junto com entidades e movimentos sociais, pela revogação do Decreto 9.527/2018, publicado por Temer, que cria a Força-Tarefa de "Inteligência" para o enfrentamento ao crime organizado que cumpre o papel de criminalizar lutadoras e lutadores sociais.*

22. *Intensificar a luta, junto a CSP-Conlutas e as Seções Sindicais, contra a criminalização dos movimentos sociais com denúncia contra qualquer ataque que venha ser desferido aos lutadores e lutadoras, priorizando a política de acolhimento e solidariedade para com companheiras e companheiros.*

23. *Continuar lutando pelo direito irrestrito de organização de lutas e movimentos sociais, manifestações e greves.*

24. *Lutar pela anulação da sentença de primeira instância e pela absolvição do(a)s 23 ativistas que participaram das jornadas de junho/2013 e contra a Copa de 2014 no Brasil (Processo Nº 0229018-26.2013.8.19.0001).*

25. *Que as Seções Sindicais, com o apoio das Secretarias Regionais, realizem como parte da política nacional de mobilização e comunicação, eventos periódicos e capilarizados de Universidade e Sociedade na Praça, em defesa do conhecimento científico e da Educação Pública, gratuita e laica.*

- 26. Incentivar as seções sindicais a realizarem e participarem de atividades da Comissão Nacional da Verdade do Andes-SN como instrumentos de luta pela verdade, justiça e reparação no enfrentamento contemporâneo as atitudes fascistas.*
- 27. Indicar que as Seções Sindicais pautem atividades de divulgação e denúncia do terrorismo de Estado acontecido durante a ditadura empresarial-militar e que perduram até hoje.*
- 28. Reiterar que as seções sindicais, secretarias regionais e a diretoria nacional realizem levantamento sobre o quantitativo de professoras negras e professores negros, indígenas e quilombolas nas IFES, IEES/IMES e CEFET de sua atuação.*
- 29. Realizar um seminário Nacional, junto ao seminário do GTPCEGDS, sobre a Universidade e a luta anti-racista, a fim de organizar a luta em defesa da Lei nº 12.990/2014 e da sua ampliação para indígenas e quilombolas.*
- 30. Com dados levantados pelo GTPCEGDS, publicar InformAndes especial sobre a temática da Lei nº 12.990/2014.*
- 31. Orientar que as seções sindicais se engajem na construção de ações na luta para implementação da Lei nº 12.990/2014 e equivalentes nos estados e municípios nas IFES, IEES/IMES e CEFET, pautando-se pelo princípio da democratização do acesso às pessoas negras na carreira do magistério superior, levando em consideração as particularidades regionais e locais.*
- 32. Incentivar o debate junto às seções sindicais e regionais sobre cotas etnicorraciais para negras e negros nas instâncias de direção do sindicato nacional, das regionais e das seções sindicais na perspectiva da representatividade política, a fim de deliberação no 39º Congresso do ANDES.*
- 33. Lutar para a ampliação da Lei de Cotas nas IEES/IMES em concursos docentes.*
- 34. Lutar por cotas para indígenas e quilombolas em concursos docentes nas IEES/IMES.*
- 35. Aprofundar o debate sobre a paridade de gênero na composição das diretorias das Seções Sindicais.*
- Recomendação:** *Que o GTPFS debata as instâncias deliberativas presenciais por video conferência das Seções Sindicais ou AD-Seções Sindicais.*

TR – 6

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN, por meio de sua atuação na CSP-CONLUTAS, no Fórum Sindical Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, setor das entidades da educação e outros fóruns, frentes ou movimentos unitários, atue com a finalidade de manter um calendário unificado de lutas contra a Reforma da Previdência e outros ataques da extrema-direita.
 - a. A partir das avaliações da Greve Geral de 14 de junho, o Sindicato Nacional atuará para dar continuidade à construção de um calendário unificado de lutas, o que pode incluir uma nova greve geral.
2. Permanecer impulsionando e construindo o setor das entidades de educação (construído a partir das iniciativas do ANDES-SN, tomadas em 2018 e aprofundadas em 2019) com a finalidade de aprofundar a unidade e as articulações necessárias para derrotar a Reforma da Previdência e defender o projeto de educação do ANDES-SN.
3. Participar do 4º Congresso Nacional da CSP-CONLUTAS apresentando contribuições globais e propostas de resoluções internacional, nacional, balanço político e plano de ação, balanço da central, combate às opressões e políticas setoriais com base nas deliberações e no Plano de Lutas aprovados no 38º Congresso e no 64º CONAD.
4. Garantir uma ampla delegação e promover debates sobre a CSP-CONLUTAS e o seu 4º Congresso com a finalidade de fazer um balanço sobre a Central, e, a partir disso, formular políticas e ações que fortaleçam as lutas e a unidade de ação.

5. Remeter para o 2º semestre de 2019 todas as atividades (seminários, encontros regionais, módulos dos cursos de formação do GTPFS, etc.) previstas para o primeiro semestre do ano e que foram adiadas em função dos efeitos da MP 873/2019 e da organização da luta contra a Reforma da Previdência.

TEXTO 7

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO A ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

Os Ataques à Educação no Governo Bolsonaro

O 64º CONAD ocorre num cenário em que a educação pública e gratuita foi tomada como um dos principais inimigos do governo. Trata-se de um contexto que já tinha sido prenunciado ao longo de 2018, ano em que o(a)s agentes do Escola sem Partido intensificaram sua atuação e as universidades foram invadidas por forças repressivas durante o processo eleitoral. Hoje uma intensa campanha desqualificando o trabalho docente, a autonomia universitária e a produção intelectual está em curso. O governo federal de extrema-direita não tem poupado esforços em relação aos ataques contra universidades, IF e CEFET. Tudo isso colocou a educação no centro das lutas sociais em curso no Brasil. Significativamente, o dia 15 de maio, uma greve nacional da educação, se configurou como a principal manifestação pública de oposição às políticas do presidente Jair Bolsonaro.

Os ataques à educação vêm desde governos anteriores, cujos projetos de sociedade diferem nas táticas, mas concordam nos objetivos estratégicos e na direção política de seus programas de governo. No 38º Congresso, destacamos como o conjunto de ataques implementados pelo governo ilegítimo de Michel Temer foi profundamente prejudicial ao projeto de educação defendido pelo ANDES-SN. Esses ataques forneceram a base material e ideológica para o desmonte total da educação pública e gratuita: a desregulamentação da legislação trabalhista (Lei nº 13.467/2017); a aprovação da terceirização irrestrita; a extinção de cargos do Serviço Público Federal; a Emenda Constitucional 95/2016; a BNCC; a Reforma do Ensino Médio; o Escola sem Partido, etc.

Após a posse do presidente Jair Bolsonaro, a situação se agravou. Começou uma intensa campanha nas mídias contra professore(a)s marcada por ataques diários e sem limites durante os primeiros quatro meses do governo.

O Ministério da Educação protagonizou as principais polêmicas governamentais envolvendo-se em várias decisões equivocadas e recuos, além de estar no meio de um jogo de forças entre o grupo de Olavo de Carvalho e os militares, processo que resultou na demissão do ministro Ricardo

Vélez Rodríguez e mais de uma dezena de baixas entre o(a)s funcionário(a)s. O primeiro foi substituído por Abraham Weintraub, cujo time nomeado para o alto escalão é quase inteiramente composto por economistas, apontando para o aprofundamento do desmonte da educação pública e caminhando a passos largos para sua privatização.

O MEC também foi protagonista de tentativas de violação de liberdades democráticas. Segundo consta, a saída dos dois responsáveis pelo INEP ocorreu porque se recusaram a apresentar informações sigilosas de estudantes para que as carteirinhas passassem a ser feitas pelo MEC e não pelos DCE. Isso foi acompanhado pela censura a livros didáticos e ao conteúdo da prova do ENEM. Nessa mesma linha, o MEC tenta impor limites e cercear os processos democráticos de consulta pública para eleição de dirigentes das universidades federais, em uma explícita afronta à autonomia universitária.

Já nos primeiros dias da gestão do primeiro Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, a primeira medida do governo foi extinguir, por meio de decreto, a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), principal responsável por articular o Sistema Nacional de Educação (SNE), prestar assistência técnica e dar apoio aos estados e as municípios no processo de monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação, além da implementação do Piso Salarial Nacional. Foi extinta também a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), órgão que era responsável pelos programas, ações e políticas de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos. Estes fatos por si só já revelaram a direção da política educacional deste governo de extrema-direita.

O desmonte da educação foi articulado em vários níveis, desde o ensino pré-escolar até a pós-graduação, como se pode verificar na recente Política Nacional de Alfabetização (Decreto nº 9.765/2019) criada com a finalidade de condicionar a oferta de suporte material e técnica à adoção do “método fônico”. Segundo os atuais dirigentes do MEC, isto é necessário, porque o letramento criava problemas, pois formava um tipo de pensamento “muito crítico”. A imposição do método fônico gerou intensa polêmica e manifestação de repúdio por mais de 100 organizações.

Da mesma forma, o desmonte se expressa agudamente nos cortes, anunciados desde 2018, nas diversas formas de financiamento de pesquisa, de extensão, de programas de assistência e de permanência estudantil. Trata-se da possibilidade de se inviabilizar a continuidade das atuais atividades de pesquisa e extensão, assim como de impossibilitar a permanência dos setores mais pauperizados nas universidades públicas. As soluções propostas pelo governo federal estão estreitamente relacionadas com o processo de privatização e cobrança de mensalidades – algo que devemos combater frontalmente. Os cortes se agravaram de tal maneira que não estamos mais enfrentando um funcionamento precário das instituições de educação pública, mas sim combatendo a ameaça de destruição do sistema educacional brasileiro.

Um dos principais alvos de ataque foi a autonomia universitária, que diariamente é alvo de anúncio de alguma medida provisória, portaria ou decreto presidencial que interfere na autonomia universitária. O governo de extrema-direita Bolsonaro atacou diretamente a frágil autonomia universitária em diferentes ocasiões. Pode-se lembrar da nomeação do diretor-geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o desrespeito à decisão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), os ataques contra a educação superior e a Universidade Federal de Sergipe e, finalmente, o ataque contra a UFF, a UFBA e a UNB, acusadas, pelo Ministro da Educação, de promoverem balbúrdia – esse ataque, posteriormente, foi generalizado para todas as universidades, IF e CEFET pelo contingenciamento anunciado pelo MEC.

Nesse contexto, o principal ataque foi o Decreto nº 9.794/2019 que transfere para a Presidência da República, a Casa Civil e o MEC a indicação de pró-reitor(a)s, decano(a)s, diretor(a)s de centros ou *campi*, e outro(a)s dirigentes das instituições universitárias.

Uma fonte de onde emanam ataques significativos contra a figura do(a) professor(a) e contra a autonomia das instituições de educação pública é o Movimento Escola sem Partido, constituído por empresários, militantes da extrema-direita e pelo fundamentalismo religioso. Graças à atuação firme do ANDES-SN e outros sindicatos ou movimentos articulados na Frente Nacional Escola Sem Mordação foi possível, até o momento, barrar ou mesmo revogar a aprovação dos projetos de lei em níveis nacional, estadual e municipal. Porém, o fato é que esse retrocesso, mesmo declarado inconstitucional pode ser reapresentado e votado a qualquer momento e, por isso, manter a Frente Nacional Escola Sem Mordação ativa, é tarefa fundamental de nosso Sindicato.

Uma das 35 metas prioritárias do plano de 100 dias do governo e peça fundamental do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é a Educação Domiciliar, a qual pode ser regulamentada pelo PL 2401/2019 que dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e as Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/ 1996) que propõem como “dever do Estado e da família garantir frequência escolar da população de 4 a 17 anos”.

Outra expressão dos ataques contra a educação pública se manifestou no dia 14 de fevereiro, quando foi assinado um acordo entre Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União para apurar casos de corrupção no Ministério da Educação, a chamada “Lava Jato da Educação”, que foi anunciada no Twitter do presidente Jair Bolsonaro como se a corrupção fosse o maior problema da educação e não a insuficiência de recursos.

Ressaltamos que o trabalho docente está sofrendo um processo de desvalorização social e de desrespeito constante que se intensificou desde o início deste governo de extrema direita, por meio de campanhas difamatórias nas mídias, as quais objetivam tornar o(a)s professore(a)s e o(a)s estudantes inimigo(a)s da sociedade tanto no plano moral, quanto no intelectual, haja vista a campanha contra o ensino de filosofia, sociologia e ciências humanas.

Além de tudo isso, encontra-se em tramitação a PEC 06/2019, da Reforma da Previdência, que, caso aprovada, acaba com o sistema previdenciário público e significará grande perda de direitos, além de retrocesso para o(a)s professore(a)s e a classe trabalhadora em geral.

Os Organismos Articuladores dos Ataques

Todos os ataques aqui mencionados expressam uma convergência ímpar na história recente do Brasil, podendo ser detalhados em duas importantes frentes: (a) a frente ultraliberal, com fundamentos da corrente econômica que defende a redução máxima do Estado e a legitimação plena do Mercado, com uma agenda econômica privatista, entreguista e inimiga da educação pública e gratuita; e (b) a frente obscurantista, pautada numa agenda autoritária, reacionária, anti-intelectual e fundamentalista, substanciada a partir de uma “guerra cultural”. As duas frentes têm um inimigo em comum: a educação pública, laica e gratuita.

Quando se analisa essas duas importantes frentes, cabe identificar quem são os agentes políticos mais ativos e dinâmicos que pautam a conjuntura atual. Nesse sentido, por mais que existam divergências no âmbito cultural, há, sem dúvida, uma convergência no pacto econômico de austeridade e nos ataques aos direitos sociais, trabalhistas e às liberdades democráticas.

Os inimigos da educação pública tentam, a todo custo, seja por meio da agenda econômica seja pela agenda ideológica, extrair o máximo do fundo público, atacando, assim, o direito à educação pública e gratuita. Dessa forma, tentam atender a ânsia interminável e expansiva do mercado.

Um exemplo de agente privatizante da educação brasileira é o movimento “Todos Pela Educação”, constituído por institutos filantrópicos empresariais, como o Instituto Natura, a Vivo, a Fundação Bradesco, a Fundação Lemann, o Instituto Unibanco e o Itaú Social. Surgido em 2006, tem se destacado como a principal voz do empresariado brasileiro, tanto pela grande mídia corporativa quanto pelos governos. Vale destacar que esse movimento tem importante papel na aprovação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC. Além disso, defendem uma visão de educação gerencial, produtivista e meritocrática.

Dentre suas prioridades entre 2019-2022 constam: a) efetivação do BNCC; b) governança e gestão de rede; e c) novo modelo de Ensino Médio e Financiamento e Equidade, dentre outros.

Esse movimento tem como fundamento principal fortalecer a educação tecnicista, produtivista e empreendedora, o que tem contribuído para fortalecer a mercantilização do ensino e as corporações privadas. Como importante força econômica na definição da política educacional, hoje esse setor se encontra oligopolizado. A Kroton e a Estácio de Sá concentram a maior parte dessa estrutura de mercado.

Importante salientar que apesar da queda no número de matrículas no mercado de ensino superior, de 1,60 milhões em 2015 para 1, 51 milhões em 2017, assim como também de matrículas do FIES, de 287 mil contratos em 2015 para 185 mil contratos em 2017, hoje 87,9% das vagas oferecidas no ensino superior são de instituições privadas, o mercado de ensino só tem se fortalecido (fonte: <https://arte.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/17/dez-maiores-do-ensino-superior/>).

O capital tem se apropriado cada vez mais do fundo público, aumentando sua lucratividade. O Banco Mundial, em diversos documentos, já afirmou que o Brasil deveria acabar com o ensino superior gratuito, com destaque para o Relatório de 2017 “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade dos gastos públicos no Brasil”.

A ânsia privatista não tem limites. A mídia corporativa, até, já pauta uma outra fatia do ensino, a educação básica, que surge como uma alternativa atraente e com grande potencial. Em dados divulgados em 2018, dos 39,7 milhões de aluno(a)s matriculado(a)s, há 8,9 milhões no ensino privado. Estima-se que só em mensalidades o mercado de ensino básico movimentava 60 bilhões, assim como movimentava 6 bilhões em mercado de conteúdos e 20 bilhões em mercado de atividades contra-turnos (fonte: <https://arte.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/17/dez-maiores-do-ensino-superior/>).

No âmbito dos ataques, há de se destacar o movimento antiacadêmico e obscurantista que ganha folego com a eleição do governo federal de extrema-direita. E no bojo desse movimento, indiscutivelmente, as correntes pentecostais, neopentecostais, além de setores conservadores da igreja católica possuem um enorme peso. Impõe uma agenda que criminaliza a educação pública, em especial a academia. Ainda em 2018, após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, foi lançado o documento O Brasil para os Brasileiros, da Frente Evangélica Parlamentar. Nesse texto, podemos destacar o eixo IV, intitulado Revolução na Educação, em que defende “(a) mérito, a base de um sistema educacional de sucesso; (b) Escola Sem Ideologia e Escola Sem Partido; (c) O novo ensino superior brasileiro; e (d) efficientização dos recursos destinados à educação, prioridade à universalização do ensino básico e técnico de qualidade”.

A proposta da Escola Sem Ideologia e da Escola sem Partido, que consta do documento O Brasil para os Brasileiros, não é um argumento sem base material, pois está ligado ao campo da extrema-direita e de parte da direita brasileira. Essa linha tem demonstrado sua força por meio da

própria indicação do titular para o MEC, o atual e o exonerado. Tendo suporte na Frente Parlamentar Evangélica, por meio de inúmeros projetos na esfera municipal, estadual e federal, tentam não só aprovar a censura na escola, mas também criar um ambiente de terror, gerando adoecimento em inúmero(a)s trabalhadore(a)s da educação.

Não poderíamos deixar de analisar o peso dos militares. O governo de extrema direita tem avançado também no projeto político de militarização da educação brasileira, objetivando criar um ambiente educacional que elimine a criticidade, criando assim pessoas ordenadas e servis. Atualmente, existem treze colégios militares mantidos pela União, além de outras escolas ligadas às polícias e aos bombeiros militares.

Há, tal como já foi mencionado, um complexo processo de militarização da educação pública. Em Goiás, o número de escolas militarizadas, entre 2013 e 2018, saltou de 16 para 60. Até o final de 2018, já existiam 122 unidades escolares militarizadas – a única região que ainda não tinha realizado esse tipo de medida era o Sudeste. No início deste ano, o governo do Distrito Federal anunciou a liberação de R\$ 10 milhões para militarizar 36 estabelecimentos até o fim do ano.

A militarização da educação é o processo de retirada da administração civil da Secretaria da Educação e a transferência da gestão para a Polícia Militar (PM). O sistema impõe regras morais estreitamente rígidas em relação ao ordenamento da escola, vestimentas, corte de cabelos, etc. As escolas que são militarizadas, ao serem retiradas das secretarias de educação, podem cobrar mensalidades (sob o eufemismo “contribuição voluntária”), vender uniformes, etc. Em Goiás, as 60 escolas militarizadas ganham aproximadamente R\$ 4,5 milhões pela “arrecadação voluntária”. Trata-se claramente de uma medida privatizante.

Décadas de precarização das escolas públicas criaram problemas complexos como violência escolar, evasão escolar, etc. com uma fórmula simplista que reduz tudo a um caso de polícia, expressando a crescente influência de instituições militares, que herdamos das décadas de Ditadura Empresarial-Militar, sobre os rumos da sociedade brasileira. Tudo isso recebeu um impulso adicional no início deste ano por meio de uma reformulação no Ministério da Educação (MEC) que deu origem a um sub órgão dedicado exclusivamente à militarização das escolas: Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Braço da Secretaria de Educação Básica (SEB), criado pelo Decreto Federal nº 9.665/2019, o órgão tem como atribuição a promoção de parcerias com a PM, os bombeiros e o Exército, com o explícito intuito de ampliar o processo de militarização.

As Resistências e as Lutas

Frente Nacional Escola Sem Mordaça

Vivemos hoje uma conjuntura de retirada de direitos e de criminalização dos movimentos sociais, de crescimento do discurso de ódio contra os movimentos feministas, LGBTT, negro e indígena. Nesse contexto, os Projetos de Lei do programa Escola sem Partido constituem um retrocesso e um elemento que acirra esse processo de recrudescimento, além de amordaçar a educação e o(a)s docentes. Trata-se de um programa que, acima de tudo, fomenta o ódio à(o) professor(a).

Para enfrentar os ataques do Movimento Escola sem Partido, a Frente Nacional Escola sem Mordaça foi reconstruída e passou a se reunir sistematicamente desde julho de 2018 para pensar ações nacionais e locais de forma articulada com outros movimentos e entidades da educação. Nesse sentido, a Frente acompanhou as diversas reuniões da Comissão Especial e está organizando

materiais de orientação à(o)s professore(a)s vítimas de ameaças e ataques, e constituiu um Coletivo de Advogados para dar suporte jurídico.

Em 2018, deputados favoráveis à censura na educação não conseguiram aprovar o Escola Sem Partido. O PL 7180/14 foi arquivado após uma série de tentativas infrutíferas de aprová-lo em comissão especial na Câmara Federal. Para o arquivamento deste processo, as mobilizações organizadas pela Frente Nacional Escola Sem Mordada foram decisivas. Porém, o projeto foi desarquivado pela bancada federal, e um novo, o PL 246/2019, foi apensado a ele.

Em 2019, A deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) apresentou ao Congresso Nacional um novo projeto do Escola sem Partido para tentar amordaçar professore(a)s e estudantes. Há algumas mudanças de conteúdo no novo projeto. O texto não traz, por exemplo, a proibição do uso do termo “gênero”, o que poderia inviabilizar até conteúdos de biologia e de português. Porém, o PL 246 prevê que o(a)s estudantes possam gravar as aulas para “permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de terem ciência do processo pedagógico”. Também proíbe a realização de atividades político-partidárias pelos grêmios estudantis.

Segundo a proposta, as normas da lei se aplicarão ainda aos currículos, materiais didáticos, projetos pedagógicos, provas de vestibular e, até mesmo, concursos para docentes. Em relação ao PL de 2014, o novo Escola sem Partido mantém a obrigação de afixar cartazes com os “deveres do(a) professor(a)”. E também proíbe a liberdade de expressão do(a)s docentes em sala de aula.

Nas resoluções do 38º Congresso do ANDES-SN sobre Política Educacional, aprovamos “incentivar a participação das seções sindicais nas Frentes Regionais/Estaduais ou outras iniciativas e indicar, onde não houver, a criação desses espaços”, assim como “incentivar que as seções sindicais realizem debates, aulas públicas e atividades sobre democracia, autonomia, liberdade na educação e combate ao Projeto Escola sem Partido”.

A Frente Escola Sem Mordada estruturou um novo site com nova identidade visual e uma plataforma para denúncias de perseguições. O espaço ainda está em processo de finalização e em breve será lançado. Está previsto, para divulgação na página, um mapeamento nacional de todos os projetos de lei – federal, estaduais e municipais – que tratem do “Escola sem Partido”, para tramitar Brasil afora. Essa ferramenta será um canal fundamental para organizar a luta por uma Escola Sem Mordada.

O ANDES-SN, nos últimos meses, tem acompanhado e participado de várias audiências e reuniões na Câmara, no Senado e no STF sobre Escola Sem Mordada, ataques a liberdade de ensinar, liberdade de cátedra entre outros.

Setor de Educação

Tal como foi afirmado, os ataques à Educação se intensificaram nesse novo governo de extrema-direita. Universidades, institutos federais e CEFET enfrentam uma ameaça real contra a sua existência.

O presidente Jair Bolsonaro anunciou em 29 de março um contingenciamento de R\$ 29,5 bilhões do orçamento da União. Na prática, a previsão era de cortar R\$ 5,8 bilhões do Ministério da Educação (MEC) e R\$ 2,1 bilhões do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O ministro decidiu que universidades, institutos federais e CEFET terão 30% do seu orçamento cortados a partir do segundo semestre. O corte era no orçamento para despesas discricionárias, isto é, usadas para pagar, por exemplo, as contas de água e de luz, além de serviços de limpeza. Em um tom de chantagem, o Ministro da Educação afirmou que os cortes podem ser

revertidos se a Reforma da Previdência for aprovada. Da mesma forma, o ministro declarou que só receberá reitore(a)s que aparecerem acompanhado(a)s de parlamentares.

Esses ataques fizeram com que as lutas pela educação pública se intensificassem. No dia 22 de março, nacionalmente fomos às ruas em defesa da Previdência Social Pública e contra a Reforma da Previdência que tramita pela EC 06/2019.

A Greve Nacional da Educação no dia 15 de maio que foi, inicialmente, definida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e foi importante marco para dar força à luta contra a Reforma da Previdência. A data foi incorporada ao calendário de lutas aprovado no III Encontro Nacional de Educação (ENE) por iniciativa de delegado(a)s do ANDES-SN no evento. Realizamos reuniões com outras entidades da educação, mobilizamos os setores das IFES e IEES/IMES e atuamos para que o dia 15 de maio fosse, efetivamente, um dia de greve nacional da educação.

O ANDES-SN, repudiando os cortes orçamentários e a Reforma da Previdência, convocou sua base a aderir à paralisação e teve papel decisivo no processo de mobilização. O número de seções sindicais realizando assembleias e deliberando pela adesão à paralisação foi impressionante: 70. A Greve Nacional da Educação em 15 de maio foi a luta mais importante contra o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Estima-se que 222 cidades registraram protestos contra os cortes anunciados pelo MEC. Houve manifestações em todas as capitais do país, incluindo Brasília. Em cidades universitárias, espalhadas pelos 26 estados, houve diferentes formas de manifestações: aulas públicas, cartazes, performances e, claro, passeatas. Milhares de estudantes, de professore(a)s e de técnico(a)s-administrativo(a)s foram às ruas.

As fotos das manifestações nas capitais impressionam. Os números também. No Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, a estimativa foi a de que o protesto tenha reunido 250 mil pessoas em cada cidade. Na Av. Paulista, em São Paulo, 120 mil. Em outras capitais, os números expressam a força da primeira mobilização contra o presidente Jair Bolsonaro: 100 mil em Fortaleza (CE), outros 50 mil no Recife (PE), 30 mil em Belém (PA). Em Brasília, segundo os organizadores, o ato contou com 50 mil pessoas.

Em Curitiba (PR), a greve da Educação começou dias antes, com aluno(a)s, em especial da Universidade Federal do Paraná (UFPR), entrando nos ônibus e explicando para a população o impacto dos cortes. A mesma iniciativa foi repetida em outras cidades. Nos dias que antecederam o 15M, nas redes sociais, diferentes *cards* e *posts* anunciavam que a aula seria na rua. Em 15 de maio, a comunidade escolar se levantou contra os cortes orçamentários anunciados pelo ministro da Educação Abraham Weintraub. Foi a primeira grande manifestação contra o governo Bolsonaro. Em viagem aos Estados Unidos, no dia 15, o presidente Jair Bolsonaro chamou os manifestantes de “idiotas úteis”.

Ainda no dia 15 de maio, já circulavam nas redes sociais, em especial no Twitter, *hashtags* convocando novas mobilizações para o 30 de maio. A preparação da nova mobilização do setor da educação reuniu ANDES-SN, CNTE, FASUBRA, FENET, SINASEFE, UBES, UNE e ANPG. As entidades realizaram uma agenda preparatória de mobilização para fortalecer a Greve Geral.

Contrariando algumas expectativas mais pessimistas, o 2º Dia Nacional de Luta em defesa da Educação Pública e contra a Reforma da Previdência, realizado no dia 30 de maio de 2019, levou novamente às ruas de todas as capitais do Brasil e do Distrito Federal milhares de pessoas. Mais uma vez as grandes mobilizações, mesmo sem uma parte das entidades sindicais nacionais, convocaram paralisação e foram massivas. O ANDES-SN, seguindo o caminho da necessidade de ampliação das mobilizações, indicou as bases uma rodada de assembleia geral para deliberar pela paralisação, tendo a adesão de mais de 80% das nossas seções sindicais. Mais uma vez, com o protagonismo do(a)s estudantes, a educação pública conseguiu mobilizar. Saímos do dia 30 de maio certos de que o

grande desafio era construir a maior greve geral da história recente do Brasil, pois esse é o único instrumento capaz de barrar as retiradas de direitos.

A tarefa fundamental e imediata, além da defesa da educação, foi a construção da Greve Geral contra a Reforma da Previdência em 14 de junho, que foi acordada entre todas as centrais sindicais.

III ENE

O III ENE ocorreu nos dias 12, 13 e 14 de abril de 2019 na UnB e contou com a participação de cerca de 1200 pessoas, incluindo docentes da educação básica e superior, trabalhadore(a)s técnico(a)-administrativo(a)s da educação básica e superior, estudantes de todos os níveis e profissionais de outras categorias. Na abertura, houve saudação das entidades que constituem a CONEDEP e que construíram o III ENE: ANDES-SN, Fasubra, SINASEFE, CFESS, ABEPSS, ABEM, UNE, FENET, ANEL, CSP-CONLUTAS. Houve, ainda, a saudação da representante da Federação Nacional de Professores, Pesquisadores, Criadores e Artistas da Argentina (CONADU-Histórica) Cláudia Bogorria e da secretária geral do Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Educação de Buenos Aires e deputada federal, Romina Del Plá.

No dia 12 de abril ocorreu a Mesa 1 – Lutas Internacionais e Nacionais da Educação, que contou com a contribuição das professoras Nara Cladera (França), Maria de La Luz Arriaga (México) e Virgínia Fontes (Brasil). A mesa foi interrompida por causa de uma forte chuva e das consequências provenientes do episódio. A mesa seguinte também foi suspensa. A CONEDEP fez reunião emergencial com a participação de representações do ME para levantamento das demandas e apresentar soluções. Todas foram atendidas, e os problemas resolvidos ainda no primeiro dia, permitindo a retomada das atividades no segundo dia.

No segundo dia, 13 de abril, ocorreu a Mesa 2 – Os ataques à educação e a reafirmação do projeto classista de educação, que contou com a participação do professor Fernando Penna (UFF) e com a incorporação da professora Virginia Fontes (UFF). Em seguida, ocorreu a Mesa 3 – Painel com movimentos sociais sobre Educação Popular, que contou com a participação do MST, NEABI/ABPN, Luta Popular, MUP, Rede Emancipa e NEP 13 de Maio. O MTST, que havia sido convidado, não participou devido à mudança do dia e o horário da mesa, inviabilizando a participação da representante do Movimento, que tinha voo marcado para o início desse dia. Após a Mesa 3, ocorreram os Grupos de Trabalho que discutiram os nove eixos definidos no Documento Orientador. No segundo dia, ainda, houve reunião do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas e plenária da Frente Nacional Escola Sem Mordça.

No terceiro dia, 14 de abril, ocorreu a Plenária Final. No início, foram feitas falas da representante da CONEDEP e do ME. Em seguida, foi lida a Carta do III ENE construída consensualmente pela CONEDEP incorporando as propostas feitas nos GT. Após isso, foram aprovadas moções e acolhidas as propostas apresentadas pelo plenário, que foram incorporadas ao Relatório Final do III ENE, como a realização do IV ENE.

A construção do III ENE resultou em um evento importante para a reafirmação do espaço de construção de um projeto de educação contra hegemônico. O ENE se coloca como um espaço alternativo de construção de um projeto de educação pautado nos interesses da classe trabalhadora e que visa contribuir para o processo de emancipação humana. Ao mesmo tempo, se constitui como um potencial evento de articulação de entidades classistas do campo da educação, rompendo com a hegemonia do projeto educacional dos governos de conciliação de classe.

Estando a educação sob forte ataque do novo governo de extrema-direita, o III ENE ganhou sentido amplo, como um espaço de manifestação e denúncia das perseguições e dos ataques que a

educação pública está sofrendo. Ao mesmo tempo em que se constitui como uma importante contribuição para a valorização do(a)s professore(a)s e da carreira docente.

Sua importância também está no fato de ter reunido cerca de 1200 militantes, de vários estados do Brasil, em uma conjuntura de crise financeira das entidades sindicais. Além do fato de ter promovido vários encontros preparatórios nos estados.

Por outro lado, vale destacar que o ANDES-SN, também nessa edição, se colocou como a principal entidade articuladora e organizadora do Encontro, tendo protagonismo político e financeiro em todas as suas etapas, desde a preparação há mais de um ano até a realização dos três dias de evento.

O envolvimento das entidades, desde a participação nas reuniões da CONEDEP, foi aquele do que o evento exigia, o que demonstra que as entidades envolvidas dão pesos diferentes para a construção do ENE.

A não participação efetiva das diferentes entidades que compõem a CONEDEP, em parte, pode ser explicada pelas disputas internas às entidades, que contam, em suas direções, com segmentos que defendem a construção da Conferência Popular em detrimento da construção do ENE. A repercussão imediata dessa disputa interna foi que entidades que historicamente construíram a CONEDEP e nela permanecem até hoje tiveram uma participação pequena nos três dias do evento, já que tinham marcado para os mesmos dias do ENE atividades nacionais – o que, por sua vez, teve rebatimento durante a organização dos três dias de encontro, já que poucas entidades se comprometeram com as tarefas organizativas e políticas, como a estrutura do evento, a organização dos grupos de trabalho, a construção da carta final do III ENE etc., recaindo uma grande sobrecarga sobre a diretoria nacional do ANDES-SN.

Nos dias do evento, as entidades que mais se implicaram na construção foram, além do ANDES-SN, o CFESS, a ABESS e a direção da ABEM. O movimento estudantil se apresentou de forma muito fracionada, o que repercutiu em uma crise no primeiro dia do evento, exigindo do ANDES-SN muitas mediações e esforço político para solucionar. A crise do primeiro dia do evento foi resultante de problemas de infraestrutura criados por questões que estavam fora do controle da CONEDEP.

Apesar dos diversos limites na construção do III ENE, nesse momento de intensificação dos ataques à educação, a construção da CONEDEP e dos Encontros Nacionais de Educação se constitui como um projeto estratégico. Apesar de inúmeros problemas, a carta do III ENE foi enfática na necessidade de construir a Greve Geral, de defender da educação pública e gratuita e de elaborar um projeto classista e democrático de educação para a sociedade brasileira. Hoje, é necessário avaliar o ENE a partir dos limites de envolvimento das demais instituições, que deve ser para nós um elemento de reflexão e de avaliação.

A convocação do IV ENE deve ser acompanhada de uma profunda avaliação, no interior da CONEDEP, pautada pelas questões expostas a seguir. O ENE se constitui como um espaço do ANDES-SN ou das entidades da CONEDEP? A metodologia atual consegue avançar na construção de um projeto de educação estratégico para a classe trabalhadora? O ENE pode ser um espaço de fortalecimento da unidade de ação das entidades da educação ou apenas mais um espaço de autoconstrução das forças e das organizações políticas?

Um problema em particular é o rateio das despesas na construção do ENE. Foi decidido pela CONEDEP que cada entidade contribuiria com R\$ 20.000,00. Porém a maior parte das despesas recaiu sobre o ANDES-SN. Algumas entidades que se comprometeram com o rateio até o momento não realizaram o pagamento das despesas do evento.

RECEITAS E DESPESAS ENE

RECEITAS	
SINASEFE	20.000,00
CSP-CONLUTAS	13.405,40
CFESS	20.000,00
Inscrições antecipadas	92.748,08
Inscrições durante o evento	8.210,00
ANDES-SN	71.667,75
DESPESAS	
Total	226.031,23

Selo Liberdade de Ensinar e Aprender: Por Educação, Ciência e Tecnologia Públicas

Em uma conjuntura de multiplicação de ataques contra a educação, não deixamos de nos posicionar publicamente e não poupamos esforços para defender nossos direitos e o projeto historicamente defendido de educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada pelo ANDES-SN.

Inúmeros episódios de perseguição e criminalização de professore(a)s, violações à autonomia universitária, avanços de ameaças à laicidade, ao caráter público e gratuito e à liberdade de ensinar e de aprender se manifestam em múltiplas frentes e desde diversas fontes, mas, ao mesmo tempo, se articulam em um projeto que, em última instância, expressa os interesses do capital contra a democracia e a educação.

Por isso, com a finalidade de demonstrar que os diversos ataques pertencem ao mesmo projeto político conservador, fundamentalista e privatizante, criamos o selo “Liberdade de Ensinar e Aprender: por Educação, Ciência e Tecnologia Públicas”. A finalidade é unificar todas as ações multimídia do ANDES-SN deliberadas durante o 38º Congresso. Indicamos que todas as seções sindicais tentem utilizar o selo em seus materiais e discutam, nas mais diversas frentes unitárias, com outros movimentos e entidades da educação, a utilização do selo em materiais comuns.

VII – POLÍTICA EDUCACIONAL

O 38º CONGRESSO delibera

- 1. Realizar ações multimídia, com ênfase nas redes sociais, em defesa da educação pública, laica, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, e contra toda forma de opressão, em conjunto com outras entidades sindicais e estudantis da educação.*
- 2. Intensificar a organização do III ENE que ocorrerá nos dias 12 a 14 de abril de 2019 e seus encontros preparatórios regionais e estaduais em conjunto com entidades sindicais da educação, movimento estudantil e movimentos sociais, que atuem em educação popular, como espaços de resistência e mobilização para enfrentar os ataques à educação.*
 - 2.1. Intensificar esforços para ampliar o espectro de entidades e movimentos que participam do ENE.*
- 3. Fortalecer a Frente Nacional Escola sem Mordaça e incentivar a participação das seções sindicais nas Frentes Regionais/Estaduais ou outras iniciativas e indicar, onde não houver a criação desses espaços.*
 - 3.1. Produzir materiais defendendo a Escola sem Mordaça e com análises sobre o Projeto Escola sem Partido.*

- 3.2. *Incentivar a realização de atividades nas seções sindicais e nos encontros regionais para divulgar, até mesmo em formato eletrônico, amplamente nas universidades, CEFET e institutos federais, o manual de orientação sobre as ameaças e ataques à(o)s professore(a)s.*
- 3.3. *Incentivar que as seções sindicais realizem debates, aulas públicas e atividades sobre democracia, autonomia, liberdade na educação, combate ao Projeto Escola sem Partido, etc.*
4. *Buscar os movimentos sociais, as entidades científicas, acadêmicas, sindicais da educação básica e estudantis para dialogar e construir unidade para enfrentar, de forma coletiva, os ataques à educação e reafirmar a defesa da educação pública, laica, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada.*
5. *Fazer ações multimídia em defesa da valorização e do papel social do(a)s professore(a)s frente à destruição da identidade docente promovida por campanhas difamatórias.*
6. *Intensificar a luta nacional, articulada com as diversas categorias do(a)s servidore(a)s público(a)s, com o apoio das entidades classistas, movimentos populares e sociedade em geral, pela revogação da EC 95/2016 que vem produzindo efeitos devastadores sobre a oferta de serviços públicos e a produção de ciência e tecnologia.*
7. *Produzir material, articulando GTPE, GTCARREIRA e os setores das IFES, IEES e IMES sobre formas de controle do trabalho docente e apresentar no 64º CONAD.*
8. *Atualizar cartilha Projeto do Capital para a Educação.*
Recomendação: Recomenda-se a inclusão de temas como as políticas de inclusão para as pessoas com deficiência e informações a respeito das últimas ações legais voltadas para a educação, incluindo a Portaria nº 443/2018 (ampliação das terceirizações) e o Decreto nº 9465/2019.
9. *Que as seções sindicais e as secretarias regionais realizem debates e atividades que abordem os temas das mesas do Seminário Nacional de Capacitismo, avaliem o impacto do Decreto nº 9.034/17 (cotas para estudantes com deficiência), contribuam para orientar ações voltadas à acessibilidade e permanência da comunidade acadêmica e que fortaleçam o combate ao capacitismo nas universidades (IFES, IEES, IMES), nos CEFET e nos institutos federais.*
10. *Realizar ações multimídia e elaborar materiais em defesa de políticas públicas de inclusão, acessibilidade e permanência nas universidades, nos CEFET e nos institutos federais.*
11. *Realizar, no segundo semestre de 2019, em conjunto com os Setores das IFES, IEES/IMES e GT-CARREIRA o Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira EBTT e o Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino Superior.*
12. *Que o ANDES-SN, em parceria com entidades e movimentos sociais, realize ações para denunciar e combater todas as tentativas de regulamentar a educação domiciliar (homeschooling) de crianças e adolescentes em idade escolar, especialmente a proposta de Medida Provisória ligada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que foi apresentada como uma das prioridades do novo governo federal.*
13. *Lutar pela revogação do Decreto 9.465/2019, apresentado pelo Presidente Bolsonaro, que institui uma mudança total na educação básica pública do país, ao induzir os sistemas públicos de ensino a aderirem ao modelo de escola militar.*
14. *Intensificar a luta contra a educação a distância na educação básica e no ensino superior, pela revogação da Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que amplia para 40% a carga horária à distância dos cursos presenciais, gerando um movimento de esvaziamento destes cursos, bem como pela revogação do Decreto nº 9.057/17, que institui o(a)s profissionais da educação com notório saber, para exercer o papel de professor(a) na EAD a fim de evitar o aprofundamento da precarização do trabalho docente.*
15. *Indicar para as seções sindicais que busquem realizar, em parceria com o movimento estudantil, ações em defesa da Educação Pública nas atividades de recepção no início do semestre de universidades, institutos federais e CEFET.*
16. *Intensificar o debate, a partir do acúmulo do GTPE e das seções sindicais, sobre a articulação entre a política educacional expressa na reforma do ensino médio, na BNCC e sua implementação, no projeto de residência pedagógica, nas diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada (Resolução CNE/CP nº 02/2015), ressaltando os impactos dessa política nas licenciaturas (política de formação de professore(a)s) e na própria formação básica, na perspectiva de sua superficialização e fragmentação, implementando ações de luta contra essas medidas.*
17. *Que as seções sindicais lutem por condições de trabalho do(a)s docentes, como formação continuada e preparação do(a)s docentes para atender a inclusão do(a)s estudantes com deficiência.*
18. *Indicar para as seções sindicais, em articulação com o(a)s técnico(a)s-administrativo(a)s, terceirizado(a)s e estudantes, que realizem assembleias comunitárias, plenárias conjuntas ou quaisquer atividades semelhantes para debater ações em comum de defesa da Universidade Pública, dos CEFET e Institutos Federais.*
19. *Integrar a luta em defesa das escolas do campo em articulação com demais entidades e movimentos sociais.*
20. *Lutar para garantir o respeito aos processos democráticos conquistados para a escolha de reitor(a)s e demais dirigentes de instituições públicas de ensino superior, inclusive garantir através de ações administrativas e jurídicas a posse do(a)s reitor(a)s já eleito(a)s democraticamente.*
21. *Indicar que as seções sindicais realizem atividades para receber novo(a)s professore(a)s contratado(a)s, promovendo ações para sindicalização do(a)s mesmo(a)s. Recomendar a participação em atividades (cursos de formação sindical, seminários, encontros, etc.) organizados pelo ANDES-SN.*

TR – 7

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

- 1.** Intensificar a luta contra os cortes na educação implementados pelo governo de extrema-direita Jair Bolsonaro, com ênfase especial para os cortes anunciados pelo ministro Weintraub.
- 2.** Lutar contra toda e qualquer proposta de cobrança de mensalidades nas universidades, IF e CEFET.
- 3.** Intensificar as ações multimídias e as campanhas em defesa da educação pública e gratuita, da liberdade de ensinar e aprender, da autonomia docente e pela valorização do papel social do(a) professor(a).
- 4.** Indicar para as seções sindicais a utilização o selo Liberdade de Ensinar e Aprender: por Educação, Ciência e Tecnologia Públicas em todas as atividades que tenham como finalidade defender a educação, a ciência e a tecnologia públicas frente aos inúmeros ataques dos diversos agentes do capital.
- 5.** Discutir com outros movimentos e as entidades do setor da educação que atuam em frentes unitárias com o ANDES-SN, a utilização do selo nos materiais comuns, para unificar lutas, campanhas e ações multimídia.
- 6.** Intensificar esforços para, em nível nacional, regional e local, construir espaços de unidade de ação que estão atuando em defesa da educação pública e gratuita como: Frente Nacional Escola Sem Mordação, FONASEFE, CONEDEP, CSP-CONLUTAS e Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas e setor de entidades da educação.
- 7.** Lutar pela revogação do Decreto nº 9.794/2019 que, dentre outras medidas, transfere para a Presidência da República, a Casa Civil e o MEC a indicação de pró-reitor(a)s, decano(a)s, diretor(a)s de centros ou *campi* e outro(a)s dirigentes das instituições universitárias que possam vir a atacar a autonomia universitária e violar a Constituição Federal.
- 8.** Denunciar, acompanhar a tramitação e lutar contra a aprovação do PL 2401/2019, de iniciativa do Poder Executivo, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para instituir a educação domiciliar.
- 9.** Lutar pela revogação do Decreto nº 9.765/2019 que institui a Política Nacional de Alfabetização. Dentre outros ataques, o decreto retira a autonomia pedagógica das escolas ao condicionar a oferta técnica e a oferta financeira à adoção de uma metodologia única (método fônico) para a alfabetização.
- 10.** Lutar pela revogação do Decreto Federal nº 9.665/2019, que, dentre outras medidas, cria a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares com a finalidade de fomentar e difundir o processo de militarização das escolas em território nacional.
- 11.** Levar para a CONEDEP, no processo de organização do IV Encontro Nacional de Educação, a avaliação e a mudança dos seguintes aspectos: (a) metodologia do ENE; (b) necessidade de maior articulação entre etapas preparatórias e o encontro nacional, considerando especialmente as resoluções locais e regionais; (c) definição de critérios de participação na etapa nacional a partir da participação nas etapas preparatórias; (d) ampliação do arco de entidades e movimentos que compõem a CONEDEP; (e) rateio real das despesas envolvidas na construção do ENE.
- 12.** Convocar, para o primeiro semestre de 2020, o Seminário Estado e Educação.

LISTA DE LEIS, DECRETOS, MEDIDAS PROVISÓRIAS E PORTARIAS DO GOVERNO RELACIONADAS À EDUCAÇÃO E CIRCULARES DO ANDES-SN SOBRE ESSES TEMAS E NOTAS DE SOLIDARIEDADE E/OU REPÚDIO RELATIVAS ÀS MEDIDAS E ATAQUES DO GOVERNO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2019:

MEDIDAS PROVISÓRIAS

- Medida Provisória nº 870, de 1º/1/2019 – Publicada no DOU de 1º/1/2019 – Edição Especial. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios.
- Medida Provisória nº 873, de 1º/3/2019 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

PROJETOS DE LEI

- PROJETO DE LEI PL 2401/2019 – Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional.
- PL 11279/2019 – Altera as Leis nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008; nº 12.706, de 8 de agosto de 2012, e nº 11.740, de 16 de julho de 2008; cria Institutos Federais de Educação, a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas e a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões, e dá outras providências.
- PLP 110/2019 – Dispõe sobre a posse e o exercício em cargos nos órgãos de administração e nos órgãos previstos no estatuto ou no contrato social de instituições financeiras públicas e privadas.
- PLN 2/2019 – Altera o Anexo V à Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019.
- PLN 1/2019 – Altera a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019.
- PLN 5/2019 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências. (PLDO-2020).

DECRETOS

- DECRETO PRESIDENCIAL – Decreto nº 9.661, de 1º/1/2019 – Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
- Decreto nº 9.665, de 2/1/2019 – Publicado no DOU de 2/1/2019 – Edição extra. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE).
- Decreto nº 9.677, de 2/1/2019 – Publicado no DOU de 2/1/2019 – Edição extra. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja

cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) por Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE).

- Decreto nº 9.686, de 15/1/2019 – Publicado no DOU de 16/1/2019. Altera o Decreto nº 9.279, de 6 de fevereiro de 2018, que cria o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.
- Decreto nº 9.700 de 8/2/2019 – Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
- Decreto nº 9.716, de 26/2/2019 – Revoga dispositivos do Decreto nº 9.690 de 23 de janeiro de 2019 que altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011– Lei de Acesso à Informação.
- Decreto nº 9.725, de 14/3/2019 – publicado no DOU de 13/3/2019 e retificado em 14/3/2019 – Extingue cargos em comissão e funções de confiança, e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações.
- Decreto nº 9.730, de 15/3/2019 – Publicado no DOU de 18/3/2019. Altera o Decreto nº 9.680, de 2 de janeiro de 2019, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
- Decreto nº 9.735, de 22.3.2019 - Publicado no DOU de 22.3.2019. Revoga dispositivos do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.
- Decreto nº 9.754, de 11/4/2019 – Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal.
- Decreto nº 9.765, de 11/4/2019 – Publicado no DOU de 11/4/2019 – Edição extra. Institui a Política Nacional de Alfabetização.
- Decreto nº 9.794, de 15/5/2019 – Publicado no DOU de 15/5/2019. Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (SINC) no âmbito da administração pública federal.

CIRCULARES DO ANDES-SN

- Circular nº 009/19 – Encaminha Nota da Diretoria do ANDES-SN sobre a violação da autonomia universitária na nomeação de dirigentes de Instituições Federais de Ensino.
- Circular 049/19 – Nota da Diretoria do ANDES-SN de repúdio à utilização das escolas de ensino fundamental e médio, e da imagem de crianças e de adolescentes para propaganda do governo federal.
- Circular nº 061/19 – Medida Provisória do governo federal Jair Bolsonaro ameaça sindicatos.
- Circular nº 106/19 – Encaminha nota da diretoria do ANDES-SN sobre a ação da polícia na UEMG.
- Circular nº 131/19 – Encaminha nota da diretoria do ANDES-SN em repúdio à indicação da lista tríplice para reitor(a) pelo Colégio Eleitoral da UNIRIO.
- Circular nº 132/19 – Encaminha nota da diretoria do ANDES-SN sobre a prisão da companheira Camila Marques, dirigente do SINASEFE.

- Circular nº 141/19 – Nota da diretoria do ANDES-SN de apoio à(o)s docentes do campus de Palotina da UFPR.
- Circular nº 145/19 – Encaminha Nota de Solidariedade à Professora Eldilene Barbosa – UFRA.
- Circular nº 158/19 – Diretoria do ANDES-SN lança Selo Liberdade de Ensinar e Aprender: por e Educação, Ciência e Tecnologia Públicas.
- Circular nº 159/19 – Encaminha Nota da Diretoria Nacional do ANDES-SN Contra os Ataques à Formação na Área de Ciências Humanas.
- Circular nº 171/19 – Encaminha nota da diretoria do ANDES-SN de repúdio às declarações do Ministro Onyx Lorenzoni sobre a educação superior.
- Circular nº 185/19 – Encaminha Nota da Diretoria sobre depredação da sede da SINDUEPG.
- Circular nº 194/19 – Encaminha nota da diretoria do ANDES-SN de repúdio às declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre as manifestações de 15 de maio.
- Circular nº 195/19 – Encaminha nota da diretoria do ANDES-SN sobre o Decreto nº 9.794/2019 e em defesa da autonomia universitária.

TEXTO 8

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

TEXTO DE APOIO

Caracterização do governo Bolsonaro, quanto à política ambiental

No 38º Congresso, no início de 2019, o ANDES-SN já identificava as consequências nefastas para o meio ambiente, devido a uma política entreguista anunciada pelo governo federal de extrema-direita, que se coloca de joelhos ao imperialismo norte-americano. Quanto à política ambiental, essa submissão é explicitada quando o ministro do meio ambiente Ricardo Salles desenvolve uma política alinhada aos ruralistas para ampliar o agronegócio e os lucros do mercado financeiro. Em um primeiro momento, o presidente Jair Bolsonaro chegou até a extinguir o próprio Ministério do Meio Ambiente!

Nos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro, o ministro Ricardo Salles exonerou trabalhadore(a)s do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para ceder

cargos de chefia a militares ligados ao Ministério do Meio Ambiente. Também permitiu que órgãos ligados ao ministério fossem extintos, como a Secretaria de Mudança do Clima e Florestas, a qual era responsável pelas ações sobre mudanças climáticas e controle do desmatamento; ou transferidos para outros ministérios, por exemplo, o Serviço Florestal Brasileiro e a Agência Nacional das Águas, as quais ficaram sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Regional, respectivamente.

A proposta propagada pelo Ministério do Meio Ambiente é a de que a prioridade da gestão é uma agenda nacional voltada à qualidade ambiental urbana, cujo foco é a qualidade do ar e das águas, os resíduos sólidos, as áreas verdes urbanas, o saneamento, as áreas contaminadas e o lixo no mar (praias). Sem dúvidas, essas questões são importantes, até mesmo para a melhoria da política relacionada ao direito à cidade. No entanto, a qualidade do ar e das águas, por exemplo, não dependem somente de ações nas cidades. A própria produção do agronegócio brasileiro envenena rios e nascentes que abastecem as cidades. Por outro lado, a negativa, pelo ministro, sobre sua participação no evento da América Latina e Caribe da semana climática (*Climat Week*), que ocorrerá em agosto de 2019, também revela qual é o grau de compromisso que o Ministério do Meio Ambiente tem com um dos maiores problemas, reconhecido mundialmente, para a vida no ambiente. Após críticas de ambientalistas, o ministro resolveu participar do evento, mas com a agenda da qualidade ambiental urbana descrita acima.

Em abril deste ano, as demissões no Ministério do Meio Ambiente – as quais levaram 13 oficiais e militares às chefias de cargos na pasta, incluindo o secretário da biodiversidade – também estão associadas à perseguição ideológica, tendo em vista que o ministro caracteriza a questão ambiental como um problema ideológico. Tal caracterização tem auxiliado o governo federal de extrema-direita a avançar na flexibilização das leis e da política ambiental, para atender aos interesses do capital, no campo e nas cidades; facilitar a biopirataria; ampliar o uso indiscriminado dos agrotóxicos; atender aos interesses dos grandes grupos de mineradoras; e garantir a privatização das nossas fontes de energia e da água.

A primeira medida do responsável pelo IBAMA junto ao Ministério do Meio Ambiente, Ricardo Bim, foi a de garantir o licenciamento ambiental automático à agricultura do agronegócio, explicitando qual será o papel desse ministério. Além disso, a extinção dos conselhos e colegiados de controle social demonstra o viés político-ideológico do Ministério do Meio Ambiente, em realizar ações sem submeter-se à sociedade civil, e em negar o acesso a importantes dados e informações sobre a política que atinge diretamente aos povos e comunidades tradicionais, os agricultores, dentre outros. O discurso de eliminar a ideologia, nas questões ambientais, na realidade, não passa da intenção de afastar a sociedade civil dos atentados (a serem) cometidos contra a natureza, os quais estão a serviço dos interesses do grande capital, em diferentes frentes.

A mineração, suas consequências e as lutas de resistência

A mineração tem sido um problema recorrente, de grande preocupação nacional, concretizada por meio de assombrosa exploração ambiental que atenta contra todas as formas de vida, embora seja apresentada como uma das atividades capazes de promover o desenvolvimento econômico e social, pelo capital espoliador.

Nos últimos anos, três projetos de mineração têm ocupado o centro dessa discussão: a extração e o beneficiamento de cobre, de chumbo e de zinco pela Votorantim em Caçapava do Sul-RS (segundo o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – RIMA, esse projeto vai acabar com 24 nascentes, 25 olhos d'água e provocar a contaminação das águas do rio Camaquã); a extração e o

beneficiamento de titânio no projeto Retiro, em São José do Norte-RS (projeto de extração de titânio, numa região em que os povos e as comunidades tradicionais têm como atividades econômicas predominantes a pesca e a produção de cebola); e o projeto de extração de fosfato pela Águia Metais, em Lavras do Sul-RS (produção de fertilizantes com emissão de gases tóxicos).

No alvorecer de 2019 – ainda reinante na sociedade as condições de completa impunidade para com os responsáveis pelo “crime de Mariana”, em Minas Gerais – um novo crime se produz: Barragem de Brumadinho. Seguindo-se a esse crime, a Agência Nacional de Mineração (ANM) interditou 56 barragens e diques, sendo que 39 por falta de documentação e 17 por falta de estabilidade comprovada. A maioria das barragens interditadas estão localizadas no estado de Minas Gerais, sendo 23 por irregularidade na documentação e 13 por indício de falta de estabilidade. As demais barragens interditadas pela ANM, por falta de documentação, são seis em São Paulo, quatro em Mato Grosso, duas no Rio Grande do Sul, duas em Goiás, uma no Pará, uma no Amapá e uma no Paraná.

Diante da gravidade do caso do rompimento da barragem, em Brumadinho, o governo federal não garantiu a fiscalização e a punição das empresas responsáveis pelo crime ambiental. Na realidade, o que vem ocorrendo é uma maior articulação da “bancada da lama”, que, ao receber recursos das empresas, ocupam cargos importantes, em comissões, para retirar a fiscalização, como ocorreu em 2018; para impedir as vistorias permanentes e presenciais, em minas e barragens; e para impedir o aumento da multa por danos causados ao meio ambiente e a todas as formas de vida. O que se tem é uma completa submissão dos poderes públicos aos interesses privados. Quando o presidente Jair Bolsonaro diz, publicamente, que o governo federal não tem nada a ver com a tragédia de Brumadinho, explicita-se sua postura de descomprometimento com a fiscalização e a justiça pelos que perderam a vida, a moradia, o emprego e os bens.

Os crimes ambientais das mineradoras colocaram Minas Gerais num mar de contradição. Mirai (2007), Macacos (2001), Mariana (2015), Brumadinho (2019) e, atualmente, a ameaça de rompimento da barragem de Barão dos Cocais. Os rompimentos de barragens, em Minas Gerais, remontam a 1986, quando foi registrado o primeiro acidente desse tipo, e as consequências são, historicamente, as mesmas: vítimas fatais, assoreamento de córregos e rios, cidades destruídas pela lama. O estado de Minas Gerais conta com cerca de 450 barragens, e pelo menos 22 delas não têm garantia de estabilidade.

Os modelos de barragem oferecem riscos às comunidades, constituindo-se em centenas de bombas-relógio sobre os moradores dos arredores. As leis ambientais permitem a construção desse tipo de barragens, porque são economicamente favoráveis às empresas. Vê-se, assim, a naturalização do risco e a banalização da vida. Os falsos controles dessas atividades colocam a população em condições de vulnerabilidade. As obrigações impostas às empresas que cometem crimes ambientais chegam à beira do assombro: contratar psicólogo(a)s para ajudarem as pessoas a conviverem com a destruição de suas casas, o assoreamento e a contaminação dos rios e córregos, com a destruição da vida, com a morte de centenas de pessoas, de amigos, de familiares. Nesse aspecto, destaca-se a impunidade: por exemplo, a empresa Samarco, responsável pelo crime ambiental em Mariana, recebeu mais de 60 multas, porém só uma foi paga até o momento.

Numa iniciativa governamental, que coloca a vida e o meio ambiente subalternos ao capital, o governo federal de extrema-direita apontou, como política estratégica, a liberação da mineração na Amazônia e em áreas de reserva indígena, bem como a flexibilização da política de uso do subsolo nas áreas indígenas, e o desmonte da política de demarcação de terras.

Em reação, povos indígenas realizaram protestos e ações, em vários estados brasileiros, dando continuidade às manifestações de anos anteriores. No Amazonas, algumas dessas ações foram articuladas pela Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas, criada em dezembro de 2018, cuja coordenação ressaltou a resistência de boa parcela do(a)s brasileiro(a)s em

compreender a necessidade de tutela dos povos indígenas pela União e criticou a ideia de “índio(a) transitório(a)”, sob a qual o(a) índio(a) é visto como um empecilho para o desenvolvimento econômico e cultural (civilizacional) do país.

Em abril, foram realizadas marchas, caravanas fluviais, acampamentos e cursos de formação política sobre direitos indígenas para reverter o ataque do atual governo federal aos direitos desses povos e à demarcação de terras indígenas; o desmonte de políticas indigenistas; o enfraquecimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e a extinção de comissões e de conselhos de participação social indígena. Ainda, foi reafirmada a necessidade de continuar com políticas sociais em educação, saúde, segurança alimentar, acesso à energia, políticas culturais e geração de renda, e denunciado os conflitos com madeireiros, narcotraficantes, assaltantes fluviais, invasores de terras indígenas e pescadores que adentram em rios e lagos localizados em terras indígenas. Além disso, aconteceu a 15ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília (DF), de 24 a 26 de abril de 2019, sendo esse o maior encontro dos povos indígenas do Brasil. Nesse acampamento, o atual governo federal de extrema-direita mostrou mais uma vez sua face repressora, intolerante e violenta. O Acampamento normalmente era levantado na Esplanada dos Ministérios, mas, em 2019, as delegações indígenas foram forçadas a deixar a Esplanada e se alocar em outro local, devido à autorização do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para o uso da Força Nacional, tanto na Esplanada dos Ministérios quanto na Praça dos Três Poderes, durante o ATL, e à pressão da Polícia Militar do Distrito Federal.

Saneamento e direito à água

Na atual legislatura do Congresso Nacional, volta à seara política a discussão que poderá resultar numa legislação que, a título de construir um “marco regulatório do saneamento básico”, tendo como referência a Medida Provisória (MP) 868/2018, implicará na mercantilização da água. Essa MP visa alterar a Lei Nacional de Saneamento (Lei nº 11.445/07) de forma a atender pleitos do setor privado, criando mecanismos que facilitam o avanço das empresas privadas, nos serviços de saneamento básico no Brasil.

Uma das alterações proposta pela MP 868/2018 estabelece que, antes da celebração de contrato de programa para a prestação de serviços de saneamento entre um município e uma empresa estadual de saneamento, o município fica obrigado a abrir uma “consulta pública” para saber quais empresas têm interesse em prestar aqueles serviços. Uma possível consequência dessa alteração é que as cidades que atrairiam o interesse dos operadores de saneamento, principalmente os privados, seriam as de grande e médio portes, aquelas que dão retorno econômico e financeiro. Caso essa medida prospere, poderá afetar o mecanismo de “subsídio cruzado”, o qual permite que cidades rentáveis subsidiem as deficitárias.

Ministério da Agricultura alinhado ao meio ambiente, na liberação dos agrotóxicos

Neste contexto de agressões ao ambiente natural, estamos diante de um abuso nas liberações de uso de agrotóxicos, indo na contramão de políticas públicas na saúde. Resultados de pesquisa indicam que o uso dos agrotóxicos se faz sentir na contaminação do ambiente natural (solo, água, vegetação e polinizadores). Em 2008, somente 24% das distribuidoras de água aferiam a presença de agrotóxicos. No que se refere à contaminação do solo, tem-se percebido que alguns tipos de agrotóxicos apresentam uma característica de persistência e que implica no efeito cumulativo dessa contaminação.

Em Manifesto divulgado em 22 de maio de 2018, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se posicionou contra a aprovação do PL nº 6.299/2002, conhecido como “Pacote do Veneno” e alertou para os perigos da flexibilização dos controles sobre agrotóxicos no país.

Tal PL – “Pacote do Veneno” – voltou a tramitar no Congresso Nacional por intermédio da bancada ruralista, devido à interferência mercantilista do agronegócio e do Ministério da Agricultura. Se aprovado, os agrotóxicos poderão ser liberados pelo Ministério, com amparo legal, mesmo se órgãos reguladores como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) não tiverem concluído suas análises.

IX - POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 38º CONGRESSO delibera

1. Articular com outras entidades de classe, movimentos sociais, povos indígenas e populações tradicionais, a luta pelo direito desses povos e populações definirem seus modos de vida, como expressão da diversidade cultural do povo brasileiro e seu patrimônio ambiental.

Recomendação: Substituir "populações indígenas" por "povos indígenas" e "populações quilombolas e ribeirinhas" por "populações tradicionais", em todas as propostas de TR.

1.1. Defender políticas públicas de defesa dos direitos e dos meios de produção e reprodução da vida dos povos indígenas, e de outras populações tradicionais, bem como as políticas ambientais que garantam os seus direitos.

1.2. Defender que o(a)s gestore(a)s responsáveis pelas políticas públicas sejam indicado(a)s considerando sua vinculação com a proteção ambiental e a defesa dos direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais.

2. Defender políticas públicas de ampliação de acesso e garantia de permanência nas IES públicas para os povos indígenas e outras populações tradicionais, com a garantia de adequado financiamento público e destinação de verbas específicas para tal.

3. Intensificar as denúncias, nacional e internacionalmente, em diferentes idiomas, sobre os massacres, as perseguições, as torturas, as prisões, as chacinas, assassinatos e a criminalização de indígenas, quilombolas, camponese(a)s, trabalhador(a)s rurais, urbanos e defensore(a)s das causas socioambientais.

4. Realizar, por meio do GTPAUA, com o auxílio do GTPCEGDS, GTSSA, GTPE e das seções sindicais, no segundo semestre de 2019, um seminário nacional sobre Direito à Cidade.

5. Em articulação com outras entidades de classe e movimentos sociais, exigir dos poderes executivo, legislativo e judiciário, providências que visem ações emergenciais e imediata recuperação das condições de vida para as populações atingidas, bem como a punição dos responsáveis por crimes ambientais, em casos como enchentes, deslizamentos, desertificação, arenização, rompimento de barragens e outros desastres ambientais.

6. Apoiar entidades sindicais, movimentos sociais e ambientais, que fazem as denúncias de gestões municipais que descumprirem a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a qual estabelece o fim dos lixões.

7. Continuar apoiando, via secretarias regionais em articulação com as seções sindicais do ANDES-SN, os movimentos sociais do(a)s trabalhador(a)s rurais e urbano(a)s, combatendo as tentativas da grande mídia e dos governos federal, estaduais e municipais de criminalizar as ações coletivas desse(a)s trabalhador(a)s. Bem como, apoiar e defender politicamente, a manutenção das escolas de formação dos movimentos sociais, tais como a Escola Nacional Florestan Fernandes (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) e o Casarão da Luta (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), entre outras iniciativas autônomas de formação política dos movimentos e populações originárias.

8. Que o ANDES-SN, junto a movimentos sociais urbanos e rurais, lute contra a aprovação do PLS 272/16, que quer transformar as ocupações em crime.

9. Que o ANDES-SN repudie: 1) a política agrária do Estado brasileiro, a qual privilegia o agronegócio, através da expansão da fronteira agrícola e da liberação indiscriminada de agrotóxicos, em detrimento da reforma agrária e dos direitos ao uso social da terra, constitucionalmente garantidos aos povos indígenas e às populações tradicionais; 2) a transferência da atribuição da demarcação de terras para o Ministério da Agricultura.

10. Produzir materiais e/ou publicações que promovam a capilaridade das temáticas do GTPAUA nas sessões sindicais e na base da categoria, com a finalidade de fortalecer a articulação do sindicato nas lutas relacionadas com a política agrária, urbana, ambiental, indígena e quilombolas.

11. Reiterar a necessidade das seções sindicais sobre realizar levantamento dos impactos sobre as IES dos cortes de financiamento e a pressão exercida para a alienação das áreas patrimoniais, nos campi das sedes e fora das sedes, como parte da ação especulativa do capital e a introdução da lógica de mercantilização no financiamento dessas instituições, oriundos da aprovação da Lei nº 13.465/2017, e de outros mecanismos.

12. Manter junto com os movimentos ambientalistas, nacional e internacionalmente, a denúncia contra a proposta do grande capital de avançar sobre as reservas minerais, florestais e os territórios dos povos indígenas e das populações tradicionais.

13. Que o ANDES-SN, junto com a CSP-CONLUTAS, promova a articulação com os movimentos sociais de luta contra o modelo atual de exploração mineral e as barragens, para, em unidade de ação, denunciar as perversidades ambientais e sociais dos projetos de extração mineral, as privatizações, a flexibilização da legislação e dos licenciamentos ambientais, a negligência nas fiscalizações, reivindicando a responsabilização de empresas e governos, e a reparação para o(a)s atingido(a)s pelos crimes ambientais.

14. Defender e apoiar iniciativas para o restabelecimento das chamadas públicas de aquisição de alimentos saudáveis oriundos da agricultura familiar para a merenda escolar, a fim de garantir pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar.

TR - 8

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Dar continuidade às deliberações do 38º Congresso do ANDES-SN que, por conta da conjuntura, não foram realizadas no primeiro semestre de 2019.
2. Apoiar os dias nacionais de luta das entidades, os movimentos sociais, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais e as populações atingidas por crimes ambientais que denunciam: a expansão da fronteira agrícola e do agronegócio; a ampliação da liberação de agrotóxicos, da exploração mineral e do desmatamento; e os massacres e torturas no campo, no Brasil.

a) Agenda

Seminário Nacional sobre Direito à Cidade, em novembro de 2019.

TEXTO 9

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS POLÍTICAS DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

Resistir para barrar as contrarreformas e o seu teor discriminatório contra a educação pública, as mulheres, a população LGBTT, a população negra e a indígena

As ações do Governo Jair Bolsonaro desde o início de seu mandato evidenciam seu ódio aos movimentos feminista, negro, indígena e LGBTT, tendo em vista suas contrarreformas com medidas machistas, misóginas, LGTTFóbicas e racistas. O seu projeto elitista repudia todas as políticas de ações afirmativas, e sua narrativa moral e discriminatória está sendo usada para justificar os cortes na educação superior e básica, um projeto anticidência está em curso como forma de destruir os espaços de diversidade e de construção do pensamento crítico.

A Reforma da Previdência proposta por Paulo Guedes é o reflexo das políticas discriminatórias do governo federal de extrema-direita, que tenta impor a aprovação dessa contrarreforma previdenciária cujos impactos mais duros novamente recairão sobre as mulheres – e de forma ainda mais perversa sobre as trabalhadoras rurais e domésticas, categoria hoje composta em sua maioria por mulheres negras de povos originários e povos e comunidades tradicionais. Os critérios adotados pelo governo desconsideram persistentes formas de desigualdades de gênero no trabalho.

Em 2018, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do total de mulheres ocupadas, 23,3% trabalhavam sem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), e 23,9% estavam em atividades por conta própria ou eram auxiliares da família, ou seja, quase metade (47%) das mulheres inseridas no mercado de trabalho não possuía registro em carteira, o que dificulta a contribuição previdenciária. As mulheres são mais dependentes da pensão por morte (83,7%, contra apenas 16,3% dos homens). Entre o(a)s dependentes dos benefícios assistenciais à(o) idoso(a), dentre os quais o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que são os obtidos por quem não preencheu os requisitos para a aposentadoria, as mulheres também são maioria: 59,1% foram destinados às mulheres; e 40,9% aos homens. Por tudo isso, a reforma representa um projeto misógino, um atraso e um ataque às mulheres, especialmente àquelas que são chefas ou arrimo de família. Por tudo isso, barrar esse projeto de morte é tarefa central para a classe trabalhadora.

As mobilizações e os atos realizados nos dias 8 e 14 de março marcaram a luta em defesa dos direitos das mulheres e contra o extermínio e a criminalização do(a)s militantes sociais. É inegável o protagonismo das mulheres na luta pelos direitos reprodutivos, na defesa do meio ambiente, das comunidades tradicionais e da democracia. O governo Jair Bolsonaro, com sua agenda conservadora, considera as mulheres que lutam como inimigas, pois representam a resistência na luta por moradia, pela diversidade sexual e cultural, contra o racismo e o encarceramento do povo negro, centrando seus ataques em oposição aos direitos das mulheres e às conquistas dos movimentos feministas. As

críticas sobre a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio são exemplos de estratégias que buscam retirar direitos e, ao mesmo tempo, ampliar a vulnerabilidade das mulheres.

Na reestruturação dos ministérios, ficou evidente o foco sobre as mulheres, por exemplo, com o fim do Ministério dos Direitos Humanos (MDH) e a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A nomeação de uma pastora fundamentalista, do Movimento Nacional Brasil Sem Aborto, que defende a necessidade do combate à “ideologia de gênero” para esse ministério não significou um avanço para as mulheres, pois a agenda conservadora está na pauta que retirou a população LGBTTT das diretrizes de políticas públicas que constavam do MDH, e que recentemente colocou em risco as famílias que participam do Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas do Rio de Janeiro ao suspender repasses financeiros e solicitar dados que podem comprometer a identidade e segurança das pessoas envolvidas.

O pedido de desarquivamento da PEC 29/2015 que trata da proibição de qualquer tipo de aborto, até mesmo nos casos previstos em lei, poderá resultar no aumento da mortalidade de mulheres negras e pobres ao propor a alteração do artigo 5º da Constituição que garante a “inviolabilidade da vida desde a concepção”. A PEC 29/2015 desconsidera dados já expostos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de um milhão de abortos inseguros são realizados por ano no Brasil, e a cada dois dias uma mulher morre por causa de aborto ilegal. Considerando a clandestinidade dessa prática, entretanto, os números podem ser ainda maiores. O aborto é, ainda, o quinto causador de mortes maternas no país, sendo que as mulheres negras apresentam o dobro das chances de vir a óbito em decorrência desse procedimento.

Outro ataque às mulheres foi protagonizado pelo Ministério da Saúde que publicou despacho em 3 de maio de 2019 sobre o fim do uso do termo “violência obstétrica”, afirmando que considera a expressão imprópria e inadequada, por não agregar valor ao parto humanizado. Tal medida contraria os dados que apontam o Brasil como um dos países que mais realiza cesárias desnecessárias no mundo, além do alto índice de mortalidade materna, principalmente entre mulheres negras.

A luta contra a LGBTTTfobia ganhou espaço no STF ao pautar, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e do Mandado de Injunção (MI) 4733, a omissão do Congresso Nacional por não editar lei que criminalize atos de homofobia e de transfobia no cenário em que o Brasil é o país que mais mata a população trans e travesti. O ANDES-SN tem realizado debates, produzido vídeos e materiais abordando essa temática, e o seu 38º Congresso deliberou pela inclusão do dia 28 de junho na sua agenda como dia de combate à LGBTTTfobia nas universidades, nos Institutos Federais (IF) e nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Entretanto, precisamos ampliar o debate, pois nossa solidariedade de classe é vital na defesa da vida da população LGBTTT.

No âmbito das universidades, dos IF e do CEFET, os ataques desse governo de extrema-direita perpassam declarações desrespeitosas direcionadas à comunidade acadêmica, além do anúncio de reduções baseadas em justificativas “surreais”. Os cortes progressivos no orçamento das IFES desde 2014 afetam, entre outros pontos, as políticas de inclusão e de permanência, atingindo estudantes negro(a)s e indígenas. A área de ciências humanas também é alvo dos ataques, em que os cursos e os núcleos de pesquisa direcionados à produção de conhecimento sobre gênero, mulheres, indígena, população negra e LGBTTT correm sérios riscos de descontinuidade. Os retrocessos são identificados nas investidas de grupos conservadores no parlamento Federal e Estadual contra as políticas de reparação e as ações afirmativas. Precisamos fortalecer a luta na defesa das cotas étnico-raciais, pois o discurso fundamentando na democracia racial defendido pelo governo federal, de que “racismo é raro no Brasil”, está inspirando as bancadas de extrema-direita a atacarem as universidades e sua autonomia quando propõem o fim das leis que garantem a entrada de estudantes negro(a)s e indígenas por meio de cotas. O Movimento Escola sem Partido e a bancada evangélica

pretendem impedir o debate sobre a diversidade sexual e as relações de gênero nas escolas por meio da criminalização do(a)s professor(a)s.

No 38º Congresso do ANDES-SN, obtivemos uma importante conquista: a paridade de gênero na Diretoria Nacional. Essa deliberação representa um avanço no combate ao machismo e à misoginia nas organizações e nas entidades classistas, além de contribuir com a construção de políticas de inclusão de mulheres nos espaços de liderança da classe trabalhadora.

III - POLÍTICAS DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Que o ANDES-SN intensifique a produção material de combate a LGBTTfobia para divulgar nas universidades, nos Institutos Federais e nos CEFET.*
- 2. Que o GTPCEGDS construa em conjunto com setor das IEES/IMES e IFES o Dia Internacional do Orgulho LGBTT (28 de junho) como uma data de luta nacional do ANDES-SN contra a LGBTTfobia.*
- 3. Que o ANDES-SN intensifique a luta pela descriminalização e legalização do aborto.*
- 4. Realizar no segundo semestre de 2019, em articulação com entidades Feministas, LGBTT e de Combate ao Racismo, o II Seminário Integrado do GTPCEGDS (IV Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN; III Seminário Nacional de Diversidade Sexual; IV Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas), e que seja abordado o temário “Gênero e Deficiência” nos debates.*
- 5. Que o ANDES-SN contribua política e materialmente com os Movimentos dos Povos Indígenas nas agendas de luta em defesa de seus direitos. Essa Agenda inclui, dentre outras, o apoio do ANDES-SN ao acampamento Terra Livre, dos povos indígenas do Brasil, previsto para abril de 2019.*
- 6. Que o ANDES-SN, realize um painel que discuta a descriminalização e legalização das drogas, sua relação com a criminalização da pobreza, genocídio da juventude negra e o aumento do encarceramento feminino.*
- 7. Que o ANDES-SN, via seções sindicais, defenda a existência e os trabalhos das Comissões de Heteroidentificação para evitar fraudes e garantir a efetiva política das ações afirmativas no ensino superior.*
- 8. Que o ANDES-SN exija da ANDIFES, da ABRUEM e do CONIF o cumprimento da Lei nº 12.990/2014.*
- 9. Indicar que as seções sindicais intensifiquem o debate e viabilizem, a partir de suas possibilidades, apoio financeiro à(o)s dependentes de seus representantes que participam de atividades sindicais.*
- 10. Que o ANDES-SN ofereça espaço de convivência infantil em seus seminários nacionais desde que as demandas sejam solicitadas com antecedência e comunicadas na circular de convocação.*
- 10.1. Que o ANDES-SN garanta o espaço de convivência infantil nos espaços deliberativos quando houver prorrogações de suas plenárias.*
- 11. Que o ANDES-SN, em articulação com outras entidades da sociedade civil denuncie o genocídio que ocorre nas periferias do país e exija a punição desses crimes.*
- 12. Que o ANDES-SN produza material de combate ao capacitismo em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, no dia 21 de setembro - Dia nacional de lutas das pessoas com deficiência - para divulgar nas universidades, nos Institutos Federais e nos CEFET.*
- 13. Que o ANDES-SN apoie também as lutas das comunidades tradicionais de terreiro, quilombolas, pesqueiras e ribeirinha, que sofrem ameaças e pressões semelhantes àquelas que recaem sobre o(a)s indígenas como os megaprojetos do capital e do estado (grandes barragens, minerações, agronegócios, etc.).*
- 14. Que o ANDES-SN elabore uma cartilha de combate ao racismo, que seja apresentada no II Seminário Integrado do GTPCEGDS (IV Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN; III Seminário Nacional de Diversidade Sexual; IV Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas).*
- 15. Que o ANDES-SN dê continuidade à luta contra o assédio nas Universidades, IF e CEFET.*
- 16. Que as seções sindicais intensifiquem o debate e a utilização dos materiais produzidos pelo ANDES-SN em relação às pautas dos assédios, preconceito etnicorracial, de gênero, dos direitos das comunidades tradicionais, de luta contra a LGBTTfobia e o capacitismo promovendo o combate à agenda regressiva do governo federal.*

TR – 9

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

- 1.** Que o ANDES-SN e as seções sindicais participem da luta em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos com ênfase no reconhecimento pelo Ministério da Saúde do termo “violência obstétrica” e na luta contra a PEC 29/2015, projeto de emenda constitucional que criminaliza todos os tipos de aborto, até mesmo os previstos em lei que garantem a vida das mulheres.
- 2.** Que as secretarias regionais e as seções sindicais fomentem o debate via GTPCEGDS e GTPFS sobre a criminalização da LGBTTfobia.
- 3.** Que o ANDES-SN, em articulação com a CSP-CONLUTAS e movimentos sociais, denuncie em âmbito nacional e internacional as violações dos direitos humanos protagonizadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ao comprometer a segurança e a identidade das pessoas que participam do Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas do Rio de Janeiro.
- 4.** Que o GTPCEGDS em articulação com o GTPFS elaborem material que trata da paridade de gênero e a participação das mulheres no movimento sindical para subsidiar o debate nas seções sindicais.

TEXTO 10

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

O presidente Jair Bolsonaro reafirma os princípios econômicos neoliberais, para não dizer ultraneoliberais, do Estado Mínimo, tomando medidas que aprofundam os cortes na máquina pública, a venda dos imóveis da União, a privatização das empresas estatais, a contrarreforma da Previdência Social e o retrocesso nas políticas públicas de educação, saúde e assistência social.

Com a redução do tamanho do Estado, o protagonismo no desenvolvimento das políticas de previdência passa a ser do setor privado, isto é, dos empresários e, não do setor público. A maioria das “reformas” que será realizada pelo governo de extrema-direita de Bolsonaro beneficiará as elites brasileira e estrangeira, por exemplo, as que o ministro da Fazenda Paulo Guedes anunciou no Plano de Governo com a entrega das reservas nacionais de petróleo via privatização da Petrobras para os EUA; reforma tributária regressiva que vai onerar mais o(a)s trabalhadore(a)s de mais baixa renda privilegiando os que têm alta renda e o(a)s empresário(a)s; contrarreforma previdenciária que dificultará o acesso do(a)s trabalhadore(a)s à aposentadoria e aos benefícios previdenciários, principalmente para as camadas mais pauperizadas da população brasileira.

O primeiro quadrimestre desse governo foi caracterizado pelo aumento do desemprego, redução dos investimentos sociais e da renda das famílias, e a elevação das desigualdades sociais e da pobreza no país. No entanto, segundo o presidente Jair Bolsonaro, a única saída para a crise é a contrarreforma da previdência social, que se expressa na forma da PEC 06/2019 e é muito mais abrangente do que aparenta. Além de mudanças operacionais nas regras do sistema previdenciário, propõe retirar direitos sociais adquiridos e conquistados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), quando instituiu a Seguridade Social – integrada pelas políticas públicas da Previdência, Assistência Social e Saúde – para garantir a proteção social à classe trabalhadora, com previsão de suas fontes de financiamento.

Previdência Social Pública

A Reforma da Previdência Social proposta pelo presidente Jair Bolsonaro, ao mesmo tempo em que modifica as regras gerais do sistema previdenciário, desmonta o sistema de proteção social brasileiro. Tais medidas visam reduzir os gastos sociais, principalmente os relativos à Previdência, de forma a cumprir a EC 95/2016, para que mais recursos sejam aplicados no pagamento dos gastos financeiros. Por um lado, reduz o custo e amplia os lucros dos patrões, por outro, força todo(a)s o(a)s trabalhadore(a)s a transferirem para o capital financeiro as poupanças arduamente produzidas ao longo de sua vida laboral. Isso demonstra a decisão política do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro que privilegia a fração da burguesia financeira em oposição à classe trabalhadora.

O argumento utilizado pelo governo federal é o de que a reforma “é imprescindível para garantir, de forma gradual, a sustentabilidade do sistema atual, evitando custos excessivos para as futuras gerações e comprometendo o pagamento dos benefícios do(a)s aposentado(a)s e pensionistas, além de permitir a construção de um novo modelo que fortaleça a poupança e o desenvolvimento no futuro”. Esse pressuposto se baseia fundamentalmente em três aspectos: *déficit* da Previdência, capitalização e desconstitucionalização.

Primeiro, o *déficit* da Previdência, usado como principal justificativa para a sua reforma, é uma falácia, basta que observemos os resultados da CPI da Previdência e os dados da ANFIP que mostram o quanto a nossa Previdência é superavitária. A sobra de recursos foi, por exemplo, de R\$ 72,7 bilhões em 2005; R\$ 53,9 bilhões em 2010; R\$ 76,1 bilhões em 2011; R\$ 82,8 bilhões em 2012; R\$ 76,4 bilhões em 2013; R\$ 55,7 bilhões em 2014; e R\$11,7 bilhões em 2015.

O problema é que os governos não colocam na conta da Previdência Pública o que arrecada, além de isentar empresas muito lucrativas que não contribuem com a Previdência, como os bancos, a Vale e a JBS, dentre outras. O governo federal realiza uma fraude contábil no cálculo das despesas e receitas nas contas da Previdência, pois utiliza como referência somente as contribuições previdenciárias do INSS, que representam apenas uma parte das receitas previstas constitucionalmente, e dela subtrai o total de gastos dos benefícios previdenciários. Não há riscos de faltar recursos para pagar o(a)s aposentado(a)s atuais e os do futuro. O que precisa ser combatido é o desvio do *superávit* para gastar no orçamento fiscal com o objetivo de atender outras finalidades que não a seguridade social, por exemplo, para o pagamento da Dívida Pública nunca auditada.

A sobra de centenas de bilhões de reais da previdência ao longo de quase 20 anos foi desviada para os sigilosos gastos financeiros com o sistema da dívida, que consome atualmente cerca de metade do orçamento federal anual. O texto da PEC estabelece relação entre o *déficit* da Previdência e a dívida pública como se provocasse o aumento dessa dívida. Trata-se de estratégia para encobrir o sistema fraudulento da dívida relacionado com as elevadíssimas taxas de juros, as operações escandalosas de *swap* cambial e a falta de transparência entre operações sobre a remuneração de sobra do caixa de bancos.

O segundo problema decorrente da alternativa explicitada pelo governo federal é a “capitalização” da previdência. Ao afirmar que há um *déficit*, omitindo as mais diferentes fontes de receitas e os “desvios”, o governo promove a morte da Previdência Pública e rompe com o direito à seguridade social previsto no art. 194 da Constituição Federal, cujo valor maior é a garantia da segurança e a proteção aos indivíduos por toda a sua existência. A solidariedade intergeracional deixa de existir para o modelo de capitalização individual por meio da transferência da previdência para o setor privado sem nenhuma garantia de que haverá retorno ou o quantitativo desse retorno. Neste último, o valor da aposentadoria pode ser inferior a um salário-mínimo, como é o caso do Chile. O que essa contrarreforma propõe é o confisco do dinheiro dos indivíduos sem nenhuma garantia de retorno, tendo em vista que o investimento estará sujeito ao mercado de capitais. Havendo crise financeira no mercado, o(a)s trabalhador(a)s serão chamado(a)s à aplicação de contribuição extraordinária. A alíquota de contribuição previdenciária ficará sujeita a aumentos de acordo com as necessidades dos investidores. Outra mudança refere-se à desvinculação da reposição da inflação, prevista atualmente na Constituição, como elemento de correção para as aposentadorias e as pensões.

A alíquota na contribuição previdenciária será alterada progressivamente variando pela faixa de renda. Para o(a)s trabalhador(a)s do setor privado, a contribuição varia de 7,5 até 14% (sob o teto do INSS). Para o(a)s servidore(a)s público(a)s, além dessas, há mais quatro gradações da alíquota. Do teto do INSS até 10 mil reais, a alíquota será de 14%, até 20 mil reais será 16,5%, e para quem ganha acima de 39 mil reais, terá a contribuição para a previdência de 22%. Hoje no setor privado as alíquotas vão de 8 a 11%; e o(a) servidor(a) público(a) contribuía com até 11%.

O terceiro elemento preocupante da justificativa está na desconstitucionalização dos direitos, quando se utiliza do argumento que “esta proposta de Emenda Constitucional demonstra ser desnecessária a definição de regras de elegibilidade na Carta Magna, aprimorando a estrutura legal constitucional, adotando a forma sintética semelhante às Constituições da maioria dos países [...]”. Na realidade, a PEC 06/2019 prevê a regulamentação de itens importantes sobre como se desenvolverá a reforma, por meio de projeto de Lei Complementar, sem qualquer alusão na proposta de Contrarreforma da Previdência sobre “quais” alterações serão regulamentadas por leis complementares. Essa proposta evidencia o aprofundamento da retirada de direitos e fragiliza o(a) trabalhador(a)s, cujo direito à previdência deixa de ser constitucional – em que qualquer alteração para ser aprovada necessita de votação em dois turnos – passando para votação por maioria simples como se aplica em lei complementar. Além disso, o reajuste do benefício é retirado da Constituição Federal. Também, retira da Constituição a responsabilidade da reposição da inflação para os benefícios acima do salário-mínimo.

Ao retirar os direitos sociais, a PEC 06/2019 prejudicará todo(a)s o(a)s trabalhador(a)s, em especial as mulheres. Para elas, a “nova reforma” da Previdência reserva diversos ataques: aumenta a idade mínima e o tempo de contribuição; rebaixa, ainda mais, o valor dos proventos de aposentadoria; e apropria-se indevidamente de parte do valor das pensões deixadas por seus(suas) companheiro(a)s.

Em relação à idade mínima e o tempo de contribuição para a aposentadoria das mulheres, pelo regime geral da Previdência, a PEC 06/2019 propõe, por meio do somatório idade mínima com tempo de contribuição, o aumento à regra de pontos elevando a idade mínima de mulheres de (90 para 100 pontos) e de homens (100 para 105 pontos). Se aprovada, a aplicação da regra será imediata, e o somatório 86/96 será elevado de um ponto a cada ano, a partir de 1º/1/2020 até atingir 100/105. Mesmo com a elevação que vai atingir homens e mulheres, são estas últimas as mais prejudicadas, tendo em vista a sua dupla ou tripla jornada de trabalho.

Portanto, as mulheres terão aumentados em dois anos sua idade mínima, e em 8 anos o tempo de contribuição para aposentadoria, enquanto os homens manterão a idade mínima e acrescentarão cinco anos ao seu tempo de contribuição. Tal proposta, se aprovada, demonstra a relativa ampliação da idade e do tempo de contribuição das mulheres em comparação aos dos homens, dificultando o acesso à aposentadoria. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que esse aumento no tempo de contribuição pode chegar até 40 anos, como também a paridade que existia entre homens e mulheres no recebimento dos proventos será rompida.

Ao fazer o cálculo da aposentadoria, levando-se em conta a média de todos os salários de contribuição e não mais a média das maiores contribuições, a tendência será a redução dos valores das aposentadorias para ambos os sexos, com maiores reflexos para as mulheres, que historicamente recebem remuneração inferior à dos homens, mesmo que ocupem a mesma função nas organizações. As mulheres receberão em média 10% a menos que os salários dos homens ao se aposentarem, mesmo que seja na mesma função. É uma proposta que ataca a nossa vida e, em especial, a vida das mulheres, portanto, uma proposta misógina.

Entre as perversidades propostas na PEC 06/2019, destacamos o impacto na vida de pessoas com deficiência de grau moderado e médio que deixarão de receber pensão no caso de falecimento dos pais. O direito a pensão previdenciária será restrito às pessoas com deficiência em grau grave ou inválidos. Essa proposta poderá prejudicar, por exemplo, pessoas com transtorno do espectro autista ou com síndrome de Down.

Situação do(a)s docentes servidore(a)s público(a)s

O(A) servidor(a) que ingressou no serviço público até 31 de dezembro de 2003

Tem direito à paridade (mesmo reajuste salarial do(a)s ativo(a)s) e integralidade (último salário da carreira), desde quando atingir as quatro exigências: (a) 65 anos para homens e 62 anos para mulher; b) 30 anos de contribuição, se mulher, e 35 anos, se homem; c) 20 anos do efetivo exercício no serviço público e d) 5 anos de cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

Caso o(a) servidor(a) queira se aposentar proporcionalmente ficará submetido(a) à nova regra e receberá 60% do valor do benefício, acrescido a 2% a cada ano trabalhado e tempo mínimo de contribuição de 20 anos.

Quem se aposentar com o mínimo de anos de contribuição terá a média de 70% (mulher, 25 anos), e de 80% (homem, 30 anos): => 60% (referente a 20 anos) + 2% x 5 anos (25-20:5): 70%; => 60% (referente a 20 anos) + 2% x 10 anos (30-20:10): 80%.

O(A) servidor(a) que ingressou entre 1º/1/2004 e 3/2/2013 para quem não aderiu ao FUNPRESP:

Vale a regra de cálculo da aposentadoria de 60% acrescidos de mais 2% por ano trabalhado até o limite de 100%. Terá de **contribuir 40 anos** para se aposentar e cumprir todos os critérios, conforme exposto anteriormente.

O(A) servidor(a) que ingressou após 1º/1/2004:

Também estará sujeito ao aumento progressivo da idade mínima, de acordo com o aumento da expectativa de sobrevida da população. Em 2033, a soma (idade + tempo de contribuição)* deverá resultar em 100 pontos/mulher e 105/homem.

*Tempo de contribuição: cada ano pode ser aumentado, e, como o governo federal pretende retirar essas decisões da Constituição Federal, fica a critério de leis complementares, isto é, de acordo com os governos e das especulações financeiras.

O(A) servidor(a) que ingressou após 4/2/2013 ou que aderiu ao FUNPRESP:

A aposentadoria será definida a partir do cálculo da média aritmética simples das remunerações dos salários de contribuição do(a) servidor(a) e sobre essa média aplica-se o percentual de 60%, acrescido de 2% ao ano de contribuição, além dos 20 anos mínimos.

A aposentadoria seguirá limitada ao teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Um aspecto importante para ser destacado é o de que, pela primeira vez em uma proposta de Reforma da Previdência, se rompeu com a possibilidade do(a)s trabalhadore(a)s realizarem a transição para o novo regime. Ela será aplicada imediatamente, e o(a)s docentes que estão prestes a se aposentar, mesmo que falte pouco tempo para alcançar os itens exigidos se a reforma for aprovada, terão de trabalhar mais anos para ter acesso ao benefício. O que o texto da “nova reforma” aponta é uma obrigatoriedade de transição interna elevando os pontos do tempo de contribuição + idade, além de ter 20 anos de efetivo exercício no serviço público, e 5 anos de cargo efetivo em que se der a aposentadoria, conforme exemplo: uma professora que possui 57 anos, trabalhou 29 anos e seis meses e ingressou no serviço público federal em 1993, já teria condições de se aposentar com paridade e integralidade pela regra atual. Pela “nova reforma”, irá trabalhar mais 10 anos e seis meses e irá contribuir também por mais dez anos e seis meses, se quiser se aposentar com 100% da média de contribuição e ter o direito à paridade e integralidade.

Outro ponto grave de alteração é o fim da aposentadoria especial para o(a)s professore(a)s do ensino médio e fundamental. **Nesse caso, docentes da carreira EBTT** perderão também esse direito. Pela nova regra, o(a)s professor(a)s do ensino básico deverão cumprir os seguintes requisitos: 60 anos de idade, desde que comprovem 30 de contribuição exclusiva no magistério.

Vale destacar que a PEC 06/2019 vai atingir a todo(a)s imediatamente, até mesmo o(a)s já aposentado(a)s, pois o projeto prevê contribuições extraordinárias que podem durar até 20 anos, pois o sistema de capitalização, definido na proposta, prevê risco de sustentabilidade do sistema previdenciário a serem definidos pelos bancos, ademais para pagar os possíveis rombos derivados das aplicações de risco.

Em relação à apropriação indevida pelo Estado de parte da pensão deixada pelo(a)s companheiro(a)s às suas mulheres, a Reforma da Previdência propõe extinguir a regra atual em que o(a) cônjuge ou companheiro(a) receba o valor total dos proventos até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), acrescido de 70% da parcela excedente ao esse limite, para estabelecer como valor da pensão o correspondente a uma cota familiar de 60% do valor da aposentadoria, acrescidos de 10% por dependente até o limite de cinco dependentes. Como as mulheres brasileiras têm uma expectativa de vida superior a dos homens – segundo estimativa do governo federal para 2060, as mulheres viverão em média 84,2 anos, e os homens 77,9 anos, elas serão em maioria as pensionistas e terão seus proventos de pensão reduzidos pela PEC 06/2019, em até 40%, caso não tenham dependentes.

Desde o início do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, muitas crises internas têm acontecido, iniciadas por nomeações indesejadas e aprofundadas por discursos em Twitter, que colocam seus(suas) assessore(a)s e ministro(a)s em condição de vexame. Além disso, sem conseguir colocar o país em patamar mínimo de crescimento como se propôs na campanha, desagrada também à elite, que vê nessa forma de fazer política um prejuízo aos seus lucros. Somado sua incapacidade em negociar a aprovação da Reforma da Previdência, mesmo ofertando a doação de quarenta milhões em emendas para comprar os votos do(a)s deputado(a)s¹.

Entre os atentados contra a previdência e retirada de direitos, no dia 03 de junho, a MP 871/2019 foi aprovada no senado com 52 votos favoráveis e 12 contrários, poucas horas antes de perder sua validade. Essa medida provisória, segundo o texto, trata do combate a fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Entretanto, a MP 871 já antecipa a reforma da previdência quando incide sobre a revisão dos benefícios do INSS, principalmente do(a)s trabalhadore(a)s rurais e viúvas. A alteração aprovada dificulta a comprovação do tempo de exercício de atividade da(a)s trabalhadore(a)s rurais, deixando de aceitar, por exemplo, a declaração do sindicato de trabalhador rural ou de colônia de pescadores e outros meios de provas como contratos de arrendamento. A partir de 2023 a validação do tempo de serviço será feita somente mediante cadastro no Ministério da Agricultura, o que inviabilizará a aposentadoria do(a)s trabalhadore(a)s que não possuem registro de atividades realizadas, como o(a)s que trabalham pela subsistência. Outro retrocesso, está na dificuldade de obtenção da pensão por morte, atingindo principalmente, as mulheres que vivem no campo e nas periferias das cidades, ao exigir comprovação de união estável e de dependência econômica por meio de prova material contemporânea dos fatos, e não mais aceitando prova testemunhal. Além disto, restringe o pagamento de auxílio-reclusão aos casos de cumprimento da pena em regime fechado, excluindo o pagamento para preso(a)s em regime semiaberto.

Ao mesmo tempo, os desgastes ocasionados com o aumento dos cortes na educação potencializaram as manifestações em defesa da educação pública e contra a Reforma da Previdência, ocorridas em todo o país, nos dias 15 e 30 de maio do ano em curso. O governo federal, além dos

¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/governo-dara-r-40-mi-em-emendas-a-cada-deputado-que-votar-pela-reforma.shtml>>.

grandes cortes dos recursos em verbas de custeio e capital, ameaça até suspender salários do(a)s docentes e do(a)s trabalhadore(a)s da educação para forçar a aprovação dessa reforma.

Desde que a PEC 06/2019 foi entregue à(o)s parlamentares, as entidades sindicais e os movimentos sociais estão mobilizados para contrapor as justificativas e os discursos do governo. O ANDES-SN tem feito um grande esforço na unificação da luta do(a)s trabalhadore(a)s para derrubar a reforma, como também está acompanhando as atividades e as audiências públicas promovidas pela Frente Parlamentar Mista em favor da Previdência. Mais recentemente, na CCJ da Câmara dos Deputados, seis partidos votaram contra a Reforma da Previdência. A base do governo também reconhece que não tem mais de 70 votos para aprová-la².

Nossa tarefa é continuar avançando de forma unitária nas ruas, reforçar o trabalho de base nas instituições de ensino com a comunidade acadêmica, assim como estender os debates para o conjunto da sociedade.

Assistência Social

A Seguridade Social foi estruturada com base no princípio da solidariedade e da responsabilidade pública com a proteção social coletiva e universal, representando uma construção política, que na atual conjuntura tem sido alvo de profundo ataque do presidente Jair Bolsonaro.

A assistência social passou a ser inscrita como política pública, integrante da Seguridade Social, juntamente com as políticas de previdência social e de saúde, na Constituição Federal de 1988, e, desde o marco constitucional, essa política foi pautada pelo preceito de política pública não contributiva e desmercadorizada. Em 1993, foi promulgada a Lei nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece a organização da assistência social no país e regulamenta dispositivos constitucionais (arts. 203 e 204 da Constituição Federal) que tornam a assistência social direito da(o) cidadã(o) e dever do Estado. Na trajetória de implementação da política de assistência social – sob a perspectiva do direito e não do favor –, foram sendo delineados os princípios, os objetivos, as diretrizes, a organização, a gestão, o financiamento e as proteções afiançadas. Em 2004, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), já apresentava as bases do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), cuja aprovação, em lei, só se deu tardiamente, ou seja, em 7 de julho de 2011 (Lei nº 12.435). Com a PNAS, foi também criada a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) em 2005.

O(A)s trabalhadore(a)s do SUAS em sua atuação cotidiana devem identificar os múltiplos fatores que perpassam as situações de violência e a violação de direitos, entre elas as ações estruturantes com base em referenciais hegemônicos de cor, de raça, de etnia, de gênero e de sexualidade. É fundamental enfrentar o racismo e a discriminação racial com a criação de mecanismos de gestão e articulação com entidades e grupos que têm como centralidade do seu trabalho a temática racial. A propósito do gênero e sexualidade há a Resolução Conjunta nº 01/2018, de 21/09/2018, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) que estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT, no SUAS. Dentre outras orientações para o(a)s trabalhadore(a)s do SUAS, destacam-se também as orientações para o atendimento socioassistencial de famílias de pessoas encarceradas e egressas do Sistema Penitenciário (Resolução Conjunta nº 01, de 7 de novembro de 2018).

No âmbito dos programas da área da assistência social, podemos mencionar o Programa Bolsa Família (PBF), que é um programa de transferência direta de renda e atende famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, identificadas no Cadastro Único (CadÚnico). O(A)s

² Disponível em: <<https://www.msn.com/pt-br/noticias/politica/deputado-do-psl-diz-que-governo-tem-apenas-70-votos-por-reforma/ar-AABEcO3>>.

beneficiário(a)s do PBF são famílias com renda *per capita* de R\$ 89,01 a R\$ 178,00 (calculando a média entre todos os indivíduos da família, incluindo as crianças).

Contudo, por não ser um direito, o PBF está condicionado às possibilidades orçamentárias, conforme a Lei nº 10.836/2004, ao estabelecer que “o Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes”. Assim, constitui-se em um programa eventual, focalizado e condicionado à política econômica do governo federal.

Com relação aos benefícios da área assistencial, o mais expressivo e que foi criado a partir da Carta Magna é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual expressa o direito a uma renda de solidariedade para idoso(a)s e pessoas com deficiência³ em situação de extrema pobreza no país. O BPC garante um salário-mínimo a pessoas impedidas de trabalhar por idade (a partir de 65 anos) ou por deficiência física ou mental (de qualquer idade), com renda familiar *per capita* inferior a um quarto de um salário-mínimo. Segundo o Boletim da Previdência de dezembro de 2018, há 4,7 milhões de beneficiários, dos quais 56% são pessoas com deficiência, e 44% são pessoas idosas.

A PEC 06/2019 propõe para o BPC um valor de R\$ 400,00 para quem tem entre 60 e 69 anos, desde que comprove o critério de miserabilidade, e o valor de um salário-mínimo somente a partir de 70 anos, além de inserir um critério novo, que é ter um patrimônio inferior a R\$ 98.000 (o que corresponde a faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida). Se aprovada a Contrarreforma da Previdência, haverá a modificação do sentido do BPC, que de acordo com seus objetivos constitucionais deveria assegurar uma renda para segmentos populacionais mais pobres. A substituição por uma “renda básica”, desvinculada do salário-mínimo, piora ainda mais as condições de vida de uma parcela da população, colocando-a em níveis de miserabilidade sem precedentes.

A Constituição Federal de 1988 adotou não somente um piso comum que reafirma a integralidade da Seguridade Social, como também associou o BPC ao piso de um salário-mínimo, reafirmando, assim, os valores de solidariedade e coesão social. E conforme o princípio do direito adquirido (art. 5º da Constituição Federal), financeiramente esses direitos sociais exercidos por iniciativa individual são, em tese, insuscetíveis a cortes e/ou inadimplência orçamentária.

A EC 95/2016 trouxe sérios impactos para as políticas sociais e a Política de Assistência Social, em particular, que já estão sofrendo com os atrasos de repasse orçamentário e contingenciamento. Se acrescentarmos a essa Emenda Constitucional os retrocessos oriundos da Reforma Trabalhista, amplia-se a precarização das contratações do(a)s trabalhadore(a)s da assistência social, desrespeitando o que está estabelecido na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), a deterioração das condições de trabalho na área assistencial, bem como o retorno da concepção da “política pública pobre para pobre”. Se prosseguir a redução orçamentária e não forem revogadas a Reforma Trabalhista e a EC 95/2016, estaremos assistindo à desconstrução do SUAS devido ao seu desfinanciamento e haverá um retrocesso imensurável na política pública de assistência social, cuja consequência será o retorno à *refilantropização* e o descumprimento da primazia do Estado na constituição da proteção social de parcelas imensas da classe trabalhadora.

Conforme Nota do CNAS (2019), somente nos anos de 2017, 2018 e 2019, a Lei Orgânica Orçamentária (LOA) não tem assegurado os valores demandados pela área da política e assistência social (PNAS) para cumprir a execução dos serviços, dos programas e dos projetos referentes ao SUAS. Vale ressaltar que a redução dos valores para a execução do SUAS não começaram em 2017. Mas considerando apenas esses últimos três anos, a redução em 2017 representou 21,76% (de R\$ 2.725.932.087 para R\$ 2.132.745.721); em 2018, 37,52% (de R\$ 3.133.125.590 para R\$

³ **Pessoa com deficiência para fins do BPC:** pessoas que apresentam impedimentos de longo prazo (mínimo de 2 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

1.954.442.227); e em 2019 já foram cortados 29,16% (de R\$ 2.737.331/196 para R\$ 1.939.058.577) de uma política pública que é de extrema relevância para segmentos expressivos da classe trabalhadora⁴.

Saúde

A saúde é alvo de disputas pelo setor privado desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nos últimos anos, essa disputa foi acirrada com gestões no Ministério da Saúde, que declaradamente assumiram seu compromisso com o mercado, além de ampliar o alinhamento com as propostas do Banco Mundial publicadas em novembro de 2017. Os planos populares de saúde foram uma tentativa para capitalizar as operadoras de planos de saúde que perderam mais de um milhão de usuário(a)s com o aumento do desemprego. Essa iniciativa, apesar de não ter obtido adesões da população às operadoras tradicionais, viabilizou a disseminação das clínicas populares que resultam em atendimento focado na doença, na realização de exames de baixo custo, numa perspectiva médico centrada, sem compromisso com a saúde integral da população. No âmbito do trabalho em saúde, esse modelo intensifica o processo de precarização do trabalho em saúde, com atividade intermitente, por meio de estratégias como a pejetização e a “uberização” do(a) trabalhador(a) da assistência.

A alteração da Política Nacional de Atenção Básica descaracterizou, entre outras ações, a estrutura de atendimento da estratégia de saúde da família, flexibilizando as exigências sobre a composição das equipes como estratégia para reduzir o número de trabalhadore(a)s, intensificação do trabalho nos territórios e retrocedendo para uma perspectiva individualista da atenção primária à saúde. Os efeitos da EC 95/2016 são percebidos nos serviços públicos de saúde com ampliação da restrição orçamentária e das políticas públicas de saúde.

O processo de desmonte do modelo psicossocial foi aprofundado durante o governo Temer, por meio da Portaria nº 3.588/2017, com o objetivo de estimular as internações hospitalares para tratamento psiquiátrico. O presidente Jair Bolsonaro iniciou sua gestão apresentando mudanças por meio da Nota Técnica nº 11/2019 intitulada “A Nova Saúde Mental” com propostas retrógradas, como o aumento de vagas para internações hospitalares e em comunidades terapêuticas, o estímulo ao retorno dos hospitais psiquiátricos e de práticas terapêuticas desumanizadas que desrespeitam os direitos humanos, como é o caso da eletroconvulsoterapia.

Nessa mesma perspectiva, o Decreto nº 9.761/2019 aprovou a Política Nacional sobre Drogas e o PLC 37/2013 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas em relação às drogas e às condições de atenção à(o)s usuário(a)s ou dependentes de drogas. Para tratar do financiamento das políticas sobre drogas, foi aprovado no Senado, em maio de 2019, e encaminhado para sanção presidencial, evidenciam mais uma vez o retrocesso com a criminalização de usuário(a)s, a abstinência, o fim do programa de redução de danos, a ampliação das internações involuntárias de dependentes químico(a)s e prioriza as comunidades terapêuticas. Nesse último caso, os movimentos sociais combatem essa alternativa pela falta de oferta de atendimento em equipe multiprofissional especializada, registros de tortura, humilhações e preconceitos, além de representar mais uma estratégia de destinação de recursos públicos para o mercado privado, em especial, instituições religiosas. As políticas de saúde mental e as drogas estão na contramão do acúmulo de décadas em pesquisas e práticas que orientam para o atendimento pautado na integralidade, na participação social, no trabalho em equipe multiprofissional, na reinserção na sociedade, entre outros.

O Brasil é reconhecido mundialmente por políticas de combate ao HIV-AIDS, tornando-se referência pelas políticas de prevenção, diagnóstico e acesso ao tratamento. O Decreto nº 9.795/2019 reestruturou o Ministério da Saúde e, entre as mudanças, extinguiu o Departamento de IST, AIDS e Hepatites Virais, passando este a ser uma coordenação dentro do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Ao acabar com uma experiência que

⁴ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes>>.

necessitava ser ampliada, essa medida retirou a autonomia para definir orçamento e políticas no âmbito do HIV/AIDS e hepatites virais. Da mesma forma, a retirada do termo “AIDS” do departamento inviabiliza e retira a visibilidade de uma epidemia que necessita ser enfrentada a partir das experiências exitosas que salvaram milhões de vidas no Brasil nas últimas três décadas. Dados do Ministério da Saúde apontam a queda da taxa de mortalidade de 16,5% entre 2014 e 2017. Alterações de políticas públicas de saúde fundamentadas em estereótipos e preconceito devem ser combatidas, denunciadas, e seus autores devem ser responsabilizados pela morbimortalidade provocada voluntariamente. A reestruturação do Ministério da Saúde também omitiu políticas importantes como as Práticas Integrativas e Complementares.

Os ataques às mulheres nas políticas públicas de saúde recaem principalmente sobre sua saúde sexual e reprodutiva. O Ministério da Saúde publicou um Despacho no dia 3 de maio de 2019 apresentando seu posicionamento oficial sobre o termo “violência obstétrica”, considerando-o inadequado e justificando que “não agrega valor e prejudica a busca do cuidado humanizado no *continuum* gestação-parto-puerpério”. Essa escolha sugere o alinhamento deste Ministério com parte da classe médica, que, ao longo das décadas, atua na medicalização dos corpos das mulheres com interesse exclusivamente mercadológico. Além disso, tal medida destitui da mulher o direito de escolha. Outro ataque foi, dessa vez, protagonizado pela bancada evangélica no Senado, ao desarquivar a PEC 29/2015 que propõe a alteração da Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção”. Essa proposta ataca diretamente o direito à vida das mulheres, pois criminaliza todo o tipo de aborto, até mesmo aqueles previstos em lei, como no caso de estupro ou de risco iminente de morte. Em 2017, ato semelhante foi realizado na Câmara Federal, quando o relator acrescentou na PEC 181/2015, que tratava do direito de ampliação da licença maternidade em caso de parto prematuro, a proposta de alteração do artigo 5º da Constituição acrescentando o termo “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”. Na época, reação imediata dos movimentos de mulheres, levou ao arquivamento da PEC 181/2015. Derrubar a PEC 29/2015 deve ser mais uma prioridade do ANDES-SN em conjunto com os diversos coletivos de mulheres!

O conjunto de ataques e cortes resultantes da EC 95/2016 e política regressiva do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro atinge a seguridade social, tal como descrito acima, e a educação pública. Esta última tratada como inimiga do Estado, até mesmo com muita “balbúrdia”, o ministro da educação anunciou cortes no orçamento de três universidades federais. Diante da reação da população brasileira, tais cortes foram “ampliados” para as demais instituições federais de ensino e hospitais universitários. A redução orçamentária nas instituições de ensino vem ocorrendo com mais intensidade desde 2014.

Essa conjuntura impacta sobre diferentes aspectos do cotidiano do trabalho nas instituições federais de ensino bem como no funcionamento dos hospitais de ensino, na inclusão e permanência, na disputa por bolsas e financiamento, no aumento do controle do trabalho docente e, em consequência, na saúde.

Nas universidades, IF e CEFET, observa-se o aumento da demanda por serviços de apoio à saúde mental por parte dos estudantes e o elevado índice de licenças por motivo de saúde entre técnico(a)s administrativo(a)s e docentes. No segundo semestre de 2019, como estratégia para ampliar o debate sobre prevenção do suicídio e adoecimento docente, serão realizadas as seguintes atividades deliberadas no 38º Congresso do ANDES-SN: Campanha de sensibilização e de prevenção ao suicídio nas IES, no mês de setembro, na agenda dos Setores das IFES e das IEES/IMES e o VII Seminário Nacional de Saúde do(a) trabalhador(a) docente.

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), atualmente sob a gestão de um general reformado do exército, continua representando um ataque à autonomia universitária, à indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e atuando numa perspectiva de mercantilização da

saúde. A restrição de acesso de professore(a)s e estudantes, a falta de condições de trabalho, a sobrecarga e o assédio moral fazem parte da rotina no conjunto dos hospitais universitários federais do país sob gestão da EBSERH. Em abril de 2019, o ANDES-SN participou de uma reunião com a Frente Nacional Contra a Privatização para tratar, entre outros pontos, da formação de uma comissão de trabalho para planejar o processo de elaboração do *dossiê* em relação à situação dos hospitais universitários sob a gestão da EBSERH.

VI – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 38º CONGRESSO delibera

- 1. Continuar a luta contra a Contrarreforma da Previdência, intensificando e ampliando a divulgação da situação superavitária da previdência, alargando o debate em todas as instituições de ensino superior e se articulando, de forma unificada, com as diversas categorias do serviço público, entidades de classe e movimentos populares, buscando construir instâncias decisórias horizontais.*
- 2. Realizar a Jornada de Mobilização do(a)s Aposentado(a)s no primeiro semestre de 2019.*
- 3. Produzir um áudio visual sobre o(a)s aposentado(a)s a partir do registro da Jornada de Mobilização do(a)s Aposentado(a)s.*
- 4. Realizar o VII Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, no segundo semestre de 2019.*
- 5. Publicar, em 2019, um caderno sobre saúde do(a) trabalhador(a) docente.*
- 6. Inserir na agenda dos Setores das IFES e das IEES/IMES do ANDES-SN uma campanha de sensibilização e de prevenção ao suicídio nas IES, no mês de setembro.*
- 7. Elaborar um dossiê sobre a EBSERH, em conjunto com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.*
- 8. Dar continuidade à luta pela revogação de medidas que representem retrocessos no Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com as entidades sindicais, movimentos sociais e Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, em especial pela revogação da Portaria nº 3.588/2017, que dispõe sobre a rede de atenção psicossocial.*
- 9. Recomendar ao GTSSA que insira no VII Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, a temática "seguridade social".*

TR - 10

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

- 1.** Que o ANDES-SN e as seções sindicais, por meio do Fórum Sindical Popular de Juventudes, de Lutas por Direitos e Liberdades Democráticas, FONASEFE e CSP-CONLUTAS, articulem e intensifiquem a luta pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 do teto dos gastos.
- 2.** Que o ANDES-SN e as seções sindicais, por meio do Fórum Sindical Popular de Juventudes, de Lutas por Direitos e Liberdades Democráticas, FONASEFE e CSP-CONLUTAS, articulem e intensifiquem a luta pela não aprovação da PEC 06/2019 da Contrarreforma da Previdência.
- 2.1.** Realizar ações unificadas, acumulando forças para a construção de paralisações e greves contra a reforma da previdência.
- 3.** Que o ANDES-SN e as seções sindicais intensifiquem, por meio do GTSSA, o enfrentamento aos ataques direcionados ao atendimento em saúde mental e à(o) dependente químico(a), denunciando os aspectos preconceituosos, punitivos, mercadológicos, medicalizantes e regressivos das políticas públicas em implementação.
- 4.** Que o ANDES-SN e as seções sindicais, em articulação com fóruns e movimentos em defesa da saúde e das pessoas com HIV/AIDS, denunciem e enfrentem as políticas regressivas.
- 5.** Que as seções sindicais participem de fóruns e movimentos em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, pautando o enfrentamento da EC 29/2015 e a violência obstétrica.

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

A quem interessa negar a ciência pública e o conhecimento? Essa pergunta deve estar rondando a cabeça de muito(a)s brasileiro(a)s que têm assistido a uma retórica belicista contra as universidades, a ciência e a tecnologia pública, imposta pelo capitalismo ultraliberal aos países em desenvolvimento, até mesmo mitigando os resultados obtidos pela ciência pública e pelas universidades para dar lugar a credices bizarras de que há séculos essas áreas perderam seu lugar no mundo.

A preocupação que os meios acadêmicos levaram à sociedade sobre as mudanças climáticas, a importância dos cuidados ambientais, a saúde e as novas configurações do mundo do trabalho impulsionaram uma reação de negacionismo com base nos modelos produtivos do século XIX.

Assistimos, desde a campanha e nos cinco primeiros meses de governo Jair Bolsonaro, em 2019, a implementação dessa pauta ideológica da extrema-direita, como política de governo para a educação, a ciência e a tecnologia, tendo em vista privatizar a produção científica nacional. Essa perspectiva se materializa na perseguição às universidades públicas, com cortes orçamentários tanto na educação quanto na ciência e tecnologia, resultando em constantes golpes contra a autonomia universitária, além da proposta de cobrança de ensino universitário, principalmente para a pós-graduação *stricto sensu*.

O governo Jair Bolsonaro parece ter elegido a Universidade pública como inimiga nata, desde a época da campanha presidencial, quando não foram raras as intervenções policiais nas dependências universitárias. Foram, ao todo, dezessete instituições de ensino superior e básica, além de sindicatos, que tiveram atividades impedidas ou sob vigilância policial. Docentes foram e ainda são vítimas de perseguição, de espionagem, de violência, de ameaças e de prisões.

Os orçamentos para a educação, bem como para a continuidade da pesquisa em ciência e tecnologia vêm sofrendo cortes, independente de governos, nas últimas décadas. Na atual gestão, o corte foi potencializado, não meramente por uma questão orçamentária ou de contenção de despesas, mas sim pela necessidade de modificar o *ethos* da pesquisa científica no país e mitigar o espaço público de produção de ciência e de tecnologia pública.

A proposta do ANDES-SN de uma ciência e tecnologia pública, mantida por recursos públicos, voltada para a sociedade, e sua rejeição ao novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI), Lei nº 13.243/2016, em contraposição ao que tem sido defendido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), não nos impediu de participar em ato conjunto realizado nos dias 8 e 9 de maio contra os cortes orçamentários que comprometem a pesquisa nacional e que colocam o Brasil a reboque da produção científica mundial.

Desde 2014, o orçamento para ciência e tecnologia sofre cortes constantes. Sob o governo de Michel Temer houve um contingenciamento anual de, aproximadamente, 37% ao longo do período 2016-2018. O maior corte de valores autorizados ocorreu em 2017, quando o orçamento

efetivamente executado sofreu redução de R\$ 6,8 bilhões. O ano de 2018 fechou com um orçamento de R\$ 8,5 bilhões para a pasta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

O impacto desses cortes foi sentido, severamente, no financiamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e no financiamento da ciência e da tecnologia pública. A redução real dos recursos para o pagamento de bolsas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi de 9%, no período 2016-2018. A redução dos recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que tem financiado pesquisas por meio dos fundos setoriais, obteve redução real de 16% no mesmo período.

Para 2019, no bojo do contingenciamento imposto pelo governo Jair Bolsonaro para diversos ministérios, à ciência e à tecnologia foram sequestrados R\$ 2,1 bilhões. Até o início de maio deste ano, os gastos MCTIC ficaram nesse mesmo patamar (R\$ 2,1 bilhões), indicando, possivelmente, que até o final do ano o total fique na casa dos R\$ 6,5 bilhões, o que demarca uma tendência de redução dos investimentos nessa área em relação a 2018.

Importante intensificar a defesa da ciência e da tecnologia pública, custeada com recursos públicos, defender a manutenção do sistema de formação de pesquisadore(a)s construído ao longo das últimas décadas. Há que se combater o discurso do governo de extrema-direita, em formato de chantagem, de que é necessário aprovar a Reforma da Previdência para recuar no contingenciamento. Para dar continuidade ao enfrentamento das medidas de destruição dos direitos sociais, é necessário pautar a agenda de defesa da ciência e da tecnologia pública em conjunto com as denúncias às falsas verdades propagadas pela extrema-direita sobre a produção dessas áreas no Brasil.

V – POLÍTICA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA

O 38º CONGRESSO delibera

1. *Que o ANDES-SN intensifique a luta pela revogação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) e da EC 95/2016, para que recursos públicos possam ser destinados para a Ciência e Tecnologia desenvolvida em instituições públicas.*

2. *Denunciar o impacto do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016 e sua regulamentação), por meio de:*

2.1. *seminários regionais (por regional ou inter-regionais) ou eventos unificados entre docentes, servidore(a)s, técnico(a)-administrativo(a)s e estudantes das instituições públicas de pesquisa e ensino superior para debater o MLCTI incluindo, sempre que possível, outras entidades;*

2.2. *material multimídia (vídeo, impressos – cartilhas, adesivos, etc.), utilizando também as mídias sociais e a imprensa para denunciar os impactos do MLCTI para a sociedade, para as instituições de ensino superior (universidade, IFE e CEFET) e para os centros de pesquisa;*

2.3. *ações para divulgação da importância da ciência e tecnologia públicas;*

2.4. *produzir material multimídia (vídeo, impressos – cartilhas, adesivos, etc.), utilizando também as mídias sociais e a imprensa, dando visibilidade aos avanços da C&T como fruto do investimento público e do trabalho realizado nas universidades públicas, IF e CEFET.*

3. *Apresente a pauta da defesa da C&T para a CSP-Conlutas para que seja incorporada à pauta da Central.*

4. *Por meio do GTCT faça levantamento junto às seções sindicais do nível de regulamentação do MLCTI nas IES, acompanhando e denunciando as irregularidades.*

5. *Denuncie e lute contra a precarização do trabalho docente, intensificada a partir da implementação do MLCTI.*

6. *Via GTCT nacional incentive as seções sindicais a promover debate, incluindo outras entidades, sobre os sistemas de avaliação da pós-graduação no Brasil visando subsidiar uma nova proposta de sistema nacional de pós-graduação que respeite a autonomia universitária e fortaleça a pesquisa pública no país.*

7. Denunciar a sanha anticiência e obscurantista patrocinada por setores da direita, inclusive no governo federal, que inclui criacionismo, negacionismo climático, distorções e revisionismos históricos, etc., ameaçando a academia e a sociedade brasileira.

TR - 11

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Intensifique a campanha em defesa da ciência e da tecnologia públicas e contra os cortes nessas áreas, denunciando o projeto de desmonte das instituições públicas e apoiando atos e as ações nessa direção.

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

TEXTO DE APOIO

A névoa de perseguições e incertezas que marcaram o primeiro mês do presidente Jair Bolsonaro agora se consolida em um clima de perseguições, criminalização e proposta de aniquilamento das universidades públicas, das artes, da ciência, da palavra. A sociedade brasileira como um todo está sujeita a um dos maiores retrocessos civilizatórios que já assistimos. A estratégia de silenciamento social passa pela mordaza das expressões da sociedade por meio das suas mais diversas manifestações artísticas, ao mesmo tempo em que encarceram a memória, calam o presente e represam o futuro.

A história nos mostrou que por meio das manifestações artísticas também se expressaram o(a)s pioneiro(a)s da resistência política. Com a ajuda das artes, foram abertos diversos caminhos de resistência contra os regimes totalitários ou autoritários, em diferentes tempos e diferentes espaços. A arte, pensada como expressão revolucionária, é uma forma de expressão de luta que carrega a lanterna da liberdade contra os diferentes modos de opressão do qual sofre a sociedade. Dessa forma, as manifestações artísticas são poderosos instrumentos de comunicação.

Enquanto vivemos uma disputa entre dois modelos midiáticos, temos por um lado uma enorme concentração empresarial da mídia no Brasil. Tal característica contribui para fragilizar sua

transparência e controle. Além disso, as grandes corporações midiáticas (conglomerados de empresas de comunicação compostas por jornais impressos e digitais, canais de TV, rádios, filmes concorrem com canais de YouTube, plataformas de redes sociais, que detêm o poder de acessar e compartilhar dados pessoais, filtrar e indicar perfis consumidores, e perversamente controlar qualquer movimento que ouse usar suas plataformas para divulgar ideias divergentes do *status quo*, e outras formas de pensar, além de influenciarem a sociedade com sua programação cultural. Entre as maiores estão: Alphabet (Google inc), Facebook, Amazon, Netflix, entre outras.

Nesse sentido, as formas de comunicação estão em transformação no mundo. Os grandes meios de comunicação de massa, embora ainda fortes, estão perdendo seu público cativo. A mídia impressa, cada vez mais cede espaço à versão digital. As eleições de 2018 foram exemplo de como as mídias digitais ganham em força e inserção. No entanto, não obedecem a qualquer código de ética, pois são, por natureza, um terreno aberto para o ingresso e a visibilidade de qualquer um que seja capaz de possuir um grande número de seguidores, e por consequência um campo aberto para o discurso de ódio e para as *fake news*.

A formação de bolhas digitais constitui um problema que começou como uma estratégia alternativa de comunicação de empresas com seus consumidore(a)s, mas que agora ultrapassa o *marketing* digital para constituir uma forma de manipulação da sociedade. Nesse novo mundo das novas mídias, somos o “produto”, os dados amealhados pelas grandes empresas de comunicação como Facebook, Google, Amazon e outras são negociados, nos expondo ao mercado como meras mercadorias com perfil definido.

Entretanto, a legislação vigente, a exemplo da Lei Fabiana (Lei nº 12.965/2014), do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2018) e da Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/2012), entre outras, passam ao largo do cerne desse problema. Estamos vulneráveis, não há uma regulamentação pertinente que dê conta dessa fragilidade. Não temos conhecimento do que está se produzindo com as nossas informações, e do que pode acontecer com o isolamento do sujeito, com a venda dos dados, com a vigilância constante em relação à(o)s usuário(a)s. O resultado desse tipo de arranjo social e técnico é a proliferação do desconhecimento, do ódio, da mentira e da discriminação raivosa. O medo ganha espaço como imperativo.

Dessa forma, é importante atualizarmos nossos conhecimentos acerca dessas novas formas de comunicação. É fundamental construir uma reflexão profunda no interior do nosso Sindicato, com a reunião das seções sindicais em torno das questões artísticas, das novas tecnologias e do conhecimento das estratégias de comunicação digital.

Na perspectiva da valorização da produção artística e cultural do(a)s nosso(a)s sindicalizado(a)s, a diretoria do ANDES-SN, seguindo a deliberação do 38º Congresso, faz um convite a seus(suas) sindicalizado(a)s: venham fazer e compartilhar sua arte conosco! Pode ser uma apresentação voz e violão, a declamação de uma poesia ou um poema, a encenação de um texto, uma performance corporal, dança, entre outros. O importante é cada um(a) expressar sua arte. Solicitamos apenas que a manifestação a ser apresentada deve dialogar com as nossas lutas cotidianas.

Para tanto, no 64º CONAD, em Brasília, teremos à disposição, no auditório da ADUnB, a estrutura básica necessária às apresentações culturais e artísticas, conforme comunicado por circular às seções sindicais, com o objetivo de promover o desenvolvimento de um belo momento cultural em meio às nossas discussões e formulações de estratégias de luta.

VIII- POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

O 38º CONGRESSO delibera

1. *Fomentar em seus encontros (CONGRESSOS, CONAD, etc.) mostras artísticas e culturais da base do ANDES-SN na programação oficial. Mostra de artes visuais durante o período do evento, com um dia de exposição especial. E, ainda, que seja inserido um momento cultural.*
2. *Realizar o VI Encontro de Comunicação e Arte do ANDES-SN, no primeiro semestre de 2019, na ADUFES, em Vitória (ES), realizando atividades para tratar das mídias sociais e das diversas estratégias de comunicação.*
- 2.1. *Indicar que as seções sindicais, através de seus GTCA, façam atividades preparatórias para o VI Encontro de Comunicação e Arte do ANDES-SN.*
3. *Realizar o I Festival de Cultura e Arte do ANDES, no 2º semestre de 2019, na APRUMA Seção Sindical, em São Luís (MA).*
4. *Intensificar campanha de sindicalização com o tema: “Não fique só, sindicalize-se” e campanhas similares que estejam sendo realizadas pelas seções sindicais.*
5. *Criar uma campanha em defesa da universidade pública, institutos federais e CEFET a partir da elaboração de cards e outros materiais com apoio da equipe de comunicação do ANDES-SN e também com o material do Fonasefe (da campanha "Revoga o Teto").*

TR – 12

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Realizar o VI Encontro de Comunicação e Arte do ANDES-SN, no 2º semestre de 2019, na ADUFES, em Vitória (ES), desenvolvendo atividades acerca das seguintes temáticas: arte, mídias sociais e conhecimento a respeito das diversas estratégias de comunicação digital.

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA PARA A CARREIRA DOCENTE E VERBAS

TEXTO DE APOIO

Setor das IFES

A ideia de que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), as universidades, os institutos federais e os CEFET são entidades fundamentais para um projeto classista parece questão não considerada pelo presidente Jair Bolsonaro. O projeto de ensino superior e de educação públicos defendido pelo ANDES-SN busca atender à sociedade e em especial à classe trabalhadora e toda a sua diversidade. Os governos das últimas décadas têm atacado a educação superior pública e cada vez mais se afastado da realidade desse projeto.

A educação pública tem passado por muitos desafios e conflitos. Na intensificação do projeto neoliberal de Estado, a partir dos anos 1990, os ataques vieram em forma de fundações privadas no interior das IES, de expansão precarizada sem a devida estruturação, do aprofundamento dos cortes de recursos na área social e da flexibilização das condições de trabalho.

Com a intensificação da política neoliberal do governo Temer (2016-2018), as medidas de austeridade suplantaram às de cidadania, sintetizadas na Constituição de 1988, colocando em xeque as conquistas sociais da classe trabalhadora. Isso se concretiza nos ataques às instituições de ensino, bem como à demonização do(a) servidor(a) e dos serviços públicos.

Nesse processo, no interior do governo de extrema-direita que intensifica o projeto de destruição da educação superior pública, a articulação dos três poderes, buscando a inanição das instituições públicas, assume uma postura agressiva que se materializa em medidas provisórias e emendas constitucionais, a exemplo da EC nº 95/2016 que congelou os gastos sociais (educação, saúde, assistência social e outros) e liberou os gastos financeiros por vinte anos, favorecendo os banqueiros e rentistas em detrimento do(a)s trabalhadore(a)s.

Esse cenário, somado ao apoio de setores da direita e das bancadas rentista, militar, ruralista e fundamentalista religiosa, anunciava o tom do governo federal, com uma plataforma claramente privatista e retrógrada. Um governo de extrema-direita persecutório, que avança com severos ataques contra o ensino superior público.

Isso fica evidenciado no despreparo dos ministros nomeados para o Ministério da Educação, a partir de diversas nomeações e exonerações em cargos-chave que geram “balbúrdia” na gestão ministerial, demonstrando que não existe projeto para educação, e sim uma política de destruição do caráter público, democrático e crítico, expressa nos seguintes depoimentos dos gestores: “curso superior é para elite”; e que os IF abrigam “inimigos do Estado”; e/ou o “marxismo cultural”.

Além disso, o presidente Jair Bolsonaro anunciou cortes de recursos orçamentários justificado pela queda da projeção de arrecadação de R\$ 30 bilhões, que, segundo ele sanará com a aprovação da contrarreforma da Previdência e/ou com a “venda de empresas públicas”, possivelmente reporão as contas públicas e se adequarão à projeção da meta fiscal de economizar R\$ 1,1 trilhão em dez anos.

O governo federal iniciou com os cortes orçamentários em três instituições federais (UFF, UnB e UFBA), alardeado pela declaração do ministro Weintraub, que justificou sua decisão pela “balbúrdia” nessas instituições, posteriormente desmentida pelo Ministério da Educação (MEC), o qual anunciou o corte de 30% nos recursos orçamentários discricionários em todas as IFES, segundo o presidente Jair Bolsonaro, por conta do *déficit* fiscal. Tal percentual representa nominalmente R\$ 6,99 bilhões do total de R\$ 22,7 bilhões de receitas destinados ao pagamento das despesas de custeio das instituições federais, como água, energia, limpeza, assistência estudantil, segurança, terceirizado(a)s etc., e, principalmente, bolsas de pesquisa, manutenção de laboratórios, extensões e serviços dos hospitais universitários. Lembrando que os cortes foram realizados nos orçamentos rebaixados por contingenciamentos de governos anteriores.

Dessa forma, o que está em curso é a possibilidade de fechamento ou da privatização das universidades e instituições federais. E isso pode comprometer, de forma decisiva, os destinos do Brasil e ampliação da concentração de renda, aumentando a pobreza e relegando às populações mais humildes nenhuma alternativa formativa. As instituições de ensino superior públicas no Brasil (universidades, institutos federais e CEFET) foram contempladas no orçamento federal de 2019 com o valor de R\$ 6,99 bilhões, quantia para fazerem frente a todos os custos e os investimentos dessas instituições. Já no início do ano, foram anunciados cortes da ordem de R\$ 1,68 bilhões, segundo dados da ANDIFES (2019).

No Quadro 1, há o orçamento referente às verbas discricionárias e, dentre elas, o custeio, utilizado para pagamento das despesas com energia, água, suprimentos, prestação de serviços

(terceirizado(a)s) etc. Com base nesses dados, é possível observar que os cortes não foram linearmente aplicados e variaram de 19,08% no Distrito Federal a 39,86% no Mato Grosso do Sul. No Estado de Minas Gerais, que possui grande número de universidades, cujo orçamento para 2019 era de R\$1,9 bilhão, o corte sofrido, de R\$ 262 milhões, equivale a 24,04% na sua verba de custeio. O orçamento previsto para as IFES do Estado de Roraima, de R\$ 39,66 milhões, com uma única universidade federal, teve corte de R\$ 13,61 milhões, equivalente a 34,32%.

QUADRO 1 - Orçamento de custeio da IFES por estado

Estado	Orçamento (R\$ milhões)	Cortes (R\$ milhões)	%
AM	33,66	9,69	28,80
PA	247,49	80,31	26,99
RR	39,66	13,61	34,32
AM	120,34	29,73	24,71
AC	45,53	14,21	31,21
RO	37,78	11,18	29,92
TO	67,77	18,05	26,63
MT	115,63	31,88	27,57
MS	166,69	66,60	39,86
GO	146,92	39,65	26,99
DF	229,92	43,87	19,08
PR	362,59	92,98	25,64
SC	229,55	55,07	23,99
RS	536,80	138,71	25,84
SP	205,50	55,88	27,19
RJ	731,83	207,63	28,37
ES	103,90	26,61	25,52
MG	1.090,00	262,28	24,04
MA	105,87	29,62	27,98
PI	133,36	37,00	27,74
RN	221,15	60,47	27,34
PE	300,09	88,48	29,49
PB	235,29	67,81	28,82
AL	96,67	28,30	29,28
SE	101,99	29,56	28,99
BA	271,48	73,43	27,05
TOTAL	6.250,00	1.680,00	26,91

Fonte: ANDIFES 2019

Segundo a ANDIFES, a política imposta pelo governo prejudica um total de 1.336.977 estudantes, ameaça 389.100 vagas, 202.395 mestrando(a)s e doutorando(a)s e coloca em risco 5.118 cursos. Dessa forma, denuncia-se a destruição do sistema público universitário no Brasil, uma vez que pesquisas serão interrompidas, pesquisadore(a)s doutore(a)s passam a procurar outros centros e aquele(a)s que se encontram em condições de cumprirem os requisitos de aposentadoria iniciam seus processos para a inatividade.

Além dos cortes orçamentários nas verbas da educação, e a despeito da desestruturação das carreiras do(a)s docentes federais ao longo das últimas décadas, o(a)s servidore(a)s público(a)s federais já alcançaram perda salarial de mais de 33,0% nos últimos anos, conforme pauta protocolada em 20 de março de 2019. No caso específico do(a)s docentes das IFES, a carreira encontra-se totalmente desestruturada, não havendo mais qualquer correlação lógica entre regimes de trabalho, classes e níveis.

Setor das IEES/IMES

O desenvolvimento de uma política de valorização do trabalho docente por meio da aprovação e da implementação de Planos de Carreira e Remuneração no setor das IEES/IMES, ocorre de modo descompassado. Na maioria das universidades estaduais ou municipais, existe Plano de Carreira, contudo as instituições padecem sem a devida implementação. São muitos os casos em que a materialização da carreira não se efetiva, seja por meio das progressões, seja por promoções, a exemplo das estaduais da Bahia, do Ceará, do Paraná, do Rio Grande do Norte, do Piauí e do Pará. Junto ao problema das progressões e das promoções, o acesso ao regime de trabalho em Dedicção Exclusiva não se configura como um direito à(o)s docentes, mas sim como um prêmio. Em várias instituições, o acesso ocorre por meio de editais, em que se valoriza a meritocracia, portanto converte-se um direito em bonificação à(o) docente.

Quanto à política salarial dos Planos de Carreira, o que está dado na atual conjuntura é uma completa estagnação da política de valorização salarial. Vários estados têm se utilizado do discurso da crise para não realizar os ajustes anuais e acumulam três ou quatro anos sem reajustes para a categoria. Mesmo em Estados em que não reduziram a capacidade arrecadativa, a exemplo do Ceará e do Pará, a política de arrocho salarial se mantém.

No eixo maior do financiamento da educação superior para o setor, observa-se amplo abandono das universidades no que diz respeito aos repasses de recursos para custeio e capital, ou seja, para a manutenção das estruturas e os investimentos em instalações e equipamentos. O exemplo das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA) é caricato em relação a essa política de austeridade no âmbito do financiamento. Nos últimos quatro anos (2015-2018), considerando a inflação do período auferida pelo IPCA, as UEBA obtiveram redução real de 18% nos recursos destinados ao custeio, e 38% nas despesas de capital, além da redução real de 9% na folha de pessoal. Portanto, as quatro UEBA saíram de uma despesa de R\$ 1,5 bilhão, em 2015, para R\$ 1,3 bilhão, em 2018. Um total descompasso com a real ampliação da arrecadação de impostos pelo estado baiano, que saltou, em valores reais, de R\$ 33 bilhões, em 2015, para R\$ 35,7 bilhões, em 2018, imprimindo crescimento na arrecadação acima da inflação.

Cenário de Desestruturação da Educação Superior Pública

Essa política de destruição das instituições de ensino superior públicas no Brasil, em todos os níveis de governo, somada a outras nefastas, como a proposta da “Nova Previdência”, transferem para a população mais pobre, desamparada, o ônus do desgoverno, da incompetência do governo de extrema-direita, que, por meio de cortes nos orçamentos, não só na educação, mas também em áreas como a ciência e tecnologia, nega o futuro à juventude brasileira e abre espaço para que empresários venham explorar setores sociais (educação e previdência), permitindo, assim, a apropriação desses setores por capitalistas despreocupados com a qualidade de vida da população e ávidos para aumentarem seus lucros.

A revitalização dos GT Verbas e GT Carreira, e o trabalho em conjunto entre esses dois grupos de trabalho, tanto nas seções sindicais do ANDES-SN quanto em seus plenos, muito poderá contribuir para que as situações acima descritas possam ser denunciadas para toda a categoria docente, e que ações conjuntas possam ser encaminhadas a fim de se reverter esse quadro.

IV - GRUPO DE TRABALHO DE CARREIRA

O 38º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Estimular a criação e/ou consolidação do GT CARREIRA nas seções sindicais, envidando esforços para retomar o debate da carreira, com base nas ações desenvolvidas pelas seções sindicais e secretarias regionais, com o objetivo de potencializar a defesa da carreira.
2. Realizar ações para ampliar a divulgação da atual proposta de carreira do setor das IFE do ANDES-SN, assim como analisar de forma crítica a carreira vigente do Magistério Federal e dos eixos e princípios para Planos de Carreira expressos no Caderno 2 do ANDES-SN.
3. Ampliar a articulação entre o GT CARREIRA e o GT VERBAS, com base na realização dos plenos desses GT, de modo conjunto, com o objetivo de realizar o acompanhamento e divulgação da aprovação das leis orçamentárias e os seus impactos nos gastos da União, dos Estados e dos municípios, no âmbito da educação.
4. Organizar, no decorrer do ano de 2019, seminários regionais e um seminário nacional para tratar dos eixos e princípios da Carreira do ANDES-SN e das carreiras vigentes nos distintos setores.
5. Lutar para garantir o afastamento do(a)s docentes da carreira EBTT para cursos de qualificação, previsto em legislação vigente e denunciar o assédio moral que dificulte ou impeça sua liberação/afastamento.
 - 5.1. Lutar pela garantia de que o período de afastamento para capacitação do(a)s docentes da carreira EBTT seja contemplado na contagem de tempo para fins de aposentadoria especial.
6. Intensificar a defesa da Dedicção Exclusiva (DE) como regime de trabalho preferencial e a luta contra qualquer restrição/flexibilização ou sua supressão nas IES, IFE e CEFET perceptíveis na Lei nº 13.243/2016 (Marco Legal de C&TI) e Lei nº 13.429, de 31/03/2017, que amplia o regime de terceirização para empresas e universidades no Brasil, dentre outras.
7. Aprofundar o debate e intensificar a luta unificada com as entidades dos serviços públicos e da classe trabalhadora como um todo contra a proposta da Reforma da Previdência que aprofunda os efeitos da Lei nº 10.887/2004, a qual acabou com a integralidade e a paridade em relação ao benefício à(o)s aposentado(a)s.
8. Que o GT CARREIRA estude em conjunto com o setor das IEES/IMES: a) Lei de recuperação fiscal no sentido dos gatilhos de ataque à carreira e aos salários, num contraponto à Lei de Responsabilidade Fiscal (sistema de dívida pública) como estratégia de denúncia; e b) Estudo sobre os planos de carreira com melhor consolidação para construir uma base que seja a proposta do ANDES-SN às IEES/IMES como start para as construções locais.
9. Reafirmar a defesa da linha única salarial com base na incorporação das gratificações ao salário base, e que a malha salarial seja estruturada a partir do regime de trabalho, dos níveis e da titulação.
10. Que o GT CARREIRA, realize no segundo semestre de 2019, em conjunto com o setor das IFES, IEES/IMES e GTPE, o Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira EBTT e Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

TR – 13

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Incentive que as seções sindicais criem e/ou revitalizem os grupos de trabalho dos GT Verbas e GT Carreira, de forma articulada, divulgando e denunciando localmente a natureza dos cortes e seus impactos nas IFES, IEES e IMES.
2. Intensifique a campanha de denúncia dos cortes orçamentários do governo de extrema-direita do presidente Jair Bolsonaro e seus impactos nas universidades, nos institutos federais, nos CEFET e nas instituições de pesquisa públicas.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL – BALANÇO DA CSP-CONLUTAS PARA O 4º CONGRESSO DA CENTRAL

TEXTO DE APOIO

RELEMBRANDO UM POUCO DA HISTÓRIA

A construção da CSP-CONLUTAS deve ser por nós compreendida no bojo do momento da luta de classes que o Brasil e uma parte da América Latina passaram nos anos 2000. Uma conjuntura marcada por duas grandes crises: a crise estrutural do capitalismo e a crise do chamado socialismo real.

A crise estrutural do capital, que supera em termos de qualidade e importância as crises cíclicas do capitalismo, é marcada, a partir da década de 1970, pela impossibilidade de recuperar as taxas de lucro do capital. Assim, o capitalismo é impulsionado a buscar novas formas de se ampliar e se reproduzir. Esse processo pode ser resumido em seis elementos estruturantes: a) aprofundamento da desigualdade e ampliação do fosso entre ricos e pobres no interior de cada país e entre os países do mundo; b) necessidade de reconfiguração do papel do Estado, com restrição de sua ação social; c) ampliação do uso da força para a manutenção do controle social sobre o(a)s trabalhadore(a)s; d) aumento do pauperismo; e) novo desenho do mundo do trabalho por meio de uma nova morfologia do trabalho; e f) construção ideológica conservadora na busca de uma nova forma de domínio social.

Por outro lado, e não com menor importância, vivemos também, em âmbito mundial, uma crise no campo da organização do(a)s trabalhadore(a)s imposta pelo chamado “fim do socialismo real”, com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da União Soviética em 1991. Os impactos dessa crise, entre muitos e complexos aspectos, podem ser condensados em alguns elementos: a) crise no interior das organizações de esquerda; b) fragmentação das organizações e entidades no campo do(a)s trabalhadore(a)s; e c) descrença, por uma parte da esquerda, na possibilidade de superação da ordem do capital, limitando a luta, as ações políticas, a reformas e a lutas institucionais na ordem do capital e desencadeando uma priorização da luta institucional (parlamentar e governamental) em detrimento da organização autônoma do(a)s trabalhadore(a)s.

Essas crises, que impactaram a maior parte dos países do mundo, rebatem no Brasil. Porém são entremeadas pelas particularidades da realidade nacional, marcada pela superação de vinte anos de Ditadura Civil-Militar (1964-1985), pelo processo de redemocratização, na luta pela promulgação da Constituição Federal de 1988, pela criação de grandes e importantes organizações de esquerda no Brasil, como foi o caso do Partido dos Trabalhadores (1980), da Central Única dos Trabalhadores (1983), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984) etc., demonstrando que apesar das crises mundiais, a classe trabalhadora no Brasil reagia e se reorganizava naquela época.

Impactados pelas crises e pelo processo de reorganização do Estado, a partir das diretrizes do Consenso de Washington (1989) e do projeto Neoliberal, a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), mas em especial a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-

2002), um novo cenário da luta de classes começa a ser desenhado no Brasil a partir da segunda metade da década de 1990.

Pouco a pouco, a prioridade da luta pelo institucional/governamental começa a ser a tônica das ações do PT e de seus aparelhos de hegemonia, como a CUT, direcionando uma expressiva e importante parte do movimento sindical e do campo progressista no Brasil para a construção do projeto de conciliação de classe, que ganha vulto e se materializa, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), em 2003 para a Presidência da República. No processo que culmina com a vitória eleitoral de Lula e do PT, as antigas experiências de participação popular, democratização das instâncias políticas, organização autônoma do(a)s trabalhadore(a)s e fortalecimento dos movimentos sociais vão dando espaço à burocracia e ao aparelhamento sindical, popular e partidário, em nome da governabilidade e da tentativa de construção de um projeto de conciliação de classes.

O distanciamento gradativo do PT e da CUT, em especial dos projetos estratégicos da classe trabalhadora, foi pouco a pouco sendo reconhecido por uma parte das entidades e das organizações políticas no campo da esquerda, como um processo de degeneração e de inflexão ao centro-direita, o que impulsiona a abertura de um novo momento na organização do(a)s trabalhadore(a)s a partir de 2003.

A insatisfação com os rumos tomados pela CUT e a impossibilidade de disputa democrática, no interior da central, agravaram-se com a opção de colocar a entidade como “base de sustentação” do governo. Com o afastamento da CUT de suas posições históricas, seu apoio aos ataques implementados pelo governo Lula (especialmente as contrarreformas da previdência, trabalhista e universitária) e a ausência de democracia interna levaram o ANDES-SN, no seu 24º Congresso, realizado em 2005, em Curitiba (PR), a decidir pela desfiliação.

Na ocasião, foi destacado que a desfiliação ocorria, justamente, porque o ANDES-SN mantinha sua posição de autonomia e combatividade. Junto à desfiliação, o Sindicato Nacional indicou que não pouparia esforços para continuar contribuindo para reconstruir a unidade do(a)s trabalhadore(a)s no terreno classista, da democracia e da autonomia.

No momento em que o ANDES-SN se desfilia da CUT, já está em curso um novo processo de reorganização de um segmento da classe trabalhadora, especificamente aquele com uma orientação classista que defendia a independência de governos e patrões como posição das entidades sindicais. Nesse sentido, era estratégico que a classe trabalhadora mantivesse entidades autônomas e democráticas, e não como base de governos, independente de sua orientação política. É importante assinalar que as entidades do serviço público federal, em função do grave ataque que foi a Reforma da Previdência de Lula, foram as primeiras a caminhar no sentido de romper com a CUT e construir alternativas, a saber: SINASEFE, FASUBRA, ASSIBGE, FENASPS, etc.

A perda da CUT como instrumento de luta da classe trabalhadora se manifestou por inúmeras rupturas que ocorreram desde a chegada de Lula à Presidência da República. Até mesmo a burocracia rachou e conformou sua própria central sindical, tal como o processo que resultou na criação da Central do(a)s Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

No campo classista, a primeira iniciativa foi a formação da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), que ocorreu em 2004, em Luziânia (GO), após um encontro de entidades sindicais e populares que deliberou pela criação da CONLUTAS, da qual o ANDES-SN participou desde os primeiros anos e ao qual se filiou após deliberação do 26º Congresso, realizado em 2007, em Campina Grande (PB). Pouco tempo depois, surgiram iniciativas como a Assembleia Nacional Popular e de Esquerda (ANPE) e a constituição da Intersindical.

Após um longo processo de recomposição, que teve na resistência aos ataques dos governos de conciliação de classe um de seus pontos fundamentais, foi realizado, entre os dias 5 e 6 de junho de 2010, em Santos (SP), o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que foi

antecedido por importantes debates. Em primeiro lugar, diversos setores foram convencidos da importância de uma central sindical e popular que seria capaz de responder aos desafios postos pela nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil. Assim, a decisão de constituir uma central sindical e popular contribuiu para a unidade entre sindicatos e movimentos populares para organizar as lutas dos setores mais oprimidos, precarizados e subalternizados da classe. A abertura para a participação dos movimentos contra as opressões também foi um importante avanço da nova central, a qual foi capaz de antecipar a crescente importância das lutas das mulheres, de negro(a)s e dos grupos LGBTTT na luta de classes no Brasil.

Porém, o Congresso com 3180 delegado(a)s terminou com uma ruptura. Isso se deu, entre outros motivos, pela forma intransigente que o campo majoritário se posicionou sobre a definição do nome da nova central sindical e popular. O campo majoritário no CONCLAT – que ainda é o campo hegemônico na CSP-CONLUTAS – insistiu no nome “Conlutas-Intersindical – Central Sindical e Popular”. Os outros setores defendiam um outro nome para que o processo de criação de um novo instrumento de luta da classe trabalhadora não parecesse apenas anexação dos demais setores ao projeto que sempre foi encabeçado por quem dirigia a antiga CONLUTAS. O CONCLAT terminou com rupturas e sem resultar numa síntese que colocasse a organização do(a)s trabalhadore(a)s em um patamar superior. Desde o movimento de ruptura, novas organizações surgiram também posteriormente, como a Intersindical-Instrumento da Classe, a Unidos para Lutar e o Movimento Esquerda Socialista (MES).

Vale destacar que no 31º Congresso em 2011, o ANDES-SN, após fazer um balanço dos eventos do CONCLAT, definiu pela defesa de um novo nome para a central sindical a ser defendido em seu primeiro congresso em 2012, compreendendo que a alteração possibilitaria o diálogo mais amplo com importantes segmentos organizados da classe trabalhadora.

Todo o processo de sua construção apontava para o acerto de ser uma central sindical e popular, e por ser a com maior possibilidade de manter uma perspectiva de luta com base na independência de classe.

A CSP-CONLUTAS E A CONSTRUÇÃO DAS LUTAS

Desde a sua fundação, a CSP-CONLUTAS cumpriu e cumpre, ainda hoje, um papel extremamente importante na conjuntura nacional. As principais lutas e greves da classe trabalhadora sempre contaram com sua construção e o seu apoio, destacadamente com protagonismo para os processos de luta vividos nas greves contra os governos de conciliação de classe que atacam o funcionalismo público, contra as privatizações, nas mobilizações contra os megaeventos, na construção das manifestações nacionais em Brasília e nos estados, na greve geral de 2017, etc. Vale destacar ainda que a CSP-CONLUTAS cumpriu um importante papel no período em que o ANDES-SN perdeu o registro sindical, desenvolvendo ações que visavam apoiar o Sindicato Nacional naquele momento de forte tensão política.

Nessa conjuntura de acirramento da luta de classes em que o fechamento dos canais institucionais abertos às demandas populares, por um viés reformista e de conciliação de classes, levou a classe a ter nas ruas sua opção de resistência. Esse movimento se expressou em vários momentos da história recente do nosso país, com destaque para a Marcha dos 100 mil contra a Reforma da Previdência de Lula; as mobilizações contra os megaeventos; as greves, etc. Pouco a pouco a ruptura subjetiva com o regime de conciliação de classe evidenciou o descontentamento dos setores populares com o projeto de governabilidade e com a falta de investimento “padrão FIFA” nas políticas sociais. Essas insatisfações levaram às ruas as camadas sociais apartadas e marginalizadas de acesso e de usufruto dos direitos sociais em junho de 2013.

A quebra do monopólio político parlamentar sintonizou o Brasil numa nova conjuntura mundial, marcada por cotidianas, mas não aguda, lutas contra a ordem capitalista neoliberal. Assim, abria-se no Estado blindado, uma fresta, que desde o início do século XX não se via.

Ainda que ideologicamente difusas e organizativamente débeis, as manifestações de junho de 2013 configuraram uma nova situação na luta de classes no Brasil. Acima de tudo, as jornadas de junho mostraram que os aparelhos de hegemonia do PT não eram mais capazes de pacificar as lutas. Nesse processo, a direita e a extrema-direita ampliaram sua organização buscando atingir o(a)s trabalhadore(a)s de forma mais massiva. Isso não significa afirmar que as jornadas de junho foram responsáveis pela ascensão da extrema-direita, mas sim que resultou das contradições do estágio atual da luta de classes no Brasil, assim como do fracasso e do esgotamento da política de conciliação de esquerda que, com a crise e as derrotas das esquerdas, abriu espaço o qual foi ocupado por setores de direita que souberam dialogar com a insatisfação do(a)s trabalhadore(a)s.

Com a explicitação de que a crise econômica não era apenas uma “marolinha”, instala-se uma crise no interior dos governos de conciliação de classe, o que exigiu da classe trabalhadora uma reação. No processo de organização da resistência, o ANDES-SN apontou a necessidade de fortalecer a relação do Sindicato Nacional com a nossa central. E, por isso, gradativamente foi ampliado o debate sobre a necessidade de “enraizar” a CSP-CONLUTAS nos estados, e que as seções sindicais deveriam cumprir um importante papel nesse movimento. No 34º Congresso deliberou-se por um CONAD Extraordinário para preparar a categoria e sua intervenção no II Congresso da CSP CONLUTAS em 2015. O objetivo do 7º CONAD Extraordinário realizado entre 2 e 3 de maio de 2015, em Brasília (DF), foi o de pensar a atuação do ANDES-SN na CSP-CONLUTAS, além de contribuir, com propostas organizativas e plano de ação, ao fortalecimento da central. Nesse CONAD, destacamos como desafios: a democracia interna da nossa central; a necessidade de o Sindicato Nacional levar um Plano de Lutas e Ação à CSP-CONLUTAS; e a importância de um balanço da central.

O 7º CONAD Extraordinário foi fundamental para avançar no processo de construção da relação entre as seções sindicais e a CSP-CONLUTAS, impulsionando a construção da central nos Estados e nos municípios. Contudo ainda não foi o suficiente para garantir seu enraizamento. O resultado do debate aprofundado da nossa relação com a central culminou, por exemplo, em um número maior de delegado(a)s no III Congresso da Central (2017), além do fato de o ANDES-SN, em seu 37º Congresso, ter deliberado por adequar a forma de participação de sua delegação ao estatuto da central, ou seja, considerando a base da categoria para a contabilização do número de delegado(a)s e não mais apenas a partir do número do(a)s sindicalizado(a)s.

A conjuntura foi gradativamente se agravando e a CSP-CONLUTAS, nesse processo, em especial após o *impeachment* que resultou no governo ilegítimo de Michel Temer, foi instrumento importante nas lutas: chamou a Greve Geral, construiu a unidade na luta com outras Centrais Sindicais e construiu uma agenda nacional de lutas que contribuiu para a resistência contra a EC 95/2016, a construção da Greve Geral de 28 de abril de 2017 e do #OcupaBrasília, em 24 de maio de 2017, além do apoio às ocupações de escolas, de universidades e de institutos em 2017. Após a posse do presidente Jair Bolsonaro, a CSP-CONLUTAS participou da construção da Greve Nacional da Educação em 15 de maio de 2019, do 2º Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública e contra a Reforma da Previdência em 30 de maio de 2019 e se empenhou muito na construção da base da Greve Geral do dia 14 de junho de 2019.

Enquanto o ANDES-SN aprofundava sua atuação na CSP-CONLUTAS, se agravava o acirramento da luta de classes no Brasil e os ataques do governo da extrema-direita contra os serviços públicos e os direitos sociais, ficando explícita a necessidade de construção de uma frente unitária de resistência para além das organizações que já construímos, a qual fosse capaz de aglutinar mais organizações e entidades. A dificuldade de se organizar uma greve geral com as centrais

engessadas pela burocracia é outro elemento norteador do debate e da necessidade de ampliar o arco de unidade de ação. Nessa conjuntura, a CSP-CONLUTAS se coloca como entidade com disposição para radicalizar e avançar na pauta de defesa dos direitos, ao mesmo tempo em que se coloca em um movimento autoproclamatório que potencializa sua condição de “única central e espaço classista”.

O aprofundamento da crise estrutural do capital se expressou com uma grave crise econômica. Com a opção da presidente Dilma Rousseff de responder a crise atacando direitos do(a)s trabalhadore(a)s e favorecendo o grande capital, o que fez com que a conciliação de classes perdesse uma parte importante da sua base social. Abriu-se então uma outra crise política em 2015, a qual resultou no *impeachment* de Dilma em 2016.

Um novo ciclo de reorganização da classe trabalhadora se abre a partir de 2016. Uma parte do(a)s dirigentes sindicais e de movimentos populares que estavam no governo retornam para suas entidades e organizações de origem, em alguns casos, como no ANDES-SN, impulsionando disputas internas. Outro elemento que merece destaque é o fato de que uma parte das entidades da educação que havia se colocado como base de sustentação do governo federal, até mesmo participando dos espaços governamentais oficiais e abandonando a construção autônoma da classe trabalhadora, retornou às construções por fora do Estado.

Outro ponto que também impulsionou divisões foi as diferentes análises da conjuntura e dos elementos que levaram ao processo de impedimento da presidenta Dilma, dividindo o movimento e a esquerda. Essas divergências, aliadas a outras diferenciações de análise da realidade social, levaram a importantes rupturas no interior das organizações políticas, incluindo a CSP-CONLUTAS.

Essa nova conjuntura impulsionou a formação de dois principais blocos no interior da central, o bloco hegemônico “Bloco Classista Operário e Popular” e o bloco “Somos Todos CSP”. A divisão da central sindical e popular em blocos dificultou bastante a atuação do ANDES-SN, que por se posicionar sempre pelas deliberações do conjunto do nosso sindicato e não pelas posições de forças políticas, passou a ser impulsionado a expressar suas posições de forma mais sistemática. Muitas vezes, pelas divergências políticas, sem poder se posicionar com nenhum dos blocos, o que nos colocou em uma posição isolada no interior da central. A maior expressão dessa realidade foi o fato de o ANDES-SN, no último processo eleitoral para a composição da Secretaria Executiva Nacional (SEN) da Central, mesmo sendo a maior entidade filiada à CSP-CONLUTAS, ter se mantido com apenas uma vaga na SEN, pelo fato de montar “chapa independente”. Contraditoriamente, forças políticas que se organizam como oposição de entidades conquistaram mais vagas na SEN, assim como movimentos populares sem nenhuma precisão de sua base.

Daí em diante, especialmente a partir de 2017, a relação interna na CSP-COLUTAS foi se deteriorando. A luta política passou a ser marcada pelos embates internos, com muita dificuldade de construção da unidade necessária para a luta política geral e os enfrentamentos contra a política do capital materializada nos governos e no Congresso Nacional.

As disputas internas passaram a ser pautadas pela construção artificial da hegemonia, com a filiação de entidades e de movimentos populares com os quais não é possível dimensionar sua real expressão na realidade social, mas que acabam por se sobrepor às entidades. A CSP-CONLUTAS passou a se caracterizar como uma central de forças políticas e não de entidades, como prevê seu estatuto. A expressão maior desse fato é que oposições filiadas à central acabaram por eleger representantes em duas chapas distintas para a secretaria executiva, ou mesmo entidades filiadas também se inserem em chapas distintas para garantirem a representatividade de suas forças políticas. E quando há necessidade de substituição é realizada não por indicação da entidade, mas sim da força política. Vale destacar que essa política teve resultados desastrosos, com destaque especial para a ruptura do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) com a CSP-CONLUTAS, implicando sua saída da central em julho de 2012, decorrente da política de autoconstrução do bloco hegemônico.

A realidade interna da CSP-CONLUTAS, expressão da realidade política do país, se agrava diante da atual conjuntura em que um governo de extrema-direita chega ao poder. As diferentes análises, que são por vezes inconciliáveis, tomam o debate político e acabam por intensificar as disputas no interior da central, o que tem levado a uma certa dificuldade para a construção de estratégia conjunta da central. Assim, são exemplos: a posição sobre a Venezuela e a Síria; a aproximação com a bandeira partidária do “fora todos”, por meio da consigna “fora todos os corruptos e corruptores”; a demora e em alguns momentos a recusa, pelo bloco hegemônico, de assumir a bandeira pelas liberdades democráticas, etc.

As divergências não são registradas e nem consideradas. A prática, por parte do bloco hegemônico, é de sufocar as divergências e não permitir nem mesmo que fiquem registradas em atas, como é o exemplo das propostas de resolução apresentadas na Coordenação Nacional da central, que, ao serem derrotadas, sequer passam a compor o relatório para a memória histórica. Essa prática passa uma falsa impressão de que existe um consenso na central e que todas as forças e entidades concordam com a resolução aprovada. Esse é o caso frequente do ANDES-SN, o qual tem apresentado resoluções, com base nas análises e nas deliberações do Sindicato e sequer tem seu texto registrado nos anais da central. Importante exemplo dessa prática é o caso dos debates sobre a posição política da CSP-CONLUTAS sobre a Venezuela, passando a impressão de que todas as entidades, organizações e movimentos que compõem a central corroboram com a posição do bloco hegemônico, o que não é real, pelo menos no caso do ANDES-SN.

Uma nova conjuntura se abre com o esgotamento do processo de reorganização da classe trabalhadora a partir da crise do projeto de conciliação de classe e da saída do PT do governo federal, ao mesmo tempo em que cresce o projeto da extrema-direita no Brasil. Nessa conjuntura, uma nova quadra se abre para a perspectiva de reorganização da classe trabalhadora, que demanda um movimento duplo, por um lado de resistência no âmbito das organizações e das lutas contra a retirada de direitos e em defesa das liberdades democráticas, e por outro da necessidade de se construir um projeto estratégico para a classe trabalhadora. Projeto esse que demanda uma ação unitária e estratégica que amplie os horizontes das atuais organizações políticas que o ANDES-SN constrói, do qual é exemplo a CSP-CONLUTAS. Nesse processo, é necessário lutar contra o sectarismo e pela ampliação do diálogo e da construção unitária com setores classistas da classe trabalhadora, o que não tem se configurado como uma prática do campo hegemônico da central.

Nesse percurso, ações sectárias e as bandeiras divisionistas continuam a predominar na construção da CSP-CONLUTAS. O bloco hegemônico apresenta inúmeras resistências na construção de outros espaços, tal como observamos no processo de construção do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas. O papel da CSP-CONLUTAS no interior do Fórum poderia ser decisivo no processo de reorganização da classe trabalhadora, mas a posição da central, de se autoproclamar o espaço de reorganização da classe trabalhadora, dificulta a construção de outros espaços.

O agravamento da crise interna da central, no último período, contribuiu para a sua fragilização. Para assegurar uma hegemonia absoluta, até mesmo nas coordenações estaduais da central, o bloco hegemônico realizou intervenções burocráticas, criou movimentos artificiais manipulando ou ferindo o estatuto da própria entidade. Assim, por exemplo, uma associação de imigrantes venezuelanos criada recentemente pela força dirigente, sem uma base social que pode ser aferida, possui uma delegação idêntica a do ANDES-SN. Mais grave foi a intervenção no estado do Ceará, em que o bloco hegemônico, por meio da Coordenação Nacional, autorizou intervenção na composição da Coordenação Estadual, permitindo o ingresso de representante de oposição de uma entidade que já é filiada à central. Isso tudo para mudar a correlação de forças, mesmo que ferisse o estatuto da CSP-CONLUTAS. Na prática, o ocorrido na intervenção do Ceará abre precedente que possibilita que grupos políticos que se auto intitulem “oposição” dentro do ANDES-SN também possam se vincular à CSP-CONLUTAS, o que ataca frontalmente a nossa defesa da central sindical

como uma organização de entidades e não de forças políticas. Outro caso que também merece ser destacado é o da “intervenção” no Rio Grande Sul quando o bloco hegemônico, em explícita ação artificial, filiou entidades do campo para garantir a hegemonia na coordenação estadual da CSP-CONLUTAS.

Nessa mesma linha diretiva, as disputas sectárias e, em especial, a política hegemônica da atual maioria também impossibilitaram ou prejudicaram a participação da CSP-CONLUTAS em diversos espaços, por exemplo, na construção unitária do 8 de Março de 2018 em alguns estados. Outro exemplo, especialmente grave, foi o inchamento dos espaços da central por meio da introdução de diversos movimentos e oposições sem qualquer análise de sua base real para garantir delegado(a)s nos espaços deliberativos da Central. A falta de transparência nas prestações de contas e a falta de um debate profundo sobre as resoluções de finanças debatidas nas reuniões da Coordenação Nacional mostram que, para a força majoritária, não há uma preocupação com a sobrevivência ou o enraizamento social real da central, mas priorizam as disputas internas.

Diante disso, a participação do ANDES-SN no 4º Congresso da Central é fundamental. O maior desafio é levarmos para a CSP nossas posições em defesa de uma central sindical e popular, baseada na organização democrática e pela base, que de fato se constitua como uma organização de frente única, em que caibam diferentes organizações de perspectiva classistas e que tenham como horizonte a organização de uma nova ordem social.

A conjuntura se acirra e os ataques aos direitos e às liberdades democráticas se intensificam. Nossa compreensão é a de que para enfrentar os desafios que estão postos para a classe trabalhadora o fortalecimento da nossa Central é também uma tarefa que contribui no processo de enfrentamento aos ataques e às retiradas de direitos. É preciso entender que todas as contradições que se expressam no interior da CSP-CONLUTAS são determinadas pelos desafios dos movimentos da classe trabalhadora no Brasil. Práticas burocráticas, aparelhamento por forças políticas, atuação superestrutural e outros problemas são parte da história de um movimento sindical que esteve estreitamente atrelado ao Estado. São problemas que não são exclusivos da CSP-CONLUTAS, mas do movimento sindical e popular no Brasil, e que devem ser combatidos por todo(a)s que de fato queiram construir uma outra ordem social.

BREVE PANORAMA DA ORGANIZAÇÃO DA CSP-CONLUTAS E A PARTICIPAÇÃO DAS SEÇÕES SINDICAIS DO ANDES-SN

O ANDES-SN, desde sua filiação, inicialmente a CONLUTAS, em 2007, e posteriormente a CSP-CONLUTAS em 2011, se esforçou em construir o enraizamento da central nos estados, e em particular a partir do impulsionamento da participação efetiva das seções sindicais tanto no âmbito político quanto financeiro, com base nas deliberações dos Congressos e do CONAD, conforme verificamos a seguir.

Entre avanços e retrocessos, a atual organização da CSP-CONLUTAS se encontra ainda limitada no que tange à construção de coordenações estaduais da central, com apenas nove estados organizados, que são: CE, BA, MG, PA, PE, RJ, SP, MA e RS⁵. Nos estados em que a central está organizada, a avaliação sobre o trabalho desenvolvido é muito diversa, com experiências positivas, por exemplo, AM e BA e outros estados em que a política desenvolvida pela central não tem contribuído para o avanço da unidade de ação. A CSP-CONLUTAS é formada hoje por entidades nacionais, movimentos sociais urbanos e rurais, movimento estudantil, movimento de contra as opressões, minorias das direções de entidades, oposições à direção de entidades e às organizações nacionais, a exemplo da organização do(a)s venezuelano(a)s e do(a)s haitiano(a)s.

⁵ Informação passada pela Secretaria Nacional da CSP-CONLUTAS em março de 2019.

No que tange a participação das seções sindicais na organização da CSP-CONLUTAS nos estados, apesar dos muitos esforços e das inúmeras deliberações do ANDES-SN, buscando impulsionar o enraizamento da central, apenas 39 seções sindicais, em algum momento, se vincularam efetivamente à Central, sendo que dessas apenas 13 estão com a contribuição de 5% sobre os 80% da arrecadação que fica na seção sindical regular, conforme quadro a seguir fornecido pela tesouraria da CSP-CONLUTAS Nacional, em março de 2019:

**PARTICIPAÇÃO DAS SEÇÕES SINDICAIS DO
ANDES-SN NA CSP-CONLUTAS**

Estado	Seção Sindical do ANDES-SN	Situação
AC	ADUFAC	REGULAR
AM	ADUA	INADIMPLENTE
AP	SINDUFAP	REGULAR
BA	ADUFS - Feira de Santana	REGULAR
BA	ADUNEB	INADIMPLENTE
BA	ADUSC	INADIMPLENTE
BA	ADUSB	REGULAR
CE	SINDIUVA	REGULAR
CE	SINDURCA	INADIMPLENTE
GO	ADCAJ	INADIMPLENTE
GO	ADCAC	INADIMPLENTE
MA	APRUMA	REGULAR
MG	APESJF	REGULAR
MG	ADUFSJ	REGULAR
MG	SINDCEFET-MG	INADIMPLENTE
MS	ADUEMS	INADIMPLENTE
MS	ADLESTE	INADIMPLENTE
MT	ADUFMAT	INADIMPLENTE
PA	ADUFPA	INADIMPLENTE
PA	SINDUEPA	INADIMPLENTE
PA	SINDUNIFESSPA	INADIMPLENTE
PE	ADUFEPE	INADIMPLENTE
PI	ADCESP	INADIMPLENTE
PI	SINDCEFET/SINDIF PI	INADIMPLENTE
PR	ADUNIOESTE	INADIMPLENTE
PR	ADUNICENTRO	REGULAR
PR	SESUNILA	REGULAR
RJ	ADUFRJ	INADIMPLENTE
RJ	ADUFF	INADIMPLENTE
RJ	ADUNIRIO	INADIMPLENTE
RJ	ASDUERJ	INADIMPLENTE
RJ	ADUR	REGULAR
RO	ADUNIR	INADIMPLENTE
RR	SESDUF- RR	REGULAR
RS	ADUFPEL	REGULAR

RS	SEDUFMS	REGULAR
SC	SINDUFFS	INADIMPLENTE
SC	SSind do ANDES-SN na UFSC	REGULAR
SE	ADUFS- SE	REGULAR
SP	ADUNICAMP	REGULAR
SP	ADUNESP	INADIMPLENTE

O quadro acima, que não é muito diferente da época em que o ANDES-SN era filiado à CUT, é uma das expressões das dificuldades que temos localmente para participar da construção efetiva da central. Há entraves no âmbito político e em alguns casos também financeiro, mas que devem ser objeto de reflexão do conjunto da categoria.

Na última reunião da Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS, no mês de maio de 2019, foi aprovada uma “Resolução Financeira”, a qual prevê, em linhas gerais, que as entidades filiadas que reconhecerem seus débitos junto à central, e que retomarem o pagamento regular a partir de abril de 2019, poderão voltar a usufruir de todos os direitos políticos no âmbito da central. Na prática, uma “anistia” às dívidas, já que as entidades podem propor uma forma de parcelamento sem limites e sem regras para seu retorno.

No quadro de agravamento da luta de classes, em um momento que as análises apontam para a necessidade de avançarmos no processo de reorganização da classe trabalhadora, se faz necessário realizar o balanço sobre os limites e as possibilidades de construção da CSP-CONLUTAS.

Dessa forma, no momento atual, o principal desafio é atuar no interior da CSP-CONLUTAS para superar os problemas aqui mencionados. Nossa atuação deve se pautar pela necessidade de aprofundar a democracia interna, a construção pela base e a autonomia e a independência. O classismo e a combatividade da CSP-CONLUTAS são aspectos que devem ser valorizados, mas não podem se restringir à mera autopromoção nem mesmo no isolacionismo, e tendo em vista essa perspectiva de que nossas resoluções congressuais para a CSP-CONLUTAS serão apresentadas.

O 4º Congresso Nacional da CSP-CONLUTAS, que vai acontecer entre os dias 15 e 18 de agosto de 2019, na cidade de São Paulo, deve se constituir como um espaço amplo de debate e de fortalecimento do projeto classista e de construção da central como uma frente ampla.

TR – 14

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Que a liberação de dirigentes sindicais da central deve ser deliberada por consenso ou pelo menos proporcionalidade qualificada em votação no âmbito da secretaria executiva.
2. Que a CSP-CONLUTAS faça um estudo sobre a proporcionalidade da representação dos movimentos populares, filiados à Central, que não podem ter sua base social aferida.
3. Que as diferentes posições expressas em “resoluções” para a coordenação nacional e a secretaria executiva passem a constar dos relatórios das reuniões.
4. Que o ANDES-SN apresente resoluções que expressem o acúmulo e as deliberações do Sindicato Nacional, por setor, e que se apliquem à política da CSP-CONLUTAS, em especial os planos de luta do GTPE, GTPAUA, GTPCEGDS, GTSSA, GTPFS, GTCeT e setores.

TEXTO 15

Contribuição do(a)s professore(a)s: Alcides Pontes Remijo (ADUFG-Seção Sindical), Elizabeth Sara Lewis (Adunirio), Fábio Bezerra (SINDCEFET-MG), Luis Acosta (ADUFRJ-SSind), Márcia Lemos (ADUSB), Tito Flávio Bellini (Adufmat), Walcyr Barros (ADUFRJ-SSind).

CSP-CONLUTAS: FIM DE UM CICLO

TEXTO DE APOIO

A realização do próximo IV Congresso da CSP-Conlutas abre um espaço de reflexão e avaliação crítica sobre o processo de reorganização da classe trabalhadora que desembocou na criação da Central Sindical e Popular-Conlutas e sobre a situação atual em que esta entidade se encontra que consideramos de crise final. Para sustentar esta tese apresentamos três tópicos em torno dos quais organizar a avaliação e perspectivas desta central sindical.

1) Um processo de reorganização da classe superestrutural, aparelhado por uma vanguarda autoproclamada.

A CSP-Conlutas nasceu, primeiro como Conlutas, a partir do Encontro Nacional realizado em 2004, como uma alternativa, entre outras, de reorganização da classe trabalhadora. Entre as outras alternativas de reorganização estava, por exemplo, a Intersindical. O caminho da construção da Conlutas teve uma inflexão, no Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizado em 2010, que resultou na auto-dissolução da Conlutas para dar a luz, a CSP-Conlutas. A expectativa, criada no CONCLAT, de avançar numa unidade maior não se concretizou, visto que alguns setores se retiraram do mesmo após a aprovação do nome da nova entidade. No entendimento daqueles que se retiraram o problema do nome sintetizava uma série desacordos ao longo de todo o processo. Em resumo, preservar o nome Conlutas, passava a ideia que o processo tinha sido basicamente um processo de anexação da Intersindical e outros segmentos por parte das forças majoritárias da Conlutas. Entretanto, na verdade, os problemas não eram tão somente o hegemonismo, senão que estavam localizados também no campo organizativo e de representatividade dos sindicatos, movimentos sociais e minorias e oposições.

Apesar das boas intenções, a central surgiu com problemas de organização e representação provocada pela tentativa, correta do ponto de vista geral, de ser uma central sindical e popular, para assim melhor espelhar as particularidades do “mundo do trabalho”. Contudo a solução implementada para equacionar as particularidades de longa data da força de trabalho entre nós (a informalidade da

maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores) junto com as profundas transformações pós-fordista (terceirização e flexibilização), veio a fortalecer o **hegemonismo e aparelhamento** por parte da principal força política que tem marcado desde o início a história da central. De fato, o caráter “popular” da central tem sido utilizado para construir falsas maiorias, inflacionando a representação dos movimentos sociais e estudantis na central e assim manter a maioria da força hegemônica. É muito difícil, como as sucessivas reclamações do Andes-SN colocam, estimar quantitativamente qual a base de um movimento social para definir sua representação. Não acontece assim com os sindicatos que têm uma base social claramente delimitada da qual deriva sua representação. O mesmo problema acontece com a representação das oposições e minorias dos sindicatos. Na prática, a central é uma entidade de movimentos sociais, oposições e minorias, com mínima representação de sindicatos. Os problemas de organização e representação têm evidente impacto na política de financiamento da central. O financiamento recai fundamentalmente nos sindicatos melhor organizados, não assim, nos movimentos, oposições e minorias.

O MTST, movimento que inicialmente integrou a CSP-Conlutas, rompeu com esta central em 2012, por causa de “atitudes divisionistas” atribuídas à dirigentes da central, e passou a construir junto com outros movimentos, políticos, sindicais e populares a Frente Povo Sem Medo, a partir do ano de 2015. Esta frente foi constituída para lutar por uma “saída pela esquerda” diante do processo do *impeachment* da ex-presidente Dilma.

Vale ressaltar que o hegemonismo tem se acentuado depois do racha do PSTU no ano de 2016, criando um ambiente extremadamente difícil de convivência entre todas correntes políticas e particularmente entre aqueles que outrora faziam parte de uma mesma organização. Assim por exemplo os processos de prestação de contas tem ficado mais opacos, há sonegação de informação, como por exemplo a não divulgação da data de reuniões políticas importantes, para obstaculizar a participação de outros grupos políticos. Há também interferência do campo majoritário nas eleições locais tanto das secretarias executivas estaduais como dos sindicatos, buscando fortalecer o seu campo. Consequentemente, em vez de o racha abrir possibilidades para um novo equilíbrio de forças e uma nova política sindical, o resultado tem sido um rebaixamento do debate e da ação política no interior da central.

2) Erros de avaliação e de orientação política da direção majoritária da central, especialmente agravados a partir do processo de *impeachment*.

O processo do *impeachment*, coroado pelo golpe institucional, colocou a maior prova histórica para a direção da CSP-Conlutas no que diz respeito a sua capacidade de interpretar a conjuntura e orientar as lutas dos/as trabalhadores/as. Evidentemente, fracassou redondamente.

Para evidenciar isto que estamos afirmando, lembremos que no ano de 2016 o PSTU levanta a palavra de ordem: *Fora Dilma, fora todos!* Na CSP-Conlutas, por sua vez, levanta a palavra de

ordem: *Fora Dilma, Temer, Cunha, Aécio e esse Congresso!* A CSP-Conlutas convoca para o dia 1º de Abril de 2016 um dia de lutas com a consigna: “*Chega de Mentiras e Fora Todos!*”. Vale lembrar que praticamente todas as forças políticas da arco da esquerda convocam para um ato no dia 31 de março em defesa da democracia, dos direitos trabalhistas, contra o golpe e por outra política econômica. Somente a CSP-Conlutas não participa deste ato e convoca para outro ato no dia seguinte.

Os posicionamentos políticos equivocados da direção da CSP-Conlutas, e a tentativa de envolver a Unidade Classista na política da CSP-Conlutas motivou a carta aberta da Unidade Classista à CSP-Conlutas publicada em 12/03/2016 intitulada: *Nem fica, nem fora Dilma: fora o capitalismo!*

Nossa principal discordância – a mesma que já tínhamos expressado em ocasiões diferentes – é em relação à palavra de ordem “**Basta de Dilma**”, que sugere uma forma envergonhada de, objetivamente, fazer o jogo da campanha da direita pelo impeachment da Presidente da República, ainda mais em meio a um clima de histeria antipetista e às vésperas de manifestações com esse objetivo.

O documento da nossa organização, UC, é exemplar; num momento de máxima tensão política, nossa organização rejeita o esquerdismo verborrágico da CSP-Conlutas e condena o antipetismo como bandeira de mobilização e luta da esquerda. Infelizmente, a previsão da UC será confirmada pouco tempo depois, quando agitando a bandeira do antipetismo, será eleito um presidente proto-fascista.

A partir desse posicionamento profundamente equivocado, a CSP-Conlutas adota a **política de recusa a participar de atos unitários com aliados do campo democrático-popular**, tanto antes da condenação e prisão do Lula, quanto depois. Um documento exemplar dessa política é a nota da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas do ano de 2018, afirmando que “justiça deve ser feita para todos” e explicitando a recusa a participar em atos unitários. Assim:

A CSP-Conlutas não participará de atos contra a prisão de Lula, reafirmando sua posição de que a justiça deve ser feita para todos. Que sejam presos todos os corruptos e corruptores, que seus bens sejam expropriados e o dinheiro devolvido aos cofres públicos.

Na análise de nota no seu conjunto e deste parágrafo em particular podemos ver a capitulação ideológica quando é retirando o caráter de classe (a seletividade como dizem os documentos do Andes-SN) da justiça (“*justiça para todos*”) aliada ao imobilismo político (“*a CSP-Conlutas não participará*”). Um verdadeiro monumento da **posição política atual** da direção majoritária da central: capitulação ideológica e imobilismo político.

3) Posições políticas na arena internacional, que consideramos de cunho contra-revolucionário.

Desde a chamada “primavera árabe” e seu desfecho dramático na guerra da Síria, até a atual crise da “revolução bolivariana” na Venezuela e na Nicarágua, a direção majoritária tem demonstrado uma profunda irresponsabilidade política apostando sempre, entre as alternativas que as lutas dos povos abrem, na alternativa pró-imperialista disfarçada de “terceiro caminho” (a política “nem nem”: nem isto, nem aquilo). Tudo com base na interpretação profundamente equivocada, hoje como ontem, da luta contra as “organizações stalinistas” “castro-chavistas”. Na luta de classes, quando as contradições reais exacerbam os antagonismos sociais, os campos políticos se condensam em alternativas mutuamente excludentes, e não há como ficar **imaginando** uma terceira opção.

A palavra de ordem “Fora Maduro” do PSTU, ou como foi aprovado no III Congresso da CSP-Conlutas: *“Não apoiar Maduro e nem MUD. Contra os planos de ajustes burgueses, defendemos uma saída independente da classe trabalhadora para a Venezuela!”*, significa de fato, apoiar os planos para a derrubada o governo de Maduro da mesma forma que o imperialismo e a oligarquia rentista pretendem há anos. Os planos do imperialismo com relação à Venezuela consistem em promover uma mudança de regime, não apenas de governo. Para isto promove um embargo econômico criminoso (na mesma trilha do embargo cubano), de tal forma de provocar uma “crise humanitária” (como fez no caso do Iraque entre os anos 1990 - 2003 que provocou centenas de milhares de mortes especialmente crianças). Criada a “crise humanitária”, estimular a revolta popular contra o governo, para então justificar a “intervenção humanitária” para assim “aliviar” o sofrimento do povo. De preferência a “intervenção humanitária” será realizada com apoio de organismos internacionais como a ONU ou a OEA para ser apresentada com fachada de legitimidade. Essa é a pauta atual da agressão venezuelana! Do outro lado, está o povo, os/as trabalhadores/as, o governo Maduro, com as múltiplas contradições próprias do campo operário-popular. Derrubar Maduro, hoje, significa abrir o caminho para uma mudança de regime político reacionário, de ódio e vingança da oligarquia e o imperialismo contra os/as trabalhadores/as, a espoliação das riquezas naturais, especialmente o petróleo e a privatização e retirada de direitos elevada a sua máxima potência.

Na recente tentativa de golpe militar orquestrado pelo imperialismo dos EUA e a oligarquia rentista, novamente a Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, na reunião dos dias 3 a 5 de maio, aprovou por maioria uma declaração política que repete sua posição isolacionista e, de fato, de colaboração com os planos do imperialismo, que repete: Nem Maduro, nem Guaido/Trump!. Claro que também diz repudiar *“a tentativa de golpe militar pró-estadunidense”*, mas também reitera que *“A CSP-Conlutas apoia a construção de uma alternativa independente da classe trabalhadora e dos setores populares contra Maduro e Guaido/Trump”*.

Como se tudo isto não fosse suficiente, recentemente ingressou nas fileiras da CSP-Conlutas um movimento social, Associação Nacional de Imigrantes Venezuelanos - (ANIV Brasil), com uma representação na Coordenação Nacional que se compara qualitativamente com o Andes-SN. A posição desta organização se enquadra na política nem-nem, nem Maduro nem Guaidó, nem o

governo Maduro nem o imperialismo. Evidentemente não podemos condenar as/os exilados econômicas/os que partem para buscar novos horizontes, muitas vezes iludidas/os com promessas de bem estar que depois não se materializam. O ingresso desta organização mais parece fazer parte daquela política de hegemonismo na central para manter o controle da entidade num momento em que há cada vez mais vozes que questionam as posições políticas do grupo majoritário.

Até quando o Andes-SN vai continuar a conviver numa mesma organização com este tipo de declarações contra-revolucionárias!!! Basta!! Não ao golpe de Estado na Venezuela! Todo o apoio ao povo e ao governo da Venezuela! Todo repúdio à tentativa de golpe e à ingerência do imperialismo estadunidense na Venezuela!

As considerações que temos realizado ao longo deste texto, e de todos os outros que temos apresentados desde o 61o. Conad no ano de 2016 até agora, nos leva a sustentar que infelizmente a CSP-Conlutas deixou de ser uma alternativa para a reorganização da classe trabalhadora. A “nossa” Central atua como uma corrente político-sindical de um partido político, sem capacidade para aglutinar sindicatos e movimento sociais de uma forma ampla, como corresponde a um projeto de Central Sindical e Popular. Evidentemente, é uma situação difícil para nosso sindicato que fez um longo investimento na construção desta ferramenta e que agora enfrenta a dura realidade de reconhecer que este caminho pode estar esgotado, ainda que deixe um legado de lutas e de experiência política que deve ser reconhecido e valorizado.

É claro que no IV Congresso da CSP-Conlutas, caso este CONAD entenda que o Andes-SN tem que participar efetivamente mesmo em posições minoritárias, algumas destas posições podem ser debatidas e até em certa medida mudadas. Porém a experiência anterior, particularmente no III Congresso, e as recentes atitudes do grupo majoritário, nos leva a acreditar que não teremos mudanças significativas na política geral da CSP-Conlutas. Evidentemente, no nosso próximo congresso, o 39º, estaremos em condições plenas de avaliar as deliberações do congresso da CSP-Conlutas, a participação da delegação do Andes-SN, caso ela se efetive, as discussões na base do nosso sindicato, e definir sobre a continuidade ou não da participação do Andes-SN na CSP-Conlutas.

O fim da participação do Andes-SN na CSP-Conlutas não pode significar o retorno à CUT ou para outras Centrais sindicais atualmente existentes. O nosso sindicato terá que dar continuidade e intensificar os esforços, ainda muito embrionários, que estão em curso de reorganização da classe nos diferentes âmbitos, tais como a Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita que constrói os ENEs; o FONASEFE e a reorganização da CNESF; o Fórum Sindical, popular e de juventudes de luta por direitos e liberdades democráticas que aponta para construir um Enclat; e tantos outros que tenham a mesma inspiração e objetivo final: **reorganizar de**

um modo amplo, unitário e com uma perspectiva de luta democrática e classista, a classe trabalhadora para enfrentar o novo ciclo de lutas que se abriu com o fim do regime político da Nova República e da política de conciliação de classes da estratégia democrático-popular.

Unidade Classista, futuro socialista!

TR – 15

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

- 1)** Condenar a tentativa de golpe de estado do imperialismo dos EUA e de oligarquia rentista comandada pelo autoproclamado presidente interino Guaidó, assim como a política dos EUA de embargo econômico que visa provocar uma crise humanitária e a mudança de regime político na Venezuela;
- 2)** Repudiar os posicionamentos políticos da CSP-Conlutas com relação à agressão imperialista e da oligarquia rentista contra o povo e as/os trabalhadoras/es venezuelanas/os;
- 3)** Pautar que o próximo Congresso do Andes-SN delibere sobre a permanência ou não do Andes-SN na CSP-Conlutas.
- 4)** Intensificar a participação nos esforços de reorganização da classe trabalhadora tais como a Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita que constrói os ENEs; o FONASEFE e a reorganização da CNESF; o Fórum Sindical, popular e de juventudes de luta por direitos e liberdades democráticas; apontando como objetivo estratégico para a construção de um Enclat.

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

O setor das IEES/IMES sob ataque

O ano de 2019 está sendo marcado pelos ataques às universidades, aos IF e aos CEFET. As falas do Ministro da Educação e do presidente Jair Bolsonaro demonstram a face perversa do governo de extrema-direita em relação à educação pública, à diversidade e ao pensamento crítico. Mas, para as universidades estaduais e municipais, as políticas de contingenciamento e os ataques à educação não são uma novidade. Nos últimos dez anos, os governos estaduais impõem as políticas de ajuste fiscal às IEES/IMES, o que resulta em atrasos e parcelamento de salários, cortes em custeio e capital, atrasos de bolsas estudantis e o sucateamento das políticas de permanência e assistência estudantil, além do congelamento de promoções e progressões e a defasagem salarial.

Seguem essa diretriz de sucateamento os modelos implementados pelos ex-governadores Pimentel (PT-MG) e Jatene (PSDB-PA), pelos governos reeleitos de Rui Costa (PT-BA), Camilo Santana (PT-CE) e agora da governadora Fátima Bezerra (PT-RN). A crise econômica e a falta de uma política que taxe as grandes fortunas e reduza as isenções fiscais dadas às grandes empresas demonstram as opções dos governos estaduais: colocar a conta nos ombros da classe trabalhadora. Nessa conjuntura, em 2019, ocorreram duas greves no setor das IEES/IMES, as quais indicam a manutenção da resistência e o enfrentamento às políticas de austeridade dos governos estaduais e municipais.

Na Bahia, a face perversa do governo Rui Costa impôs às universidades estaduais um contingenciamento orçamentário que implica na falta de recursos para itens básicos de funcionamento. No último ano, as universidades estaduais baianas sofreram com uma média de 20% de contingenciamento orçamentário. Segundo a Assessoria Técnica de Finanças e Planejamento (ASPLAN), em 2018, apenas 4,45% da Receita Líquida de Impostos (RLI) chegaram às universidades. Esse foi o menor percentual desde 2015. Significa dizer que nos últimos dois anos mais de R\$ 110 milhões foram contingenciados da Universidade Estadual do Sul da Bahia (UESB), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Desde o dia 9 de abril de 2019, as Universidades Estaduais da Bahia (UEBA) estão em greve. O movimento paredista iniciou a luta em defesa da carreira e das universidades com um grande ato público, em Salvador, no dia 11 de abril. O Fórum das Associações Docentes das Universidades Estaduais da Bahia (Fórum das AD), desde então, realizou atos, mobilizações e aderiu à agenda nacional de lutas, com o objetivo de dialogar com a sociedade baiana sobre os motivos para a greve das universidades. Além da questão orçamentária, o Movimento Docente reivindica também mais respeito a(o)s trabalhadore(a)s da educação, em relação aos direitos trabalhistas e à questão salarial.

Atualmente, o(a)s professore(a)s não estão acessando direitos como as suas promoções, progressões e mudança de regime de trabalho. Além disso, há seis anos sofrem com salários congelados.

A força do movimento garantiu abertura de mesas de negociação e espaço na mídia local e nacional para apresentar a pauta da categoria e a situação das UEBA. As audiências públicas conquistadas pelo movimento grevista na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) e nas Câmaras Municipais de diversas cidades, incluindo a capital Salvador, vêm expondo as contradições do governo de conciliação de classes. Contudo, a resposta do governador Rui Costa sobre as reivindicações do movimento docente foi cortar os salários da categoria em greve, ir às rádios e à televisão apresentar mentiras e informações contraditórias sobre a carreira docente e o orçamento das UEBA. Além disso, o governador protagonizou um frontal ataque à(o)s professore(a)s e à autonomia universitária ao não empossar o reitor eleito democraticamente na UEFS, solicitando a lista tríplice como retaliação às denúncias sobre os ataques do governo estadual às UEBA. Como desfecho, a posse só foi garantida pela força do Movimento Docente!

No dia 18 de março de 2019, em assembleia, a categoria docente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) decretou greve geral, ocasionada pelos atos de intransigência do governador do estado do Piauí Wellington Dias/PT, os quais se encontram caracterizados pela falta de diálogo com a categoria para tratar dos problemas enfrentados pela universidade e o(a)s docentes, dificuldades pautadas nos seguintes pontos: 1. cumprimento dos PCCS – implantação de progressões, promoções e mudanças de regime de trabalho; realização de novo concurso para efetivação do quadro docente; nomeação imediata de todo(a)s o(a)s classificado(a)s no último concurso para professor(a) efetivo(a) –; 2. reposição das perdas salariais inflacionárias dos últimos cinco anos; 3. garantia do orçamento da UESPI com autonomia e gestão financeira.

Após aproximadamente 30 dias de frequentes mobilizações da categoria, com o apoio de diversas frentes – e da tentativa catastrófica por parte do governo do estado de colocar o movimento grevista na ilegalidade – fora proposto um encontro de conciliação, mediado pelo Tribunal de Justiça Estadual, entre o(a)s representantes docentes da UESPI e o governo. Nessa feita, foi acordado entre ambas as partes o cumprimento, junto ao governo, de implementação das seguintes reivindicações: 1. a implantação das progressões e as mudanças de regime de trabalho referentes a outubro de 2018; 2. regularização das bolsas estudantis; 3. permissão para a universidade lançar edital de concurso para professor(a) provisório(a) a fim de atender as mais de 200 disciplinas descobertas; 4. lançamento de edital de monitoria para estudantes; 5. liberação de recursos financeiros para execução de obras emergenciais em todos os *campi*. Ficou acertada ainda uma reunião de negociação para o dia 7 de junho a fim de tratar das pautas não atendidas. A categoria saiu da greve no dia 15 de abril e continua mobilizada em torno das pautas que faltam ser atendidas.

As lutas específicas nas lutas gerais

As bandeiras de lutas e reivindicações nos estados e municípios para a política de educação superior caminham em direção à convergência de pautas, o que possibilita a construção de uma agenda unitária para o setor. Nessa direção, há que se apresentar a realidade do último período nas universidades estaduais e municipais para traçar a atualização do plano de lutas do setor.

Em Minas Gerais, o governo Romeu Zema Neto (Partido Novo), agrava a crise que já havia se instalado nas instituições públicas de ensino superior nos governos anteriores. A falta de conhecimento do novo governador com relação ao funcionamento da coisa pública, em especial das universidades, aliada à declarada inspiração no governo de extrema-direita do Planalto, já causam a pior crise já vista no Estado. Os provimentos do(a)s docentes e técnico(a)-administrativo(a)s continuam parcelados, o 13º salário foi dividido em 10 vezes, com parcelas iniciais de R\$ 200,00. O

auxílio-alimentação acertado na saída da greve vitoriosa de 2016, como forma de diminuir as perdas dos últimos anos, foi vinculado às novas metas de desempenho, que acabaram causando a redução dos salários do(a)s docentes da UNIMONTES no último período. Além disso, políticas de controle eletrônico do ponto (inédito entre docentes das universidades públicas no Brasil), assédio moral no ambiente laboral, corte nas bolsas estudantis para pesquisa e extensão, precarização das políticas recém-instauradas de assistência estudantil, e o corte de 10% do custeio das instituições, somado aos 20% na folha já debilitada de docentes, fecham o pacote de maldades implementado pelo governo Zema.

No Rio de Janeiro, além das políticas de contingenciamento, o governo genocida e de extrema-direita de Witzel centrou os ataques nas políticas de reparação e nas ações afirmativas das universidades estaduais cariocas. No ano em que as cotas raciais completam 15 anos de existência, reconhecidamente como um importante instrumento para reduzir a desigualdade social no Brasil por diversos institutos de pesquisa e especialistas, o governo do Rio de Janeiro propaga a ideologia discriminatória com base em uma narrativa de que tal ação de reparação tem caráter “segregacionista”.

Contrário à política de cotas, o deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL) protocolou um projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) com o objetivo de pôr fim à reserva de vagas para negro(a)s, pardo(a)s e indígenas em universidades públicas estaduais. A UNEB e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) entraram para história do Brasil como as primeiras universidades a implementarem as cotas raciais como política de democratização da universidade.

No Rio Grande do Norte, os cortes para a Universidade Estadual (UERN) retirou dos cofres da instituição mais de 18 milhões de reais destinados para o custeio e o capital. A resposta do governo de Fátima Bezerra foi a possibilidade de uma contrapartida no valor de R\$ 3,6 milhões a partir de emendas federais para amenizar o contingenciamento. Contudo, tal solução só contemplaria 20% do valor contingenciado. Essa política inviabiliza todas as ações de manutenção e de investimento para as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, assim como para as políticas de permanência e de assistência estudantil. O movimento docente sofre com os atrasos de salário que vêm desde o governo anterior, a categoria segue sem receber os meses de outubro, de novembro, de dezembro, além do 13º salário referente ao ano de 2018.

As universidades estaduais do Ceará – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA) e Universidade Regional do Cariri (URCA) – passam por uma grande crise, que tem comprometido seu funcionamento e os projetos de formação acadêmica. Dentre os pontos da pauta comum às três universidades e que mais comprometem essas instituições, destacamos o concurso público para professor(a) efetivo(a), as perdas salariais e o financiamento público para a composição dos recursos de custeio e capital.

O movimento grevista, entre 2013 e 2016, obteve importantes conquistas ao garantir a primeira etapa para o concurso de professor(a) efetivo(a), mas as outras três etapas do concurso, compromisso do governo Camilo Santana (PT), ainda não foram realizadas e o *déficit* atual é de, aproximadamente, 913 docentes para as estaduais do Ceará.

As perdas salariais acumuladas durante o governo Camilo somam 20,64% (2015 a 2018), que já representam a corrosão da primeira parcela do Plano de Carreira conquistado em 2008. Somados a isso, ao longo desse governo, foram perpetrados vários cortes de verbas nas universidades, e o secretário de Planejamento e Gestão do governo Camilo anunciou, em maio de 2019, que “Será um aperto grande”, e que as rubricas de pessoal e de custeio serão as mais afetadas, mesmo num cenário em que o quadro de arrecadação de impostos, no estado do Ceará, permanece superavitário.

No Mato Grosso do Sul, a situação de precarização se repete como em outros estados. A mídia já anunciava que o governo Azambuja (PSDB) poderia atrasar o pagamento dos salários.

Assim, o Fórum do(a)s servidore(a)s intensificou a luta junto à Assembleia Legislativa em que foi criada uma comissão de negociação salarial composta por deputado(a)s e representantes do Fórum, que segue na luta pela incorporação do abono (valor de R\$ 200,00 pago há dois anos) e por reposição de 4,78%. As perdas salariais da categoria já somam 18,44% (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), referente ao período 2013-2019. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), composta por 15 unidades, não recebe investimentos do governo federal há dois anos e, assim, segue com poucos recursos para concurso docente e política estudantil, o que tem levado a gestão central da universidade a buscar receita extra, via emendas parlamentares.

Na Universidade do Estado do Pará (UEPA), com o governo do MDB de Helder Barbalho, que propagou ao longo da campanha a política de priorizar a pasta da educação, o que se viu nos primeiros cinco meses de 2019 foi a ausência da propalada prioridade para a educação. O contingenciamento para a UEPA ocorre há mais de 10 anos e, nos últimos cinco anos, os recursos para custeio foram cortados em 14% ao ano, e em capital ficou na média de 63% por ano.

Junto ao contingenciamento, destaca-se a redução real das despesas com custeio e capital, no período 2014-2018, na faixa de 21% e 16%, respectivamente. Agregam-se a isso, os problemas para a progressão entre classes que obstrui o acesso de mais de 200 docentes às classes de Assistente e Adjunto, a limitada política de mudança de regime de trabalho para acesso ao Tempo Integral com Dedicção Exclusiva, e o arrocho salarial que, mesmo após várias reuniões com o novo governo do MDB, não garantiu a reposição salarial de 29%, que corresponde às perdas do período 2016-2019.

A realidade na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) caminha em trilhas análogas às demais universidades estaduais e municipais. Está posto, já para 2020, a redução em 10% do orçamento da UDESC, agravando o *déficit* salarial que se encontra defasado desde 2015. A luta da categoria, além da pauta econômica, centra-se na realização de concurso público para reduzir o elevado volume de docentes substituto(a)s e na valorização do ensino de graduação e pós-graduação.

A Universidade Municipal do Gurupi (Gurupi-TO), apesar de ser pública, mantém a cobrança de mensalidades. A realidade do quadro docente é de 36 professore(a)s efetivo(a)s e 120 contratado(a)s, em virtude disso, impulsionada pela Reforma Trabalhista, a reitoria passou a defender a contratação de professore(a)s sem ser pelos regimes de trabalho de 20 e 40 horas, na forma de contratação precária, o que configura o trabalho intermitente e contribuirá para aprofundar a precarização do trabalho docente. Além disso, na pauta de reivindicações de 2019, a categoria tem lutado pelas progressões e promoções, pela Dedicção Exclusiva e pela recomposição salarial.

IEES/IMES Resistem!

As Universidades Estaduais e Municipais, bem como outras instituições de ensino superior refletem as conquistas de pautas caras aos Movimentos Sociais nos últimos 20 anos. As políticas de contingenciamento e as declarações de governadore(a)s defendendo a cobrança de mensalidade nas IEES/IMES, os ataques à carreira docente, aos salários e aos direitos trabalhistas são parte de um projeto neoliberal que precisa ser denunciado e combatido permanentemente, independente do governo!

Se os ataques contra o setor das IEES/IMES marcam o ano de 2019, a resistência e a organização sindical representam um contraponto a essa conjuntura. O setor das Estaduais e das Municipais do ANDES-SN se fortaleceu nesse primeiro semestre com a vinculação da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (ADUNCISAL) ao Sindicato Nacional. A ADUNCISAL representa o(a)s docentes da UNCISAL, instituição estadual

criada em 1968. Na universidade, são ofertados os cursos de medicina, de enfermagem, de fisioterapia, de fonoaudiologia e de terapia ocupacional, além de cursos técnicos e tecnológicos.

Os ataques à educação pública e gratuita permanecem, mas a luta em sua defesa se intensifica! O 15 de Maio foi uma resposta aos governos federal, estaduais e municipais.

A população não tolerará as políticas de destruição da universidade pública, dos IF e dos CEFET, a juventude não permitirá que o projeto neoliberal avance, e o movimento docente resistirá na defesa da carreira e das instituições de ensino. Tendo em vista a nossa trajetória de luta, é fundamental não esquecermos o esforço do setor das IEES/IMES de construir uma luta unificada em defesa das universidades estaduais e municipais. O resultado disso foi a pauta unitária do setor aprovada no XV Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, realizado de 7 a 9 de setembro de 2017, em Mossoró (RN), e reafirmada no XVI Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, que ocorreu entre 21 e 23 de setembro de 2018, em Campos dos Goytacazes (RJ):

1. Defesa das IES públicas;
2. Recomposição salarial;
3. Desenvolver lutas contra os cortes nos orçamentos das IEES/IMES, demonstrando a importância dessas instituições para a educação, ciência e tecnologia nos âmbitos, estadual e municipal (Deliberação do 35º Congresso do ANDES-SN);
4. Direitos trabalhistas: garantia de promoções e progressões;
5. Defesa das DE enquanto regime de trabalho;
6. Contra a criminalização das lutas em defesa da educação pública;
7. Garantia da paridade, integralidade e do regime de DE nos vencimentos entre ativo(a)s e aposentado(a)s;
8. Defesa da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, além do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme artigo 207 da CF;
9. Pela garantia do regime único e integral da previdência pública.

A nossa luta contra a Reforma da Previdência do presidente Jair Bolsonaro é pela defesa das nossas vidas, diante do fim da previdência social e das políticas de assistência social, que coloca nossos direitos e sobrevivência em risco. Entretanto, nos estados já estamos sofrendo com as contrarreformas da Previdência e o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14% em várias unidades da federação.

A nossa luta contra a Reforma da Previdência do presidente Jair Bolsonaro, que coloca nossos direitos e sobrevivência em risco, é, ao mesmo tempo, a luta pela defesa das nossas vidas, da previdência social e das políticas de assistência social. Entretanto, nos estados já estamos sofrendo com as contrarreformas da Previdência e o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14% em várias unidades da federação.

Além dos ataques à previdência pública, os enfrentamentos contra os impedimentos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o pagamento de pessoal são constantes nos processos de mobilizações e greves nos estados e nos municípios. Trata-se de uma pauta que necessita de maior aprofundamento para qualificar a nossa intervenção nas mesas de negociações.

Agrega-se ao movimento de resistência do Setor das IEES/IMES a pauta do financiamento para as universidades estaduais e municipais. A maioria dos estados mantém o percentual de 25% das Receitas Líquidas de Impostos (RLI) para o financiamento da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), de modo que as universidades têm a sua principal fonte de recursos oriunda da

mesma fonte destinada ao financiamento da educação básica. Torna-se necessário manter ou iniciar a luta pela ampliação dos recursos destinados ao financiamento da educação superior nos estados e nos municípios.

Ainda no campo do financiamento, contribuí para a redução da arrecadação de impostos nos estados e nos municípios o volume de isenções fiscais ao setor privado e o processo de endividamento dos estados e dos municípios junto a União, o qual já foi denunciado pela Auditoria Cidadã da Dívida, que evidencia que vários estados e municípios já pagaram suas dívidas e permanecem endividados, e apresenta ressalvas à previsão de legislações específicas que rebatem na arrecadação de impostos dos estados, a exemplo da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/96).

Especificamente sobre a desoneração provocada por força da Lei Kandir, as perdas líquidas na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos exportados para os estados, no período de 1996 a 2006, correspondeu a R\$ 548 bilhões. Os estados que acumulam as maiores perdas estão entre os que possuem redes de universidades estaduais, como São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Pará.

É importante registrar, no campo da construção unitária do setor das IEES/IMES, a realização da Semana de Lutas do Setor, organizada pelo ANDES-SN, com início em 2016, a partir da deliberação 35º Congresso. O período é escolhido com base no calendário em que, geralmente, as Assembleias Legislativas votam suas Leis Orçamentárias Anuais, configurando-se como um momento central no processo de mobilização da categoria na disputa pela ampliação do financiamento para as universidades estaduais e municipais. Em 2019, a Semana de Lutas Unificada das IEES/IMES ocorreu no período de 20 a 24 de maio, com o eixo “Em defesa do financiamento público para as IEES/IMES” e contou com atividades em diversas universidades do setor.

Estamos resistindo ao recrudescimento do conservadorismo dentro das IEES/IMES. Em 2018, o setor construiu e participou do Dia Nacional contra o Assédio Moral e Sexual e do Dia de Combate ao Racismo. A partir da resolução congressual no 38º Congresso, estamos construindo o Dia de Combate a LGBTTfobia nas IEES/IMES, em 28 de junho. Essas ações nos colocam na defesa da diversidade e da formulação do pensamento crítico e na luta contra as opressões que adoecem docentes, estudantes e técnico(a)s-administrativo(a)s.

Fruto dessa agenda é a luta pela efetivação da Lei nº 12.990/14 nos concursos públicos, pois a lei federal tem limitações quanto à sua repercussão nos concursos estaduais e municipais. Diante disso, faz-se necessário ampliar o debate acerca da implementação da lei de cotas raciais nas IEES/IMES e, assim, garantir a democratização da universidade e avançar sobre a realidade posta, conforme têm indicado os dados do INEP, os quais apontam que nossas universidades ainda são, hegemonicamente, compostas por branco(a)s, em relação ao número de docentes.

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 38º CONGRESSO delibera

- 1. Reafirmar a luta em defesa da inclusão da dedicação exclusiva como parte integrante da carreira.*
- 2. Lutar pela implantação de plano de carreira nas IES quando não houver, e onde houver barrar qualquer ataque, que se contraponha ao plano de carreira docente.*
- 3. Realizar a semana de lutas unificada do setor das IEES/IMES, de 20 a 24 de maio de 2019, dando visibilidade ao papel das IEES-IMES na política de interiorização e expansão do ensino superior público nos Estados, preferencialmente na modalidade presencial, na defesa do(a)s servidore(a)s e do serviço público como investimentos social e reivindicando a ampliação dos fundos e mecanismos públicos de financiamento do setor, em consonância com a garantia da qualidade e gratuidade.*
- 4. Pautar audiências públicas nos Estados e municípios para denunciar o desmonte das IEES-IMES, revogar as emendas constitucionais que desmantelam os sistemas previdenciários estaduais e/ou municipais e os projetos que limitam o teto*

de gastos com as universidades, a autonomia e gestão democrática, as condições de trabalho e estudo, os impactos do marco de ciência e tecnologia na educação pública e o ataque aos direitos do(a)s servidore(a)s.

5. Reafirmar a cobrança à Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) de audiência para tratar sobre as posições frente aos ataques perpetrados pelos governos estaduais e municipais às IEES-IMES.

6. Realizar, no segundo semestre de 2019, o XVIIº Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES, com tema e data a serem definidos na reunião preparatória do setor.

7. Lutar para que a contratação de professore(a)s substituto(a)s se atenha a situações de excepcionalidade para suprir a falta de docentes, por prazo determinado, e seus editais de seleção assegurem a equiparação salarial de acordo com os vencimentos do(a)s professore(a)s efetivo(a)s.

8. Que o setor das IEES/IMES realize, no segundo semestre de 2019, em conjunto com o setor das IFES, o GT Carreira e o GTPE, o Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira EBTT e Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

9. Que os setores das IEES/IMES e IFES construam com o GTPCEGDS, o Dia Internacional do Orgulho LGBTT (28 de junho), como uma data de luta nacional do ANDES-SN contra a LGBTTfobia.

10. Realizar o Dia Nacional de Lutas contra o assédio moral e sexual nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior (IFES, IEES, IMES).

11. Realizar, em novembro de 2019, Dia Nacional de Lutas nas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior (IFES, IEES, IMES) contra o racismo.

12. Realizar estudos em conjunto com o GT Carreira sobre a Lei de Recuperação Fiscal, no sentido dos gatilhos de ataque à carreira e aos salários, num contraponto à Lei de Responsabilidade Fiscal (sistema de dívida pública) como estratégia de denúncia.

13. Que o ANDES-SN em articulação com as entidades da educação nacional, FASUBRA, SINASEFE, UNE, ANPG, UBES, FENET, CNTE centrais sindicais e movimentos sociais, realize uma Jornada de Lutas no mês de março, com destaque para as seguintes datas: dia 8 de março com paralisação (Dia Internacional da Mulher); 14 de março (Dia nacional de luta contra a criminalização dos movimentos e dos lutadores sociais - 1 ano de assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes) e 28 de março (Dia nacional em defesa da Educação Pública - dia do assassinato do estudante Edson Luís).

Recomendação: Compatibilizar essa agenda com ações aprovadas no plano geral de lutas para o mês de março de 2019.

TR – 16

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Debater no setor das IEES/IMES a efetivação da Lei nº 12.990/14 que regula a reserva de vagas nos concursos públicos para negro(a)s, no âmbito dos estados e dos municípios.

2. Lutar contra a Reforma da Previdência e pela revogação das previdências complementares nos Estados.

3. Fazer um estudo, em conjunto com a Auditoria Cidadã da Dívida, sobre o endividamento dos Estados com a União.

4. Realizar XVII Encontro Nacional do setor das IEES/IMES no segundo semestre de 2019.

5. Para o Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, a participação das seções sindicais adimplentes com a Tesouraria Nacional que tenham até duzentos(a)s sindicalizado(a)s será garantido o financiamento com recursos do Caixa Nacional, obedecendo aos seguintes critérios:

5.1. A Diretoria do ANDES-SN convocará as seções sindicais do setor, com até duzentos(a)s sindicalizado(a)s, após a convocação do Encontro Nacional do Setor, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, admitindo-se a convocação em prazo menor somente em situações excepcionais.

5.2. A circular de convocação deverá explicitar:

5.2.1. o prazo limite, nunca inferior a 24 horas, para manifestação das seções sindicais do setor, por correio eletrônico dirigido à secretaria do ANDES-SN;

5.2.2. que o(a) representante da seção sindical deverá permanecer por todo o período do Encontro Nacional do Setor

5.3. Autorizar a Coordenação do Setor das IEES/IMES analisar os casos específicos das seções sindicais que não se enquadrarem nos critérios aqui definidos, a partir de justificativa expressa.

TEXTOS 17

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

O primeiro semestre de 2019 foi marcado por grandes ataques do presidente Jair Bolsonaro às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como já havíamos previsto no 38º Congresso do ANDES-SN, quando, na oportunidade, a análise da conjuntura e os textos de apoio em vários temas apontavam para as dificuldades que a categoria enfrentaria, frente a um governo de extrema-direita. A reação da categoria docente foi denunciar e realizar ações unitárias para contrapor-se às medidas que aprofundam o desmonte das instituições federais, tendo em vista isso ser uma continuidade dos retrocessos que a classe trabalhadora vem sofrendo por ações dos governos anteriores. A Emenda Constitucional (EC) 95/2016, por exemplo, aprovada pelo governo Temer, permite que o governo federal de extrema-direita possa ameaçar a existência das próprias instituições públicas e a vida da população mais vulnerável do país. No 64º CONAD, é importante atualizar a análise das medidas governamentais e seus impactos para o Setor das IFES, bem como avaliar a suficiência das lutas e dos enfrentamentos realizados.

PEC 06/2019 – Reforma da Previdência: a “Nova Previdência”

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019 que trata da Reforma da Previdência apresentada pelo governo Jair Bolsonaro à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, em 20/2/2019, representa o fim da previdência pública, universal e solidária, a qual beneficia mais de 100 milhões de brasileiro(a)s, e a sua substituição pelo regime de capitalização individual, que garantirá lucros exorbitantes aos bancos – os únicos a se beneficiarem com a administração do regime de capitalização, por meio de aplicações financeiras de alto risco. Para o(a)s trabalhadore(a)s, o regime de capitalização exige uma contribuição definida, mas sem garantia de recebimento de qualquer benefício, ou seja, tem-se uma proposta que desconstitucionaliza a seguridade social, em suas três políticas – assistência social, saúde e previdência – e que não pode nem ser chamada de “previdência”.

A PEC 06/2019 segue o modelo de capitalização indicado pelo Banco Central dos Bancos Centrais (BIS), que já foi implementado, desde o início da década de 1980, em trinta países, desenvolvidos e em desenvolvimento, e a maioria deles (18) já voltou atrás, conforme constata um

estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), disponível em: < <https://www.diap.org.br/images/stories/oit-resumo-estudo-capitalizacao.pdf> >.

Há uma série de estudos da Auditoria Cidadã da Dívida (<https://auditoriacidadada.org.br>) que explicitam os danos dessa PEC, resumidos a seguir: a) danos às contas públicas (a contribuição previdenciária que atualmente é paga pelo(a)s empregado(a)s deixará de chegar às contas públicas, o que afetará o pagamento do(a)s atuais contribuintes da ativa e o(a)s aposentado(a)s); b) custo da transição para o modelo de capitalização; c) o fim da solidariedade intergeracional; d) insustentabilidade (a arrecadação do INSS que compõe as receitas da Seguridade Social cessará); e) desconstitucionalização das regras gerais para futuro(a)s servidore(a)s e segurado(a)s do INSS, pois prevê que tais regras serão definidas em Lei Complementar; f) adiamento da aposentadoria (idade de 65 anos para homens e 62 anos para as mulheres); g) aumento da exigência de mais tempo de contribuição (que pode chegar a 40 anos); h) aumento da contribuição previdenciária (há previsões de gatilhos); i) fim das aposentadorias especiais (professore(a)s, bombeiro(a)s civis, vigilantes, etc.); j) redução para R\$ 400,00 no Benefício de Prestação Continuada (BPC) do(a)s idoso(a)s na faixa etária de 60 a 69 anos, com o pagamento de um salário-mínimo somente na idade de 70 anos; l) fim do abono salarial para quem ganha mais de um salário-mínimo mensal; m) redução da aposentadoria por incapacidade permanente para 60%; n) redução do valor da pensão por morte para 60%; o) redução de até 80% no caso de benefícios acumulados, dentre outras regras danosas à(o) trabalhador(a) urbano e rural.

Desde que a PEC 06/2019, que “*modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências*”, foi apresentada pelo Poder Executivo Federal, em 20/2/2019, o ANDES-SN passou a impulsionar, nacionalmente, a luta para impedir a aprovação dessa proposta. Na condição de uma das entidades integrantes, o Sindicato Nacional participou do lançamento do *Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas*, em 19 de fevereiro de 2019, e do ato das centrais denominado *Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora Contra a Reforma da Previdência*, em 20/2/2019, ambos em São Paulo; e integrou a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que foi relançada na Câmara dos Deputados em 20/3/2019. No âmbito dos estados, encaminhou as deliberações do 38º Congresso do ANDES-SN, envidando todos os esforços para orientar que as seções sindicais do sindicato realizassem atos nos aeroportos, semanalmente, para pressionar o(a)s parlamentares a rejeitarem a PEC 06; aderissem à campanha nacional de abaixo-assinado proposta pelas centrais sindicais para exigir da Câmara dos Deputados o arquivamento da PEC 06/2019 da Reforma da Previdência; divulgassem a cartilha das centrais sindicais contra a Reforma da Previdência; estimulassem a realização de atos nos estados, sobretudo no período de votação da constitucionalidade dessa PEC, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ); recomendou, ainda, a realização de rodadas de Assembleias Gerais (AG) para deliberar sobre a paralisação de um dia entre 24 e 26/4, acompanhando a data proposta pela educação básica a fim de lutar contra a reforma da previdência. Ainda, o mais importante, o ANDES-SN está empenhado com as centrais sindicais na construção da Greve Geral, em 14 de junho de 2019.

Em Brasília (DF), desde o início da tramitação da PEC 06/2019, na CCJ, a Comissão Nacional de Mobilização do ANDES-SN (CNM), que foi convocada em março, abril e maio/2019, tem se mantido atuante junto à Câmara dos Deputados fazendo contatos e visitas aos gabinetes do(a)s parlamentares, distribuindo a Carta do ANDES-SN e materiais contra a contrarreforma da previdência, e conversando com o(a)s assessore(a)s parlamentares sobre a posição do Sindicato Nacional e do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE), além de participar das manifestações do(a)s trabalhadore(a)s de diversas entidades sindicais que se manifestaram em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados, bem como ter-participado da Frente contra a PEC da Previdência, na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Uma outra ação

desenvolvida semanalmente pelo(a)s representantes da CNM é o engajamento nas atividades de recepção do(a)s parlamentares junto a outras entidades sindicais, no aeroporto de Brasília.

MP 873/2019: Ataque aos sindicatos para impedir a mobilização e a atuação sindical

Os sindicatos foram alvos do ataque do governo Jair Bolsonaro, com a edição da Medida Provisória (MP) 873/2019, editada em 1º de março, que altera a forma de arrecadação da mensalidade sindical, proibindo os descontos por consignação e instituindo o desconto sindical via boleto bancário, com exigência de autorização expressa e individual do(a) professor(a) para que o boleto (ou forma eletrônica equivalente) possa ser encaminhando à residência do(a)s sindicalizado(a)s. Imediatamente, o FONASEFE lançou uma nota pública repudiando a MP 873 e denunciando que essa medida fere a autonomia e a liberdade sindical. Além disso, visa enfraquecer a atuação imprescindível dos sindicatos, em uma conjuntura de retirada de direitos trabalhistas e sociais, na qual a Reforma da Previdência é uma das propostas centrais do poder executivo.

O ANDES-SN, juntamente ao FONASEFE, também participou da construção da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, posteriormente, entrou como *amicus curiae*, além de ações de pressão política para que a MP 873 não se transforme em lei. No âmbito interno, orientou que as seções sindicais entrassem com ação jurídica em primeira instância contra a MP 873/2019, nos estados, buscando liminar que garantisse o desconto da mensalidade sindical do(a)s filiado(a)s, na folha de pagamento; sugeriu ações políticas locais de pressão junto à(o)s parlamentares federais, nos estados, para que se posicionem contra a conversão em Lei da MP 873/2019; e sugeriu, no âmbito administrativo, às seções sindicais possibilidades de alteração da forma de arrecadação, bem como orientou sobre os procedimentos junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), fazendo, até mesmo, o encaminhamento das liminares a esse órgão. Atualmente, o Sindicato Nacional segue acompanhando o resultado das ações em primeira instância, o trâmite dessa MP na Câmara dos Deputados e os impactos orçamentários à atuação política das suas seções sindicais.

O ANDES-SN foi muito ágil para enfrentar a MP 873, mas também observou que houve algumas resistências por parte do setor jurídico de algumas seções sindicais. Isso levou a diretoria do sindicato a acompanhar mais diretamente alguns casos para dar celeridade ao ingresso de ação judicial nos estados.

Na tramitação, no Congresso Nacional, existem 513 emendas à MP 873/2019. Algumas delas se opõem totalmente a essa medida, outras trazem um posicionamento parcialmente contrário e outras apresentam mudanças que permitem o desconto em folha, havendo, ainda, as que apresentam conteúdo que busca adequação à Reforma Trabalhista. A vigência da MP 873 vai até 28/6/19, e até o momento a Comissão Mista não designou nem presidente e nem relator, o que pode fazer com que a referida MP perca a validade, mas não se pode esquecer a possibilidade de que o poder executivo apresente um Projeto de Lei (PL) com a mesma finalidade dessa MP.

Os impactos financeiros imediatos da MP 873, nas seções sindicais e no caixa nacional do ANDES-SN, foram debatidos em reuniões conjuntas com os setores das IFES e das IEES-IMES. Em uma delas foi sugerido, em caráter emergencial, a suspensão dos encontros regionais, reuniões de grupos de trabalho (GT), seminários e atividades que ainda não tinham sido convocadas para o primeiro semestre de 2019, como também o redimensionamento dessas ações para o segundo semestre do corrente ano. Foi avaliado que a prioridade do primeiro semestre era garantir a luta para barrar a contrarreforma da previdência, direcionando os esforços políticos e gastos financeiros do período a esse propósito.

Decretos e cortes no orçamento: ataques à autonomia e à manutenção das IFES

O governo federal também editou decretos que impactaram diretamente nas universidades federais, como o Decreto nº 9.754/2019, que extinguiu cargos efetivos vagos e que viessem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e o Decreto nº 9.725/2019, que tratou da extinção de milhares de cargos na administração pública federal, com a eliminação imediata de mais de duas mil vagas em funções gratificadas ou comissionadas, no âmbito da educação superior, além de acabar com todas as funções gratificadas de cinco universidades federais. Esses decretos além de ilegais e inconstitucionais podem agravar a precarização das IFES no país.

Dois meses depois, o governo editou o Decreto nº 9.794/19, em 14 de maio, que dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do presidente Jair Bolsonaro e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (SINC) no âmbito da administração pública federal. Esse último decreto é ilegal e inconstitucional, pois fere diretamente a autonomia universitária permitindo a interferência da presidência da República e do Ministério da Educação nas nomeações das IFES. O ANDES-SN tem acompanhando política e juridicamente a edição desses decretos e medidas provisórias, sempre na defesa intransigente das IFES e dos serviços públicos em geral.

A edição desses decretos ainda não resultava em força suficiente para expandir a mobilização da categoria contra as medidas governamentais, mesmo com manifestações como a de 8 de março e a de 1º de maio. Mas os cortes na educação ascenderam, com mais força, a categoria docente, os técnicos-administrativos em educação e a juventude para lutar na defesa da universidade pública. É certo dizer que as instituições federais já vinham sofrendo com cortes na educação em outros governos. A tabela a seguir mostra o tamanho das reduções.

TABELA 1 – Execução das despesas liquidadas nas universidades federais, de 2013 a 2018, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro de 2019

Ano	Total (R\$)	Δ (%) anual	Pessoal e Encargos Sociais (R\$)	Δ (%) anual	Outras Despesas Correntes (R\$)	Δ (%) anual	Investimentos (R\$)	Δ (%) anual
2013	46.238.776.101	-	34.013.888.722	-	8.908.143.454	-	3.283.006.667	-
2014	47.249.750.057	2,2	36.265.286.237	6,6	8.380.447.403	-5,9	2.584.892.857	-21,3
2015	49.579.220.577	4,9	36.836.869.010	1,6	9.212.762.655	9,9	3.505.150.259	35,6
2016	44.981.629.625	-9,3	36.839.737.400	0,0	7.387.896.102	-19,8	585.719.815	-83,3
2017	47.347.186.817	5,3	40.127.174.307	8,9	6.865.381.133	-7,1	354.041.899	-39,6
2018	47.712.267.071	0,8	40.653.394.307	1,3	6.806.863.676	-0,9	247.425.384	-30,1
$\frac{\Delta\%}{13-18}$	3,2	-	19,5	-	-23,6	-	-92,5	-

Fonte: Banco de dados da Câmara dos Deputados Federais (2013-2018).

O ANDES-SN sempre manteve a luta contra os cortes e a defesa dos direitos do(a)s trabalhadore(a)s. Em 2015, o sindicato deflagrou uma das maiores greves da sua história por entender que além das questões do desmonte da carreira docente, estava em curso o desmonte das instituições federais em favor do crescimento do setor privado da educação. Mas é a partir de janeiro, data da posse do presidente Jair Bolsonaro, que o setor da educação federal vem sofrendo uma quantidade de cortes com índices superiores aos últimos cinco anos. Ainda sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) com o Ministro Vélez, o governo cortou recursos cujos percentuais

variaram entre as universidades, mas foi em maio que ele anunciou a maior redução, com o nome de “contingenciamento”, com valores que chegam a 5,7 bilhões de reais. Segundo reitor(a)s das universidades, os cortes chegam até 54%, comprometendo o funcionamento das instituições públicas.

Esse anúncio foi recebido pela comunidade acadêmica e pela juventude como um atentado contra o direito à educação dos que estão estudando, a inviabilidade de novos ingressos, além de afetar tanto a reposição de docentes e técnico(a)s, quanto os projetos de pesquisa e extensão existentes. Esses cortes representam o fechamento das universidades públicas, tendo em vista que as incidências sobre as verbas de capital e os custeios implicarão no funcionamento das instituições como um todo. As restrições em custeio, por exemplo, não garantirão o funcionamento mínimo, como energia elétrica, pessoal terceirizado (limpeza, vigilância, técnico(a)s-administrativo(a)s, técnico(a)s de laboratórios, dentre outros) e restaurantes universitários. Sob a iminência da inviabilidade de funcionamento das universidades, o ANDES-SN e as entidades da educação convocaram um dia de greve nacional (15/5). O(A)s estudantes, docentes e trabalhadore(a)s da educação foram às ruas massivamente para exigir a suspensão imediata dos cortes. Tal ação foi interpretada pelo governo de extrema-direita como despropositada e o mesmo adjetivou o(a)s estudantes como “idiotas úteis”, demonstrando um total desrespeito à juventude e aos interesses da sociedade, a qual luta por acesso e pela qualidade da educação pública brasileira.

As estratégias de resistência e luta do ANDES-SN

A unificação da luta tem sido um grande desafio para garantir direitos. No ANDES-SN, essa unificação se materializa tanto por meio de ações protagonizadas ou apoiadas pelo próprio sindicato, mas também por fóruns que aglutinam interesses comuns, no combate às ações governamentais para garantir direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras, principalmente, do serviço público. O FONASEFE, por exemplo, tem sido esse espaço de construção, além do Fórum Sindical, Popular e de Juventude por Direitos e Liberdades Democráticas.

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE)

Desde o início de 2019, o FONASEFE realizou diversas ações: 1) reunião ampliada, em 17 de fevereiro, que objetivou planejar ações conjuntas para frear a contrarreforma da previdência (“nova previdência social”) e planejar as ações para o primeiro semestre de 2019, atentando-se aos seguintes objetivos: a) fazer a avaliação da conjuntura, analisando os aspectos políticos e econômicos do governo federal de extrema direita, seus impactos nas mudanças do estado brasileiro, buscando unidade de ação e estratégias de enfrentamento e de luta; b) discutir e debater a pauta da campanha salarial 2019, adequando-a à nova realidade, bem como estabelecer um calendário de luta em defesa do(a)s servidore(a)s e dos serviços públicos; 2) participação e construção do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, lançado em 19/2; 3) participação na Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, que ocorreu dia 20/2/2019. Na referida reunião do FONASEFE com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), as entidades presentes se comprometeram a acompanhar e a participar das ações do calendário de lutas das centrais sindicais, sendo elas: Dia Internacional das Mulheres (8/3); Integração e construção dos atos unitários, manifestações, mobilizações, paralisações que ocorressem nestas datas: a) 14/3: 1 ano da morte de Marielle e Anderson; b) 21/3: Dia mundial instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) para eliminação do preconceito racial; c) 28/3: Dia Nacional em Defesa da Educação Pública (*in memoriam* do assassinato do estudante Edson Luiz pela ditadura militar); d) 1º de maio: Dia Internacional do Trabalhador; e) 13 de maio: Dia Nacional de Denúncia do Racismo; f) 13 de

junho: data do julgamento da data-base do funcionalismo no Supremo Tribunal Federal (STF). O FONASEFE e o FONACATE devem elaborar campanha específica sobre a reivindicação da data-base; g) 25/07: Dia Internacional da Mulher Negra Latina Americana e Caribenha.

Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas

Quanto ao Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, que reúne entidades, movimentos e organizações políticas da cidade e do campo, o ANDES-SN ajudou a elaborar o manifesto do Fórum, como uma das entidades integrantes. Nesse manifesto, estão explicitados os objetivos do Fórum; os eixos de atuação; o chamamento à Greve Geral para barrar a proposta de contrarreforma da previdência; a necessidade de a classe trabalhadora enfrentar os ataques contra as conquistas sociais e trabalhistas obtidas ao longo de várias gerações; e enfrentar o recrudescimento do conservadorismo nos costumes e na vida cotidiana. Os eixos de atuação do Fórum são: defesa dos direitos trabalhistas e contra o fim do Ministério do Trabalho; defesa da previdência pública e universal; luta contra a Reforma da Previdência; defesa da educação e da saúde públicas, gratuitas e de qualidade; defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito às diversidades sexuais; defesa das liberdades democráticas; defesa de reforma urbana e agrária; contra a criminalização dos movimentos sociais; pela revogação da EC 95; defesa do emprego, salário e moradia; defesa do setor público estatal e contra as privatizações; pela liberdade de ensinar e de aprender; e defesa da autonomia das instituições de ensino públicas.

Com o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, espera-se avançar na construção da mais ampla unidade da classe trabalhadora e de todas as suas organizações, por meio de ações unitárias e articuladas. Nas reuniões nacionais do Fórum, até o momento, os debates aconteceram em torno da construção da greve da educação, em 15 de maio, e da Greve Geral, em 14 de junho, além de buscar estratégias para construir o Fórum nos estados. É necessário que as secretarias regionais e as seções sindicais do ANDES-SN envidem esforços para criar, concretizar e consolidar o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, nos estados, sendo que Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Amazonas, Ceará, Piauí, Tocantins e Rio Grande do Sul já o fizeram. O ANDES-SN tem encaminhado, via Circulares nº 64/19, de 8/3/2019, e nº 88/19, de 18/3/2019, o manifesto e as ações do fórum. O manifesto também está disponível em: < http://www.andes.org.br/diretorios/files/manifesto_forum_F03.pdf >.

A avaliação é que as estratégias de luta devem ser intensificadas, tendo em vista que toda semana há medidas que atentam cotidianamente contra nossos direitos. Em 23 de maio de 2019, foi publicada a Portaria nº 240 que “dispõe sobre os procedimentos e os requisitos gerais para a transferência dos serviços de concessão, de pagamento e de manutenção de aposentadorias e de pensões do Regime Próprio de Previdência Social dos órgãos da Administração Pública Federal direta para o Ministério da Economia” (<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-240-de-23-de-maio-de-2019-130792119>), e representa uma estratégia do poder executivo federal de subordinar os direitos previdenciários à política econômica do atual governo de extrema-direita. Se concretizada, essa política representa um risco para a manutenção e a garantia dos benefícios do(a)s aposentado(a)s que passarão a ser tratado(a)s de forma centralizada pelo Ministério da Economia, uma iniciativa que está longe de ser meramente administrativa e trará graves consequências políticas.

Outras ações de resistência realizadas

Além da construção dos espaços coletivos, destacam-se as diferentes ações de resistência realizadas nas jornadas de luta no primeiro semestre de 2019:

8/3 – Em consonância com movimentos sociais de diferentes países, o ANDES-SN aderiu às manifestações de rua referentes ao dia internacional da mulher (8M), enfatizando a necessidade de se combater o machismo, a desigualdade de gênero, o feminicídio e os ataques aos direitos das mulheres.

14/3 – Fortes manifestações de rua, em todo o Brasil, e em diversos países, lembraram um ano da execução da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, no Rio de Janeiro. Marielle, ativista pelos direitos humanos, tornou-se um símbolo da luta contra a opressão das populações nas favelas, das mulheres negras e do(a)s LGBT. Anderson também é um símbolo da crise de segurança e violência. As manifestações cobraram justiça por Marielle e Anderson.

22/3 – Data convocada de forma unitária pelas centrais sindicais, como o primeiro dia nacional de luta e paralisação contra a Reforma da Previdência apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro. Os atos de rua, protestos e panfletagens foram considerados vitoriosos pelo(a)s sindicalistas. Um dos resultados foi a definição de uma jornada de lutas unificadas, pelas centrais sindicais, para defender a previdência social pública, universal e solidária, tendo como foco construir a Greve Geral, em 14/6, para barrar a PEC 06/2019. Os atos também estimularam o relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, no Congresso Nacional, em 20/3, que reúne mais de uma centena de sindicatos, associações, federações e centrais sindicais, até mesmo o ANDES-SN, e dezenas de parlamentares (deputado(a)s federais e senadore(a)s).

28/3 – Durante o dia, em várias cidades, foram realizados cafés da manhã, panfletagens, aulas públicas e outras ações de diálogo com a população, para lembrar o Dia Nacional de Lutas dos Estudantes Brasileiros, tendo a data sido incorporada ao calendário de luta do(a)s docentes como Dia Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra a Reforma da Previdência. A data é histórica para o movimento estudantil secundarista, é um dia de luta por mais qualidade nos restaurantes universitários, nas bibliotecas e nos laboratórios, por mais investimentos na educação, por ampliação dos programas de assistência estudantil e em homenagem ao estudante secundarista Edson Luís, assassinado por policiais militares, em 1968, no Rio de Janeiro, durante a Ditadura Empresarial-Militar. Naquela ocasião, mais de 300 estudantes protestavam contra o preço e a qualidade da comida no restaurante estudantil Calabouço.

2/4 – Primeiro dia da jornada de lutas unificadas das centrais sindicais, em que foi lançado o Abaixo-Assinado Nacional contra a Reforma da Previdência, divulgada a calculadora do DIEESE e distribuída uma cartilha explicativa, a qual está disponível em: <https://ncst.org.br/images_news/files/web-cartilha-contr-a-reforma-da-previdencia.pdf>. O objetivo do abaixo-assinado é intensificar a campanha junto à população para explicar como a PEC 06/2019 significa o fim do direito à aposentadoria e alertar para outros ataques, como ao BPC, PIS/PASEP, pensão por morte, entre outros, e para pressionar pela não aprovação da Reforma da Previdência.

9/4 – Dia de ações unificadas das centrais sindicais, no aeroporto de Brasília, para pressionar deputado(a)s e senadore(a)s a votarem contra a PEC 06/2019 e também reforçar a necessidade de pressionar, de forma permanente, o(a)s parlamentares no Congresso Nacional e em suas bases.

24/4 – Em abril, o ANDES-SN apoiou também a 15ª Edição do Acampamento Terra Livre (ATL), ocorrido em Brasília (DF), de 24 a 26 de abril de 2019. O ATL é o maior encontro dos povos indígenas do Brasil, reúne lideranças indígenas nacionais e internacionais, a fim de trocarem experiências culturais e articularem a luta pela garantia dos direitos constitucionais do(a)s indígenas, tais como a demarcação dos territórios, o acesso à saúde e à educação e a participação social indígena. O Acampamento normalmente era levantado na Esplanada dos Ministérios, mas, em 2019, as delegações indígenas foram forçadas a deixarem a Esplanada e se dirigirem à Praça dos Ipês, ao lado do Teatro Nacional, devido à pressão da Polícia Militar do Distrito Federal e à autorização do governo federal, via Ministério da Justiça e Segurança Pública, para ser usada a Força Nacional, na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes, durante o ATL. O ATL 2019 reuniu aproximadamente quatro mil indígenas de mais de 170 povos.

1º/5 – Em conformidade com as manifestações da classe trabalhadora, ocorridas em vários países, o ANDES-SN participou das ações unificadas do Dia Internacional do(a) Trabalhador(a), que, no Brasil, teve como pauta principal de luta a Reforma da Previdência e o desemprego, além de reforçar o chamamento para a Greve Geral, em 14 de junho. Milhões de trabalhadore(a)s, no mundo todo, saíram às ruas para protestar contra governos militares, ditatoriais, privatizações, assassinato de trabalhadore(a)s, ataques às conquistas sociais, aos direitos trabalhistas, aos direitos humanos, dentre outros.

15/5 – Reagindo aos ataques dos governos federal, estaduais e municipais à educação pública, à ciência e tecnologia, à liberdade de ensinar e aprender e à previdência pública, professore(a)s, o(a)s técnico(a)-administrativo(a)s em educação e o(a)s estudantes realizaram um dia de greve nacional da educação, em 15/5/2019, com expressivo apoio de segmentos da sociedade, de outras categorias de trabalhadore(a)s e ampla cobertura pelos veículos de comunicação. A data havia sido definida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), sendo incorporada ao calendário de lutas aprovado no III Encontro Nacional de Educação (ENE) e, posteriormente, teve apoio das centrais sindicais. O ANDES-SN convocou sua base para aderir a essa greve e ajudar na organização das manifestações, nos diferentes estados, de forma unificada ou articulada com outras entidades e movimentos sociais. O resultado superou as expectativas, com mais de um milhão de pessoas ocupando as ruas do Brasil.

Diante do exposto, consideramos que a defesa da política de seguridade social, com foco na previdência pública, universal e solidária e, ainda, a defesa da educação superior pública são os focos prioritários de luta, na atualidade, contra o governo de extrema-direita. Os embates necessitam de unificação e de ocupação das ruas.

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 38º CONGRESSO delibera

A - NO ÂMBITO DOS SPF

1. *Mobilizar a categoria, com o(a)s demais servidore(a)s público(a)s, para dar continuidade à luta contra os ataques à(o)s servidore(a)s e serviços públicos.*

2. *Fortalecer a unidade da classe trabalhadora, por meio da participação no Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas para intensificar a luta pela revogação da Emenda Constitucional 95, da contrarreforma trabalhista, da terceirização, contra a reforma da previdência e defender a livre expressão, organização*

e manifestação do(a)s trabalhadore(a)s, os serviços e o(a)s servidore(a)s público(a)s e em especial a educação pública, gratuita, socialmente referenciada e laica.

3. Intensificar a luta contra a contrarreforma da previdência, estimulando e fortalecendo as articulações com os sindicatos de outras categorias, entidades e movimentos sociais, buscando estrategicamente formas de dialogar e contemplar os setores que estão na informalidade e com o(a)s desempregado(a)s, propondo a construção da Greve Geral como forma de enfrentamento para barrar a contrarreforma da Previdência.

4. Construir a Campanha unificada dos SPF de 2019 de forma articulada com o FONASEFE e a CNESF, a partir da definição dos eixos organizativos da pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos SPF.

5. Que o ANDES-SN construa junto com o FONASEFE um índice percentual de reivindicação de perdas salariais para o funcionalismo público federal.

B. NO ÂMBITO DAS IFES

1. Dar continuidade à articulação das entidades de educação, SINASEFE, FASUBRA, ANPG, UNE, FENET, UBES, dentre outras, em defesa da autonomia universitária, da carreira docente e das liberdades democráticas.

2. Protocolar a pauta de reivindicações do setor da IFES no MEC e do Ministério da Economia tomando como referência a pauta de 2018 a ser atualizada na próxima reunião do setor das IFES.

3. Indicar que as seções sindicais e a comunicação do ANDES-SN invistam em estratégias de comunicação em defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

4. Que as seções sindicais, com o apoio da Comissão de Enfrentamento à perseguição e à criminalização a docentes, intensifiquem suas ações de defesa e solidariedade a docentes criminalizado(a)s.

5. Realizar no segundo semestre de 2019, em conjunto com o Setor IEES/IMES e GT-Carreira e GTPE, Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira EBTT e Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

6. Diante da conjuntura de ataques à política de integração dos povos, que o ANDES-SN ratifique a importância das universidades voltadas para a integração internacional, como a UNILA e a UNILAB.

7. Realizar uma reunião conjunta dos setores das IFES, IEES/IMES, no 1º semestre de 2019, para debater os desafios e as especificidades das IES relacionadas às questões de integração, fronteiras e multicampia, buscando viabilizar a participação de seções que vivenciam tal situação.

8. Intensificar a luta pela manutenção da gratuidade e contra implementação da cobrança de mensalidades nas Universidades Públicas, CEFET, IFES e em todos os níveis de ensino.

9. Intensificar a pressão junto aos parlamentares em todas as esferas (municipal, estadual e Federal), com vistas a impedir a aprovação do projeto Escola Sem Partido.

10. Intensificar a luta pela inclusão da pessoa com deficiência, LGBTs, negro(a)s, quilombolas e povos indígenas, nas instituições de ensino público, bem como pela ampliação da política nacional de permanência e assistência estudantil.

11. Que o ANDES-SN lute pela regulamentação pelo governo federal da Gratificação de Localidade ou Adicional de Penosidade, conhecido popularmente como Adicional de Fronteira, às carreiras do magistério de ensino superior e de EBTT prevista na legislação.

12. Que o ANDES-SN reivindique junto a ANDIFES e ao CONIF a necessidade de se posicionarem em favor do direito a progressão e a promoção funcional e o respectivo efeito financeiro, exigindo que as IFES se posicionem em favor desse direito a partir da data de cumprimento do interstício, tendo como base o trabalho realizado, independente da data de abertura do processo pelo docente.

13. Intensificar a luta pela carreira do setor das IFES tendo como eixos a reestruturação dos regimes de dedicação exclusiva, 40h, 20h e níveis da carreira e a defesa da linha única salarial. Elaborar um estudo sobre as distorções da carreira do setor das IFES que impactam negativamente nas condições salariais de aposentados e professores da ativa.

14. Que as seções sindicais apurem os critérios que estão sendo utilizados para cálculo dos efeitos financeiros das progressões nas universidades, Institutos Federais e CEFET, para que o setor das IFES elabore um diagnóstico nacional que subsidie a luta contra a retirada de direitos.

15. Que as seções sindicais apurem a existência de alterações no interstício das progressões, feitas pela CPPD e/ou pelas administrações centrais das universidades, Institutos Federais e CEFET, para que o setor das IFES elabore um diagnóstico nacional que subsidie a luta contra a retirada de direitos.

16. Intensificar a luta, diante da atual conjuntura e da eleição da extrema direita para a presidência e parcela do Congresso Nacional, contra o desmonte da carreira docente.

TR – 17

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

A – NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** Continuar mobilizando a categoria, com o(a)s demais servidore(a)s público(a)s, para prosseguir na luta contra os ataques à(o)s servidore(a)s e aos serviços públicos.
- 2.** Ampliar nos estados o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas.
- 3.** Construir a Greve Geral, em 14/6, como forma de intensificar a luta contra a PEC 06/2019, que trata da Reforma da Previdência.
- 4.** Intensificar a luta pela revogação da EC 95/2016, dialogando com a sociedade sobre a correlação dessa emenda constitucional com a proposta de reforma da previdência e com o corte nos orçamentos das políticas públicas e da educação superior.

B – NO ÂMBITO DAS IFES

- 5.** Realizar um dia nacional de luta em defesa da educação pública.
- 6.** Promover um dia de luta, no interior das IFES, para realizar atividades interativas e abrir a universidade, os institutos federais e os CEFET para o(a)s estudantes da educação básica e a sociedade em geral, envolvendo a comunidade universitária das diferentes áreas do conhecimento.

AGENDA

28/06 – Dia Nacional de Combate à LGBTTfobia, nas IES (universidades, institutos federais, CEFET);

Setembro/2019 – Reunião conjunta dos setores das IFES e IEES-IMES, para debater os desafios e as especificidades das IES relacionadas às questões de integração, fronteira e *multicampia*;

Outubro/2019 – Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a carreira EBTT e ensino básico das instituições estaduais de ensino superior;

17/10 – Dia Nacional de Combate ao Assédio, nas IES (universidades, institutos federais, CEFET);

22/11 – Dia Nacional de Combate ao Racismo, nas IES (universidades, institutos federais, CEFET);

– Dia nacional de luta em defesa da educação pública.

– Dia de luta, nas IFES, para realizar atividades interativas e abrir a universidade, institutos federais e CEFET para o(a)s estudantes da educação básica e a sociedade, em geral, envolvendo a comunidade universitária das diferentes áreas do conhecimento.

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 18

Contribuição da Comissão para a reformulação dos eventos nacionais deliberativos (Congresso e CONAD) do ANDES-SN, constituída no 38º Congresso do ANDES-SN em Belém, em 2019.

Representantes da Base – Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA-SSind), Marcia Borges Umpierre (APROFURG), Marina Barbosa Pinto (APESJF)

Representantes da Diretoria – Antonio Gonçalves Filho (Presidente), Mariana Trotta Dallalana Quintans (1ª Vice-Presidente Regional RJ) e Roberto Camargos Malcher Kanitz (3º Secretário)

PROPOSIÇÕES PARA ALTERAÇÃO NO FUNCIONAMENTO DOS CONGRESSOS E CONAD DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O presente texto é resultado das reflexões da Comissão que foi criada no 38º Congresso do ANDES-SN, ocorrido em Belém, no período de 28 de janeiro a 3 de fevereiro do ano corrente, com o objetivo de apresentar proposições que possam contribuir para a melhoria do funcionamento dos Congressos e do CONAD.

As duas das principais instâncias deliberativas do ANDES-SN têm uma enorme importância para preparar a entidade na definição das lutas da categoria e das lutas mais gerais da classe trabalhadora brasileira. Contudo, são espaços com nível de complexidade política distintas. Os Congressos anuais têm a função de, a partir de uma rigorosa análise da conjuntura, deliberar sobre o posicionamento político do Sindicato em relação às questões mais cruciais na defesa dos interesses da classe trabalhadora, com destaque para os interesses da categoria do(a)s docentes das universidades, dos institutos e dos CEFET. De acordo com o art. 15, do Estatuto do ANDES-SN, são atribuições do Congresso: “I – estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º; II – decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizado(a)s tomadas pelas S.SIND ou ADs-S.SIND.; III – decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da Diretoria, que constarão obrigatoriamente de sua pauta; IV – estabelecer a contribuição financeira do(a)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL; V – alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto; VI – referendar ou homologar a constituição de S.SIND, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45; VII – elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52; VIII – decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais, conforme o disposto no art. 65; IX – referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SIND ou AD-S.SIND, observado o disposto no art. 45; X – criar, indicando seus(suas) componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões”.

Já o CONAD tem a atribuição de aprovar as contas do sindicato e de atualização das deliberações tomadas nos Congressos que os antecedem. Conforme o art. 23 são suas atribuições: “I – deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do Congresso, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição; II – implementar o cumprimento das deliberações do Congresso; III – regulamentar, quando necessário, as deliberações do Congresso; IV – exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SINDICATO NACIONAL; V – examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, as prestações de contas e as previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA; VI

– decidir sobre os recursos interpostos às decisões da DIRETORIA; VII – convocar, extraordinariamente, o Congresso; VIII – apreciar e deliberar, em grau de recurso, as penalidades de advertência e a suspensão aplicadas à(o)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, conforme o disposto no art. 11; IX – criar comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las; X – alterar a contribuição financeira do(a)s sindicalizado(a)s, *ad referendum* do Congresso subsequente; XI – homologar a constituição das S.SIND, ou as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do Congresso.”

Apesar de o Estatuto do ANDES-SN definir os objetivos dessas duas instâncias, o detalhamento é de competência dos regimentos que são aprovados na plenária de instalação no primeiro dia desses eventos. Nesse sentido, adiantamos que as proposições que serão apresentadas pela Comissão não são matérias estatutárias.

Historicamente, os Congressos e CONAD têm funcionado por meio de plenárias e de grupos mistos. O papel das plenárias nos eventos é de construção da síntese dos grupos mistos, que, por sua vez, cumprem o papel de socializar as distintas reflexões oriundas da base do ANDES-SN sobre os temas pautados nesses eventos, revestindo-se de um caráter profundamente pedagógico para formação de novas lideranças do movimento docente que se organiza no ANDES-SN.

A criação da Comissão no 38º Congresso baseou-se na necessidade de dar continuidade ao aperfeiçoamento do funcionamento das instâncias deliberativas do Sindicato, diante da constatação de que existe um processo extenuante de trabalho que se prolonga, às vezes, por mais de três turnos, gerando dificuldades de acompanhamento, nas duas instâncias em questão, de boa parte do(a)s participantes. Partimos da premissa de que quaisquer mudanças no formato dessas instâncias devem manter a profundidade e a democracia nos debates e nas deliberações, contudo sem comprometer a saúde do(a)s participantes. Adiantamos nosso entendimento de que a deliberação de criar a Comissão foi bastante acertada, considerando, sobretudo, as recentes medidas que o governo federal vem impondo para impedir a organização e a participação sindical. Diante disso, apresentamos a seguir algumas considerações que julgamos pertinentes para o balizamento da proposta a ser deliberada no 64º CONAD:

- A conjuntura econômica, política e social brasileira tem imposto, cada vez mais, enormes desafios às lutas gerais da classe trabalhadora e dos segmentos de diversas categorias, entre elas a do(a)s docentes que se organizam no ANDES-SN. Isso tem ampliado as dificuldades para definições, deliberações e encaminhamentos da luta do sindicato. Devemos considerar, até mesmo, que, em breve, poderemos enfrentar problema no tempo disponível para participarmos das instâncias deliberativas do sindicato.
- O ANDES-SN, em sua construção e consolidação, imprimiu a marca de ser um sindicato propositivo em diversas áreas e temas, com base em um entendimento de que a determinação da luta está na totalidade da vida social e política. Isso se reflete na construção de grupos de trabalho que cumprem o papel de aprofundar os estudos sobre temas que interferem na ação mais geral do sindicato, considerando o conjunto dos segmentos sociais que compõem a classe trabalhadora e a categoria docente. Uma das consequências dessa opção política tem

sido a ampliação das formulações e das ações relacionadas às diversas lutas em curso na sociedade brasileira. Isso traduz na riqueza de um sindicato fundamentado numa visão classista, não restringindo sua ação às pautas específicas da categoria docente. Sem estabelecer hierarquia sobre a importância dessas diversas lutas, apontamos a necessidade de fazermos uma mediação que permita que as diversas pautas, incluindo as questões da carreira, do salário e das condições de trabalho, sejam discutidas com equilíbrio dentro das instâncias deliberativas.

- As características que compõem as profissões influem de alguma forma no funcionamento das entidades representativas das diversas categorias. Portanto, na nossa visão, a configuração do *ethos* do trabalho acadêmico é um dos elementos que compõe a forma de expressão do(a)s sindicalizado(a)s nos espaços de atuação do ANDES-SN, seja nos grupos de trabalho, nos Congressos, nos CONAD, nos seminários e em outros espaços de elaboração da entidade. As particularidades do *ethos* profissional do trabalho docente imputam, por vezes, um caráter acadêmico e científico às reflexões ocorridas nos grupos mistos e nas plenárias, estendendo as polêmicas teórico-conceituais dos campos de estudo dos participantes para a seara sindical e prolongando os debates que ocorrem nas referidas instâncias deliberativas.
- A possibilidade de apresentação de textos individuais sem que sejam feitas sínteses de posicionamentos pela base.
- Existe uma renovação na militância do sindicato que julgamos ser decisiva para a continuidade da existência do ANDES-SN. Todavia, essa renovação traz consigo uma nova composição de grupos de docentes marcados por diferenciados contratos de trabalho em condições precarizadas e distintas formas de acesso a determinados direitos. Esses grupos de docentes vêm de experiências políticas distintas, com diferentes vivências no processo organizativo do próprio sindicato, o que gera variados níveis de apropriação das nossas posições e deliberações históricas.
- A existência do Caderno Anexo expressa, na realidade, o descumprimento de prazo inicial para o envio de textos para o Caderno Principal, contendo, às vezes, uma quantidade enorme de textos de resoluções que não passa pelo estudo prévio e deliberativo das bases, em razão do exíguo tempo entre sua publicação e a realização dos Congressos e dos CONAD.
- Aspectos que também contribuem para o prolongamento dos trabalhos nas duas instâncias deliberativas de que estamos tratando são: o uso inadequado das questões de ordem, de esclarecimentos e encaminhamentos (muitas vezes, tais questões têm sido utilizadas para defesa de proposições, após o encerramento das inscrições para tratar de uma determinada resolução); os atrasos que ocorrem para iniciar os grupos mistos e as plenárias, gerados em alguns casos em função do deslocamento para locais muito distantes do local de realização dos Congressos e do CONAD (mesmo com a garantia de tempos livres no cronograma do

evento, parece que existe uma certa cultura/*habitus* do atraso), por exemplo, no último Congresso de Belém, mesmo com uma manhã livre, a plenária da tarde começou com duas horas de atraso; falta de respeito ao tempo de fala; falta de padronização de relatórios para o trabalho nas distintas plenárias; e dificuldades geradas em função das condições estruturais dos locais onde os eventos são realizados.

- Possibilidade de prorrogação da plenária final indefinidamente, o que contribui para a ampliação dos trabalhos para mais um dia do Congresso e do CONAD.

Antes de apresentarmos a proposta de alterações no funcionamento do Congresso e do CONAD do ANDES-SN, julgamos importante recuperar o processo histórico de construção do atual modelo que organiza essas instâncias.

Historicidade das mudanças organizativas dos Congressos e CONAD do ANDES-SN

Os grupos mistos existem desde o I Congresso do ANDES-SN, realizado em Florianópolis, em 1982. Os grupos têm seus membros definidos por meio de um programa de computador que procura mesclar docentes dos diferentes setores, das diferentes regiões geográficas e de diferentes seções sindicais, já que a tarefa dele(a)s, tanto no Congressos quanto no CONAD, é a de favorecer um amplo diálogo entre docentes que atuam nas direções e nas bases dos diversos locais em que se organizava o Sindicato. Os grupos mistos devem atuar visando produzir sínteses/consensos possíveis e indicar para as plenárias dos temas por eles discutidos tais sínteses/consensos ou indicação de pontos que ainda carecem de mais debate. Por algum tempo, os grupos mistos e as plenárias tinham a prerrogativa de alterar os textos em sua inteireza – Textos de Apoio (TA) e Textos de Resolução (TR). No XIII Congresso Viçosa (MG), em 1994, foi aprovada uma resolução que resultou na atual divisão dos textos em TA e TR. A partir do XIV Congresso, ocorrido em Brasília, em 1995, estabeleceu-se que haveria votação apenas dos TR.

Sob argumento de que muitas seções e sindicalizado(a)s enviavam textos poucos dias após o prazo final de fechamento do caderno de textos, no XX Congresso do ANDES-SN, Rio de Janeiro, em 2001, houve a aprovação da proposta de criação do Caderno Anexo a ser publicado no “mínimo de 10 (dez) dias de antecedência do Congresso”, contendo correções e análises do Caderno de Textos original e novas propostas, além da aprovação de apresentação de novos textos na Plenária de Instalação, com a seguinte redação “2 – após a publicação do Anexo, qualquer novo texto somente poderá ser submetido à discussão no evento se aprovada sua inclusão pela Plenária de Instalação”. Para a apreciação pela Plenária de Instalação, o novo texto deverá apresentar uma justificativa demonstrando a necessidade da sua apreciação no evento e os fatos excepcionais que levaram à apresentação fora dos prazos fixados.

Igualmente importante se faz registrar que, durante um bom tempo, o ANDES-SN realizava dois CONAD por ano. A redução para um anual ocorreu por meio de mudança estatutária aprovada durante o XXIV Congresso, em Curitiba, em 2005, no qual deliberou-se – “**Art. 26.** O CONAD se reúne: ordinariamente, uma vez por ano, entre os meses de junho e agosto, em data e local fixados

pelo CONAD anterior”⁶. Tal decisão fundamentou-se na justificativa de que havia uma excessiva repetição das deliberações e de que não estávamos tendo tempo necessário para avaliar o plano de lutas aprovado no Congresso, nem o plano de lutas que era atualizado no CONAD do 1º semestre, além da necessidade de maior racionalidade no uso dos recursos do sindicato e das seções sindicais.

Outra decisão que se tomou em direção ao aprimoramento do funcionamento das instâncias de que estamos tratando foi a extinção do grupo misto e da plenária que tratavam de posições políticas do sindicato. Essa temática foi incorporada ao Tema Políticas Sociais e Plano Geral de Lutas. O argumento utilizado foi o de que não havia sentido debater posições políticas separadas dos planos de luta geral, posto que este pressupõe àquelas, além de otimizarmos o uso do tempo dos Congressos.

No 26º Congresso, realizado em Campina Grande (PB), em 2007, ocorreu a criação do tema da centralidade da luta, que deveria ser debatida em grupos mistos e em plenária, respondendo às críticas de que era necessário objetivar os debates sobre a conjuntura em uma espécie de eixo norteado para as ações do sindicato:

[...] A Diretoria do ANDES-SN apresenta, neste caderno, uma proposta de modificação da metodologia do CONGRESSO para que possamos definir a centralidade da luta no próximo período, os posicionamentos de fundo em relação às políticas sociais e, a partir daí a confecção do plano de lutas, que será de ações articuladas na construção das lutas.

O momento não nos permite tratar o plano de lutas como um enorme elenco de intenções fragmentadas, antes exige a concentração de nossa atenção na definição das ferramentas de enfrentamento, pois só o desenvolvimento de ampla capacidade de luta livrará os professores dos iminentes golpes contra suas condições de trabalho e de vida.

Em 2014, no 59º CONAD, em Aracajú, a centralidade deixou de ser discutida nos grupos mistos e passou a ocorrer na segunda parte da plenária de conjuntura e movimento docente no Tema I.

Proposições da Comissão para nova formatação dos Congressos e do CONAD do ANDES-SN

Diante da análise anteriormente apresentada, identificamos que existem alguns pontos de gargalo que precisam ser enfrentados na perspectiva de aprimorarmos o funcionamento dos Congressos e do CONAD do ANDES-SN, quais sejam: tempo de duração dos eventos; possibilidades e prazos para envio de contribuições (caderno anexo e plenária de instalação); autoria para envio de contribuições; processo de sistematização e elaboração de relatórios para plenárias; ordem dos temas que compõem a pauta dos eventos; e relação entre propostas e deliberações já existentes. É sobre esses pontos que a comissão apresentará suas propostas, ancoradas na garantia de tempo razoável para os debates políticos e um espaço saudável e menos fatigante à(o)s participantes.

⁶ No 38º Congresso, o Inciso I do art. 26 foi alterado, retirando-se a necessidade de fixação da data de realização do evento, que ficará a cargo da Diretoria Nacional.

Ressaltamos que o bom andamento dos trabalhos e o respeito ao cronograma de funcionamento aprovado na plenária de instalação dos Congressos e do CONAD são de responsabilidade de todo(a)s o(a)s participantes desses eventos. Assim, em certa medida, além de novas formatações dos dois principais espaços deliberativos do ANDES-SN, precisaremos de mudança no campo comportamental/ atitudinal de nossa categoria, como o esforço para não ocorrerem atrasos, para não serem submetidas questões de forma da escrita para deliberação nos grupos e plenárias, para o uso correto das questões de ordem, esclarecimento e encaminhamento, o respeito ao tempo de fala, dentre outros.

Alterações que se aplicam tanto para o Congresso quanto para o CONAD

Textos (TR e TA) e os cadernos que subsidiam as discussões nas instâncias deliberativas

- Só serão aceitos textos oriundos de assembleia de base, da Diretoria Nacional e das diretorias das seções sindicais ou assinados por pelo menos 5 sindicalizado(a)s.
- Não deve haver aceitação de textos de apoio sem texto resolução, exceto de apoio sobre conjuntura.
- Supressão do caderno anexo
- Excepcionalmente, na plenária de instalação, poderão ser apresentados textos, desde que relacionados a fatos novos que alterem a dinâmica da conjuntura, nos âmbitos nacional e local, e que impactem a luta do sindicato.

Justificativa: Considerando que o ANDES-SN é um sindicato construído a partir da concepção de organização pela base/local de trabalho, os textos que pautarão as deliberações das duas mais importantes instâncias deliberativas devem ser apresentados nas assembleias de base, pela Diretoria Nacional e pelas diretorias das seções sindicais. Para resguardar as diversidades de posições, assegurando a expressão de posições minoritárias, propomos também a possibilidade da admissão de textos construídos por pelo menos cinco sindicalizado(a)s. Nesse sentido, consideramos que contribuições individuais podem ser apresentadas em outros espaços de elaboração do sindicato, como: grupos de trabalhos temáticos, seminários, páginas das seções sindicais, revista Universidade e Sociedade.

Nossa proposta suprime, ainda, a existência do caderno anexo. Cabe destacar que, como identificado no levantamento histórico, tal caderno não existia em tempos anteriores. Compreendemos que o caderno anexo, que traz, por sua vez, uma quantidade enorme de textos, não tem permitido um estudo prévio para deliberação das bases, em razão do exíguo tempo entre sua publicação e a realização dos Congressos e do CONAD. Importante destacar que a proposta não exclui a possibilidade de, em razão de fatos excepcionais da conjuntura, novos textos serem apresentados na plenária de instalação.

Funcionamento dos grupos mistos e das plenárias

- Padronização dos relatórios que são trabalhados nas plenárias.
- Aprimoramento do sistema usado para produzir relatórios dos grupos.

Justificativa: compreendemos que os relatórios consolidados oriundos das deliberações dos grupos mistos devem ter um padrão, pois facilita a participação e a compreensão do(a)s delegado(a)s e observadore(a)s durante as plenárias. Verificamos ainda a necessidade de aprimoramento e/ou troca do sistema de relatoria dos grupos mistos.

Alterações no Congresso do ANDES:

- Redução do cronograma para cinco dias.
- Realização da plenária de conjuntura e movimento docente sem texto de resolução sobre a centralidade da luta.
- Reorganização da pauta:
 - Tema I – Conjuntura e Movimento Docente (reflexão sobre a realidade histórica econômica, social e política – mundial e nacional – e seus reflexos na vida das IES, do(a)s docentes e dos demais segmentos da comunidade acadêmica e os enfrentamentos necessários para organizar a luta da categoria em articulação com o conjunto da classe trabalhadora).
 - Tema II – Planos de luta dos setores – esse tema tem a finalidade de elaborar os posicionamentos políticos e as ações concretas sobre as questões relacionadas à carreira, aos salários e às condições de trabalho do(a)s docentes dos setores das IFES, IEES e IMES.
 - Tema III – Plano Geral de Lutas – esse tema tem a finalidade de tratar das lutas sociais com as quais o sindicato mantém articulação como parte da solidariedade de classe e do fortalecimento de nossas lutas específicas.
 - Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras (trata de questões estatutárias, elaboração de documentos que organizam a vida institucional e política do sindicato, criação/homologação/(des)homologação/alteração de regimentos das seções sindicais, contribuições financeiras do sindicato com outros movimentos).
- Reorganização do cronograma:
 - Plenária de Abertura e Instalação
 - Plenária do Tema I
 - Grupos Mistos – Tema II
 - Grupos Mistos – Tema III
 - Grupos Mistos – Tema IV
 - Plenária do Tema II
 - Plenária do Tema III
 - Plenária do Tema IV

- Plenária de Encerramento
- Tempo de duração dos grupos mistos e das plenárias será apresentado pela diretoria, no regimento, considerando a quantidade de resoluções apresentadas no caderno de texto para cada tema. O trabalho nos grupos mistos e nas plenárias poderá ser prorrogado por mais uma hora. A plenária de encerramento poderá ser prorrogada até as 23h59 do último dia do Congresso.

Justificativa:

Compreendemos ser possível a redução do tempo de duração do congresso de seis para cinco dias em função das propostas de reorganização do funcionamento desse espaço pela comissão. Consideramos ainda que a conjuntura acirrada sinaliza para a dificuldade cada vez maior da disponibilidade de dispensa do(a)s sindicalizado(a)s e diretores(a)s para as atividades sindicais.

A proposta de retorno a que o tema de conjuntura e movimento docente não tenha TR ligados à centralidade da luta reflete o balanço feito pela comissão de todos os TR de centralidade da luta aprovados até aqui. Identificamos que esse expediente tem contribuído muito pouco com o avanço da organização política das ações do sindicato, pois, em geral, temos aprovado textos enormes e/ou feito um compilado de posições díspares que pouco contribuem para a efetividade da ideia inicialmente concebida sobre o debate de centralidade da luta. Nos parece que temos que aprimorar o que consideramos como plano geral de luta do sindicato como meio de definição das questões centrais a serem enfrentadas pelo sindicato no período de realização dos eventos.

A reorganização da temática apresentada pela comissão poderá garantir um debate mais equilibrado entre as pautas do sindicato. Com isso, o formato proposto atende às necessidades e otimiza o tempo de cada temática e permitirá que as atividades do Congresso se encerrem no último dia do evento. Compreendemos ainda que a possibilidade de prorrogação sem limite da plenária de encerramento contribui para que se posterguem os debates, atuando no inconsciente coletivo como uma motivação/predisposição que favorece a cultura do atraso a qual nos referimos anteriormente.

Alterações nos CONAD:

- Reduzir para três dias.
- Reorganização da pauta.
 - Tema I – Atualização da conjuntura e movimento docente (fazer um balanço das alterações conjunturais produzidas entre o Congresso que antecede o CONAD e seus desdobramentos para as lutas do sindicato);
 - Tema II – Atualização dos planos de luta geral e dos setores (fazer um balanço da efetividade das ações indicadas pelo Congresso que antecede o CONAD e propor novas ações de enfrentamento tanto no plano geral quanto no plano de luta dos setores).
 - Tema III – Questões organizativas e financeiras (Aprovação das contas do sindicato – Congresso, CONAD).
- Forma de Organização:
 - Plenária de Abertura e Instalação
 - Plenária do Tema I – Conjuntura e Movimento Docente

- Grupos Mistos – Tema II
- Grupos Mistos – Tema III
- Plenária do Tema II
- Plenária do Tema III
- Plenária de Encerramento

Tempo de duração dos grupos mistos e das plenárias será apresentado pela diretoria no regimento considerando a quantidade de resoluções apresentadas no caderno de texto para cada tema. O trabalho nos grupos mistos e nas plenárias poderá ser prorrogado por mais uma hora. A plenária de encerramento poderá ser prorrogada até as 23h59 do último dia do CONAD.

Justificativa: Propomos que o CONAD seja organizado em três temas, diferentemente do Congresso, garantindo que o seu foco seja a atualização do plano de lutas geral e dos setores, bem como a prestação de contas, conforme dispõe o estatuto do ANDES-SN.

A reorganização da temática apresentada pela comissão poderá garantir um debate mais equilibrado entre as pautas do sindicato. Com isso, o formato proposto atende às necessidades e otimiza o tempo de cada temática, e permitirá que as atividades do CONAD se encerrem no último dia do evento. Compreendemos, ainda, que a possibilidade de prorrogação sem limite da plenária de encerramento contribui para que se posterguem os debates, atuando no inconsciente coletivo, como uma motivação/predisposição que favorece a cultura do atraso a qual nos referimos anteriormente.

TR – 18

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

a) Sobre o Congresso do ANDES-SN

1. Terá duração de cinco dias, devendo ser encerrado até as 23h e 59 minutos do último dia.
2. Terá como pauta os seguintes temas: Tema I – Conjuntura e Movimento Docente; Tema II – Planos de Lutas dos Setores; Tema III – Plano Geral de Lutas; e Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras.
3. No Tema I não haverá texto resolução sobre centralidade da luta.

b) Sobre o CONAD do ANDES

1. Terá duração de 3 dias, devendo ser encerrado até as 23h e 59 minutos do último dia.
2. Terá como pauta os seguintes temas: Tema I – Atualização do Debate sobre Conjuntura e Movimento Docente; Tema II – Atualização dos Planos de Lutas dos Setores e Plano Geral de Lutas; e Tema III – Questões Organizativas e Financeiras.

c) Aspectos comuns aos eventos deliberativos

1. Os textos de apoio e de resolução devem ser oriundos de assembleia de base, da diretoria Nacional e das diretorias das seções sindicais ou assinados por pelo menos cinco sindicalizado(a)s, sendo que não serão aceitos textos de apoio sem texto-resolução, exceto sobre conjuntura.
2. Supressão do caderno anexo.
3. Excepcionalmente, na plenária de instalação, poderão ser apresentados textos, desde que relacionados a fatos novos que alterem a dinâmica da conjuntura, nos âmbitos nacional e local, e que impactem a luta do sindicato.

Recomendação

1. Padronização dos relatórios que serão trabalhados nas plenárias e aprimoramento do sistema usado para produzir relatórios dos grupos: não serão submetidas questões de forma da escrita para deliberação.
2. Esclarecer nos regimentos dos eventos: questão de ordem, questão de esclarecimento, questão de encaminhamento, propostas que podem ser apresentadas nas plenárias, recurso de votação, abstenção com declaração de voto, até mesmo o tempo disponível para cada uma dessas questões.
3. Finalizar o processo de compatibilização das deliberações dos Congressos e CONAD anteriores na perspectiva de que, após essa finalização e para futuros eventos, sejam apenas enviados TR no sentido de alterar, atualizar ou incluir novos posicionamentos e ações de luta do sindicato, buscando evitar a presença de textos no Caderno que trazem repetições de deliberações aprovadas anteriormente ao evento.

PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018**TR – 19**

O 64º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2018.

QUADRO COMPARATIVO DOS VALORES ORÇADOS COM OS VALORES REALIZADOS - 2018

Receitas	Valores Orçados para o Exercício de 2018	Valores Realizados no exercício de 2018
Receita Total	12.350.000,00	13.272.972,43
Receita de Contribuições	11.500.000,00	13.113.780,07
Receita de aplicações financeiras	350.000,00	156.111,73
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	500.000,00	3.080,63
Despesas	Valores Orçados para o Exercício de 2018	Valores Realizados no exercício de 2018
Alimentação	10.000,00	30.645,53
Aluguel de Bens Imóveis	280.000,00	258.385,67
Assessoria Contábil - PJ	116.500,00	112.676,46
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	550.000,00	556.770,02
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	630.000,00	413.022,98
Assinaturas e Periódicos	4.000,00	1.250,68
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	182.000,00	149.437,66
Conduções e Passagens Urbanas/Taxi Ressarcimento	180.000,00	137.051,14
ENE	180.000,00	0,00
Contribuições – Auditoria Cidadã da Dívida	24.000,00	22.500,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00	24.000,00
Contribuições – Associação Amigos da Luta Casarão da Luta dos SEM TETO	24.000,00	30.000,00
Correios e Telegráfos	35.000,00	21.449,65
Custas e Emolumentos	40.000,00	18.074,91
Despesas com Regionais	1.400.000,00	1.033.246,38
Despesas Diversas	50.000,00	240.464,92
Despesas Financeiras/IOF	22.000,00	20.879,84
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	50.000,00	29.271,07
Diárias/Auxílio - Diretores	420.000,00	477.545,79
Diárias Convidados	50.000,00	37.508,00

Energia Elétrica	70.000,00	49.761,14
Estacionamentos / Pedágios	12.000,00	3.833,20
Hospedagem	520.000,00	687.883,26
INSS s/Serviços PF (ANDES/Regionais)	35.000,00	38.292,67
Internet e TV a Cabo	44.000,00	10.413,71
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00	43.719,43
Manutenção e Reparos Bens Móveis	28.000,00	40.190,69
Material de Consumo	135.000,00	223.323,80
Passagens Aéreas e Terrestres	1.100.000,00	1.216.557,21
Pessoal e Encargos	3.500.000,00	4.009.995,09
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	260.000,00	237.527,50
Reembolso de Kilometragem	18.000,00	10.542,38
Repasse FUNDO ÚNICO	230.000,00	231.798,98
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS	620.000,00	529.668,01
Revista - Universidade & Sociedade	130.000,00	79.060,16
Seguros em Geral	10.000,00	6.160,50
Serviços de Digitalização (Bolsistas)	40.000,00	20.906,45
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	120.000,00	99.970,10
Serviços Técnico Profissionais - PF	20.000,00	135.735,53
Serviços Técnico Profissionais - PJ	20.000,00	100.325,70
Telefone	120.000,00	80.924,09
Transportadoras e Fretes	350.000,00	293.368,96
Total de despesas	11.663.500,00	11.764.139,26

Superávit no período	1.508.833,17
-----------------------------	---------------------

DESPESAS DIVERSAS	
Diárias Funcionários	4.440,00
Comissão Eleitoral - CEC	69.175,06
Outras Contribuições/Doações	77.323,87
Despesas do Exercício Anterior (Serviços PF, CONLUTAS)	36.349,31
Despesas c/Eventos (63º CONAD/37º Congresso)	45.466,39
Baixa de Bens p/Venda	5.132,10
Sentenças Judiciais (ANDESxSINPRO RIOx FGV)	2.578,19
TOTAL	240.464,92

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 1º Semestre/2018
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
RECEITAS							
<i>Receita de Contribuições</i>	1.107.898,27	1.000.746,55	1.091.405,31	1.057.566,52	1.039.303,21	1.254.216,98	6.551.136,84
<i>Receita de Aplicações Financeiras</i>	13.475,15	10.548,97	12.429,74	12.347,86	12.181,27	12.662,54	73.645,53
<i>Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)</i>	1.500,83	1.330,45	1.880,82	1.897,25	1.296,77	(4.229,42)	3.676,70
Total das Receitas	1.122.874,25	1.012.625,97	1.105.715,87	1.071.811,63	1.052.781,25	1.262.650,10	6.628.459,07

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
DESPESAS							
<i>Alimentação</i>	1.387,82	7.406,03	56,00	836,71	834,09	152,12	10.672,77
<i>Aluguel de Bens Imóveis</i>	8.765,45	23.657,29	18.753,87	21.353,44	21.236,12	30.349,44	124.115,61
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	8.485,12	8.485,12	8.485,12	8.485,12	8.485,12	8.485,12	50.910,72
<i>Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN</i>	45.633,18	45.633,18	0,00	91.266,36	45.633,18	45.633,18	273.799,08
<i>Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais</i>	7.500,00	32.277,69	31.323,69	31.323,69	31.323,69	31.323,69	165.072,45
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	0,00	0,00	0,00	699,88	0,00	0,00	699,88
<i>Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)</i>	14.776,88	12.476,55	12.574,44	12.551,15	10.899,05	5.165,37	68.443,44
<i>Conduções e Passagens Urbanas/Taxi Ressarcimento</i>	5.411,99	13.020,25	9.405,52	13.163,61	13.939,62	13.293,87	68.234,86
<i>ENE</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Contribuições – Auditoria Cidadã da Dívida</i>	6.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	5.000,00	0,00	

							15.000,00
<i>Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
<i>Contribuições – Associação Amigos da Luta Casarão da Luta dos SEM TETO</i>	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
<i>Correios e Telégrafos</i>	445,35	6.352,35	4.023,55	959,90	1.051,10	8.393,20	21.225,45
<i>Custas e Emolumentos</i>	1.033,80	509,20	0,00	7,80	1.353,06	7.432,72	10.336,58
<i>Despesas com Regionais</i>	38.341,76	52.943,23	66.377,22	65.347,96	157.253,68	121.600,89	501.864,74
<i>Despesas Diversas</i>	9.149,37	2.558,06	50.377,46	22.462,53	41.459,21	11.919,50	137.926,13
<i>Despesas Financeiras/IOF</i>	1.749,50	1.727,65	1.674,05	1.486,23	1.507,65	1.825,10	9.970,18
<i>Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)</i>	83,77	883,46	685,26	628,26	1.354,26	19.622,71	23.257,72
<i>Diárias/Auxílio – Diretores(a)s</i>	77.053,53	19.560,00	39.272,26	29.100,00	33.860,00	64.500,00	263.345,79
<i>Diárias Convidado(a)s</i>	22.680,00	2.040,00	2.280,00	7.623,00	840,00	6.365,00	41.828,00
<i>Energia Elétrica</i>	3.546,29	4.134,95	3.582,95	1.119,58	6.042,87	3.696,13	22.122,77
<i>Estacionamentos / Pedágios</i>	127,40	940,50	343,10	137,00	455,80	159,80	2.163,60
<i>Hospedagem</i>	36.947,71	56.703,84	78.604,46	47.361,10	59.720,35	93.212,95	372.550,41
<i>INSS s/Serviços PF (ANDES/Regionais)</i>	2.772,78	3.096,94	4.091,36	3.272,81	3.913,76	3.527,38	20.675,03
<i>Internet e TV a Cabo</i>	28,40	848,41	914,46	888,44	890,26	857,32	4.427,29
<i>Locação de Equipamentos e Veículos</i>	1.520,00	625,00	28.975,00	625,00	1.252,00	1.616,00	34.613,00
<i>Manutenção e Reparos Bens Móveis</i>	1.925,27	3.769,00	2.550,00	720,00	1.025,44	6.581,53	16.571,24
<i>Material de Consumo</i>	5.427,88	22.697,45	11.038,79	28.504,84	9.921,72	10.126,66	87.717,34
<i>Passagens Aéreas e Terrestres</i>	75.190,73	53.243,23	86.221,79	112.899,61	108.201,98	152.394,61	588.151,95

<i>Pessoal e Encargos</i>	275.984,53	333.805,55	299.920,66	317.861,30	293.024,58	334.328,66	1.854.925,28
<i>Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)</i>	19.900,00	19.900,00	0,00	19.900,00	19.900,00	19.900,00	99.500,00
<i>Reembolso de Quilometragem</i>	288,00	2.511,20	1.132,00	604,40	958,40	418,40	5.912,40
<i>Repasse FUNDO ÚNICO</i>	22.085,66	22.787,18	19.796,58	21.433,98	21.209,10	0,00	107.312,50
<i>Repasse p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS</i>	15.156,54	16.241,30	104.379,00	44.830,70	45.085,26	34.113,71	259.806,51
<i>Revista - Universidade & Sociedade</i>	18.396,00	0,00	9.802,88	0,00	16.000,00	0,00	44.198,88
<i>Seguros em Geral</i>	2.839,23	18,08	18,08	12,08	796,88	114,37	3.798,72
<i>Serviços de Digitalização (Bolsistas)</i>	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	10.506,45	3.000,00	19.506,45
<i>Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)</i>	18.252,00	990,00	12.850,00	14.129,00	2.690,00	30.194,00	79.105,00
<i>Serviços Técnico Profissionais - PF</i>	13.227,57	14.025,91	16.934,41	13.215,40	17.360,72	14.356,14	89.120,15
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	7.652,33	4.294,53	3.209,00	25.133,28	2.869,00	500,00	43.658,14
<i>Telefone</i>	7.115,50	6.483,32	6.638,84	7.150,53	6.588,77	6.826,63	40.803,59
<i>Transportadoras e Fretes</i>	23.705,23	37.180,48	27.292,93	47.768,71	23.425,13	30.441,60	189.814,08
Total das Despesas	808.086,57	843.326,93	970.084,73	1.019.363,40	1.032.368,30	1.126.927,80	5.800.157,73

Superávit/Déficit do período	314.787,68	169.299,04	135.631,14	52.448,23	20.412,95	135.722,30	828.301,34
-------------------------------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------------	------------------	-------------------	-------------------

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2º Semestre/2018
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL GERAL
RECEITAS								
Receita de Contribuições	1.060.603,20	998.050,96	1.005.133,67	1.097.955,87	1.030.096,16	1.370.803,37	6.562.643,23	13.113.780,07
Receita de Aplicações Financeiras	13.915,51	14.728,20	13.634,24	14.767,91	12.887,94	12.532,40	82.466,20	156.111,73
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	642,73	(1.368,41)	172,00	212,01	107,80	(362,20)	(596,07)	3.080,63
Total das Receitas	1.075.161,44	1.011.410,75	1.018.939,91	1.112.935,79	1.043.091,90	1.382.973,57	6.644.513,36	13.272.972,43
DESPESAS								
Alimentação	1.285,42	443,00	3.206,67	774,58	5.876,00	8.387,09	19.972,76	30.645,53
Aluguel de Bens Imóveis	12.673,97	20.855,05	24.954,92	21.203,77	20.855,05	33.727,30	134.270,06	258.385,67
Assessoria Contábil - PJ	8.823,68	8.823,68	8.823,66	8.823,68	8.823,68	17.647,36	61.765,74	112.676,46
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	45.633,18	45.633,18	45.633,18	45.633,18	50.219,11	50.219,11	282.970,94	556.770,02
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	31.323,69	31.323,69	31.323,69	50.940,39	38.731,69	64.307,38	247.950,53	413.022,98
Assinaturas e Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	550,80	0,00	550,80	1.250,68
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	18.068,96	12.154,00	12.210,74	12.340,94	12.530,24	13.689,34	80.994,22	149.437,66
Condições e Passagens Urbanas/Taxi Ressarcimento	8.005,98	7.809,16	21.938,64	8.941,83	12.280,60	9.840,07	68.816,28	137.051,14
ENE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições – Auditoria Cidadã da Dívida	5.000,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00	22.500,00
Contribuições – Escola Nacional Florestan Fernandes	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00	24.000,00

<i>Contribuições – Associação Amigos da Luta Casarão da Luta dos SEM TETO</i>	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00	30.000,00
<i>Correios e Telégrafos</i>	1.221,05	1.357,00	1.382,05	718,85	1.633,25	(6.088,00)	224,20	21.449,65
<i>Custas e Emolumentos</i>	2.701,01	2.047,14	636,40	423,40	190,25	1.740,13	7.738,33	18.074,91
<i>Despesas com Regionais</i>	21.596,38	97.616,62	70.588,60	95.489,18	87.121,17	158.969,69	531.381,64	1.033.246,38
<i>Despesas Diversas</i>	35.536,17	2.859,43	39.944,02	15.722,44	7.000,00	1.476,73	102.538,79	240.464,92
<i>Despesas Financeiras/IOF</i>	1.666,60	1.851,27	1.757,06	1.739,79	1.632,68	2.262,26	10.909,66	20.879,84
<i>Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)</i>	1.452,28	1.008,26	1.008,26	1.008,26	1.008,26	528,03	6.013,35	29.271,07
<i>Diárias/Auxílio - Diretores</i>	16.380,00	37.680,00	45.360,00	38.880,00	60.360,00	15.540,00	214.200,00	477.545,79
<i>Diárias Convidados</i>	(21.460,00)	720,00	8.400,00	2.280,00	4.900,00	840,00	(4.320,00)	37.508,00
<i>Energia Elétrica</i>	3.682,96	4.538,36	5.153,04	4.741,81	5.305,63	4.216,57	27.638,37	49.761,14
<i>Estacionamentos / Pedágios</i>	134,30	271,70	250,80	271,00	348,20	393,60	1.669,60	3.833,20
<i>Hospedagem</i>	91.129,99	18.114,80	64.063,18	52.536,23	42.510,45	46.978,20	315.332,85	687.883,26
<i>INSS s/Serviços PF (ANDES/Regionais)</i>	4.536,45	3.312,53	3.190,33	2.820,93	1.630,76	2.126,64	17.617,64	38.292,67
<i>Internet e TV a Cabo</i>	947,99	861,92	936,76	742,10	1.012,81	1.484,84	5.986,42	10.413,71
<i>Locação de Equipamentos e Veículos</i>	3.307,00	1.235,00	1.021,40	651,40	651,40	2.240,23	9.106,43	43.719,43
<i>Manutenção e Reparos Bens Móveis</i>	5.425,00	2.265,01	4.649,44	3.379,00	2.880,00	5.021,00	23.619,45	40.190,69
<i>Material de Consumo</i>	8.480,75	20.494,49	48.894,39	20.327,25	28.054,73	9.354,85	135.606,46	223.323,80
<i>Passagens Aéreas e Terrestres</i>	32.415,08	94.242,02	138.732,57	159.273,29	125.079,07	78.663,23	628.405,26	1.216.557,21
<i>Pessoal e Encargos</i>	339.865,75	354.609,99	354.777,73	385.347,59	330.444,43	390.024,32	2.155.069,81	4.009.995,09
<i>Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)</i>	19.900,00	19.900,00	19.900,00	21.340,00	19.642,50	37.345,00	138.027,50	237.527,50
<i>Reembolso de Quilometragem</i>	227,60	1.149,84	971,68	414,40	1.152,98	713,48	4.629,98	10.542,38
<i>Repasse FUNDO ÚNICO</i>	21.209,10	21.124,92	19.846,96	19.846,96	20.991,74	21.466,80	124.486,48	231.798,98
<i>Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS</i>	45.085,26	45.043,17	44.404,19	15.138,19	74.609,58	45.581,11	269.861,50	529.668,01
<i>Revista - Universidade & Sociedade</i>	17.280,00	7.778,40	0,00	0,00	0,00	9.802,88	34.861,28	79.060,16
<i>Seguros em Geral</i>	0,00	820,58	288,68	288,68	288,68	675,16	2.361,78	6.160,50
<i>Serviços de Digitalização (Bolsistas)</i>	1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	20.906,45
<i>Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)</i>	11.130,10	625,00	0,00	8.860,00	0,00	250,00	20.865,10	99.970,10

<i>Serviços Técnico Profissionais - PF</i>	17.792,23	10.954,01	10.326,61	10.847,71	3.058,00	(6.363,18)	46.615,38	135.735,53
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	2.387,98	7.654,00	4.610,58	5.050,00	17.378,00	19.587,00	56.667,56	100.325,70
<i>Telefone</i>	6.314,29	6.547,30	8.514,07	4.692,19	6.741,00	7.311,65	40.120,50	80.924,09
<i>Transportadoras e Fretes</i>	20.617,49	24.715,00	23.783,05	24.048,53	23.245,12	(12.854,31)	103.554,88	293.368,96
<i>Total das Despesas</i>	847.677,69	925.439,52	1.075.983,35	1.050.037,55	1.023.237,86	1.041.605,56	5.963.981,53	11.764.139,26
<i>Superávit/Déficit do período</i>	227.483,75	85.971,23	(57.043,44)	62.898,24	19.854,04	341.368,01	680.531,83	1.508.833,17

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Fundo Único
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - janeiro a dezembro/2018
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
RECEITAS													
<i>Contribuições Recebidas</i>	101.687,85	105.112,79	99.835,88	102.170,16	98.570,91	80.960,81	109.743,04	93.958,71	98.975,98	109.980,66	104.174,41	130.290,71	1.235.461,91
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
<i>Rendimentos s/ Aplicações Financeiras</i>	31.254,73	25.493,83	29.521,73	28.501,17	28.109,70	28.410,21	29.892,09	31.699,83	30.716,97	32.080,84	29.059,11	28.906,85	353.647,06
Total das Receitas	132.942,58	130.606,62	129.357,61	130.671,33	127.680,61	109.371,02	139.635,13	125.658,54	129.692,95	142.061,50	133.233,52	159.197,56	1.590.108,97

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
DESPESAS													
<i>Despesas Bancárias/CPMF/IOF</i>	493,00	408,00	518,50	365,50	450,50	569,50	416,50	433,50	391,00	476,00	442,00	493,00	5.457,00
<i>Condução e Transporte Urbano</i>	0,00	4.000,00	14.375,00	14.375,00	0,00	703,11	0,00	2.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.773,11
<i>Contribuições e Doações</i>	11.944,61	11.944,61	0,00	11.944,61	11.944,61	35.544,11	0,00	3.201,68	0,00	0,00	0,00	2.608,75	89.132,98
<i>Despesas c/ Locações Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	4.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00
<i>Diárias</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.440,00
<i>Mantimentos e Alimentação</i>	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	3.000,00	0,00	4.109,81	0,00	0,00	0,00	0,00	11.109,81

<i>Prestação de Serviços</i>	5.199,35	5.199,35	11.049,35	5.199,35	5.199,35	5.199,35	5.199,35	5.959,35	5.199,35	5.199,35	5.199,35	5.199,35	69.002,20
<i>Serviços Gráficos</i>	0,00	0,00	11.000,00	4.387,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.387,00
<i>Total das Despesas</i>	17.636,96	21.551,96	36.942,85	43.471,46	28.594,46	46.456,07	5.615,85	20.624,34	5.590,35	5.675,35	5.641,35	8.301,10	246.102,10
<i>Superávit/Déficit do período</i>	115.305,62	109.054,66	92.414,76	87.199,87	99.086,15	62.914,95	134.019,28	105.034,20	124.102,60	136.386,15	127.592,17	150.896,46	1.344.006,87

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
FNG - Fundo Nacional de Greve
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - junho dezembro/2018
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Contribuições Recebidas</i>	11.000,00	11.900,00	10.000,00	11.600,00	10.000,00	15.800,00	20.613,33	12.893,33	11.493,34	13.480,00	9.140,00	11.800,00	149.720,00
Total das Receitas	11.000,00	11.900,00	10.000,00	11.600,00	10.000,00	15.800,00	20.613,33	12.893,33	11.493,34	13.480,00	9.140,00	11.800,00	149.720,00

MESES						JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Repasse de Ajuda de Custo</i>	0,00	12.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00
<i>Despesas Bancárias/CPMF/IOF</i>	229,00	236,75	236,75	236,75	236,75	236,75	236,75	246,00	246,00	246,00	246,00	246,00	2.879,50
Total das Despesas	229,00	12.836,75	236,75	236,75	236,75	236,75	236,75	246,00	246,00	246,00	246,00	246,00	15.479,50

<i>Superávit/Déficit do período</i>	10.771,00	(24.736,75)	9.763,25	11.363,25	9.763,25	15.563,25	20.376,58	12.647,33	11.247,34	13.234,00	8.894,00	11.554,00	134.240,50
-------------------------------------	------------------	--------------------	-----------------	------------------	-----------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	-----------------	------------------	-------------------

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2018
ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	2018	2017
	R\$	R\$
DISPONIBILIDADES	13.718.040,78	11.113.409,32
Caixa Geral	682.100,80	6.301,85
Caixa - ANDES	630.214,42	2.826,17
Caixa - CNESF	585,09	285,09
Caixa - FUNDO ÚNICO	1.845,80	3.190,59
Caixa - ANDES - Moedas Estrangeiras	49.455,49	0,00
Bancos c/Movimento	287.433,34	485.318,67
BB - c/c 437.864-4 (Eventos)	59.661,69	16.438,20
CEF - c/c 51.567-2 (Contribuição Sindical)	9.030,50	413.018,26
BB - c/c 223.926-4 (FNG)	73.572,65	31.434,21
BB - c/c 403.727-8 (Fundo Nac. Permanente de Solidariedade)	145.168,50	24.428,00
Bancos Depósitos Bloqueados	3.200,00	11.521,00
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	3.200,00	10.801,00
BB - c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	0,00	720,00
Bancos c/Aplicações Financeiras	12.745.306,64	10.610.267,80
BB - c/403.726-x (ANDES)	4.392.041,39	3.593.452,85
BB - c/437.525-4 (CNESF)	489.210,97	483.933,27
BB - c/437.864-4 (Eventos)	4.496,16	12.183,52
BB - c/23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	7.700.998,07	6.365.966,72
BB - c/223.926-4 (FNG)	158.560,05	154.731,44
CRÉDITOS	521.166,25	328.118,27
Devedores por Empréstimos	44.312,88	14.300,00
FNG - Fundo Nacional de Greve	43.512,88	0,00
ADUFEPE - SSind	800,00	800,00
Solidariedade Estaduais/RJ	0,00	13.500,00
Devedores da Entidade	133.947,83	87.862,30
AD's Rateio 34º Congresso-Brasília/DF	1.450,70	1.450,70
AD's Rateio 60º CONAD-Vitória/ES	681,09	681,09
AD's Rateio 35º Congresso-Curitiba/PR	1.871,44	12.286,08
AD's Rateio 36º Congresso-Cuiabá/MT	14.738,35	16.872,57
AD's Rateio 62º CONAD-Niteroi/RJ	18.707,36	50.652,65
AD's Rateio 37º Congresso-Salvador/BA	29.213,80	0,00
AD's Rateio 63º CONAD-Fortaleza/CE	57.421,13	0,00
Devedores Diversos	9.863,96	5.919,21
Créditos Diversos	40.230,55	34.955,20
Despesas a Regularizar	31.292,42	27.051,53
Cheques em Caução	2.000,00	2.000,00
INSS a Recuperar	4.012,21	4.012,21
Secretaria de Fazenda e Planejamento	1.891,46	1.891,46

Salário Maternidade a Recuperar	1.034,46	0,00
Adiantamento a Funcionários	18.566,31	42.306,46
Adiantamento de Salários	8.834,34	12.378,98
Adiantamento de Férias	9.274,19	29.529,28
Adiantamento de Vale Transporte	457,78	398,20
Adiantamento a Fornecedores	113.855,00	9.985,00
Adiantamento a Fornecedores	113.855,00	9.985,00
Adiantamento a Regionais	89.810,54	57.887,52
Regional Sul	1.754,49	1.487,58
Regional RJ	21.322,27	17.316,91
Regional NE I	(149,79)	733,05
Regional NE II	5.965,32	3.650,77
Regional NE III	1.362,05	3.307,15
Regional SP	1.922,57	615,70
Regional Leste	7.582,55	5.362,47
Regional Norte I	6.344,16	10.037,11
Regional Norte II	4.051,22	2.130,31
Regional Planalto	32.612,71	6.636,18
Regional Pantanal	2.316,82	4.767,78
Regional RS	4.726,17	1.842,51
Adiantamentos Diversos	1.039,14	0,00
Adiantamentos Diversos	1.039,14	0,00
Depósitos Judiciais	79.404,00	80.821,79
Bloqueio Judicial	66.207,58	67.625,37
Depósitos Judiciais (Recursais)	13.196,42	13.196,42
Total do Ativo Circulante	14.239.207,03	11.441.527,59

ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.365.480,59	1.353.721,73
Móveis e Utensílios em Geral	319.018,46	317.708,46
Biblioteca	555,00	555,00
Máquinas e Equipamentos	525.627,02	531.847,02
Equipamentos de Informática	487.582,25	484.093,25
Equipamentos de Comunicação	32.697,86	19.518,00
Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
(-) Dep. Móveis e Utensílios	(20.191,19)	(20.191,19)
(-) Dep. Máquinas e Equipamentos	(47.558,40)	(47.558,40)
(-) Dep. Equipamentos de Informática	(5.217,69)	(5.217,69)
(-) Dep. Edificações	(14.079,52)	(14.079,52)
(-) Dep. Benfeitoria	(6.272,17)	(6.272,17)

<i>(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparelhos-BTNF</i>	(1.118,79)	(1.118,79)
<i>Total do Imobilizado</i>	4.181.791,93	4.170.033,07

<i>INTANGÍVEL</i>		
<i>Bens Intangíveis</i>	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
<i>(-)Amortização</i>	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização de Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)
<i>Total do Intangível</i>	15.635,51	15.635,51

<i>Total do Ativo Não Circulante</i>	4.197.427,44	4.185.668,58
---	---------------------	---------------------

<i>TOTAL DO ATIVO</i>	18.436.634,47	15.627.196,17
------------------------------	----------------------	----------------------

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2018
PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	2018	2017
	R\$	R\$
EXIGIBILIDADES	700.744,32	624.448,12
Fornecedores	49.163,02	118.053,51
Fornecedores Diversos	49.163,02	118.053,51
Obrigações Sociais e Trabalhistas	205.416,55	187.389,51
INSS a Recolher	182.502,57	168.251,43
FGTS a Recolher	22.913,98	19.138,08
Provisão p/Férias e 13º Salário	335.227,42	0,00
Provisão p/Férias	252.633,55	0,00
Provisão INSS s/Férias	59.874,19	0,00
Provisão FGTS s/Férias	20.193,23	0,00
Provisão PIS s/Férias	2.526,45	0,00
Obrigações Fiscais e Tributárias - ANDES	40.791,35	56.268,64
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	16.634,93	32.033,16
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	43,41	476,77
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	990,64	951,85
PIS s/Folha a Recolher (8301)	1.868,83	3.210,67
ISS a Recolher	17.779,91	16.259,37
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	3.070,97	2.950,74
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	402,66	386,08
Obrigações Fiscais e Tributárias - FUNDO ÚNICO	319,76	319,76
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	77,99	77,99
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	241,77	241,77
Credores da Entidade	3.798,08	241.434,94
Credores Diversos - Congressos	3.798,08	3.103,18
Solidariedade Estaduais/RJ	0,00	24.428,00
37º Congresso - Salvador/BA	0,00	(20.000,00)
Credores Diversos	0,00	233.903,76
Depósitos de Diversas Origens	33.970,59	0,00
Depósitos não Identificados	33.970,59	0,00
Credores por Empréstimo	32.057,55	20.981,76
FUNDO ÚNICO	32.057,55	20.981,76
Fundos p/Financiamento de Campanha	8.569.621,37	7.039.941,56
FNG - Fundo Nacional de Greve	232.132,70	186.165,65
Contribuições Recebidas	1.370.274,72	1.370.259,52
Rendimentos s/Apl. Financeiras	114.943,78	111.115,17
Doações Recebidas	8.044,35	8.044,35
Depósitos a Identificar	15.609,39	13.975,03
Credores Diversos - FNG	82,00	82,00

<i>Empréstimos Recebidos - ANDES</i>	43.512,88	0,00
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(318.035,99)	(318.035,99)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(286.979,83)	(286.979,83)
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	(86.917,10)	(86.917,10)
<i>(-) Despesas c/Condução, Transporte e Estacionamento</i>	(54.455,04)	(54.455,04)
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	(18.882,79)	(15.858,79)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(91.437,21)	(91.437,21)
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	(12.616,49)	(12.616,49)
<i>(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade</i>	(103.818,24)	(103.818,24)
<i>(-) Despesas c/Prestação de Serviços</i>	(64.764,42)	(64.764,42)
<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	(91.822,12)	(91.822,12)
<i>(-) Despesas c/Material de Expediente</i>	(52.063,53)	(52.063,53)
<i>(-) Despesas Diversas</i>	(8.000,09)	(8.000,09)
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	(8.473,68)	(8.473,68)
<i>(-) Xerox Com. E Ind. Ltda</i>	(10.528,14)	(10.528,14)
<i>(-) Despesas c/Telefone</i>	(5.972,91)	(5.972,91)
<i>(-) Despesas c/Limpeza, Higiene e Conservação</i>	(5.117,01)	(5.117,01)
<i>(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia</i>	(3.349,85)	(3.349,85)
<i>(-) Despesas c/Jornais e Revistas</i>	(880,50)	(880,50)
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	(1.793,91)	(1.793,91)
<i>(-) Despesas c/Locações</i>	(58.468,30)	(58.468,30)
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	(14.515,00)	(14.515,00)
<i>(-) Despesas c/Material Permanente</i>	(4.325,06)	(4.325,06)
<i>(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos</i>	(10.940,29)	(10.940,29)
<i>(-) Despesas c/Juros e/ou Multas</i>	(221,72)	(221,72)
<i>(-) Reembolso de Kilometragem</i>	(538,20)	(538,20)
<i>(-) Empréstimos Concedidos - FNM</i>	0,00	0,00
<i>(-) Empréstimos Concedidos - FUNDO ÚNICO</i>	(5.417,00)	(5.417,00)
CNESF-Coord. Nac. Ent. Serv. Federais	489.796,06	484.218,36
<i>Contribuições Recebidas</i>	2.407.137,16	2.266.427,67
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	383.558,13	358.906,80
<i>Receitas de Plenária/Seminários</i>	150.691,73	150.691,73
<i>Depósitos a Identificar</i>	54.425,96	54.425,96
<i>Empréstimos Recebidos - ANDES</i>	0,00	0,00
<i>Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE</i>	100,00	100,00
<i>Receitas de Eventos</i>	549.601,82	464.242,25
<i>(-) Despesas c/Material de Expediente</i>	(79.349,58)	(79.349,58)
<i>(-) Despesas c/Plano de Saúde</i>	(3.182,21)	(3.182,21)
<i>(-) Despesas c/Fotocópias</i>	(5.138,60)	(5.138,60)
<i>(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade</i>	(82.623,00)	(82.623,00)
<i>(-) Despesas c/Juros e Multas</i>	(2.945,91)	(2.940,03)
<i>(-) Despesas c/Telefone</i>	(86.360,14)	(83.357,16)
<i>(-) Despesas c/Condução e Transporte</i>	(23.276,04)	(9.646,04)
<i>(-) Despesasa c/Água e Esgoto</i>	(392,16)	(392,16)
<i>(-) Despesas c/Energia Elétrica</i>	(9.920,76)	(9.471,62)

<i>(-) Despesas c/Condomínios</i>	(31.299,98)	(27.886,02)
<i>(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF</i>	(19.530,07)	(16.820,47)
<i>(-) Despesas c/Prestação de Serviços</i>	(263.694,74)	(254.300,66)
<i>(-) Despesas c/Vale Alimentação</i>	(11.454,65)	(11.454,65)
<i>(-) Despesas c/Vale Transporte</i>	(120,00)	(120,00)
<i>(-) Despesas c/Internet</i>	(8.997,61)	(7.639,93)
<i>(-) Despesas c/Material de Limpeza</i>	(1.740,83)	(1.740,83)
<i>(-) Despesas c/Genêros Alimentícios</i>	(261.761,35)	(229.343,35)
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	(180.603,52)	(177.641,52)
<i>(-) Despesas c/Locações</i>	(461.348,15)	(414.731,55)
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	(1.372,35)	(1.372,35)
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(6.075,00)	(6.075,00)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(28.416,24)	(26.749,85)
<i>(-) Despesas c/Gratificações</i>	(150,00)	(150,00)
<i>(-) Despesas c/Brindes</i>	(24.523,98)	(24.523,98)
<i>(-) Despesas c/Flores e Ornamentos</i>	(455,00)	(455,00)
<i>(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados</i>	(54.239,98)	(54.239,98)
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	(104.357,14)	(104.357,14)
<i>(-) Despesas c/Transportes e Fretes</i>	(11.780,54)	(11.780,54)
<i>(-) Despesas c/Alimentação</i>	(110.176,79)	(102.960,59)
<i>(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos</i>	(10.913,46)	(10.913,46)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(995.891,88)	(876.698,92)
<i>(-) Empréstimos Concedidos</i>	(400,00)	(400,00)
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	(115.496,06)	(115.496,06)
<i>(-) Despesas c/IPTU</i>	(8.831,87)	(7.724,65)
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	(38.338,46)	(38.338,46)
<i>(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro</i>	(5.096,52)	(5.096,52)
<i>(-) Devedores Diversos</i>	(800,00)	(800,00)
<i>(-) Despesas c/Impostos e Taxas Diversas</i>	(4.664,17)	(4.664,17)
FUNDO ÚNICO-Fundo Nac /Mob/Greve	7.702.524,11	6.369.557,55
<i>Contribuições Recebidas</i>	6.083.029,86	4.817.675,86
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	2.546.367,71	2.222.612,74
<i>FNM - Fundo Nacional de Mobilização</i>	1.054.607,81	1.054.607,81
<i>Empréstimo Concedido ao FNM pelo FNG</i>	0,00	0,00
<i>Fundo de Solidariedade</i>	1.899.943,64	1.899.943,64
<i>Empréstimo Conc Fundo de Solidariedade p/ANDES</i>	0,00	0,00
<i>Empréstimo Recebido - FNG</i>	5.417,00	5.417,00
<i>Depósitos a Identificar</i>	19.652,89	19.617,41
<i>Doações Recebidas</i>	440.901,50	440.901,50
<i>Receitas Diversas</i>	3.000,10	2.000,10
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	(27.444,15)	(21.987,15)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(2.447.105,07)	(2.357.972,09)
<i>(-) Empréstimo Concedido ADUNEB pelo FNM</i>	0,00	0,00
<i>(-) Empréstimo Concedido ANDES pelo FNM</i>	0,00	0,00
<i>(-) Empréstimo Conc SINDURCA p/Fdo de</i>	0,00	0,00

<i>Solidariedade</i>		
<i>(-) Empréstimo Concedido CNESF p/Fdo de Solidariedade</i>	(100,00)	(100,00)
<i>(-) Empréstimos Concedidos - ANDES</i>	(32.057,55)	(20.981,76)
<i>(-) Desp. c/Material de Consumo Diversos</i>	(51.839,93)	(51.839,93)
<i>(-) Desp. c/Passagens Aéreas, Terrestres</i>	(90.173,11)	(90.173,11)
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	(112.924,27)	(112.924,27)
<i>(-) Desp. c/Loações Diversas</i>	(407.741,80)	(399.941,80)
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(18.600,00)	(17.160,00)
<i>(-) Despesas c/Condução e Transporte Urbano</i>	(516.129,11)	(480.356,00)
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	(117.746,75)	(91.359,75)
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	(2.182,91)	(2.182,91)
<i>(-) Despesas c/Prestação de Serviços</i>	(285.979,75)	(216.977,55)
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	(54.013,62)	(54.013,62)
<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	(158.922,19)	(147.812,38)
<i>(-) Despesas c/Reembolso de Kilometragem</i>	(1.484,35)	(1.484,35)
<i>(-) Devedores Diversos</i>	0,00	0,00
<i>(-) Despesas c/Juros e Multas</i>	(0,74)	(0,74)
<i>(-) Despesas c/Medicamentos e Utensílios de Farmácia</i>	(2.607,10)	(2.607,10)
<i>(-) Despesas c/Ajuda de Custos</i>	(23.344,00)	(23.344,00)
FUNDO NACIONAL PERMANENTE DE SOLIDARIEDADE	145.168,50	0,00
<i>Contribuições Recebidas</i>	342.368,00	0,00
<i>Empréstimo Recebido - ANDES</i>	0,00	0,00
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	(3.699,50)	0,00
<i>(-) Despesas c/Ajuda de Custo</i>	(193.500,00)	0,00
Total do Passivo Circulante	9.270.365,69	7.664.389,68
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
EXIGIVEL A LONGOPRAZO		
<i>Receitas Antecipadas</i>	0,00	158,07
Total do Passivo Não Circulante	0,00	158,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SUPERÁVITS/DÉFICITS ACUMULADOS	7.657.435,61	6.549.813,37
<i>Superávit Acumulado</i>	7.657.435,61	7.535.287,29
<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	0,00	(985.473,92)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	1.508.833,17	1.412.835,05
<i>Superávit do Período</i>	1.508.833,17	1.412.835,05
Total do Patrimônio Líquido	9.166.268,78	7.962.648,42
TOTAL DO PASSIVO	18.436.634,47	15.627.196,17

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2018 que apresenta um total de R\$ 18.436.634,47 (dezoito milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, seiscientos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo

Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2018

ANTONIO GONÇALVES FILHO

Presidente

CPF: 493.932.783-34

RAQUEL DIAS ARAUJO

1º Tesoureira

CPF: 424.456.473-04

IÊDA MENDES CORREA

Contadora

CPF: 401.745.141-15

CRC/DF: 013.720/O-8

31 de Dezembro de 2018
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2018	2017
	R\$	R\$
RECEITAS ORDINÁRIAS	13.272.972,43	12.650.088,62
RECEITAS SOCIAIS	13.113.780,07	12.256.987,51
<i>Contribuições</i>	13.113.780,07	12.256.987,51
Outras Receitas	3.080,63	191.652,67
Doações/Contribuições	0,00	184.501,95
Contribuição Sindical	0,00	90,00
Descontos Obtidos	30,65	10,00
Mensalidade Sindical	3.049,98	7.050,72
Receitas Financeiras	156.111,73	201.448,44
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	156.111,73	201.448,44
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	4.612,14
Receitas Diversas	0,00	4.612,14
Receitas de Eventos	0,00	4.612,14
Receitas c/Encontro Nacional de Educação	0,00	0,00
Receitas Diversas	0,00	0,00
Total das Receitas	13.272.972,43	12.654.700,76

DESPESAS	2018	2017
	R\$	R\$
DESPESAS OPERACIONAIS	11.764.139,26	11.241.865,71
DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS	4.009.995,09	3.531.624,28
Despesas c/Pessoal	2.709.568,51	2.811.498,65
Ordenados e Salários	1.817.005,18	1.612.042,76
Férias	0,00	153.868,30
1/3 Férias	0,00	51.289,41
Abono Pecuniário de Férias	0,00	29.509,82
13º Salário	0,00	165.553,05
Horas Extras	27.752,88	33.417,65
DSR s/HE	12.278,59	7.216,48
Indenizações Trabalhistas	45.837,61	13.681,03
Licença Prêmio	105.299,59	27.137,07
Reembolso Creche/Auxílio Educação	19.557,00	26.360,35
Aviso Prévio	4.659,39	6.749,31
Adicional Noturno	285,94	319,11
Salário Maternidade	3.546,71	15.154,86
Gratificações Eventuais	0,00	794,04
Atestado Saúde Ocupacional	110,00	165,00
Auxílio Alimentação/Refeição	467.007,57	446.443,81
Vale Transporte	21.745,17	23.177,61

Auxílio Saúde	124.523,98	118.711,91
Hora Extra Pré-Contratada	40.315,08	59.722,05
Menor Aprendiz/Inst. FECOMÉRCIO	11.017,33	11.712,23
Reembolso Material Escolar	3.816,00	4.648,40
Complemento Auxílio Doença	0,00	3.824,40
Incentivo Escola - PCCS - (5%-10%)	4.810,49	0,00
Encargos Sociais	825.244,10	720.125,63
INSS Patronal	598.467,72	522.640,88
FGTS	201.132,69	175.312,59
PIS s/Folha de Pagamento	25.643,69	22.172,16
Provisão P/Férias e 13º Salário	475.182,48	0,00
Provisão p/Férias	275.324,64	0,00
Provisão p/13º Salário	199.857,84	0,00
DIÁRIAS E AUXÍLIO DEPENDENTE – DIRETORES	519.493,79	529.030,94
Despesas c/Diárias	455.653,79	508.330,94
Diretores	413.705,79	448.950,94
Funcionários	4.440,00	3.240,00
Colaboradores/Convidados/Assessores	37.508,00	56.140,00
AUXILIO DEPENDENTE - DIRETORES	63.840,00	20.700,00
Auxílio Dependentes - Diretores	63.840,00	20.700,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	5.146.436,24	4.882.552,53
Despesas c/Material de consumo	223.323,80	134.353,31
Material de Expediente	27.539,26	28.347,62
Gás, Combustível e Lubrificantes	15.864,87	17.738,93
Material de Limpeza, Higiene e Conservação	11.207,24	10.368,09
Gêneros Alimentícios	44.026,43	32.363,72
Material de Copa e Cozinha	1.833,92	1.218,14
Material de Manutenção e Reparos	48.347,27	13.189,41
Material de Uso Duradouro	1.249,70	240,00
Medicamentos e Utensílios de Farmácia	740,61	405,93
Equipamentos e Material de Informática	48.998,05	9.851,59
Material Elétrico e Hidráulico	2.425,00	4.229,83
Material de Cama, Mesa e Banho	3.070,00	0,00
Uniformes e Vestuários em Geral	1.465,92	240,00
Bens de Pequeno Valor	10.478,06	5.572,15
Materiais p/Eventos, Divulgação e Afins	416,67	10.356,00
Outros Materiais de Consumo	5.660,80	231,90
Serviços de Terceiros - PF	194.934,65	218.926,67
Assessoria Jurídica - PF	55.000,00	36.850,00
Serviços Fotográficos - PF	0,00	857,14
Limpeza e Conservação - PF	3.033,34	1.305,94
Serviços de Terceiros - Fundos	0,00	0,00
Serviços de Digitalização (Bolsistas)	20.906,45	75.180,00
Bolsa Pesquisa - PF	42.000,00	24.000,00
INSS s/Serviços - PF	38.292,67	36.770,77
Outros Serviços - PF	24.414,00	23.427,06

Manutenção e Reparos de Bens Imóveis	35,00	2.250,00
Tradução/Revisão de Textos - PF	11.253,19	18.285,76
Serviços de Terceiros - PJ	4.659.002,73	4.529.272,55
Assessoria Jurídica - AJN	556.770,02	547.598,16
Assessoria Contábil - PJ	112.676,46	108.353,14
Transportes e Fretes	293.368,96	315.367,08
Conduções e Transportes Urbanos	137.051,14	138.717,69
Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	1.216.557,21	1.093.246,73
Hospedagem	687.883,26	603.482,58
Telefone	80.924,09	106.301,97
Energia Elétrica	49.761,14	55.523,17
Alimentação	30.645,53	7.281,03
Aluguel de Bens Imóveis	258.385,67	261.407,46
Condomínio	149.437,66	148.547,61
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	40.190,69	55.443,38
Serviços Gráficos	99.970,10	30.957,00
Assessoria Jurídica - Regionais	413.022,98	424.468,35
Assinaturas e Periódicos	1.250,68	2.025,88
Internet	7.475,65	36.872,80
Cópias/Encadernações/Impressões e Afins	3.895,00	98,60
Assinatura de TV a Cabo	2.938,06	2.710,48
Correios e Telégrafos	21.449,65	33.354,16
Reembolso de Quilometragem	10.542,38	8.720,48
Estacionamento/Pedágios	3.833,20	4.259,50
Serviços Fotográficos - PJ	9.360,00	9.250,00
Anúncios e Publicações	5.088,60	3.798,75
Revisa Universidade e Sociedade	79.060,16	132.653,19
Serviços Técnico Profissional - PJ	76.679,10	96.570,08
Outras Despesas	0,00	4.555,00
Jornal Informandes	237.527,50	253.080,00
Seguros em Geral	6.160,50	6.137,07
Locação de Bens Móveis	40.783,00	3.125,00
Locações de Veículos	2.936,43	10.487,08
Custas e Emolumentos	18.074,91	15.698,58
Seminários, Congressos, Cursos e Afins	5.303,00	2.640,00
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	0,00	280,00
Festividades e Homenagens	0,00	6.260,55
Outras Despesas Administrativas	69.175,06	0,00
Comissão Eleitoral - CEC	69.175,06	0,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	29.271,07	24.071,03
Despesas Tributárias	29.271,07	24.071,03
IPTU/TLP	27.238,68	22.178,96
Impostos e Taxas Diversas	2.032,39	1.892,07
DESPESAS FINANCEIRAS	20.879,84	18.230,22
Despesas Financeiras	20.879,84	18.230,22
Despesas Bancárias	20.107,39	17.268,05
Juros e Multas p/Atraso	48,77	886,21

IOF	723,68	75,96
CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	915.290,86	912.023,90
<i>Contribuições /Doações</i>	915.290,86	912.023,90
DIEESE- Dep.Inst.Estat.Est. Social	49.364,52	63.349,25
DIAP- Dep. Interes.Ass.Parlam.	4.404,00	4.404,00
CNESF-Coord.Nac. Ent. Serv. Feder	115.899,49	124.167,98
CONLUTAS-Ass. Coord. Nac. Lutas	360.000,00	332.000,00
Assoc. Amigos Esc Nac Florestan Fernandes	24.000,00	24.000,00
Associação Auditoria Cidadã da Dívida	22.500,00	25.000,00
FUNDO ÚNICO	231.798,98	243.336,41
Casarão da Luta - MTST	0,00	4.000,00
Associação Esperança de um Novo Milênio	0,00	27.000,00
Associação Amigos da Luta dos Sem Teto	30.000,00	0,00
Outras Contribuições/Doações	77.323,87	64.766,26
DESPESAS C/REGIONAIS	1.033.246,38	1.298.457,87
<i>Despesas c/Regionais</i>	1.033.246,38	1.298.457,87
Regional Sul	74.633,40	97.680,66
Regional RJ	135.190,32	116.581,18
Regional NE I	131.050,44	171.454,52
Regional NE II	55.313,39	55.563,26
Regional NE III	110.571,16	114.940,48
Regional SP	71.375,62	80.479,85
Regional Leste	64.281,30	109.904,89
Regional Norte I	36.023,89	77.187,74
Regional Norte II	64.673,94	102.730,07
Regional Planalto	90.445,56	180.173,76
Regional Pantanal	111.899,90	81.993,43
Regional RS	87.787,46	109.768,03
DESPESAS DIVERSAS	89.525,99	45.874,94
<i>Despesas Diversas</i>	89.525,99	45.874,94
Despesas de Exercícios Anteriores	36.349,31	6.984,58
Despesas c/Eventos	5.618,29	7.126,21
Perdas Diversas	44.980,20	5,27
Despesas c/Encontro Nacional de Educação	0,00	37,80
Sentenças Judiciais	2.578,19	31.721,08
Total das Despesas	11.764.139,26	11.241.865,71
(=) Superávit do período	1.508.833,17	1.412.835,05

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período que apresenta no exercício em referência um superávit de R\$ 1.508.833,17 (hum milhão, quinhentos e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e dezessete centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a

responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2018

ANTONIO GONÇALVES FILHO

Presidente

CPF: 493.932.783-34

RAQUEL DIAS ARAUJO IÊDA MENDES CORREA

1º Tesoureira

CPF: 424.456.473-04

Contadora

CPF: 401.745.141-15

CRC/DF: 013.720/O-8

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em Reais)
 CNPJ 00.676.296/0001-65

	Patrimônio Líquido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	0,00	0,00	7.962.648,42	7.962.648,42
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	(305.212,81)
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REVERSÕES DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAÇÃO AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPÉRAVIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	1.508.833,17	1.508.833,17
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	0,00	0,00	9.471.481,59	9.166.268,78

ANTONIO GONÇALVES FILHO
Presidente
 CPF: 493.932.783-34

RAQUEL DIAS ARAUJO
1º Tesoureira
 CPF: 424.456.473-04

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
 CPF: 401.745.141-15
 CRC/DF: 013.720/O-8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRACÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Nota 1: Contexto Operacional

O SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR foi constituído pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários em 19 de fevereiro de 1981, em Campinas/SP, como pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada com a nomenclatura de Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES.

Constituiu-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a partir do II CONGRESSO Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para fins de defesa e representação legal dos docentes, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades, das Instituições de Ensino Superior - IES, públicas e privadas, por prazo indeterminado, com a denominação de ANDES - SINDICATO NACIONAL. Incluem-se, entre as Instituições de Ensino Superior, os Centros de Educação Tecnológica.

O ANDES_SINDICATO NACIONAL tem sua sede jurídica e administrativa em Brasília e sua jurisdição em todo o território nacional.

Tem por finalidade precípua a união, a defesa de direitos e interesses da categoria e a assistência a seus sindicalizados.

É uma entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias.

Em sua gestão, são observadas as disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto Social, nos atos aprovados no Congresso, CONAD e Reuniões de Diretoria.

Nota 2: Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades sindicais, as disposições das Leis 6.404/76 e 11.638/07 e alterações.

Nota 3: Principais Práticas Contábeis

As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

- a) As receitas da Entidade são contabilizadas pelo Regime de Caixa e as despesas, em sua maioria, por competência.
- b) A classificação das contas obedece ao disposto nos artigos 178 a 182 da Lei 6.404/76 e alterações;
- c) As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do balanço.
- d) Os direitos e as obrigações estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, efetuados com base em documentação comprobatória hábil;
- e) O ANDES_SN é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto goza de imunidade tributária. O Sindicato efetua o recolhimento da Contribuição de PIS sobre a folha de pagamento.
- f) Os bens patrimoniais adquiridos são registrados pelo valor de aquisição. Não houve registro de depreciação/amortização no exercício em referência;
- g) O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios;
- h) Fundos para Financiamento de Campanha - no Passivo, as contribuições recebidas das seções sindicais, estão segregadas por fundo com a demonstração dos valores recebidos mês a mês, com os rendimentos auferidos das contas de aplicações financeiras, bem como da aplicação dos recursos, que por sua vez são demonstrados através de uma conta contábil redutora.
- i) O Patrimônio Líquido é representado pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Nota 4: Disponibilidades

Os saldos estão devidamente conciliadas com os extratos bancários apresentando a seguinte composição em 31/12/2018:

	2018	2017
Disponibilidades	13.718.040,78	11.113.409,32
Caixa	682.100,80	6.301,85
Caixa - ANDES	630.214,42	2.826,17
Caixa - CNESF	585,09	285,09
Caixa - FUNDO ÚNICO	1.845,80	3.190,59
Caixa - ANDES - Moedas Estrangeiras	49.455,49	0,00
Banco c/Movimento	287.433,34	485.318,67
BB c/c 437.864-4 (Eventos)	59.661,69	16.438,20
CEF c/c 51.567-2 (Contrib. Sindical)	9.030,50	413.018,26
BB c/c 223.926-4 (FNG)	73.572,65	31.434,21
BB c/c 403.727-8 (Fdo Nac. Perm. de Solidariedade)	145.168,50	24.428,00
Banco c/Depósitos Bloqueados	3.200,00	11.521,00
BB c/c 403.726-x (ANDES)	3.200,00	10.801,00
BB c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	0,00	720,00
Banco c/Aplicações Financeiras	12.745.306,64	10.610.267,80
BB c/403.726-x (ANDES)	4.392.041,39	3.593.452,85
BB c/437.525-4 (CNESF)	489.210,97	483.933,27
BB c/437.864-4 (Eventos)	4.496,16	12.183,52
BB c/23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	7.700.998,07	6.365.966,72

BB c/223.926-4 (FNG)	158.560,05	154.731,44
----------------------	------------	------------

Nota 5: Devedores por Empréstimos

	2018	2017
Devedores por Empréstimos	44.312,88	14.300,00
FNG – Fundo Nacional de Greve	43.512,88	0,00
ADUFEPE - SSind	800,00	800,00
Solidariedade Estaduais/RJ	0,00	13.500,00

O valor de R\$ 43.512,88 refere-se a contribuições do ANDES depositadas indevidamente na conta corrente do FNG.

O valor de R\$ 800,00 refere-se a empréstimo concedido para ADUFEPE no dia 12/05/2016.

Nota 6: Devedores da Entidade

	2018	2017
Devedores da Entidade	133.947,83	87.862,30
AD's Rateio 34º Congresso – Brasília/DF	1.450,70	1.450,70
AD's Rateio 60º CONAD – Vitória/ES	681,09	681,09
AD's Rateio 35º Congresso – Curitiba/PR	1.871,44	12.286,08
SSindicais Rateio 36º Congresso – Cuiabá/MT	14.738,35	16.872,57
SSindicais Rateio 62º CONAD – Niterói/RJ	18.707,36	50.652,65
SSindicais Rateio 37º Congresso – Salvador/BA	29.213,80	0,00
SSindicais Rateio 63º CONAD – Fortaleza/CE	57.421,13	0,00
Devedores Diversos	9.863,96	5.919,21

Os valores demonstrados nesse grupo referem-se a saldo de rateios devidos ao ANDES pelas Seções Sindicais por ocasião das prestações de contas de Congressos e CONAD's diversos.

O saldo de R\$ 9.863,96 refere-se a pagamentos diversos efetuados a maior pelo ANDES, sendo R\$ 570,92 é remanescente do exercício de 2015, R\$ 5.348,29 de 2017 e R\$ 3.944,75 de 2018.

Nota 7: Créditos Diversos

	2018	2017
Créditos Diversos	40.230,55	34.955,20
Despesas a Regularizar	31.292,42	27.051,53
Cheques em Caução	2.000,00	2.000,00
INSS a Recuperar	4.012,21	4.012,21
Secretaria de Fazenda e Planejamento	1.891,46	1.891,46
Salário Maternidade a Recuperar	1.034,46	0,00

O valor de R\$ 31.292,42 refere-se a pagamentos efetuados pelo ANDES sem a apresentação dos respectivos comprovantes, sendo R\$ 3.037,81 remanescentes do exercício de 2015, R\$ 24.013,72 de 2017 e R\$ 4.240,89 de 2018.

O valor de R\$ 2.000,00 é relativo à caução de aluguel da sala do Regional NORTE I.

O saldo das contas INSS a recuperar (R\$ 4.012,21) e Secretaria de Fazenda e Planejamento (R\$ 1.891,46) é composto por pagamentos efetuados a maior e/ou indevidamente aos respectivos órgãos.

O valor de R\$ 1.034,46 é relativo a salário maternidade da competência dezembro/2018 para recuperação em janeiro/2019.

Nota 8: Adiantamento a Funcionários

	2018	2017
Adiantamento a Funcionários	18.566,31	42.306,46
Adiantamento de Salários	8.834,34	12.378,98
Adiantamento de Férias	9.274,19	29.529,28
Adiantamento de Vale Transporte	457,78	398,20

O valor de R\$ 8.834,34 refere-se a adiantamento de salário concedido aos empregados do ANDES_SN, por época do retorno das férias.

O saldo de R\$ 457,78 é relativo a pagamento de vale transporte no mês de novembro/2018 do Regional SP para utilização em janeiro e fevereiro/2019.

Nota 9: Adiantamento a Fornecedores

O saldo de R\$ 113.855,00 refere-se a adiantamentos concedidos a fornecedores diversos no exercício de 2018.

Nota 10: Adiantamento a Regionais

	2018	2017
Adiantamento a Regionais	89.810,54	57.887,52
Regional Sul	1.754,49	1.487,58
Regional RJ	21.322,27	17.316,91
Regional NE I	(149,79)	733,05
Regional NE II	5.965,32	3.650,77
Regional NE III	1.362,05	3.307,15
Regional SP	1.922,57	615,70
Regional Leste	7.582,55	5.362,47
Regional Norte I	6.344,16	10.037,11
Regional Norte II	4.051,22	2.130,31
Regional Planalto	32.612,71	6.636,18
Regional Pantanal	2.316,82	4.767,78
Regional RS	4.726,17	1.842,51

Os saldos demonstrados são compostos por valores em espécie e em contas correntes em poder dos regionais em 31/12/2018, todos devidamente conciliados com as prestações de contas.

Nota 11: Depósitos Judiciais

Refere-se a depósitos/bloqueios judiciais efetuados em função de Ações e/ou Processos movidos contra o ANDES_SN.

Nota 12: Adiantamentos Diversos

Refere-se a adiantamentos concedidos a diversos para posterior regularização.

Nota 13: Imobilizado

O Ativo Imobilizado do ANDES apresenta a seguinte composição em 31/12/2018

	2018	2017
Imobilizado	4.181.791,93	4.170.033,07
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.365.480,59	1.353.721,73
Móveis e Utensílios	319.018,46	317.708,46
Biblioteca	555,00	555,00
Máquinas e Equipamentos	525.627,02	531.847,02
Equipamentos de Informática	487.582,25	484.093,25
Equipamentos de Comunicação	32.697,86	19.518,00

(-) Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
(-) Dep. Móveis e Utensílios	(20.191,19)	(20.191,19)
(-) Dep. Máquinas e Equipamentos	(47.558,40)	(47.558,40)
(-) Dep. Equipamentos de Informática	(5.217,69)	(5.217,69)
(-) Dep. Edificações	(14.079,52)	(14.079,52)
(-) Dep. Benfeitorias	(6.272,17)	(6.272,17)
(-) Dep. Máq. Motores e Aparelhos - BTNF	(1.118,79)	(1.118,79)
Bens Intangíveis	15.635,51	15.635,51
Intangível	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-) Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)

No exercício de 2018 foram efetuadas aquisições de Móveis e Utensílios (R\$ 1.310,00), Equipamentos de Informática (R\$ 3.489,00) e Equipamentos de Comunicação (R\$ 13.179,86) e baixados 04 (quatro) aparelhos de ar condicionados (Máquinas e Equipamentos) no montante de R\$ 6.220,00.

Ressalte-se que os valores contábeis dos bens que compõem o Imobilizado do ANDES não foram compatibilizados com inventário físico em virtude do mesmo não ter sido realizado.

Nota 14: Fornecedores Diversos

O saldo de R\$ 49.163,02 é composto por serviços de pessoas jurídicas provisionados em dezembro/2018 para pagamento em 2019.

Nota 15: Obrigações Sociais e Trabalhistas

Saldo de obrigações sociais e trabalhistas, com a seguinte composição:

	2018	2017
Obrigações Sociais e Trabalhistas	540.643,97	187.389,51
Obrigações Sociais e Trabalhistas	205.416,55	187.389,51
INSS a Recolher	182.502,57	168.251,43
FGTS a Recolher	22.913,98	19.138,08
Provisão p/Férias e 13º Salário	335.227,42	0,00
Provisão p/Férias	252.633,55	0,00
Provisão INSS s/Férias	59.874,19	0,00
Provisão FGTS s/Férias	20.193,23	0,00
Provisão PIS s/Férias	2.526,45	0,00

As provisões para férias são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários, acrescidos dos respectivos encargos.

Nota 16: Obrigações Fiscais e Tributárias

Saldo de obrigações fiscais e tributárias, como segue:

	2018	2017
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	41.111,11	56.588,40
Obrigações Fiscais e Tributárias - ANDES	40.791,35	56.268,64
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	16.634,93	32.033,16
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	43,41	476,77
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	990,64	951,85
PIS s/Folha a Recolher (8301)	1.868,83	3.210,67
ISS a Recolher	17.779,91	16.259,37
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	3.070,97	2.950,74
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	402,66	386,08
Obrig. Fiscais e Trib. – FUNDO ÚNICO	319,76	319,76
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	77,99	77,99
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	241,77	241,77

O saldo de R\$ 39.272,28 refere-se a retenções efetuadas sobre serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas e o valor de R\$ 1.868,83 é relativo à PIS sobre folha de pagamento.

Nota 17: Credores da Entidade

	2018	2017
Credores da Entidade	3.798,08	241.434,94
Credores Diversos - Congressos	3.798,08	3.103,18
Solidariedade Estaduais/RJ	0,00	24.428,00
37º Congresso – Salvador/BA	0,00	(20.000,00)
Credores Diversos	0,00	233.903,76

O valor de R\$ 3.798,08 refere-se a valores devidos às seções sindicais pelo ANDES, relativo ao 35º/37º Congresso.

Nota 18: Depósitos de Diversas Origens

O valor de R\$ 33.970,59 refere-se a créditos/depósitos efetuados nas contas correntes do ANDES sem identificação da origem dos mesmos.

Nota 19: Credores por empréstimos

	2018	2017
Credores por Empréstimos	32.057,55	20.981,76
FUNDO ÚNICO	32.057,55	20.981,76

O valor de R\$ 32.057,55 refere-se a depósitos do Fundo Único efetuados indevidamente nas contas correntes do ANDES.

Nota 20: Fundos p/Financiamento de Campanha

Saldo dos recursos financeiros dos Fundos administrados pelo ANDES, devidamente conciliados com os extratos bancários, com a seguinte composição em 31/12/2018:

COMPARATIVO DO ATIVO E DO PASSIVO			
ATIVO			PASSIVO
C/C	Fundo	Saldo em Caixa, conta corrente e Aplicações Grupo 1.1.1	Fundos p/Financiamento de Campanhas Grupo 2.1.1/2.1.2
BB – 223.926-4	FNG	R\$ 232.132,70	R\$ 232.132,70
BB – 437.525-4	CNESF	R\$ 489.796,06	R\$ 489.796,06
BB – 23.926-7	FUNDO ÚNICO	R\$ 7.702.843,87	R\$ 7.702.843,87
BB – 403.727-8	FDO NAC PERMANENTE DE SOLIDARIEDADE	R\$ 145.168,50	R\$ 145.168,50
Total do Ativo		R\$ 8.569.941,13	Total do Passivo R\$ 8.569.941,13

Nota 21: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido, que ao final de 2017 era de R\$ 7.962.648,42 passou para R\$ 9.166.268,78 no exercício de 2018, conforme demonstrado:

Patrimônio Líquido em 31/12/2017	7.962.648,42
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(305.212,81)
(-) Superávit apurado no exercício	1.508.833,17
Patrimônio Líquido em 31/12/2018	9.166.268,78

O valor de R\$ 305.212,81 refere-se à inscrição de provisão de férias adquiridas e proporcionais e referidos encargos acumulados até o exercício de 2017.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2018

Antonio Gonçalves Filho

Presidente

CPF: 493.932.783-34

Raquel Dias Araujo

1º Tesoureira

CPF: 424.456.473-04

Iêda Mendes Corrêa

Contadora

CPF: 401.745.141-15

CRC/DF 013.720/O-8

TEXTO 20*Diretoria do ANDES-SN***PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2020****TR – 20**

O 64º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2020.

Receita	2020
Receita Total	13.025.000,00
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição SSind., Diversas)	5.000,00
Receita de aplicações financeiras	220.000,00
Receita de Contribuições	12.800.000,00
Despesas	2020
Alimentação	35.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	290.000,00
Anúncios Diversos	10.000,00
Assessoria Contábil - PJ	121.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	580.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	510.000,00
Assessoria Parlamentar - PJ	60.000,00
Assinaturas e Periódicos	3.000,00
Bolsa Pesquisa PF	20.000,00
Comissão eleitoral - CEC	80.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	150.000,00
Conduções e Passagens Urbanas/Taxi Ressarcimento	180.000,00
Contribuições – Auditoria Cidadã da Dívida	36.000,00
Contribuições – Escola Nacional Florestan Fernandes	36.000,00
Contribuições – Associação Amigos da Luta dos Sem Teto	36.000,00
Contribuições diversas	50.000,00
Correios e Telégrafos	30.000,00
Custas e Emolumentos	50.000,00
Despesas com Regionais	1.355.000,00
Despesas Diversas	150.000,00
Despesas Financeiras	25.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	35.000,00
Diárias/Auxílio - Diretores	550.000,00
Diárias Convidados/ Funcionários	50.000,00
Energia Elétrica	60.000,00
Estacionamentos / Pedágios	5.000,00
Hospedagem	700.000,00
INSS s/Serviços (Andes/regionais)	45.000,00

Internet e TV a Cabo	20.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	30.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	50.000,00
Material de Consumo	180.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	1.600.000,00
Pessoal e Encargos	4.200.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	250.000,00
Reembolso de Quilometragem	15.000,00
Repasse Fundo Único	250.000,00
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIAP/ CSP CONLUTAS	450.000,00
Revista - Universidade & Sociedade	90.000,00
Seguros em Geral	10.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	100.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PF	60.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PJ	100.000,00
Telefone	100.000,00
Transportadoras e Fretes	210.000,00
Total de despesas	12.967.000,00

TEXTO 21

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SN**TR – 21**

O 64º CONAD aprova a prestação de contas do 38º CONGRESSO do ANDES-SN.

DESPESAS 38º CONGRESSO	ANDES-SN	ADUFPA
<i>Especificação</i>	RATEIO	RATEIO
1-PESSOAL		
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria, Imprensa e CPD)		
Passagens Aéreas/ Terrestre	6.286,10	0,00
Hospedagem	9.180,00	0,00
Diárias	7.320,00	0,00
Hora extras	22.028,63	0,00
Taxi	100,00	0,00
Subtotal	44.914,73	0,00
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
Arte dos Cartazes	0,00	2.100,00
Cartazes Gráfica	0,00	546,00
Banner/Lona	0,00	4.160,00
Reprografia	0,00	5.008,50
Subtotal	0,00	11.814,50
3 – INFRAESTRUTURA		
Decoração	0,00	5.000,00
Tendas/Toldos	0,00	10.990,00
Apresentação Cultural	0,00	9.900,00
Sinalização	0,00	800,00
Aluguel de Equipamentos	0,00	7.000,00
Aluguel de Notebooks	3.740,00	0,00
Subtotal	3.740,00	33.690,00
4.Prestação de Serviços		
Som/ Áudio/Iluminação	0,00	3.700,00
Filmagem	0,00	4.400,00
Serviços Enfermagem/ Ambulância/Aluguel Cadeiras de Rodas	0,00	12.682,50
Brigadista/Segurança/Vigilante	0,00	10.875,50
Água Mineral	0,00	1.094,00
<i>Coffe Break</i>	0,00	31.500,00
Café	0,00	12.000,00
Prestação de Serviço de Apoio/Monitores	5.190,31	13.217,50
Serviços de Informatica	0,00	1.449,00

Apoio/ Copa/ limpeza	0,00	5.010,00
Uber/ Táxi	0,00	631,90
Correios		65,80
Transportadora	7.969,60	0,00
Espaço de Convivência (Alimentação, Pessoal, Transporte e Material Pedagógico)	0,00	13.278,44
Subtotal	13.159,91	109.904,64
5. Material de Consumo		
Material de Escritório e expediente	258,00	826,54
Material de Consumo	0,00	3.125,14
Material de Informática	716,60	0,00
Subtotal	974,60	3.951,68
6. Material distribuído aos delegados e observadores		
Pastas/ Bolsas	0,00	19.200,00
Camisetas	0,00	16.750,00
Crachá	0,00	2.403,00
Cadernos	0,00	14.187,00
Guia do Congressista	0,00	1.190,00
Blocos	0,00	1.680,00
Subtotal	0,00	55.410,00
7. COMISSÃO ORGANIZADORA		
Diárias	3.720,00	0,00
Passagens Aéreas	7.605,75	0,00
Hospedagem	3.645,40	0,00
Subtotal	14.971,15	0,00
8. Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sind c/ menos de 101 filiados.		
SESUNIPAMPA	1.451,55	
ADLESTE	1.217,40	0,00
Subtotal	2.668,95	0,00
9. Delegados Eleitos Conforme do Art. 41 Inciso 8 § 5 (via secretaria)		
Docentes UFBA/ Diárias	9.360,00	0,00
Docentes UFBA/ Passagens	16.107,28	0,00
Docentes UFBA/ Hospedagens	16.680,40	0,00
Docentes UFG/ Diárias	8.640,00	0,00
Docentes UFG/ Passagens	10.995,11	0,00
Docentes UFG/ Hospedagens	13.000,00	0,00
Subtotal	74.782,79	0,00
TOTAL	155.212,13	214.770,82

Total de Despesas Realizadas		369.982,95
Total de Despesas Previstas para Rateio	368.447,13	

Total de Despesas Realizadas	369.982,95
Porcentagem da diferença	0,42%
Valor pago a maior	1.535,82

TEXT0 22

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 65º CONAD DO ANDES-SN

TEXT0 DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 65º CONAD do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até as 17h do dia **12 de julho de 2019**, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR – 22

O 65º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da Seção Sindical.

TEXT0 23

Contribuição do(a)s professore(a)s: Andréia Moassab (Direção da SESUNILA), Senilde Guanaes (Direção SESUNILA), Patrícia Mechi (Direção da SESUNILA), Neila Nunes de Souza (SESDUFT) e Carla Rodrigues (SESUNIPAMPA).

VIABILIZAÇÃO DE AMPLA DEFESA EM CONTEXTOS DE PERSEGUIÇÃO A DOCENTES

TEXT0 DE APOIO

Nos últimos anos têm se observado um aumento significativo de seções sindicais do ANDES-SN. Em um momento de enormes ataques, tanto ao campo sindical combativo, como às universidades públicas, esta é uma resposta importante da categoria docente,

que entende o ANDES-SN como seu representante legítimo. No entanto, para que o enraizamento do ANDES-SN nestas novas comunidades acadêmicas se dê por completo, é necessário uma certa atenção a essas novas seções sindicais. No atual momento de profunda perseguição judicializada à categoria docente, gostaríamos de relatar a necessidade premente de apoio financeiro ao acompanhamento jurídico de docentes politicamente perseguidos/as. Dada a singularidade da UNILA em ser uma universidade internacional, na fronteira, o forte racismo e xenofobia de setores conservadores do oeste do Paraná têm emergido desde as últimas eleições – e devem se acirrar cada vez mais - o que nos fazem ter urgência da necessidade de apoio jurídico local presencial. Some-se a essa singularidade que o combate à “Escola sem Partido” está intrinsecamente relacionado ao debate feminista, um dos “inimigos” centrais escolhidos, junto com a educação - pela direita conservadora em ascensão desde o golpe de 2016,- cujo episódio já continha evidentes traços de uma misoginia exacerbada. Destacamos alguns desses episódios para consideração:

Ameaças racistas no ambiente de trabalho

Em novembro de 2018, no entre turno das eleições nacionais, aconteceram ameaças anônimas racistas a docente em seu ambiente de trabalho. O docente teve capim espalhado em sua mesa na UNILA, juntamente com um bilhete anônimo assinado A.H., com clara referência a Adolf Hitler. Para além de todo estresse da situação, em episódios como esse há a necessidade do sindicato orientar e, muitas vezes, acompanhar o/a docente na delegacia para registrar B.O.

Proteção às professoras ameaçadas e a manutenção de seus direitos trabalhistas

No início do ano letivo, enquanto terminava a marcha do dia internacional de luta das mulheres, uma docente estava sendo ameaçada de morte pelo seu ex-companheiro, levando a SESUNILA à delegacia da mulher e ao CRAM - Centro Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Foz do Iguaçu. Verifica-se um aumento assustador na taxa de feminicídio, violência e abuso contra as mulheres nos primeiros meses do ano, do qual os sindicatos não podem se furtar. A violência contra a mulher tem relação direta com a defesa dos direitos trabalhistas, em vários aspectos. A nossa experiência recente demonstrou, por exemplo, que durante o prazo de cinco dias para a emissão da medida protetiva, a mulher trabalhadora não tem como justificar a sua ausência no trabalho, pois que apenas laudos de saúde justificam as faltas e não boletins de ocorrência, mesmo quando há risco de morte. A situação é agravada caso a vítima tenha a necessidade de ser acolhida em Casa-Abrigo, pois fica incomunicável por medida de segurança, por tempo indeterminado. Mesmo como o avanço conquistado com a Lei Maria da Penha, a qual prevê em seu artigo 9º a “manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses”, tal deve ser decretado pelo juiz ou juíza, exigindo a devida assistência jurídica à vítima. No caso específico, fez falta o serviço jurídico presencial para apoiar a professora em seu depoimento na delegacia e também para dar seguimento e verificar como resguardar seus direitos trabalhistas – e de todas as mulheres trabalhadoras - durante a ausência no trabalho por razões de segurança à vida.

Garantia da liberdade de cátedra

No início do semestre um docente da SESUNILA foi acusado de perseguição em um Boletim de Ocorrência registrado por aluna na delegacia, devido a conteúdo de sala de aula. Casos como esses tendem a se agravar na medida em que muitos/as alunos/as estão sendo, inclusive, orientados pelo MBL e outras forças políticas da extrema direita, por vezes com apoio financeiro dessas organizações. No caso específico do professor

cujo B.O tem relação direta com o exercício da docência, nos parece primordial que o sindicato possa acompanhar o seu depoimento na delegacia, devidamente amparado por advogado/a.

Deve-se ressaltar que em nenhum dos casos relatados acima a judicialização parte da luta docente, mas é uma necessária defesa quando os ataques vêm sendo judicializados. Ainda, apesar de aparentemente tratarem-se de casos “individuais”, entendemos que são todos derivados do atual contexto político que criminaliza a docência, sobreposta à ultra vulnerabilização de determinados grupos sociais, como as mulheres e as pessoas negras. Acreditamos que o sindicato deve se fortalecer para proteger a docente mulher e o/a docente negro/a, estrangeiro/a e indígena, nesse contexto, especialmente quando as ameaças têm implicações diretas com seu trabalho ou ambiente de trabalho, além de fortalecer a proteção aos/às docentes de um modo geral, no exercício de sua função.

No entanto, para as Seções Sindicais pequenas, tal assistência jurídica presencial é inviabilizada devido à baixíssima arrecadação sindical, sem que os problemas, sejam, por sua vez, menores. Pelo contrário, no caso da UNILA, suas singularidades têm demonstrado historicamente estarmos, enquanto instituição, sindicato e comunidade, absolutamente expostos nesse cenário de avanço da ultra-direita. Acreditamos, portanto, fazer-se necessária uma ação afirmativa do ANDES para equalizar as desigualdades de partida entre as seções sindicais, no que tange às condições de assistência jurídica presencial, sobretudo, aquelas emergenciais como relato acima.

A proteção jurídica contra perseguições políticas colabora para o enraizamento do sindicato no território e deve integrar campanhas de sindicalização, pois demonstra na prática que quem tem sindicato não está sozinho/a!

TR – 23

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. que a direção nacional do ANDES/SN viabilize em termos financeiros, para as seções sindicais com até 200 filiados/as, o apoio jurídico necessário para o acompanhamento de docentes em resposta a **(1.1)** perseguição política relacionada ao exercício docente e **(1.2)** perseguição resultante de racismo, xenofobia e/ou machismo, que impeçam, atrapalhem ou coloquem em risco o exercício da docência.

TEXTO 24

Contribuição do(a)s professores(a)s: Andréia Moassab (Direção SESUNILA) e Francieli Rebelatto (SESUNILA).

POR UMA PERSPECTIVA FEMINISTA DOS ESPAÇOS DELIBERATIVOS DO ANDES/SN

TEXTO DE APOIO

Se é justo comemorarmos a vitória da paridade para a direção nacional aprovada no 38o Congresso do ANDES/SN, é fato que precisamos avançar enquanto sindicato nas demais dimensões da clivagem de gênero na luta sindical. Gostaríamos de destacar dois pontos em específico: as regras para a suplência e a organização da plenária final. Ambos são produtos de um modelo patriarcal de organização democrática característico de uma sociedade que deliberadamente esquece suas crianças e despreza o trabalho de cuidar, usualmente a cargo das mulheres. Este é o caso da instauração de plenárias sem hora de acabar ou a suplência em definitivo.

Vejamos. É histórica a duração da plenária final dos congressos do ANDES/SN até as madrugada, o que não tem sido acompanhada por uma ampliação equivalente dos horários dos espaços das crianças. E nem deveria, pela insalubridade desse padrão para crianças e também para adultos/as. É naturalizado a ausência de jantar e de outros intervalos na plenária final - individualizando decisões de se ausentar e não votar nas deliberações. Uma vez que é sabido haver uma duração média de mais de 10 horas da plenária final, por que até hoje ela não é dividida em dois dias? A quem interessa esse modelo?

Além disso, a jornada exaustiva da plenária final, obedece a um padrão de produtividade contrário à luta sindical pelos direitos trabalhistas e mais, foram concebidos no âmbito de uma perspectiva androcêntrica de organização de espaços democráticos seguindo sendo excludente para as mulheres mães responsáveis pelas crianças que as acompanham no congresso.

Uma vez que o acúmulo histórico permite estimar a duração média das plenárias finais, seria mais incluyente e saudável para a saúde de todos/as que fosse houvesse um teto para encerramento dos trabalhos e sua retomada no dia seguinte. Tal artifício, mais realístico, também melhoraria a marcação das viagens de retorno, posto que, como observado, muitas passagens são marcadas para após a plenária final como desenhada atualmente, o que também leva a um esvaziamento do quórum nas últimas deliberações do nosso sindicato.

Em complementação, o segundo ponto a tratar retoma o destaque que a SESUNILA apresentou no artigo 4o da proposta de regimento do 38o Congresso Nacional do ANDES/SN, o qual não foi acatado. Era nossa preocupação que fosse excluída a palavra “definitivamente” da letra (a) do parágrafo 2º daquele artigo, que tratava da suplência dos/as delegados/as. A alteração foi emanada de assembleia da seção sindical, entendendo que a suplência deveria ser viabilizada sempre que houvesse necessidade de ausência justificada do/a delegado/a, mesmo que essa ausência fosse temporária.

Tal preocupação foi motivada especialmente devido preocupação com as delegadas mães, que frequentam estes espaços com seus filhos e filhas. Muitas vezes as crianças

necessitam de cuidados durante um período, sem que isso comprometa o retorno e participação das pessoas para o Congresso. Na ocasião, especialmente os usuais subterfúgios administrativos foram suficientes para inviabilizar uma melhora na participação das docentes mães, o que condiz historicamente com as escusas, mesmo do campo progressista, no que tange à ampliação da participação política das mulheres. Acreditamos que com o devido tempo é possível pensar-se soluções administrativas viáveis para a flexibilização da suplência – evidente, mantendo a avaliação da secretaria do encontro sobre a justeza do pedido. O que não podemos aceitar é que a política seja definida por questões administrativas, mas sim que tais questões se adequem para atender as decisões políticas.

A naturalização de desenhos democráticos que esquecem deliberadamente das crianças e desprezam o trabalho de cuidar, usualmente a cargo das mulheres, evidencia claramente como todas as instâncias da vida são atravessadas pelo patriarcado, mesmo nas frentes progressistas e mais atentas. Ainda há muito o que fazer, por nós, por aquelas que vieram antes de nós e pela futura geração de mulheres revolucionárias... A nossa luta é todo dia. A revolução será anticapitalista, feminista e antirracista, ou não será!

TR – 24

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. As plenárias de encerramento dos Congressos e CONADs aconteçam no penúltimo dia no período da tarde, com intervalo de uma hora para jantar ou lanche e encerramento dos trabalhos no máximo as 22h00. Se necessário, que os trabalhos sejam retomados no dia seguinte, às 9h00.
2. Os espaços para as crianças acompanhem os horários das plenárias finais.
3. A redação que rege a suplência nos Congressos e CONADs do ANDES/SN tenha a seguinte redação:

§2º O(A)s delegado(a)s, devidamente credenciado(a)s, só poderão ser substituído(a)s, durante a realização do xxx CONGRESSO/CONAD, obedecidas as seguintes condições:

- a) comprovar junto à comissão diretora, a necessidade de ausentar-se do 38º CONGRESSO;
- b) haver suplentes de delegado(a)s indicado(a)s pelas assembleias das SSIND. ou AD-SSIND, e pelas assembleias do(a)s sindicalizado(a)s, via secretarias regionais, credenciado(a)s como observadore(a)s no 38º CONGRESSO;
- c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-SSIND, ou delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

SIGLAS

ABEM: Associação Brasileira de Educadores Marxistas
ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABIN: Agência Brasileira de Inteligência
ABPN: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
AD: Associação Docente
ADCAC: Associação dos Docentes do Campus de Catalão - UFG
ADCAJ: Seção Sindical dos Doc. do Campos Avançado de Jataí
ADCESP: Associação dos Docentes do Centro de Ens. Sup. do Piauí
ADI: Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADLESTE: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso – Região Leste Sul-Matogrossense
ADO: Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
ADUA: Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas
ADUEMS: Associação dos Docentes da Universidade da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
ADUFAC: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Acre
ADUFEPE: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco
ADUFF: Associação dos Docentes da Universidade Fed. Fluminense
ADUFMAT: Associação dos Docentes da Universidade Fed. de Mato Grosso
ADUFPA: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará
ADUFPEL: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas
ADUFRJ: Associação dos Docentes da Universidade Fed. do Rio de Janeiro
ADUFS - BA: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana
ADUFS- SE: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe
ADUFSJ: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João Del Rei Praça Frei
ADUnB- SEÇÃO SINDICAL: Associação dos Docentes da Universidade de Brasília
ADUNCISAL: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
ADUNEB: Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia
ADUNESP: Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista
ADUNICAMP: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas
ADUNICENTRO: Seção Sindical da Universidade Estadual do Centro Oeste
ADUNIOESTE: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
ADUNIR: Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Rondônia
ADUNIRIO: Associação dos Docentes da Universidade do Rio de Janeiro
ADUR: Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ADUSB: Associação dos Docentes da Universidade Est. Sudoeste da Bahia
AG: Assembleia Geral
AIDS: *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
ALBA: Assembleia Legislativa da Bahia
ALERJ: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AM: Amazonas
ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES: Associação Nacional Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANED: Associação Nacional de Educação Domiciliar
ANEL: Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre
ANFFA-Sindical: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários
ANFIP: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
ANM: Agência Nacional de Mineração
ANPE: Assembleia Nacional Popular e de Esquerda
ANPG: Associação Nacional de Pós-graduandos

ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APEOESP: Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APESJF: Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora
APRUMA: Associação de Professores da Universidade do Maranhão
ASDUERJ: Associação dos Docentes da Universidade Est. do Rio de Janeiro
ASMETRO-SN: Sindicato Nacional dos Servidores do Inmetro
ASPLAN: Assessoria Técnica de Finanças e Planejamento
ASSIBGE: Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística
ATL: Acampamento Terra Livre
BA: BAHIA
BIS: Banco de Compensações Internacionais
BNCC: Base Nacional Comum Curricular
BPC: Benefício de Prestação Continuada
C&T: Ciência e Tecnologia
CadÚnico: Cadastro Único
CCJ: Comissão de Constituição e Justiça
CE: Ceará
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CF: Constituição Federal
CFESS: Conselho Federal de Serviço Social
CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social
CNCD/LGBT: Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNM: Comissão Nacional de Mobilização
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE: Confederação Nacional dos trabalhadores na Educação
CNTSS: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social
CONAD: Conselho do. ANDES-Sindicato Nacional
CONADU-Histórica: Federação Nacional de Professores, Pesquisadores, Criadores e Artistas da Argentina
CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONEDP: Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CPPD: Comissão Permanente de Pessoal Docente
CSP – CONLUTAS: Central Sindical e Popular Conlutas
CT&I: Ciência, Tecnologia e Inovação
CTB: Central do(a)s Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DCE: Diretório Central dos Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DF: Distrito Federal
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOU: Diário Oficial da União
EBSERH: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBTT: Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EC: Emenda Constitucional
ENE: Encontro Nacional de Educação
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ES: Espírito Santo
EU: União Europeia
EUA: Estados Unidos da América

FASUBRA: Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FenaPRF - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
FENASPS: Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social
FENET: Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FIFA: Federação Internacional de Futebol
FMI: Fundo Monetário Internacional
FNDCT: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FONACATE: Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado
FONASEFE: Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal
FUNAI: Fundação Nacional do Índio
GM: *General Motors*
GO: Goiás
GT Carreira: Grupo de Trabalho de Carreira
GT: Grupo de Trabalho
GTCarreira: Grupo de Trabalho de Carreira
GTPAUA: Grupo de Trabalho Política Agrária, Urbana e Ambiental
GTPCEGDS: Grupo de Trabalho Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero, e Diversidade Sexual.
GTPE: Grupo de Trabalho Política Educacional
GTPFS: Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical
GTSSA: Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria
HIV: *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus da Imunodeficiência Humana)
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituições de Ensino Superior
IF: Instituto Federal
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP: I Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
INES: Instituto Nacional de Educação de Surdos
INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IST: Infecção Sexualmente Transmissível
LGBTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LOA: Lei Orgânica Orçamentária
LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social
LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal
MCTIC: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MDH: Ministério dos Direitos Humanos
MEC: Ministério da Educação
MES: Movimento Esquerda Socialista
MG: Minas Gerais
MI: Mandado de Injunção
MLCTI: Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação
MP: Medida Provisória
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto
MT: Mato Grosso

MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MUP: Movimento Universidade Popular
NEABI: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFRO
NEP 13 de maio: Núcleo de Educação Popular 13 de maio
NOB-SUAS: Norma Operacional Básica – Sistema Único da Assistência Social
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OMS: Organização Mundial de Saúde
ONU: Organização das Nações Unidas
OS: Organização Social
OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA: Pará
PASEP: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PB: Paraíba
PBF: Programa Bolsa Família
PCCS: Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PI: Piauí
PIB: Produto Interno Bruto
PIS: Programa Integração Social
PL: Projeto de Lei
PLS: Projeto de Lei do Senado
PM: Política Militar
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS: Política Nacional de Assistência Social
PP: Partido Popular
PR: Paraná
PSC: Partido Social Cristão
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PSL: Partido Social Liberal
PSOE: Partido Socialista Operário Espanhol
PT: Partido dos Trabalhadores
RGPS: Regime Geral de Previdência Social
RIMA: Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
RJU: Regime Jurídico Único
RLI: Receita Líquida de Impostos
RN: Rio Grande do Norte
RS: Rio Grande do Sul
SASE: Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEB: Secretaria de Educação Básica
SECADI: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUFISM: Seção Sindical dos Docentes da UFSM
SERPRO: Serviço Federal de Processamento de Dados
SESDEF- RR: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima
SINAIT: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SINAL: Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINC: Sistema Integrado de Nomeações e Consultas
SINDCEFET/SINDIF PI: Seção Sindical dos Docentes do CEFET-PI
SINDCEFET-MG: Seção Sindical dos Docentes do CEFET-MG
SINDIFISCO – Nacional: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
SINDIRECEITA: Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil

SINDIUVA: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú
SINDUEPA: Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Pará
SINDUFAP: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Amapá
SINDUFFS: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul
SINDUNIFESSPA: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
SINDURCA: Seção Sindical dos Docentes da URCA (Univ. Regional do Cariri)
SINPECPF: Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial
SinTBacen: Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central do Brasil
SNE: Sistema Nacional de Educação
SPF: Servidor Público Federal
SSind: Seção Sindical
STF: Superior Tribunal Federal
TO: Tocantins
TV: Televisão
UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDESC: Universidade do Estado Santa Catarina
UDR: União Democrática Ruralista
UEBA: Universidades Estaduais da Bahia
UECE: Universidade Estadual do Ceará
UEFS: Universidade Estadual de Feira de Santana
UEMS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEPA: Universidade do Estado do Pará
UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UESB: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC: Universidade Estadual De Santa Cruz
UESPI: Universidade Estadual do Piauí
UEVA: Universidade Estadual do Vale do Acaraú
UFAL: Universidade Federal de Alagoas
UFBA: Universidade Federal da Bahia
UFF: Universidade Federal Fluminense
UFPR: Universidade Federal do Paraná
UFTM: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNACON-Sindical: Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controles
UnB: Universidade de Brasília
UNE: União Nacional dos Estudantes
UNEB: Universidade do Estado da Bahia
UNILA: Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIMONTES: Universidade Estadual de Montes Claros
UnirG: Universidade Municipal do Gurupi
UNIRIO: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
URCA: Universidade Regional do Cariri

LEGISLAÇÃO, PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E INSTITUTOS CONSTITUCIONAIS CITADOS NOS TEXTOS DA DIRETORIA DO ANDES-SN

Ação Direta de Inconstitucionalidade Por Omissão – ADO 26 - Pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare a omissão do Congresso Nacional por não ter votado projeto de lei que criminaliza atos de homofobia.

Artigo nº 5. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988 – Dispõe sobre os direitos e garantias fundamentais, direitos e deveres individuais e coletivos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.

Artigo nº 194. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988. – Dispõe sobre a definição da Seguridade Social, bem como os objetivos a serem observados pelo poder público na organização dessa.

Artigo nº 203. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988. – Dispõe sobre a Assistência Social e seus objetivos.

Artigo nº 204. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988. – Dispõe sobre as diretrizes para ações da Assistência Social.

Artigo nº 207. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988. - Dispõe sobre a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades.

Decreto nº 9.465/19 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

Decreto nº 9.661/19 - Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.

Decreto nº 9.665/19 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

Decreto nº 9.677/19 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

Decreto nº 9.685/19 - Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes **(Revogado pelo Decreto nº 9.785, de 2019).**

Decreto nº 9.686/19 - Altera o Decreto nº 9.279, de 6 de fevereiro de 2018, que cria o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.

Decreto nº 9.700/19 - Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

Decreto nº 9.725/19 - Extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações.

Decreto nº 9.730/19 - Publicado no DOU de 18.3.2019. Altera o Decreto nº 9.680, de 2 de janeiro de 2019, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Decreto nº 9.735/19 - Publicado no DOU de 22.3.2019. Revoga dispositivos do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.

Decreto nº 9.754/19 - Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal.

Decreto nº 9.761/19 - Aprova a Política Nacional sobre Drogas.

Decreto nº 9.765/19 - Publicado no DOU de 11.4.2019 - Edição extra. Institui a Política Nacional de Alfabetização.

Decreto nº 9.794/19 - Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas – SINC, no âmbito da administração pública federal.

Decreto nº 9.795/19 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

Emenda Constitucional – EC nº 95/16 - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 87/96 - Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

Lei nº 8.742/93 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei nº 10.836/04 - Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Lei nº 10.887/04 - Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

Lei nº 11.445/07 – Aborda o conjunto de serviços de abastecimento público de água potável; coleta, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, além da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos.

Lei nº 12.305/10 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Lei nº 12.435/11 - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Lei nº 12.737/12 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Lei nº 12.965/14 - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Lei nº 12.990/14 - Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Lei nº 13.243/16 - Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

Lei nº 13.429/17 - Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Lei nº 13.464/17 - Altera a remuneração de servidores de ex-Territórios e de servidores públicos federais; reorganiza cargos e carreiras; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; altera as Leis nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 11.457, de 16 de março de 2007, 10.887, de 18 de junho de 2004, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, 12.775, de 28 de dezembro de 2012, 11.539, de 8 de novembro de 2007, 10.480, de 2 de julho de 2002, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 12.702, de

7 de agosto de 2012, 13.324, de 29 de julho de 2016, 9.625, de 7 de abril de 1998, 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 12.404, de 4 de maio de 2011, 12.277, de 30 de junho de 2010, 12.800, de 23 de abril de 2013, 9.650, de 27 maio de 1998, e 10.876, de 2 de junho de 2004, e o Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975; revoga dispositivos das Leis nº 13.327, de 29 de julho de 2016, 13.328, de 29 de julho de 2016, 12.086, de 6 de novembro de 2009, e 8.213, de 24 de julho de 1991, e o Decreto-Lei nº 2.355, de 27 de agosto de 1987.

Lei nº 13.465/17 - Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.

Lei nº 13.467/17 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

Mandado de Injunção - MI 4733 DF – Impetrado pela ABGLT em face ao Congresso Nacional a fim de obter a criminalização específica de todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente) das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões, ameaças e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Medida Provisória - MP nº 868/18 - Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

Medida Provisória - MP nº 870/19 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Medida Provisória – MP nº 873/2019 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Portaria (Ministério da Saúde) nº 3.588/17 - Altera as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências.

Projeto de Lei - PL nº 6.299/02 - Altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Projeto de Lei - PL nº 2401/19 - Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Projeto de Lei – PL 11279/19 - Altera as Leis nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008; nº 12.706, de 8 de agosto de 2012, e nº 11.740, de 16 de julho de 2008; cria Institutos Federais de Educação, a Universidade Federal do Médio e Baixo Amazonas e a Universidade Federal do Médio e Alto Solimões, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara - PLC nº 37/13 - Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Projeto de Lei Complementar - PLP 110/19 - Dispõe sobre a posse e o exercício em cargos nos órgãos de administração e nos órgãos previstos no estatuto ou no contrato social de instituições financeiras públicas e privadas.

Lei Complementar nº 156/16 - Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Projeto de lei do Congresso Nacional - PLN 1/2019 - Altera a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019.

Projeto de lei do Congresso Nacional - PLN 2/19 - Altera o Anexo V à Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019.

Projeto de lei do Congresso Nacional - PLN 5/2019 - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências. (PLDO-2020)

Projeto de Lei do Senado – PLS nº 116/17 (complementar) - Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

Projeto de Lei do Senado – PLS nº 490/17 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica.

Projeto de Lei do Senado - PLS nº 272/16 - Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo.

Projeto de Lei do Senado - PLS nº 28/18 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever que a educação domiciliar não caracteriza o crime de abandono intelectual.

Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 29/2015 - Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção”.

Proposta de Emenda à Constituição - PEC 181/15 - Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.

Proposta de Emenda à Constituição - PEC 407/18 - Altera o parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal para incluir o princípio da confiança e dá outras providências.

Proposta de Emenda à Constituição - PEC 442/18 - Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medida provisória matéria de direito previdenciário e do trabalho.

Proposta de Emenda à Constituição – PEC 06/2019 - Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.